



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUIZ GUSTAVO DUARTE

**ABALOS SÍSMICOS: CARTOGRAFIAS A PARTIR DE UM
CONSULTÓRIO NA RUA**

Londrina
2024

LUIZ GUSTAVO DUARTE

**ABALOS SÍSMICOS: CARTOGRAFIAS A PARTIR DE UM
CONSULTÓRIO NA RUA**

Tese apresentada ao Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof. Dra. Maira Sayuri Sakay Bortoletto

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

D812a Duarte, Luiz Gustavo.
ABALOS SÍSMICOS: CARTOGRAFIAS A PARTIR DE UM CONSULTÓRIO NA RUA / Luiz Gustavo Duarte. - Londrina, 2024.
236 f. : il.

Orientador: Maira Sayuri Sakay Bortoletto.

Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Pessoas em situação de rua - Tese. 2. Consultório na Rua - Tese. 3. Cartografia - Tese. 4. Genealogia - Tese. I. Bortoletto, Maira Sayuri Sakay. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. III. Título.

CDU 614

LUIZ GUSTAVO DUARTE

ABALOS SÍSMICOS: CARTOGRAFIAS A PARTIR DE UM CONSULTÓRIO NA RUA

Tese apresentada ao Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina, para qualificação, como requisito para obtenção do título em Saúde Coletiva.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dra. Maira Sayuri Sakay
Bortoletto
Universidade Estadual de Londrina — UEL

Prof.^o Dr. Helvo Slomp Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ)

Prof.^a Dra. Clarissa Terenzi Seixas Université
Paris Cité: Paris, FR

Prof.^a Dra. Rosana Baduy
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof.^a Dra. Josiane Vivian Camargo de Lima
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina, 22 de fevereiro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos também são parte da construção de uma tese. Alguns conseguem estar diretamente no texto, outros são colocados a parte, nesta breve seção, e outros, ficam ao longo do caminho, pela limitação de espaço aqui, ou mesmo de memória. Assim, não posso deixar de registrar aqui:

Agradecimento a minha família, Neivemar e Dirceo, pai e mãe; meus irmãos, Jackson e Ramon; e Minha Avó e prima-tia-avó, Mary e Marlene pelo apoio, das mais variadas formas, nestes anos de formação;

À minha orientadora, Maira, a qual promoveu um verdadeiro processo de formação e autoanálise durante estes anos, os quais me permitiram não somente produzir uma tese, mas me reconstruir e ressignificar o próprio processo de pesquisa;

À equipe do Consultório na Rua, especialmente à Sara, que não apenas abriram um espaço em sua rotina para minha inserção, mas que também me acolheu em todo processo;

À minha namorada, Marjorie, pelo apoio no processo de construção deste texto;

A CAPES pela bolsa disponibilizada no período;

E por fim, a todos aqueles viventes da rua que entrei em contato durante a pesquisa. Esta tese não é apenas um agradecimento, mas uma singela dedicatória.

Não há realmente nada a temer na fantasia, a menos que se tenha medo da liberdade da incerteza. É por isso que para mim é difícil imaginar que qualquer um que goste de ciência possa desgostar de fantasia. Ambas baseiam-se muito profundamente na admissão da incerteza, na aceitação acolhedora de perguntas não respondidas.

Ursula K. Le Guin

DUARTE, Luiz Gustavo. **ABALOS SÍSMICOS**: Cartografias a partir de um Consultório na Rua. 2024. 238 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

RESUMO

Este estudo foi produzido a partir de uma vivência de um pesquisador autista em um Consultório na Rua (CnaR) em um município de grande porte no sul do país. Foi realizada uma sismografia, derivada da cartografia apresentada por Deleuze e Guattari. Para a produção do estudo, foram utilizados métodos e técnicas de pesquisa, que funcionaram como equipamentos e ferramentas, permitindo abranger os segmentos de discussão que as linhas de fuga produziram. Tais equipamentos são a cartografia e a genealogia, e as ferramentas de suporte e manutenção incluem diários cartográficos, processamentos coletivos, vivências, participação em reuniões, entrevistas e investigações em documentos. A partir de linhas de ruptura, denominadas epicentros, foram discutidos os mapeamentos produzidos. Os epicentros incluem os chamados: liberação de ondas, megamáquinas pandêmicas, máquinas de morar, investigações genealógicas sobre um CnaR. No primeiro epicentro, denominado "Liberação de ondas", examinou-se a construção do pesquisador ao longo do mestrado e doutorado, destacando a continuidade entre esses dois momentos e o diagnóstico tardio de transtorno do espectro autista. Isso promoveu uma ressignificação e autoanálise da cartografia até o momento, destacando como esse território produz abalos que direcionam as investigações subsequentes. Em "Megamáquinas pandêmicas" o pesquisador presenciou, durante a pandemia de COVID-19, como a equipe se organizou e produziu cuidado entre as fissuras da cidade, compreendida na pesquisa como uma megamáquina. Ele também observou como os modos de vida das multidões da rua escapam da racionalização da cidade e só podem ser acessadas por um serviço que produz outros territórios além dos estabelecidos tradicionalmente em serviços de saúde. Além disso, durante o período pandêmico, foi possível presenciar como a produção de morte gerou sofrimento e angústia, não somente entre a população em situação de rua, mas também na equipe do CnaR. O terceiro epicentro, "Máquinas de morar", se refere a outros funcionamentos maquínicos no ambiente urbano, neste caso relacionados à moradia. Este abalo se estabeleceu ao encontrar uma vivente da rua que, em suas linhas de fuga, questiona, com seu modo de vida, as definições tradicionais de domicílio e casa racionalizadas pelo aparelho de captura do Estado. Este modo de habitar, leva a subversão do conceito de Le Corbusier a respeito do lar como máquinas de morar modernistas, voltado apenas para seus aspectos funcionais, e traz à máquina de morar como expressão da subjetividade produzida através das linhas de fuga, como potência

imane, da vivente de rua. Por fim, ao realizar tais cartografias, outra linha de ruptura que foi perseguida, direcionou-se para a compreensão de questões surgidas ao longo da vivência, trilhando um caminho pela análise das pistas genealógicas, a fim de compreender como as produções de regimes de verdade do CnaR se estabeleceram. Com a elaboração desta sismografia, foi possível perceber que a produção urbana atua continuamente num estriamento dos modos de vida daqueles que a habitam, impulsionada pelo Estado moderno capitalista, onde a própria cidade funciona como axioma, na produção de desejo, buscando esquadrihar os modos de vida. Ao se deparar com um modo de vida que atua como um corte, uma linha de fuga, nas concepções preestabelecidas de casa, percebe-se que a moradia, ou o viver, não diz respeito apenas a um espaço físico, mas sim, que funciona numa maquinação própria, em máquinas de morar que podem ser maquinadas como potencializadores de vida, mesmo em indivíduos que têm, muitas vezes sua condição de existência ignorados. Estes apontamentos fizeram emergir aspectos de condições que não caminham em acordo com o direcionamento de políticas públicas que, muitas vezes, podem visar o controle e assimilação do vivente de rua pelo Estado, não considerando sua subjetividade. O fato de a vivência ter ocorrido em um período de pandemia da COVID-19 permitiu constatar como a equipe do CnaR se relacionava com a cidade de maneira diferenciada dos serviços de saúde tradicionais, conseguindo se aproximar das redes vivas dos viventes da rua.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Viventes da Rua. Consultório na Rua. Cartografia. Genealogia.

DUARTE, Luiz Gustavo. **SEISMIC SHOCKS**: Cartographies from a Clinic on the Street. 2024. 238 f. Thesis (Doctorate in Collective Health) – Londrina State University, Londrina, 2024.

ABSTRACT

This research stems from the immersive engagement of an autistic researcher within a Street Clinic (CnaR) located in a major municipality in the southern region of the country. Employing a seismographic approach inspired by Deleuze and Guattari's cartography, the study utilized various research methods and techniques as instrumental tools. These tools, including cartography and genealogy, alongside supporting instruments such as cartographic diaries, collective processing, experiences, participation in meetings, interviews, and document investigations, facilitated the exploration of escape lines and their associated discourse segments. The study unfolds across several epicenters, each representing ruptures or focal points of inquiry. In the initial epicenter, termed "Release of Waves," the researcher's academic journey, spanning master's and doctoral studies, was scrutinized, emphasizing the continuity between these phases and the belated diagnosis of autism spectrum disorder. This examination prompted a reevaluation and self-analysis of the cartography undertaken to date, illuminating how this conceptual territory generates impactful shocks that guide subsequent investigations. The second epicenter, "The Pandemic Megamachine," delves into the experiences witnessed during the COVID-19 pandemic, unveiling how the CnaR team organized itself amidst the fissures of the city, conceptualized as a megamachine. The study also observes how the lifestyles of street populations elude the rationalization of the city, necessitating services capable of establishing territories beyond traditional health service norms. Furthermore, the research captures the toll of death production, causing suffering not only among the homeless but also affecting the well-being of the CnaR team. The third epicenter, "Housing Machines" explores alternative functions within the urban environment, specifically related to housing. This investigation originated from an encounter with a street individual whose lifestyle challenges conventional definitions of domicile and home dictated by the state apparatus. This unconventional living arrangement subverts Le Corbusier's modernist concept of homes as functional machines, highlighting the living machine as an expression of subjectivity emerging through lines of flight. The cartographic exploration, guided by genealogical clues, reveals insights into the establishment of regimes of truth within CnaR. The resulting seismograph underscores how urban production, steered by the modern capitalist state, imposes a striation on the ways of life of its inhabitants, treating the city itself as an axiom in the production of

desire. By acknowledging housing not merely as a physical space but as a machination of living machines capable of enhancing life, the study challenges pre-established conceptions. It sheds light on conditions incongruent with prevailing public policies, which often seek to control and assimilate homeless individuals without due consideration for their subjectivity. The unique context of the COVID-19 pandemic further demonstrates how the CnaR team, in contrast to traditional health services, engaged with the city, establishing a closer connection with the living networks of those residing on the streets.

Keywords: Homeless people. Street dwellers. Clinic in the streets. Cartography. Genealogy.

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

FIGURAS

- Figura 1:** Filhotes de *Enteroctopus dofleini* (conhecido como Polvo-gigante-do-Pacífico)...30
- Figura 2:** Esquema representativo de um epicentro e hipocentro de um sismo.40
- Figura 3:** Desenho esquemático de um sismômetro mecânico.42
- Figura 4:** Exemplo de ruído sísmico captado e sua apresentação gráfica.43
- Figura 5:** Evolução da mancha urbana de Londrina segundo o Instituto De Pesquisa E Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL)..... 71
- Figura 6:** A busca pela rua autoconsciente, Danny. 144
- Figura 7:** Danny, a rua, cumprimenta Sara, a qual retribui. 147
- Figura 8:** Conversa sobre Danny entre homens de N.E.N.H.U.R.E.S e seu criador..... 148
- Figura 9:** Criador dos homens de N.E.N.H.U.R.E.S explica-lhes sobre Danny, a rua. 149

FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1:** Estátuas do sagrado que enfeitam a entrada da moradia..... 152
- Fotografia 2:** Estátuas realocadas após mudanças na habitação. 152
- Fotografia 3:** Estátua de santa católica alojada em uma árvore sinalizando a entrada do viaduto..... 153
- Fotografia 4:** Estátuas de santos católicos alojadas em uma árvore próximo à entrada da ponte..... 154
- Fotografias 5 a 8:** Presentes dados pela vivente ao pesquisador durante as visitas. 156
- Fotografia 9:** Quadro pintado pela vivente entregue a psicóloga..... 157

LISTA DE SIGLAS

CAPS III	Centro de Atenção Psicossocial III
CAPSad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIDI	Centro Integrado de Doenças Infecciosas
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CnaR	Consultório na Rua
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
COMAD	Conselho Municipal de Álcool e Drogas
Comitê POP RUA	Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CsO	Corpo sem Órgãos
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
eCR	Equipe Consultório na Rua
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
eESF	Equipes de Estratégia Saúde da Família
EPI's	Equipamentos de Proteção Individual
ESF	Estratégia Saúde da Família
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUL	Instituto De Pesquisa E Planejamento Urbano De Londrina
PAI	Pronto Atendimento Infantil
PAM	Pronto Atendimento Municipal
PEAD	Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde

PIB	Produto Interno Bruto
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PSR	População em Situação de Rua
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SAD	Serviço de Atendimento Domiciliar
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidades de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1.	PRÓLOGO: ANTES DO ABALO	15
2.	EPICENTRO: LIBERAÇÃO DE ONDAS	18
2.1.	<i>POLVO-GIGANTE-DO-PACÍFICO</i>	23
3.	OSCILAÇÕES DE SUPERFÍCIE	32
3.1.	<i>Ondas sísmicas</i>	38
3.2.	<i>Os limites do corpo do cartógrafo</i>	43
3.3.	<i>Linha de ruptura: corte do autismo</i>	48
4.	EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	51
4.1.	<i>EQUIPAMENTO 1 – Sismógrafo cartográfico</i>	55
4.2.	<i>EQUIPAMENTO 2 - Sismógrafo genealógico</i>	63
5.	O ESPAÇO EM QUESTÃO	70
5.1.	<i>Acerca da cidade</i>	70
5.2.	<i>Breves apontamentos sobre os viventes da rua em Londrina–PR</i>	76
6.	EPICENTRO: MEGAMÁQUINAS PANDÊMICAS	80
6.1.	<i>Os abutres aguardam as máquinas terminarem de moer a carne</i>	80
6.2.	<i>Qual Estado?</i>	87
6.2.1.	<i>Máquinas de fazer</i>	88
6.2.2.	<i>O Estado como atualização</i>	95
6.3.	<i>O espaço estriado, no tempo estriado, no ambiente estriado, na movimentação estriada, na vida estriada</i>	100
6.4.	<i>A megamáquina</i>	109
6.5.	<i>Artigo: Entre as ruas pandêmicas: cartografia de um Consultório na Rua durante a pandemia de COVID-19</i>	115
7.	EPICENTRO: MÁQUINAS DE MORAR	136
7.1.	<i>Cidades pelo avesso</i>	136
7.1.1.	<i>Propagação de ondas: Danny, a rua</i>	144
7.2.	<i>Casavesso</i>	149
7.3.	<i>Artigo: Máquinas de morar: expressões e contradições da moradia na cidade contemporânea a partir de uma cartografia em um Consultório na Rua</i>	162

8.	EPICENTRO: INVESTIGAÇÕES GENEALÓGICAS SOBRE UM CONSULTÓRIO NA RUA	184
8.1.	<i>Artigo: Pistas genealógicas de um Consultório na Rua na região sul do Brasil</i>	<i>187</i>
9.	TSUNAMI: CONSIDERAÇÕES SEQUENCIAIS	211
	REFERÊNCIAS.....	215
	ANEXOS	229
	<i>ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – UEL.....</i>	<i>230</i>
	<i>ANEXO B – Autorização definitiva da pesquisa emitida pela Autarquia Municipal de Saúde de Londrina - PR em 2018.....</i>	<i>234</i>
	<i>ANEXO C – Autorização definitiva da pesquisa emitida pela Autarquia Municipal de Saúde de Londrina - PR em 2021.....</i>	<i>235</i>
	<i>ANEXO D – Comunicação de aceite do artigo “Entre as ruas pandêmicas: cartografia de um consultório na rua durante a pandemia de covid-19”</i>	<i>236</i>

1. PRÓLOGO: ANTES DO ABALO

O povo duplica a ação, na verdade; quando vê o corisco relampejar, isto é a ação da ação: põe o mesmo acontecimento como causa e depois como seu efeito. Os cientistas não fazem outra coisa quando dizem que a “força movimento, a força origina”, e assim por diante — toda a nossa ciência se encontra sob a sedução da linguagem, não obstante seu sangue-frio, sua indiferença aos afetos, e ainda se livrou dos falsos filhos que lhe empurraram, os “sujeitos” [...] (NIETZSCHE, 2009, p. 33).

A escrita de um manuscrito que, se proponha a trazer elementos encontrados em vivências e que esteja aliado a uma escrita científica, para que não caia em linguajares e dogmas, exige uma profunda autoanálise, num processo que envolve destruições e construções, próprias do fazer ciência, que muitas vezes são apagados do que é estabelecido como método nas concepções hegemônicas científicas.

Aqui, trago a minha vivência, uma construção como pesquisador com o desenvolvimento e apresentação da pesquisa na forma de uma tese, onde não me apago diante do exercício de reconhecer as afetações das experiências, como também não deixo de trazer, emaranhado a minha existência, fios de análises possíveis.

Esta epistemologia, se emaranha num rolo de fios que pode ser direcionado pelas teorias *crip*, ou cripestemologias. Isto, pois, o primado que funda tais conhecimentos, não está sob um imóvel monólito universal, mas sim, sob uma movediça filosofia da diferença, na qual o próprio conhecimento é reconhecido num corpo vulnerável, sendo na fragilidade e imprevisibilidade que ele emerge (GREINER, 2023).

A tese está disposta em epicentros, com a palavra sendo utilizada na sismologia como expressão das localizações de um início de abalo sísmico, que, de modo cartográfico, mostram o processo vivido pelo pesquisador para construção das discussões e análises. Tal qual os abalos sísmicos, tais acontecimentos vividos durante esta pesquisa ocorreram em tempos diferentes, seja em milissegundos, dias, meses ou anos. Ocorre que eles não deixam de

propagar suas ondas de irradiação enquanto também movem as suas fundações, placas tectônicas, em si. Visto a inevitabilidade do tempo vivido, e nesta insistência de encontros que vão se desdobrando ao longo de um período, é que um acontecimento irá ocorrer gerando novas ondas sísmicas ou mesmo sobreposições, contemporizando-se ininterruptamente. E como esta tese também se apresenta.

Há possíveis sobreposições, rachaduras e caminhos, com alguns mais nítidos que outros, mais sensíveis que outros, mas que, ao enxergá-lo como um produto, almeja demonstrar os abalos vividos ao longo da pesquisa. Deste modo, ela contém elementos que derivam de acontecimentos e sobrepõem mutualmente, podendo seguir caminhos de discussão que outras ondas não interferiram, ou mesmo se sobrepõem.

Tais abalos, além de funcionarem como uma proposta estética na escritura da tese, também se relacionam diretamente com o modo de percepção do pesquisador, uma cartografia da rigidez cognitiva do autismo e seus abalos e conexões necessários da desterritorialização.

De início, coloco um local destinado a um epicentro que produziu abalos sísmicos que interferiram necessariamente no processo da pesquisa e desenvolvimento da tese. Sob o nome de “EPICENTRO: Liberação de ondas” demonstro como a construção do pesquisador, que está implicado com a temática que se debruça sobre os viventes da rua, está emaranhada com um diagnóstico tardio de Transtorno do Espectro Autista (TEA), que além de funcionar como um grande terremoto, não apenas produz abalos onde antes eram territórios bem estabelecidos, como modificam propriamente a paisagem.

Em “OSCILAÇÕES DE SUPERFÍCIE” busco trazer uma exploração da própria concepção de sismologia, quando a aplicamos como um equipamento a ser trazido para a produção cartográfica proposta.

Seguidamente, sobre os “EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS” utilizados, apresento que após uma aproximação com a construção do território existencial do próprio pesquisador e seu processo cartográfico de si, há a necessidade de expor como tal processo se deu efetivamente na elaboração da tese. Para tal, coloca-se a descrição e modo de uso, tanto dos equipamentos utilizados, quanto das ferramentas lançadas a mão para que o percurso cartográfico suportasse a proposta intensiva, numa tentativa de superar as representações totalizantes.

Efetivamente, quando apresento o preparo da realização cartográfica, é necessário também colocar os possíveis recortes de espaço urbano já realizados e disponíveis em pesquisas e estudos prévios. Com isto, busco desmitificar algumas concepções que podem se estabelecer a partir da cidade em questão, mas também para contextualizá-lo, tanto como corpo urbano, quanto como os viventes da rua geralmente se relacionam com ele, e os modos que estiveram presentes nos estudos. Estes tópicos estão presentes no item “O ESPAÇO EM QUESTÃO”.

Os epicentros que surgiram das vivências neste território, acompanhando uma equipe de um Consultório na Rua (CnaR), produziram ondas decorrentes dos abalos, que, a partir da afetação do corpo do pesquisador por estas, num exercício cartográfico apresentado até o momento, se especificam em três grandes epicentros: MEGAMÁQUINAS PANDÊMICAS, MÁQUINAS DE MORAR e INVESTIGAÇÕES GENEALÓGICAS SOBRE UM CONSULTÓRIO NA RUA.

Por fim, após as apresentações destes abalos, “TSUNAMI: CONSIDERAÇÕES SEQUENCIAIS” versa sobre a construção desta cartografia, e busca, num breve relato, tecer alguns comentários a respeito das possibilidades de investigações possíveis que decorreram do mapeamento realizado.

2. EPICENTRO: LIBERAÇÃO DE ONDAS

Nestes escritos que proponho a apresentar aqui, apesar de se localizarem num tempo e espaço delimitado daquilo que foi convencionado a chamar de “doutoramento”, não podem ser fixados somente neste período. Sua duração não consegue, e nem deve, ser reduzida a isto.

Após a conclusão do mestrado segui na mesma linha de pesquisa, no mesmo programa de pós-graduação, com a mesma intenção. Em muitos casos pode haver mudanças no objeto de estudo, de campo, dos problemas ou da metodologia, além de vários outros modos de reorganizar ou organizar uma pesquisa, contudo, não foi o que aconteceu comigo. Não houve uma ruptura do devir, do desejo. Pode-se dizer que no plano de imanência o desejo seguiu com as conexões que estavam se estabelecendo. Continuei a me debruçar sobre aquilo que já vinha estudando, mas é inegável que há uma divisão temporal e ordenativa entre um programa de mestrado e doutorado, mas que em si, neste caso, só demonstram uma formalidade institucional.

Numa tentativa de expor ao que me refiro sobre devir-pesquisador, acredito que seja válida uma retomada destes movimentos expostos anteriormente. Em minha dissertação busquei inicialmente desenvolver certos estudos e incursões que pudessem me proporcionar uma espécie de conhecimento genealógico acerca daqueles campos que iria entrar em contato. Esta busca que iniciei pode ser considerada um agenciamento da própria proposta de pesquisa elaborada com minha orientadora.

Para seguir com o levantamento de referências, documentos, arquivos, entre outras fontes possíveis para uma abordagem genealógica, optou-se por buscar ferramentas que servissem a tal propósito. Numa verdadeira caixa de ferramentas¹, houve a tentativa de, num emaranhado de métodos e aproximações possíveis, encontrar aquelas metodologias, teorias e estudos que pudessem dar cabo a tal tarefa. Contudo, o que foi percebido no momento, é que, apesar de algumas delas já terem marcas em meu corpo, ao confrontá-las com a proposta genealógica, não pareciam contemplar o aprofundamento necessário.

Neste exercício, o que se produziu foi o reconhecimento de que até o momento, as ferramentas e dispositivos que tinha disponível para produzir a análise proposta, estavam aquém

¹ Entendo aqui como caixa de ferramentas estes arranjos metodológicos próprios do encontro, o qual é o próprio método, de modo que elas precisam ser, sobretudo, suficientemente sensíveis e adequadas ao que se propõe no estudo, ou seja, o que os encontros em atos propõem de possibilidades de construção e quais caminhos instrumentais as metodologias possíveis podem agregar de modo a produzir conhecimento (MOEBUS; MERHY; SILVA, 2016).

de uma verdadeira caixa de ferramentas. Isto, pois, uma caixa de ferramentas para ser efetiva, precisa ter um certo uso, servir para algo, e naquele momento, não serviam nem tinham uso. Não que haja um uso prévio concebido nas ferramentas, pois na sua própria gênese, uma ferramenta que pode ter sido criada para um fim, ganhar novos usos durante o tempo e ter sua aplicação utilizada para outros fins não pensáveis até então.

Digo isto, pois, na aproximação com as próprias teorias, o que era perceptível é que todo aquele caminho que fiz até o momento, se mostrava inútil, naquilo que se propunha uma genealogia. Ora, levantei documentos, reportagens, estudos, artigos, realizei entrevistas, e coletei o que convencionalmente chamam de dados, contudo, os dados não eram meu devir-pesquisador. Como Nietzsche (2009, p. 33) já trazia: “toda nossa ciência se encontra sob a sedução da linguagem, não obstante seu sangue-frio, sua indiferença aos afetos, e ainda se livrou dos falsos filhos que lhe empurraram, os “sujeitos [...]”.

Se, de fato, gostaria de compreender este tema cheio de particularidades, meandros e relações de forças, não bastava a produção de dados representativos de tal realidade. Algo não se encaixava, não era visto ou sentido de maneira que tais relações de forças pudessem ser desemaranhadas ou ao menos percebidas. Faltava um corpo que se inserisse na pesquisa, para entrar e transformar estes dados em algo que não se fixasse em uma ciência representativa.

Pode-se afirmar que uma própria tarefa propriamente esquizoanalítica² deu seu curso. Se há por um momento uma tarefa destrutiva necessária dos possíveis idealismos metodológicos e científicos que abominam os afetos, também houve uma produção positiva de se estabelecer um território onde a materialidade fosse ganhando vida. Isto, pois, após as orientações, juntamente com a banca de qualificação, houve a proposta da imersão completa numa cartografia, permitindo, assim, uma liberação destes fluxos para que não retornassem àquela produção tradicional, mas que meu corpo seguisse aquele devir-pesquisador.

Esta mudança de caminho foi uma própria liberação de fluxos de desejo. Se neste momento de levantamento de dados eu optasse por uma análise destes dados sem um corpo implicado naquela problemática, estaria na manutenção de uma ciência cega aos afetos. Na vivência no Consultório na Rua (CnaR), onde com a equipe, estive em situações que atingiram

² A esquizoanálise é uma proposta clínica-política de Deleuze e Guattari apresentada no livro “O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1” (1972), onde sua operação segue simultaneamente de tarefas destrutivas (negativas) e positivas, almejando o desinvestimento do sujeito na sua própria repressão e liberando seus fluxos de desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

diretamente meu corpo, com afecções impossíveis de serem representadas, que se ramificam, seja em cenas de fome, violência e desespero ou alegria, solidariedade e apoio mútuo.

Foi aí que tais ideias, marcas, modos de viver que já tinha em meu corpo, geraram um agenciamento para que, numa desterritorialização, se reterritoralizassem, então, em algo que servia à produção de conhecimento afetiva. Isto não implica uma teleologia da pesquisa, um fim que estava lá, pronto, aguardando ser descoberto. Tal utilidade finalística não cabe aqui, mas sim que a utilidade se construiu na medida que os agenciamentos aconteciam. O imperativo era o acontecimento.

Com aqueles conhecimentos que já tinham ressonância em mim, com os novos que produzi, dos afetos que vivi, houve uma reorganização e ressignificação de ideias de modo que partissem não de uma representação prévia, mas sim da vivência na crueza do encontro. Isto não se deu numa busca genealógica, mas sim numa maneira que eu diagramasse estas linhas de afecções que percorreram meu corpo no processo.

Esta produção em ato, uma cartografia, só é possível por meio de tais afecções. Nesta geofilosofia que Deleuze e Guattari, propuseram, me debrucei para mapear os afetos (SILVA; SOUSA, 2020). Não buscava mapear os planos de organização, como as situações se representavam, ou eram construídas numa enunciação específica, mas sim, como aquelas afetações, produziam certos estranhamentos, sensações e me agenciavam de certas maneiras, ou seja, como as linhas de desejo se comportavam diante de tais afecções.

A proposta de acompanhamento dos afetos vividos, é apresentada por Deleuze e Guattari como uma cartografia, ou seja, este mapeamento de linhas de desejo que percorrem nosso corpo ao vivenciarmos encontros, onde o que se considera não está no plano da representação, mas sim o devir produzido, o que o agencia, ou que não o deixa agenciar, aquilo que age como agente de produção ou mesmo de antiprodução (COSTA; AMORIM, 2019). Apesar disto, cabe ressaltar que o mapa construído na dissertação não tem a possibilidade de mapear todos os afetos vividos, aliás isto seria impossível, e de um ponto de vista geográfico, talvez até mesmo inútil. Inútil, pois um mapa, antes de sua característica definidora clássica da geografia, considero que para a cartografia de Deleuze e Guattari ele importa como função. A pergunta que impera é “para que este mapa que criei serve?”.

Para tal exercício, há de se lembrar do conhecido conto que Jorge Luis Borges (2000) elaborou sobre representação, que se intitula “Do Rigor na Ciência”, que já fora utilizado por

Jean Baudrillard (1991), numa crítica à própria representação, mas também coincidentemente neste caso, ou não, a própria teoria de Deleuze e Guattari.

... Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.

(Suárez Miranda: Viajes de varones Prudentes, livro quarto, cap. XIV, Lérida, 1658.).

Como no conto, não há por que se buscar um mapa perfeito que decalque a própria realidade e a represente, tanto porque a realidade é produzida em um devir constante e porque a representação perfeita se torna, como mostrado, infrutífera. O que foi almejado com tal mapeamento do pesquisador foi identificar uma ou mais linhas de devires, buscando aquelas que davam sentido à vivência e embarcar nesta “viagem” com ela. Não havia hipóteses, pré-elaborações, nem fins visados que se buscavam encontrar, o que havia era uma tentativa de caminhar por estes territórios, e conforme os devires fossem se produzidos, havendo a liberação ou não de fluxos. Assim, tal análise não foi pautada em uma construção de um mapa perfeito, mas que servisse.

Disto, o mapa que busquei realizar com Lyta durante o mestrado, foi escrito e utilizado como produto da dissertação. Contudo, todas as situações vivenciadas e descritas no diário cartográfico faziam parte daquele devir pesquisador, que não se encerrou com a entrega da dissertação, ainda havia muitas outras vivências que me movimentaram e abriram caminhos para aquele devir pesquisador, gerando questões e pensamentos que continuaram a me acompanhar pela produção da tese.

O que ocorreu foi uma verdadeira autoanálise daqueles territórios que vivi, não os territórios físicos tradicionais em si, ou aqueles estriados em uma cidade ou no tempo do relógio, mas aqueles territórios existenciais que haviam sido estabelecidos por certas vivências, foram se perdendo e sendo reconstruídos sob a égide de outros afetos, em situações que produziam afetos alegres ou tristes, diminuindo ou aumentando a potência de existir.

Foi por tal mapeamento que conheci Lyta, numa vivência onde tive contato com uma verdadeira máquina de guerra em meio ao aparelho de captura do estado, no qual os afetamentos dos encontros com ela, me atingiam diretamente ao entrar em contato com tais modos de viver

que contrastavam diretamente com os meus. Isto tudo ocorria enquanto Lyta construía seus próprios territórios, fazendo o aparelho do estado correr, quase que literalmente, atrás de seu nomadismo na tentativa de capturá-la e docilizá-la adequadamente.

Lyta, que tem em seu ventre uma criança gestada no sonhar³ e se recusa de modo impreterível a deixar sua criança ser sequestrada pelo senhor dos sonhos. Acontece que, a personagem Lyta presente na história em quadrinhos Sandman teve um próprio emaranhamento existencial com a Lyta que o pesquisador encontrou. Lyta encontrada vivendo uma gestação desejada por ela, mas não pelo Estado, que fez questão, até o último momento da vivência do pesquisador, de acionar dispositivos, serviços e equipamentos, teve no nascimento de seu bebê a vivência de uma operação de sequestro de sua criança pelo Estado. Dali, ocorreu uma produção esmagadora de constrangimento do corpo de Lyta, ao ponto de desejar a sua própria esterilização, mostrando que fluxos eugênicos ainda permeiam as relações micropolíticas, com uma mobilização do aparelho de estado para que se efetive operações sobre o corpo das viventes da rua.

Assumo aqui, que o pesquisador que chegou a nestes encontros com Lyta, vem de uma composição neurotizada, buscando nos axiomas produzidos no próprio capitalismo certas desterritorializações que se mostraram pouco frutíferas. Não apenas com Lyta, mas todo o deslocamento vivido com CnaR ao longo da pesquisa, não se reflete apenas em distâncias percorridas, mas sim, em deslocamentos nos próprios territórios existenciais, numa constante reflexão acerca dos valores produzidos, seja na produção de uma dissertação ou mesmo na reconsideração de valorações já tidas com o pesquisador.

Disto tudo, o período do mestrado atingiu o pesquisador, produzindo mudanças, e nesta autoanálise cartográfica o reconhecimento de que esta tarefa destrutiva e simultaneamente produtiva deste processo, fez-se reconhecer que tal esgotamento tido pelo pesquisador, aparecia como um elemento diferenciante nas próprias dinâmicas de análise nos grupos, atendimentos, orientações, entre outros processos. Um esgotamento que não se exime dos corpos cansados de um capitalismo tardio, que se reconhecia em um modo de estar no mundo, que era tido como camaleônico pelo próprio pesquisador.

³ Tal sonhar, faz parte de um território, onde o senhor dos sonhos, Morpheus, um perpétuo, governa. Nesta história em quadrinhos de Neil Gaiman, a personagem em questão, acaba por gestar seu filho no sonhar, um território a qual ela não tem governo sobre si, seguindo na trama com uma vingança que acaba por provocar a morte, e o nascimento, do próprio Morpheus (GAIMAN, 2010).

2.1. POLVO-GIGANTE-DO-PACÍFICO

I'm a chameleon
Nah, that's a bit pedestrian
I'm more like a giant Pacific octopus
Coming in for the kill

(“*Giant Pacific Octopus (i don't know you anymore)*” ENTER SHIKARI, 2023).

Reconhecimentos acerca de certos modos cognitivos de percepções sensoriais pareciam não dar o mesmo nome em relação àquilo que outros citavam, o território existencial do pesquisador se dava num modo onde havia uma dificuldade de organizar palavras, compreender certos modos de escrita, de expressões figurativas ou mesmo uma exaustão de simples encontros, ou vivências em grupo, nos quais o esforço para a adaptação às “cores” do ambiente sempre estava presente.

Aos poucos, essa destruição, própria da produção cartográfica, dá às caras a construção de uma percepção da singularidade do pesquisador, onde a mimetização de comportamentos e falas dos outros vão aos poucos perdendo o sentido e significado, e a construção da afirmação da existência a partir de um corpo que vai percebendo os abalos sísmicos dos territórios que antes eram solo seguro, provocam não apenas um processo de produção de conhecimento, mas também a produção de outro sujeito neste processo, tão cobiçados na prática cartográfica.

Com o início do doutorado, aqueles aspectos camaleônicos, representativos e reconhecidos por muitos autistas, começam a ganhar voz no próprio pesquisador na medida que o processo cartográfico se desenrola, seguido pela confirmação diagnóstica do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A TEA antes de funcionar como um catalisador para uma identidade, surge como um território onde o pesquisador pode-se reconhecer como parte de seu modo de existir e afirmação da diferença. Isto, pois, tal “camaleonismo” é um aspecto de reconhecimento citado muitas vezes por autistas (SILVA, 2019), partindo de uma chamada “inabilidade social” pelos diagnosticadores, geralmente caracterizados diante da presença de situações em que haja a necessidade de exercer um aspecto que compunha com a situação, de modo que adaptar-se as “cores” do lugar se torna uma condição da própria existência.

A produção do social, que continuamente se estabelece e atualiza nos seus modos de organizar e normatizar a vida, acaba por estabelecer funcionamentos em determinados espaços, que aqueles que estão no TEA acabam por destoar. Tal matiz de diferenciação, muitas vezes é expressa numa caracterização da condição como um desinteresse por tais normas sociais. Contudo, se há uma norma para se estabelecer de uma relação possível, é porque foram necessárias que uma série de normas diferenciadoras fossem suprimidas em detrimento destas emergidas como adequadas.

Os critérios diagnósticos atuais para o TEA estão pautados em um conjunto de sinais e sintomas que contém déficits na comunicação e interação social, padrões repetitivos no comportamento e déficits na comunicação, verbal ou não. Estas condições não se apresentam de uma forma onde a soma de uma condição com a outra caracterizará uma maior gravidade. De fato, elas funcionam como acoplamentos que formam uma singularidade por meio de uma multiplicidade (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

De recente história, com pouco mais de 100 anos, o termo autismo começou a ser utilizado em 1911 por Eugen Bleuler para descrever um dos sintomas da esquizofrenia, fazendo uma subtração de Eros, do termo psicanalítico freudiano autoerotismo, referindo como esta tentativa de adaptação a patologia com um efeito de dissociação. Também vale citar que esta forma de pensamento, descrito como autístico, não é guiado por objetivos, mas por afetos e desejos, extraídos na esquizofrenia, daí o distanciamento entre interior e exterior nas crianças autistas (DIAS, 2015).

Em 1942 o termo é utilizado por Leo Kanner para descrever o autismo como uma categoria infantil, tirando-a da esquizofrenia infantil, estabelecendo como uma categoria nosológica própria, com a sua constatação da relação inusual com pessoas ou situações e a desconsideração e exclusão de tudo o que é externo a ela (BIALER; VOLTOLINI, 2022).

Desde a elaboração do diagnóstico, para Kanner, tais crianças não eram capazes de manter relações afetivas de qualquer espécie. Ele não somente categorizou tal relação fora do normalizado, mas também condições de fala e preservação de “mesmice” (MARFINATI; ABRÃO, 2014).

Este estabelecimento do comportamento, um comportamento que seria anormal, e era visto como necessário, atingiu não apenas as crianças na busca de uma homogeneização, mas também ressoou nas mães sob um aspecto moralizante, onde a culpa recaía sobre estas. Kanner

não relutou em utilizar o termo “mãe geladeira”, para incumbir na mãe a provável causa do autismo, pelo contrário, o estimulou (BIALER; VOLTOLINI, 2022).

Destas universalizações que, na própria disputa de produção de conhecimento, a anomalia daqueles corpos atingidos pela normatização, agiram numa maneira de afirmar sua existência. Neste caso, os próprios pais e familiares de autistas, produziram estudos que colocavam em xeque as afirmações culpabilizadora das mães, e propuseram outras origens para a condição (BIALER; VOLTOLINI, 2022; LOPES, 2020).

Kanner teve uma contribuição importante na definição diagnóstica do autismo, produzindo seus estudos em solo estadunidense. Contudo, em 1943 em Viena, Áustria, Hens Asperger, na sua tese de livre docência, propõe a definição de uma condição chamada de Psicopatia Autística Infantil, caracterizando-a por um severo prejuízo na interação social, alterações motoras e de fala, além de apenas ser apresentada no sexo masculino. Esta definição acaba tendo uma menor circulação devido à restrição de língua, já que ficou restrita a um público menor (DIAS, 2015).

Tanto nas elaborações de Kanner, quanto as de Asperger, apesar de seus recortes históricos, não deixaram de ressoar ao longo do século XX e adentrar no século XXI, visto que ambos estabeleceram um modo de caracterizar tal condição, que foi adotada hegemonicamente devido as suas similaridades de descrição nosológica. Neste período, especialmente a partir dos anos 1980, o diagnóstico é inserido na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), deixando de lado uma perspectiva psicanalítica e adotando um modelo biológico com agrupamento de sintomas e com designação própria nos manuais (FERNANDES; TOMAZELLI; GIRIANELLI, 2020).

Apenas na entrada do século XXI que o autismo passa a ser considerado Transtorno do Espectro Autista, estando no DSM-5 (na sua quinta edição) entendido como um transtorno do neurodesenvolvimento, ocorrendo a fusão dos diagnósticos transtorno autista, transtorno de Asperger e transtorno global do desenvolvimento, pois segundo o manual “os sintomas desses transtornos representam um continuum único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos distintos” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. xlii).

Mesmo com os estudos de vários campos do conhecimento se propondo a estudar tal espectro, a carga moral, que é atribuída a uma certa identidade autista, é mantida produzindo exclusões e sofrimentos, seja nas pessoas que estão na topografia do TEA, ou nos familiares delas. Isto, pois o autismo, com outras deficiências passaram não apenas por processos de modulação e caracterização nosológica, mas, com estes, também sofreram com o olhar biomédico, no qual a deficiência é encarada como uma tragédia pessoal e exclui-se o território que a pessoa está inserida (OLIVER, 1990; ORTEGA, 2009).

A proposição de utilizar um a terminologia do “espectro” para se referir a condição foi proposta por Lorna Wing em 1981, psiquiatra com uma filha autista, numa tentativa de expor a complexidade da condição, inclusive abandonando sua primeira proposta original de chamá-la de *continuum*, que poderia levar a uma percepção de estar numa espécie de linha contínua e linear de sintomas, de modo que uma “tríade de incapacidades”, de habilidades social, comunicação e imaginação, formavam combinações (MAS, 2018).

Apesar de uma concepção espectral inserir o autismo numa possibilidade combinatória de sintomas, aparece em inglês como *spectrum*, o qual vem do latim, indicando a aparência ou visão de algo, ou mesmo um simulacro. A palavra deriva de *specio*, um verbo que indica olhar, ver ou avisar (FERREIRA, 1991). Instiga ainda o fato de espectro, ao longo do tempo ter ganhado o significado de uma fantasmagoria.

Muito mais próximo do uso proposto por Wing, o espectro está nesta concepção de uma faixa de visível, ou percebida de algo, como utilizado na física inicialmente no estudo de ótica pela visão do arco-íris de cores da luz que passa por um prisma. Além deste uso, hoje temos como exemplos os espectros de luz, ou radiação e, também, som.

A concepção espectral indica um modo de conceber algo que é singular. Contudo, a apresentação espectral em algo, não se contrapõe a sua existência intensiva, o seu território de onde ele acontece e é captado por espectômetros, ou sismômetros. Esta variação é importante, mas o reconhecimento de seu território que permite tal registro também é de necessária importância.

Deste modo, antes de apresentar o TEA como um diagnóstico, ele é apresentado como um território, não apenas de suas faixas espectrais, mas sim nas suas latitudes, longitudes e transversalidades. Estar no TEA é um elemento de composição que pode apresentar uma identidade, mas não pode ser reduzido a isto, formando parte do território existencial do

pesquisador, que além deste, possui outras montanhas, mares e campos que não estão em uma classificação diagnóstica.

A singularidade não se forma pela soma de condições, mas sim como elas se compõe, numa geografia e longe da dominação da matéria. Assim, quando há tal composição, ela está na ordem das intensidades que percorrem o corpo e como elas vão se estabelecendo unicamente ao longo do tempo. Como colocam Deleuze e Guattari (2012a, p. 204), não há uma métrica possível, visto que se está no campo das intensidades, onde as grandezas:

[...] não são adicionáveis e deslocáveis: uma temperatura não é a soma de duas temperaturas menores, uma velocidade não é a soma de duas velocidades menores. Mas cada intensidade, sendo ela mesma uma diferença, se divide segundo uma ordem na qual cada termo da divisão se distingue do outro por sua natureza.

A condição de estar no mundo, a partir de um território autista, não é trazida aqui, portanto, sob tais características normatizadoras, sob um olho que age por uma intervenção de um número a ponto de operar um recorte na própria intensidade da vida. Contudo, é importante estabelecer que tal território existencial do pesquisador, se dá num território social já estabelecido previamente a própria existência dele, de maneira que o autismo também tem sua emergência histórica e relações de linhas de força que se sedimentaram ao longo do tempo.

Daí que dos processos de subjetivação possíveis, a afirmação da vida, como a afirmação de que vive de um território que parte da deficiência, se torna também uma localização geográfica a partir da diferença, deslocando o discurso hegemônico da deficiência como uma condição que está localizada estritamente na esfera do indivíduo, e o movendo para a problematização destas próprias concepções já estabelecidas socialmente, tanto da deficiência, quanto da cura, tratamentos ou mesmo de idealismos na concepção do próprio ser humano (BRAIDOTTI, 2013).

As concepções de que há uma deficiência em como a sociedade é produzida ao invés de uma noção de deficiência enclausurada no indivíduo, fazem parte das propostas dos *disability studies* (estudos da deficiência) que ao longo de seu desenvolvimento a partir dos anos 1980, passam a compreender as deficiências físicas, intelectuais, visuais, entre outras, pelo corpo de quem as vivência e convive com os afetos decorrente da produção social que visa expurgar o deficiente da concepção de sociedade e humanos ideais (ORTEGA, 2009).

Esta proposta de entendimento das deficiências ganha no TEA singularidades a partir da discussão de neurodiversidade. Termo popularizado pela socióloga Judy Singer, em 1998,

que faz uma aposta na afirmação da diferença dos modos de ser de quem está no TEA, distanciando das concepções limitante e excludentes onde se pauta exclusivamente o autismo pela chave conceitual da homogeneização da doença (ARAUJO; SILVA; ZANON, 2023). A neurodiversidade, por sua afirmação da diferença, acaba por potencialmente conversar com a própria filosofia da diferença, ao ter nesta, um abandono do idealismo platônico e uma construção conceitual de vida que parte da materialidade, deslocando as questões para os estudos de como a diferença é suprimida e como a homogeneidade é prestigiada.

Partindo das elaborações de Deleuze e Guattari, Kokubun (2018) coloca que, se no século XX uma chave de leitura necessária para compreender os autores era a esquizofrenia, na contemporaneidade do século XXI, esta chave se daria pela deficiência, trazendo o autismo como uma condição que, neste século, tem suas características, como a ausência de “habilidades”, como uma implicação moral de déficit na comunicação que é gestada no próprio mundo neoliberal do capitalismo tardio.

O autismo não conjuga com as exigências econômicas do mercado atual. Na produção incessante e forçosamente valorada para produção do capital, o modo de existir do autista, precisa competir com o modo de produzir dos códigos estabelecidos pelo capital. A deficiência do autismo emerge no próprio modo de vida ideal estipulado socialmente (KOKUBUN, 2018).

Este modo de existir deficiente do autista, é um modo *crip* (aleijado) do próprio ambiente social com ele. Ocorre que na afirmação destes outros modos de existir, há de se aleijar o próprio mundo para tais diferenças serem reconhecidas. *Crip* pois há uma própria construção epistemológica a partir da diferença que se afirma como tal, uma cripestemologia que busca na estranheza, na anomalia, a instauração de modos de existir (GREINER, 2023).

Aqui, a cripestemologia surge numa afirmação daqueles pontos elencados como problemáticos nas crianças com psicoses autísticas pelas afirmações de Asperger. Asperger cita que tal psicopatia levava a crianças que não teriam capacidade de relacionamentos sociais, e como colocou, “ninguém gosta realmente destas pessoas”, visto que “a comunidade os rejeita”. Mesmo com a originalidade do pensamento de tais crianças, ele colocava que “a originalidade pode ser disparatada, excêntrica e inútil” (SHEFFER, 2019, n.p.).

É deste disparato e inutilidade que a normatização se rompe. Se o autista não consegue ter suas expectativas preenchidas pelo comportamento normatizado e esperado, é pelas bordas que saímos para poder, mesmo diante do sofrimento, afirmar um modo de existir. Como

Deligny (2015) traz de sua experiência com crianças autistas, quando geralmente falavam-se delas, nem crianças as consideravam, mas apenas “autistas”, estando aí, ou seja, em algum lugar destas possíveis relações normatizadas, que aparecem como um resto, aquilo sobra, num lugar de fissura deste topos já estabelecido e esquadrinhado. No lugar do “entre” que o comum é possível.

Neste *topos* que me encontro, há uma singular combinação das multiplicidades que tais condições aparecem, e a linguagem não se exclui. Não é uma tarefa simples expressar de um modo cartográfico, por meio de uma tese, fluxos desejanter advindos de um processo esquizo, num corpo de rigidez cognitiva e obsessões, e “mesmices”, conforme citava. Contudo, é uma tarefa válida. Válida, pois os paradoxos estão aí, modos de pensar considerados normais a ponto de estarem produzidos como axiomas do estado moderno capitalista, numa linguagem normatizada sob égide da grafia divina, superstições validadas socialmente para diferenciá-las dos neuróticos, produzindo não somente corpos indesejados, mas também regulando o próprio ser humano desejado. O ser humano perfeito, ausente de qualquer deficiência, seja no seu corpo, comportamento ou pensamento.

Aqui, há a negação do camaleônico como modo de existir, escreve-se por um devir-polvo-gigante-do-pacífico, na afirmação da diferença pelo tingimento do normativo, pela aceitação da diversidade de funcionalidades a ponto de que estas atinjam o mundo e o aleijem. Devir-polvo-gigante-do-pacífico, que apesar de muitas vezes reconhecido por sua habilidade de camuflagem, não a utiliza apenas como uma configuração de defesa, mas também para sua caça. Além desta organização de seu corpo, também jateia tinta ao seu redor em situações mais extremas. Não conjugando com o seu ambiente apenas numa tentativa de se defender de possíveis predadores, mas também, para manutenção de sua dieta. Além disso, ele também utiliza de sua característica como invertebrado para que sua forma também se modifique, entre em lugares praticamente impossíveis e inimagináveis para a conformação do corpo humano.

Figura 1: Filhotes de *Enteroctopus dofleini* (conhecido como Polvo-gigante-do-Pacífico)



Fonte: VILLANUEVA; NORMAN, 2008, p. 161.

Da teoria *crip*, que surge como uma evocação da libertação destes fluxos que permitam um cuidado de si, na medida que atingem as próprias relações, expondo o medo do deficiente perante instituições, grupos e relações (MCRUER, 2006). Desta maneira, a incursão numa cartografia no doutorado, não apenas dá uma sequência em um desejo de continuar a aproximação e vivências com as pessoas em situação de rua e com os serviços de saúde, mas também implica uma reorganização do próprio pesquisador na sua cartografia, não como um pesquisador camaleão numa busca de passar despercebido e mimetizado pelo seu entorno, mas sim como um polvo-gigante-do-pacífico, num processo de autoanálise para compreender como seu corpo pode conjugar os encontros, de modo a afirmar os acontecimentos partindo da diferenciação do modo de existir autista.

O que se insinua aqui neste breve retrospecto, é haver um mesmo devir-pesquisador agenciado durante o período da elaboração da dissertação que seguiu para o caminho desta tese, e que junto a este devir, também se conjuga um devir-devir-polvo-gigante-do-pacífico. Pode-se expor de um modo organizativo, como uma continuação da pesquisa desenvolvida durante o mestrado, que segue para o doutorado, com o pesquisador agora com um diagnóstico de autismo, mas estaria se reduzindo o próprio processo da produção de conhecimento do período. Como o devir se manteve, o que ocorreu foram novas incursões no campo, buscando liberar os

fluxos de agenciamentos que já haviam sido produzidos anteriormente, dando sequência àquelas vivências que tive antes.

Assim, a tese segue *crip/creepy*⁴, aleijada, deficiente, estranha, bizarra, como o próprio pesquisador, na sua linguagem operada por abalos e rupturas. Uma literalidade e constatações que expressam não apenas uma análise cartográfica, mas também um modo de funcionar do pesquisador. Se há literalidade e rigidez cognitiva no autismo, cada afecção que rompe a repetição, o atinge como um abalo sísmico. Disto, também há reflexões e criações aberrantes no caminho, se há detalhamento também há concisão e objetividade.

Não há apenas um modo de funcionar, e nesta multiplicidade, esta tese também se apresenta numa singularidade de apresentação. Abalos, rupturas, epicentros. Movimentos tectônicos presenciados nos próprios territórios existenciais do pesquisador durante a cartografia são apresentados conforme segue suas ondas de movimento. Muitas vezes as ondas ultrapassam o tempo e duração de outras, muitas vezes se sobrepõem, e podem nunca se encontrar, mas nem por isto não deixam de ocorrer sob um território comum. Assim como os epicentros trazidos ao longo do manuscrito, os quais conversam entre si, e gradualmente vão se desenvolvendo em suas afetações derivadas dos abalos. Um ressoa em outro, seja retrospectivamente e prospectivamente.

Com esta organização que reconhece as rupturas do próprio território existencial ao longo da pesquisa, também se constrói uma análise pautada nos mesmos abalos. Numa interdependência que, ao mesmo tempo emerge partida e ligada.

⁴ *Crip/creepy* aparece aqui como um jogo de palavras em inglês que, por uma similaridade fonética entre ambos, acaba por expressar a significação dada pela sociedade aos sujeitos com deficiência, sendo tanto aleijados, quanto bizarros, assustadores (GREINER, 2023).

3. OSCILAÇÕES DE SUPERFÍCIE

Deleuze irá desenvolver um modo de pensar e conceber o mundo que necessariamente têm na geografia seu direcionamento. Isto, pois, é um procedimento de pensamento geográfico, que se dá nos tipos, ausente de hierarquias, onde privilégio está na constituição dos espaços. Não se tem a história ou linearidade como norte ou ponto fixo, mas sim alocações por espaços, topografias que localizem, mapeiem e pontuem onde se dá tal trama, onde se desenrola tais modos de viver, habitar e pensar (MACHADO, 2009).

Tal modo também se mantém, sendo desenvolvido, nas produções que Deleuze realiza com Guattari, habitando conceitos e obras. Podem ser vistos desde suas primeiras colaborações em *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia* (publicado em 1972) com as territorialidades das máquinas, permanecendo em *Mil Platôs* (lançado em 1980), com o subtítulo de *Capitalismo e Esquizofrenia 2*, indicando uma sequência ao livro anterior, sendo pautado por tais formações rochosas, e por fim, em *O que é a filosofia?* (apresentado em 1991), no qual a própria geofilosofia aparece como uma orientação para o exercício da filosofia em si.

Com este desenvolvimento propriamente geográfico, há a possibilidade de se aventar que tais propostas de conceber estes modos de produzir conhecimento como metáforas. Uma metáfora de criação de mapas, onde há um desenvolvimento a partir de tais pressupostos, que pode ser remetida as questões de cunho teórico da ciência geográfica propriamente dita. Todavia, tais territórios não são metafóricos, não representam um exercício da imaginação ou razão para criar imagens ou figuras que descrevam a realidade. Os territórios são, em si, reais. São planos onde a vida se dá, onde tanto os seres humanos, animais, plantas, planetas, e outros seres possíveis estão, constituídos por formações diversas de linhas que constituem coisas e acontecimentos. Daí que cada coisa tem sua geografia (DELEUZE, 2013).

Para elaboração de tal questão, há de se compreender que os autores não irão produzir uma filosofia transcendental, pautada na busca de essências, seres perfeitos, o Uno, na procura de pontos de partida, ou finais escatológicos. O que há, é propriamente um pensamento que considera a imanência como substância, sem um ser ou elementos Ideais superiores, extracorpóreos previamente formados, que seriam descobertos para nos guiar ao longo da história, num grande exercício da razão. Como Deleuze (2013, p. 182) coloca “O Abstrato nada explica, devendo ser ele próprio explicado: não há universais, nada de transcendentais, de

Uno, de sujeito (nem de objeto), de Razão, há somente processos, que podem ser de unificação, de subjetivação, de racionalização, mas nada mais”.

É num plano de imanência, tomado como virtual, onde se dão as intensidades, onde os indivíduos são acontecimentos singulares que irão se dar tanto em longitudes (velocidades) quanto em latitudes (capacidade de afetação dos corpos). Nestas molecularidades é onde a realidade não é representativa, não tem função, não há falta. Todas as conexões entre multiplicidades, ausentes de dimensão oculta (N-1), deixando para trás o 0, ponto inicial, que insiste em dar início a algo. É o devir puro. Destas relações entre latitudes e longitudes pré-individuais que irão compor um indivíduo, advindos de acontecimentos singulares do plano de imanência, a que serão reconhecidos por suas formas e funções em outro plano, o plano organizativo (DELEUZE, 2002; DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

Desta maneira, se todos os devires são moleculares, ou seja, ocorrem no plano de imanência, cabe compreender que o processo do desejo se dá num nível pré-individual, mas que sua composição articulará no plano organizativo no indivíduo. No plano de organização, com representações, formas e imagens derivadas, não são perceptíveis tais movimentos, há uma organização daquilo que se percebe. Tal organização fixa as formas e sujeitos, e para que não se restrinja a uma análise que investigue apenas tais modos perceptíveis no plano de organização, se torna necessário o reconhecimento de tais percepções de linhas de desejo, devir, de maneira que não se tenha uma interpretação apenas representativa da realidade (DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

Nesta investigação da produção de realidade, do mundo vivenciado, onde não se busca ídolos, ideias platônicas, objetos transcendentais ou deuses criadores de sentido, o que se está procurando vivenciar e mapear, são linhas de devir que percorrem os corpos, estes fluxos incessantes que forçam, esgarçam e tendem à vida. Linhas de movimento constante que pautam o próprio real.

Se há tais linhas de desejo que percorrem os indivíduos, também há movimentos que ocorrem da mistura, ou relação entre corpos que não são necessariamente humanos, mas que irão produzir o real. Com a existência de uma geografia da terra, dos estados, dos mares, simultaneamente também há a das pessoas. Deleuze (1998, p. 9) expõe isto da seguinte forma:

Por exemplo, tento explicar que as coisas, as pessoas, são compostas de linhas bastante diversas, e que elas não sabem, necessariamente, sobre qual linha delas mesmas elas estão, nem onde fazer passar a linha que estão traçando: em suma, há toda uma geografia nas pessoas, com linhas duras, linhas flexíveis, linhas de fuga etc.

As linhas do desejo percorrem os indivíduos, sempre em relações, portanto, também estão na sociedade. Tal processo de mapeamento de linhas que buscam insistir à vida ocorre em uma superfície, ou seja, não “cavamos” na busca de um fóssil ou segredo em um baú que revela um papiro antigo e sagrado com a verdade universal. Estamos falando da pele, nada em baixo, nada em cima, o próprio Hércules na terra. Nem Dionísio ou Apolo, como asserta Deleuze (DELEUZE, 2009).

Daí, surge um importante questionamento sobre tal modo de produzir conhecimento. Se estamos lidando com uma geofilosofia, podemos pensar isto como algo que também visa lidar com profundidades, sedimentos e núcleos desta terra e destes espaços que estão abaixo de uma superfície? Há de se pensar, “tais cartógrafos fazem seus mapas, mas o que está por debaixo de tais mapas?”. Essencialmente, nada.

Na construção de uma cartografia das linhas de desejo, necessariamente se falará de territórios, terras, espaços e planos, e, superfície. Considero o último conceito importante para adentrar o tema, visto que ao elaborar sobre, Deleuze clarifica que ao falarmos de uma superfície, não há pressuposição de uma profundidade. Em seu livro *Lógica do Sentido* (2009), a superfície é abordada como produção própria do acontecimento. Tanto corpos, quanto estados de coisas, se dão em planos que podemos chamar de planos de imanência e de organização, respectivamente. Tais corpos, necessariamente físicos, se relacionam entre si, se misturam. Tal mistura é o estado de coisas. Desta maneira, temos corpos, que causam outros corpos, produção de produção, de modo que de tais relações ocorrerão algum efeito.

O acontecimento, gera este efeito da produção de produção. Ele é indizível, inominável, indefinível, incorporal. Se tal acontecimento ocorre, e continua a ocorrer devido ao próprio devir, ele não pode ser “capturado” e analisado, por mais avançados sejam os microscópios ou telescópios que sejam desenvolvidos. Isto, pois, o tempo do acontecimento não é o mesmo tempo em que percebemos no mundo (ANDRADE, 2018).

Deleuze, retomando concepções de tempo dos estoicos, nos apresenta duas formas de conceber o tempo, um deles denominado de Cronos, sempre definido como ativo ou passivo, que mede o movimento dos corpos e é essencialmente dependente da matéria. O outro, chamado

de Aion é eternamente infinitivo, com o passado e futuro ilimitados. É o tempo aiônico que irá trazer “à superfície os acontecimentos incorporais enquanto efeitos” (DELEUZE, 2009, p. 64).

Com estas duas formas de ler o tempo, Deleuze apresenta uma relação temporal que age em um nível pré-individual, próprio da imanência, Aion, no qual sempre está se furtando ao presente, mas também é infinitamente divisível. Nele que os corpos sofrerão afetações, realizarão misturas que aparecerão nas superfícies em seus cortes, no que ele chama de acontecimento. Não é possível pensar tal funcionamento com a presença de substâncias imutáveis e únicas essencialmente presentes ao longo de todo o tempo, mas sim, por cortes de tempos aiônicos, que surgem no tempo cronológico na própria superfície, em uma articulação ininterrupta entre avesso e direito (DELEUZE, 2009).

Se temos um devir acontecendo, com produção de uma superfície, é porque do outro lado da superfície, sua “profundidade” não está abaixo, mas sim do avesso. Um avesso e um direito, um espelho que por um lado há o devir, o acontecimento puro e do outro, a superfície, produzida nesta relação. O acontecimento que produz as superfícies e estas, por sua vez, não são nem ativas ou passivas. Pela própria característica objetiva do acontecimento, de ser uma singularidade, suas comunicações e distribuições são heterogêneas, ou seja, elas são problemáticas, pois não instigam uma resolução, eles formam bifurcações, curvas, heterogeneidades. Como cita Deleuze (2009, p. 55):

É uma singularidade, ou melhor: é um conjunto de singularidades, de pontos singulares que caracterizam uma curva matemática, um estado de coisas físico, uma pessoa psicológica e moral. São pontos de retrocesso, de inflexão, etc.; desfiladeiros, nós, núcleos, centros; pontos de fusão, de condensação, de ebulição etc.; pontos de choro e de alegria, de doença e de saúde, de esperança e de angústia, pontos sensíveis, como se diz.

Deste modo, o que temos aqui não é uma negação da profundidade, mas sim o reconhecimento que esta profundidade, é outro lado de uma mesma fita, especificamente a fita de Möbius⁵. Nesta profundidade, neste avesso, os paradoxos não são suprimidos, eles continuam a ser produzidos. São disjunções inclusivas que seguem caminhos heterogêneos que a racionalidade de superfície não aguarda, ou espera. É o paradoxo levado à superfície que destitui a profundidade (DELEUZE, 2009).

⁵ Espaço topológico não orientável, com um lado e uma borda apenas. Seu caminho possui uma circulação infinita, mostrando a indissociabilidade das faces de um objeto (NOVAES; PASSEGI, 2020).

Ocorre haver entre tal profundidade e superfície, uma fronteira, na qual Deleuze afirmaria onde “tudo se passa na fronteira entre as coisas e as proposições” (DELEUZE, 2009, p. 9). É nessa margem, que os corpos passam ao incorporal. O mais profundo é a pele. Assim, não pensamos aqui a profundidade em incontáveis níveis, mas sim, apenas nesta continuidade entre avesso e direito, os quais possuem entre eles a fissura, uma fronteira que ininterruptamente articula ambos, a dobra que faz distribuir, sendo topográfica e não ideal (SALES, 2015).

Se não acessamos tais acontecimentos puros e estamos numa superfície regida pelo tempo cronológico, é o mapeamento das linhas de desejo que ocorrem no plano de imanência que possuem o potencial de trazer visibilidade aos cortes que o devir produz nesta dobra⁶. Desta maneira, na produção de uma cartografia, não há como estabelecermos um *a priori* na confecção de mapas, ou mesmo um mapa ideal, pois estaríamos desaguando em um bom-senso teleológico ou em um senso comum moralmente divino. Daí que as cartografias fluem de conforme os fluxos e cortes que o desejo produz. Seguem as efetuações e contra-efetuações dos acontecimentos, pois não há como separar-se como pesquisador de tais misturas. Os corpos se misturam, o devir flui, não há método observacional presumidamente neutro que destitua isto (PRADO FILHO; TETI, 2013).

A partir de tais pontos que Deleuze e Guattari desenvolvem a noção de que todo território é existencial. O território é onde os seres se organizam, onde a subjetivação se dá. É o plano onde os investimentos irão emergir, sejam em ambientes sociais, relações políticas, culturais, entre outras (GUATTARI; ROLNIK S, 2013). Deste modo eles não são apenas espaços geográficos, ultrapassam tal delimitação e se apresentam, isto, pois, para haver tal formação, são necessários agenciamentos, os quais são inseparáveis do desejo.

Agenciamentos, são unidades mínimas do real, neles há uma tetralvência distribuída em eixos vertical e horizontal. Na horizontalidade temos segmentos de expressão e conteúdo, é o agenciamento denominado “maquínico de corpos”, que irão organizar estes no espaço e tempo, se dão nas paixões e ações entre os corpos, uma mistura onde os acontecimentos se dão. Já o eixo vertical, diz respeito aos territórios e reterritorialização que irão buscar estabilizá-lo, mas juntamente em também há uma desterritorialização que os rompe, são agenciamentos

⁶ Acontecimento puro é referido a noção de puro devir, apresentada por Deleuze em *Lógica do Sentido* (2009), sendo o ilimitado, que contesta tanto o modelo e a cópia, em uma crítica ao dualismo platônico, ou seja, é no puro acontecimento que é ocorre a paradoxal afirmação de dois sentidos ao mesmo tempo, numa operação que destrói o bom senso, senso comum e sentido único.

coletivos de enunciação, pois operam nesta semiótica, em regimes jurídicos, propagandas ou juramentos (MENEZES, 2006).

O que se tem são maquinações, que produzem corpos, mas também uma produção de produção que irão produzir signos, numa articulação de contrários que produzem tanto os indivíduos, quanto a sociedade, ou de outro modo, as produções de sujeitos e territórios. É aí que o acontecimento ganha seu caráter político, são maquinações criadoras que mantêm os direcionamentos, organização de corpos e semióticas dos axiomas capitalistas (GUÉRON, 2020).

Como colocam Guattari e Rolnik S (2013, p. 323):

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos [...] O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir.

Disto, o território é um agenciamento, visto que é no território que tais produções irão ser agenciadas e produzidas. Sempre em um território, não fora dele, pois um agenciamento é sempre territorial, e por isto também que, o território também é formado por agenciamentos. Nesta articulação que vão se formando territórios, sendo reorganizados, mas também se desterritorializando, para se estabelecer em outros territórios. Isto, claro, sempre com linhas de desejo envolvidas (ENES; BICALHO, 2014).

O desafio está aí. Como num processo ininterrupto de acontecimentos, num território que se dobra entre tempos e linhas que cortam fluxos, pode ser dito, expresso ou demonstrado de algum modo?

Alguns autores e grupos de pesquisa, mergulharam nesta tentativa, a partir das contribuições de Deleuze e Guattari, e criaram suas maneiras de expressar este mapeamento possível. No Brasil, algumas propostas de produção cartográfica, como as de Suely Rolnik (1989), os estudos de Passos et al. (2015; 2014) em campos advindos da psicologia, e as realizadas por Merhy (2005) nas propostas para a saúde coletiva, são exemplos que podem ser citados.

Também é importante considerar que tal desafio de produção, pode levar tanto a produção de textos na forma de artigos e livros, mas também em produções como desenhos

(OLIC, 2008), poesias e pinturas (CRUZ, 2016), cartas (BATTISTELLI, 2017), músicas e dança (SOUTO ALLEMAND; HOFFMANN, 2022), ou mesmo na tentativa de expressão devir proposta por Land (2012) nos textos *KataçoniX* e, talvez, *A zIIgothIc—X=coDA—* (*CookIng—lobsteRs— wIth—jAke—AnD—DInos*).

Seguindo tais processos de mapeamento, inúmeras linhas e processos vieram a se formar ao longo do processo de inserção no campo e escrita. Esse processo de produção que buscava acompanhar e almejar algum modo de expressá-lo num mapeamento, parecia a cada revisão e realização se encontrarem numa espécie de representação daquilo vivido. Mapas, pareciam não dar conta dos direcionamentos possíveis, não apenas surgindo como uma colcha de retalhos, a qual ainda pode servir como colcha, mas apenas num emaranhado de fluxos desconexos da produção escrita, assim, na busca de voltar para as singularidades, um abalo foi percebido.

3.1. ONDAS SÍSMICAS

Meu corpo, em seu território existencial, ainda buscava construir uma certa cartografia como Deleuze e Guattari se propuseram. No entanto, na medida que realizava tentativas de inscrever um possível mapeamento neste manuscrito, havia uma dificuldade em estabelecer certos direcionamentos ou mesmo compreender como tais linhas de desejo operavam, e eram operadas, em tal momento. Decidi, então, voltar minha autoanálise para a fenda, a ruptura, aquele espaço entre, buscando nas ferramentas utilizadas aquilo que mais parecia ter me abalado, para, desta singularidade, seguir.

Do abalo, na medida que desenvolvia a pesquisa, a construção do mapa tornou a se assemelhar com as linhas de um sismógrafo. São linhas que indicam rupturas no próprio território existencial que já possuía estabelecido em mim. Como Greiner (2017) coloca, o sismógrafo nesta produção cartográfica possibilita identificar alguns movimentos e suas reverberações, nele há de se identificar abalos de acontecimentos que escapam às macropolíticas. Estes movimentos desconhecidos, são intensidades de um território que está se rompendo, se movimentando, se destruindo, ou seja, desterritorializando.

Se temos uma superfície onde a expressão tende a ganhar organização e análises pela ciência régia, de Estado, a proposta de organização destes escritos buscava, no mapeamento, fazer tais paradoxos dos acontecimentos, que ocorrem neste avesso, serem problematizados e

ganharem a superfície. Disto, se é na fissura que se faz uma ciência menor, é do movimento entre tais fissuras que se busca o direcionamento da escrita após as vivências do pesquisador. São as ondas sísmicas da profundidade que produzem linhas no sismógrafo que orienta os mapas da superfície. É na implicação da fissura que se direciona a escrita.

Guattari (2007, p. 17) já expunha:

O sujeito não é evidente: não basta pensar para ser, como o proclamava Descartes, já que inúmeras outras maneiras de existir se instauram fora da consciência, ao passo que o sujeito advém no momento em que o pensamento se obstina em apreender a si mesmo e se põe a girar como um pião enlouquecido, sem enganchar em nada dos Territórios reais da existência, os quais por sua vez derivam uns em relação aos outros, como placas tectônicas sob a superfície dos continentes.

Assim, destas relações e articulações de placas tectônicas que abalam a superfície dos territórios da existência, nota-se o válido questionamento de que, se há a possibilidade de tais mapeamentos, direcionarmos as análises para tais fissuras, impactos, movimentos tectônicos que irão desembocar em danos, falhas, ou linhas de alterações topográficas. Lugares onde os territórios irão ser movimentados de uma maneira que não há como o pesquisador se esquivar de tais ondas.

Se compreendermos o terremoto como vibrações superficiais percebidas na superfície por quebras ou fraturas de rochas que estão mais próximas a ela, pode-se assinalar que as ondas sísmicas, são ondas advindas deste choque, que percorrem a superfície. Elas variam de velocidade e intensidade na medida que percorrem diferentes conformações de materiais, podendo passar por zonas frias (áreas mais rígidas que transmitem as ondas mais rapidamente) ou, por zonas quentes (as quais são mais fluidas, mas que tem uma velocidade reduzida de transmissão) (CHRISTOPHERSON; BIRKELAND, 2017).

Com as ondas, há, portanto, uma transmissão, um caminho que elas percorrem conforme a configuração geográfica, que permite que elas se propaguem ou não, por um território. Nesta diferenciação onde elas podem percorrer, também há zonas que as absorvem, chamadas zonas plásticas, bem como, zonas que desviam ou refletem tais movimentos (CHRISTOPHERSON; BIRKELAND, 2017).

Destes sismos, movimentos, ondas que percorrem a terra, que a topografia se configura, os relevos tomam espaço, altitudes são diferenciadas e forças são redirecionadas. Algumas tensões, com tanta pressão em seus processos de quebra, de ruptura das rochas, geram ondas

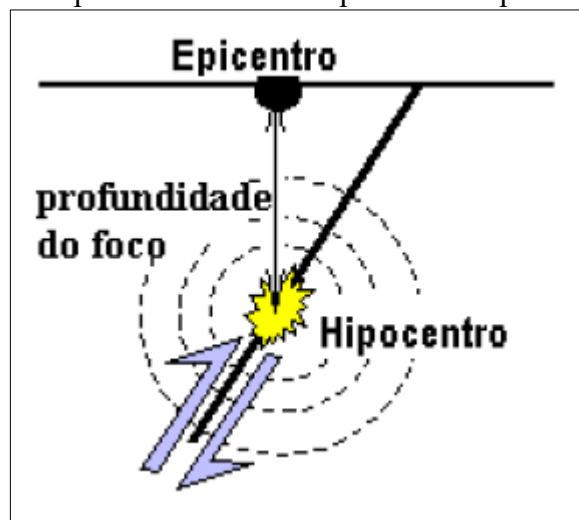
perceptíveis ao longo de uma vasta superfície, numa intensidade que reconfigura paisagens, sejam de espaços propriamente da terra ou espaços geográficos das cidades, por exemplo.

Isto, por conseguinte, acontece ininterruptamente, um movimento que segue formando e configurando forças, num “verdadeiro campo de batalha de processos opostos” (CHRISTOPHERSON; BIRKELAND, 2017, p. 360), tanto endógenos, quanto exógenos. É neste processo de pressão, forças, sobre uma rocha que acarretará num cisalhamento, uma fratura, produzindo uma falha, dado ao deslocamento de uma em relação a outra.

A tensão, ou as relações de forças, vão sendo distribuídas, organizadas e reorganizadas, não geram necessariamente fraturas a todo o momento. Porém, quando a pressão se eleva a um ponto que tal formação da rocha não suporta, há uma ruptura abrupta, da qual desta energia liberada que as ondas são geradas. Um terremoto, que fará na falha os planos seguirem para novas posições, sejam em mudanças ínfimas, ou de grande percepção.

Na formação de um terremoto, há um *foco*, também chamado de hipocentro, onde tais ondas sísmicas se iniciam, na liberação de energia da fratura (Figura 2). Na superfície imediata ao foco, tem-se o epicentro. Ocorre que, as ondas não se restringem ao foco, mas sim, são propagadas por toda a crosta terrestre, derivando pelas possíveis configurações das zonas de aceleração ou lentificação.

Figura 2: Esquema representativo de um epicentro e hipocentro de um sismo.



Fonte: OLIVEIRA, 2010.

Como um acontecimento que se articula com a superfície e pode abalar e alterar completamente um sujeito, tal como uma amputação ou perda de um familiar por exemplo, também ocorrem acontecimentos que não ganham tanta magnitude no momento que ocorrem e

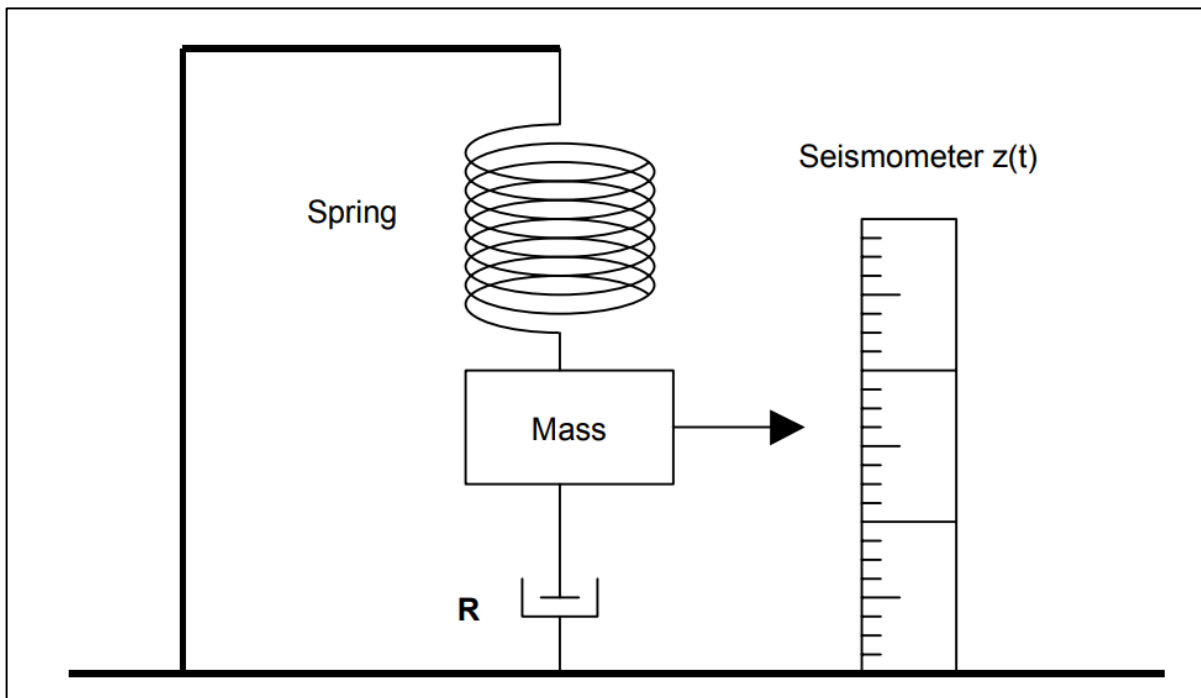
são pouco sentidos ou passam mesmo imperceptíveis na apreensão do momento para o sujeito, mas não há como negar que tais relações no estado de coisas ocorreram.

Compreendendo haver tais graus de magnitude, e considerando que a cartografia de linhas do desejo envolve o uso de uma caixa de ferramentas, propõe-se o entendimento de que tais análises de sismos podem ser sensibilizadas pelo uso de equipamentos. Estes possibilitam a complementação ou promovem a acurácia da identificação de tais movimentos de rupturas, um direcionamento para a fronteira e suas reverberações na superfície. Para isto, volta-se para os próprios equipamentos utilizados para avaliação de terremotos.

Os sismos variam também em magnitude conforme a quantidade de energia liberada. O equipamento que possibilita o registro destes movimentos advindos das ondas é o sismômetro (ou sismógrafo). Ele, por uma identificação de ondas advindas, tanto de terra (ondas de corpo), quanto da superfície, gera um sismograma, formado por linhas que representam tais variações, atuando geralmente em mais de um equipamento, formando uma estação, isto, pois, são necessários avaliações de movimentos horizontais e verticais. O sismômetro não está alojado no interior da terra, onde as ondas sísmicas se originam, entre as fissuras. Ele se localiza na superfície terrestre, acompanhando seu movimento e, por medidas e cálculos, é interpretado por meio de parâmetros, considerando o equipamento utilizado (POMEROL et al., 2013).

Nesta percepção de superfície, ao contrário do que se dá a entender em um primeiro olhar, o sismógrafo (Figura 3) não é um instrumento ideal da profundidade, da busca e análise de placas tectônicas e das camadas de solo, mas sim um instrumento da superfície e de suas reverberações. Por se dar na superfície, compreende-se que tais análises sísmicas irão se envolver naqueles abalos que indicam uma região, mas que não estão necessariamente nela, são leituras de superfície que indicam alterações em outros pontos horizontais ou verticais daquele território proposto.

Figura 3: Desenho esquemático de um sismômetro mecânico⁷.



Fonte: HAVSKOV; ALGUACIL, 2004, p. 12.

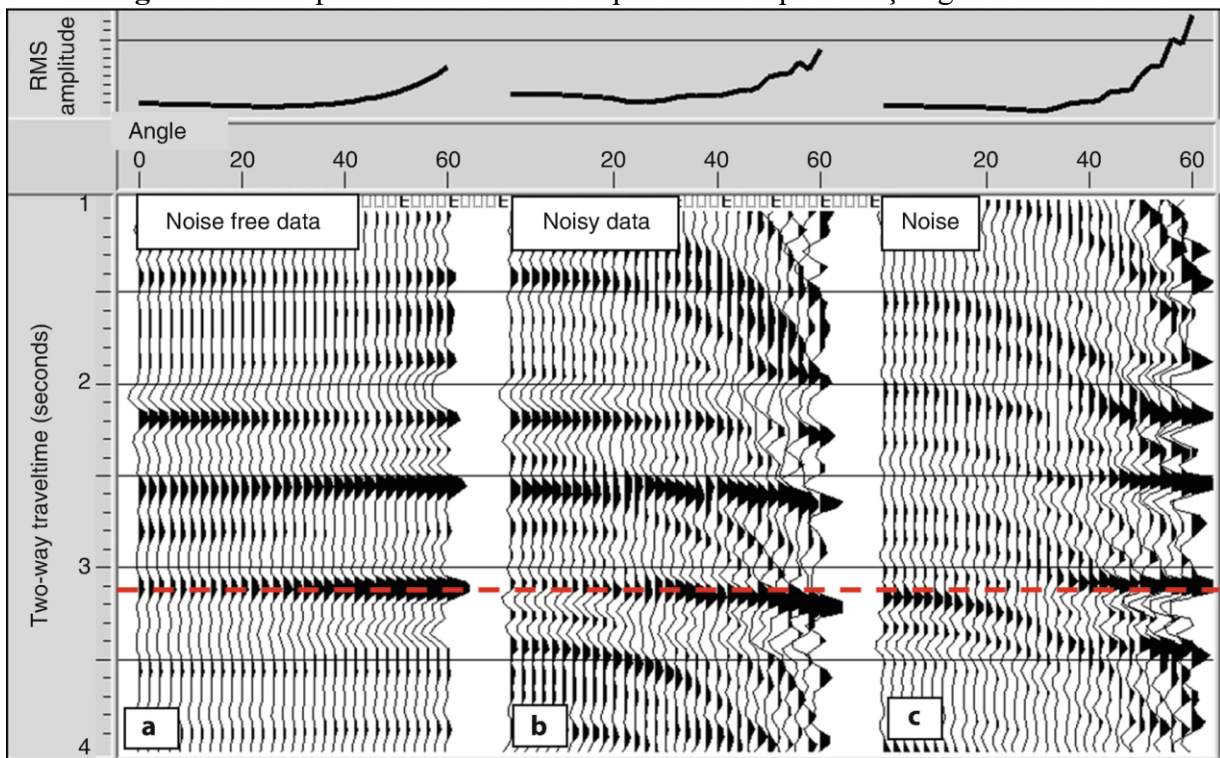
Apesar de parecer contraditório, a superfície é um dos pontos necessários para se compreender o acontecimento em Deleuze. Como autor coloca em *Lógica do Sentido* (2009), o devir é este movimento ininterrupto, que ocorreria naquilo que podemos entender por subterrâneo. Acontece que tal subterrâneo, é entendido como os próprios corpos, os estados físicos e tais relações entre os corpos e suas produções são a superfície, aquele que visamos retirar um substantivo. Ou seja, temos um devir, um movimento que acontece, corpos que causam outros corpos, máquinas de máquinas, produção de produção, que não conseguimos coletar, agarrar, amarrar ou segurar. Apenas conseguimos fazer considerações sobre tais corpos, seu estado de coisas, em outras palavras, sua superfície. Se neste “subterrâneo” temos um tempo que foge ao presente (Aion), também temos um tempo na superfície, que se dará nos efeitos deste subterrâneo, expresso na superfície (Cronos) (SALES, 2015).

Ocorre que, apesar de lidarmos com os termos subterrâneos e superfície, esta complementaridade de acontecimentos, pode ser entendida melhor se considerarmos o subterrâneo, como apenas um mesmo lado da superfície. É um espelho, um avesso e um direito, onde entre eles se passa do corporal ao incorporal, do tempo aiônico ao tempo cronológico, do indizível ao expresso na linguagem. Portanto, quando se trata do sismógrafo, espera-se lidar

⁷ Sismômetro de modelo simples, que funciona pela inércia, através dos movimentos de uma massa suspensa por uma mola. Detecta os movimentos verticais do solo.

com os efeitos na superfície destes acontecimentos que estão concorrendo no devir e que se furta do presente, mas que podem ser expressos em algum ponto de tal superfície, em ondas, que apesar de acontecerem no avesso desta dobra, são captadas como abalos sísmicos, num *espectro* de ruídos (Figura 4), durante a vivência do pesquisador.

Figura 4: Exemplo de ruído sísmico captado e sua apresentação gráfica.



Fonte: KUMAR; AHMED, 2021 n.p.

Disto, percebe-se que o acompanhamento das ondas não é único, e nem mesmo seu instrumento o é, seja um transdutor de velocidade ou um acelerômetro, há os parâmetros e instrumentos necessários para interpretar tais ondas, apresentadas como ruídos sísmicos, de acordo àquilo que os instrumentos servem. Como uma verdadeira caixa de ferramentas sísmicas. Assim, o sismógrafo percebe as ondas na superfície, neste plano de organização, e por certos parâmetros busca seguir as linhas de tal magnitude sísmica, não havendo origem única ou *a priori*, há apenas o acompanhamento do movimento terrestre e sua interpretação do acontecimento, catapultado a superfície, de modo que o mapa forma uma cartografia sísmica do vivido.

3.2. OS LIMITES DO CORPO DO CARTÓGRAFO

A sismografia parece estar mais próxima daquilo que meu corpo suportaria no próprio processo que envolve uma cartografia. Dentre as razões, duas se destacam, o corpo exausto, e

os limiares da desterritorialização. Isto, porque, como Barroso (2016) coloca, tais acompanhamentos de ondas sísmicas estão na identificação de sinais de turbulência, chamados sismos, na subjetividade, inquietações, tão poderosas e imparáveis que moldam quem somos no plano de organização. É onde a imanência se dá, onde podemos percebê-las como linhas, rupturas, ou neste caso, como forças de devir, sendo as ondas detectadas em tais pontos de espanto, desterritorialização, que indicam a ocorrência de um movimento intenso abaixo daquilo que aparece rostificado, organizado. Em suma, é um caos que só poderá ser dito após, como um verdadeiro acontecimento, captado pelo sismógrafo do pesquisador.

Quanto ao primeiro, o corpo exausto, pode-se remeter àquela imagem do corpo sedentário que ao mínimo esforço já percebe que o peso de sua carne não é o mesmo daqueles minutos antes do movimento. Contudo, o que trago é um corpo exausto de afecções de estar no próprio sul do mundo em tempos de realismo capitalista⁸. Cada cartografia é única, isto não é questionável, entretanto, há territórios nos planos molares que são comuns, que já foram tratados inclusive pelos próprios Deleuze e Guattari, os quais agem nessa produção de subjetividades esmagadas, destruídas, despontencializadas. Não deixo de reconhecer que, ainda mesmo nesta condição, tenho um rosto social que me abre portas nesta organização capitalista. Sou branco, homem, hétero, cisgênero, além de várias outras características molares que compreendo que fazem a minha inserção no mundo ser menos violenta que de minorias que a todo momento tem seu corpo atacado.

Contudo, como é próprio destas produções de mapas, não posso deixar de citar que meu corpo está exausto. Mark Fisher traz bem esta questão quando nos apresenta como o realismo capitalista penetra em nós, ele “condiciona não apenas a produção da cultura, mas também a regulação do trabalho e educação — agindo como uma espécie de barreira invisível, limitando o pensamento e a ação” (FISHER, 2020, p. 33). Nisto, não há apenas uma reconfiguração de como vemos o passado, mas também como não conseguimos projetar um próprio futuro fora das possibilidades que o capitalismo oferece, uma limitação não só de ação, mas de pensamento.

Além desta citação de Fisher, há outra que também considero central nesta discussão, onde questiona: “quando se tornou aceitável que uma quantidade tão grande de pessoas, e uma

⁸ O realismo capitalista é um conceito trazido por Fisher (2020) para explicar a realidade contemporânea pós-queda da União Soviética, como uma alternativa ao termo neoliberalismo. Isto, pois o que o realismo capitalista traz é uma pobreza, ou total ausência, de alternativas virtuais ou não para o sistema capitalista, sintetizado na máxima que é mais fácil imaginarmos o fim do mundo que do capitalismo.

quantidade especialmente grande de jovens, estejam doentes?’ (FISHER, 2020, p. 37). Aqui, o autor se refere a uma normalização destes afetos tristes que nos permeiam desde quando acordamos, até a hora de dormir (quando conseguimos). É neste corpo que se direcionam os enunciados publicitários, a coleta de dados na internet, e a produção acadêmica.

Tudo isso faz parte da produção de um corpo cansado, exausto, exaurido de qualquer desejo que não seja uma interpretação errônea deste baseada na falta. Produz-se a falta de bens materiais, de espaços, de tempo, etc., contudo, o corpo exausto que escreveu esta tese consegue lidar em certa medida com alguns agenciamentos. Assim, a apresentação em linhas de grande intensidade no sismógrafo, é mais próxima do corpo deste pesquisador, o qual é ordenado, neurótico, sedentário, inserido no realismo capitalista que visa capturar e burocratizar até a mínima atividade diária. É nestes rompantes dos territórios que o corpo exausto consegue reconhecer a produção de um devir e fugir das linhas de conservação.

O reconhecimento deste esgotamento, foi colocado por Deleuze (1995) como aquilo que está muito além do cansaço. E desta distância, que não se confunde com um cansaço, é que há o esgotamento do possível, ou seja, é nele que o possível pode ser produzido por acoplamentos, renunciando da necessidade, sentido, escatologia ou interpretações e significações. Como trazido por Henz (2010, p. 83) “O esgotamento é a própria possibilidade de engendrar uma política que dissemine combinatórias, silêncios, transmutações de coisas, eus e impessoais parasitados”.

O outro ponto que se soma a tal esgotamento, está situado nos limites da desterritorialização. Isto, pois, o processo de vivência pelo cartógrafo que irá produzir a análise de um devir, das subjetividades, agenciamentos, fluxos, entre vários outros processos que ocorrem muitas vezes simultaneamente, provocam uma própria desagregação destes territórios existenciais que até então eram convenientes ao modo de viver do pesquisador. Claro que o capitalismo também necessita de certos pontos de desterritorialização para poder capturá-los e torná-los regimes de enunciação para a sujeição social e servidão maquínica. Todavia, nós também criamos territórios e os destruimos, rearranjamos, etc., e, para produzir a cartografia, o cartógrafo precisa ir de encontro a outros e a si. Não há cartografia representativa, tudo é visceral. Sente-se o mal-estar, a náusea, a mudança, da destruição de linhas conservadoras já muito bem estabelecidas quando se encontra outros corpos com devires tão potentes que agenciam uma própria destruição de seus territórios, de maneira que aquilo que antes você tinha

muito bem estabelecido em seu modo de viver, passa a não pertencer mais a você, não havendo mais espaço para aquela organização anterior.

Esta autoanálise não é um processo simples, muito menos de curta duração. Aquelas linhas sedentárias, que vivem no realismo capitalista, são postas em xeque por, muitas vezes, simples encontros. O que Deleuze traz de Spinoza, “o que pode um corpo?” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 49) continua válido, a questão aqui é compreender qual limiar de encontros com este corpo que provocará uma passagem deste limite e o desagregue de modo que não haja mais territórios? Como os territórios existenciais já estabelecidos suportam seus rearranjos e/ou destruições?

Pelo exposto, não há como distanciar o corpo exausto com o limiar da desterritorialização. É um exercício de autoanálise para entender que o corpo do pesquisador exausto não admite passagens de certos limiares. É no cuidado de si que se produz uma cartografia que não ceda ao ressentimento, que não desagregue a própria subjetividade. Assim, antes de uma cartografia, um verdadeiro mapeamento, as linhas de ruptura identificadas pelo pesquisador são identificadas num sismógrafo, as quais agora conseguem dar passagem aos fluxos de modo que sejam produzidas como texto, e, dar a dimensão de rupturas que ainda virão.

Nessas linhas de rupturas e movimentações, optei por apresentar aqui aquelas que ganharam maior reverberação em meu corpo, e que puderam manter tais liberações de fluxo de desejo no devir pesquisador, não apresentando uma ordem cronológica adequada, apenas são movimentações que abalaram os meus territórios existenciais e abriram espaço para a produção.

Como primeira linha de indicação de movimento nos territórios existenciais está a retomada do processo de busca de pistas genealógicas. Isto, porque a genealogia como vai se dar nesta busca de como certas forças formaram tais dispositivos para produção e manutenção de regimes de verdade, nunca deixou de estar no devir pesquisador. A linha de desejo diante destes estudos genealógicos enveredara para os caminhos já apresentados, contudo, não havia como não entender que a própria compreensão de buscas de certas pistas genealógicas não fizessem parte de uma linha de abalo neste sismógrafo do devir.

Enquanto vivia e desenvolvia o produto da dissertação, meu diário cartográfico e meus estudos não deixaram de seguir na compreensão de alguns dispositivos que apresentavam determinadas relações de forças, que mantinham meu desejo na tentativa de, entre estas brumas,

encontrar tais caminhos que levantassem tais pistas de como a criação e estabelecimento do CnaR produzissem a adoção de certos aspectos de funcionamento e direcionamento em detrimento de outros, e como tais heranças de relações de forças se estabeleceram no atendimento aos viventes da rua.

É na vivência com o CnaR que tais fios que guiam a investigação de certos dispositivos podem ganhar profundidade, visto que o dispositivo aqui é entendido na concepção que Deleuze elaborou a partir dos estudos de Foucault, onde este é visto como um conjunto multilinear, que possui em sua composição linhas que variam em sua natureza (WEINMANN, 2006). Ou seja, temos linhas de inúmeras segmentaridades que cruzam nossos territórios existenciais, sejam elas molares (ou duras), moleculares (maleáveis) ou mesmo as de fuga. Assim, a linha não é o sistema designado em si, mas algo que traça uma direção nele (não é subordinada a um ponto), e disto, qualquer uma delas pode ser quebrada, bifurcada, seguir para outras direções, ela se submete a derivações.

Neste funcionamento, como vetores, ou tensores, das forças que percorrem com tais linhas, se reconhece que elas não sendo definíveis, mas podem, de certa forma, serem “acompanhadas” durante algum ponto de seu traçado. É neste novelo emaranhado de linhas, que se pode identificar um ponto de tais linhas e buscar segui-la em seu caminho na produção do dispositivo, e por isso, Deleuze não distancia esse processo como parte de uma cartografia (DELEUZE, 1996).

Nesta tentativa de, ainda que breve, aproximação com a investigação genealógica, lançou-se mão do material já levantado no início da dissertação, com as produções feitas durante ela, para que estes fossem revisitados com um olhar investigativo genealógico, buscando levantar tais pistas que permitissem tal análise. Assim, com o material, foram retomadas as buscas em documentos, publicações e reportagens, que não dissessem respeito apenas ao CnaR em si, mas, que com o corpo já marcado com as produções do mestrado, se identificasse certas linhas de força de determinados dispositivos e tentasse desemaranhá-las deste nó para desanuviar tais forças produtoras de regimes de verdade.

A segunda linha de movimentação neste sismógrafo é produzida no retorno à vivência no CnaR, mas sem abandonar as marcas já vividas anteriormente, onde uma afetação produziu uma constante reflexão desde os encontros no período de vivência no mestrado. Estas afetações surgiram no encontro com viventes da rua, vivendo de variados modos, e como expressão deste

modo de viver, as suas relações com o espaço urbano e moradia. Eram produção de casas racionalizadas e sedentárias no âmbito da rua, ou matagal, eram moradias nômades em espaços limitados e terrenos abandonados, enfim, eram expressões de subjetividades que se relacionavam com o espaço da cidade de uma maneira não enunciada. Fácil era de se ver, difícil é interpretar, mas acompanhar estes devires é quase indizível. Assim foi na busca de, minimamente, expressar este indizível destas expressões de desejo de morar e viver que outra linha se formou no sismógrafo.

3.3. LINHA DE RUPTURA: CORTE DO AUTISMO

Guattari (2004) coloca em sua exposição inicial sobre o conceito de máquina, como a condição daquilo que não consegue ser uma parte da estrutura, pois no sistema estruturalista mesmo quando há rompimentos ou fugas, estes tendem a serem vistos como parte de outra estrutura e assim consequentemente. As máquinas não. Máquinas e maquinações cortam esta estrutura, aparecem de um modo que a estrutura não consegue inserir ou remeter a outra estrutura. A corte da máquina não mantém a captura necessária que uma estrutura necessita.

A sismografia nos parece, por sua própria característica de estudo, apresentar cortes, rupturas identificadas ao longo destes territórios existenciais. Reverberação dos cortes-máquinas. Este corte é necessário, pois até então a elaboração desta tese iniciou com um certo modo trabalhar a autoanálise do autor, contudo, neste ínterim, entre os abalos já escritos anteriormente, surge um que não respeita temporalidade, e que considero importante para a continuidade do desenvolvimento, rompendo com o processo até então estabelecido.

Um abalo, uma ruptura que seria um epicentro que coloca certas questões de autoanálise sob novas perspectivas. Até o momento é perceptível que há uma construção sobre este corpo exausto, onde os afetos tristes parecem povoar e produzir o próprio pesquisador capturado pelas inúmeras linhas duras e flexíveis do aparelho de Estado. Porém, algo não funcionava. Não funcionava, pois antes de uma proposta cartográfica, é necessário a compreensão que nela não há um descobrimento de segredos possivelmente escondidos atrás de um véu obscuro que turva e separa de nós o conhecimento verdadeiro. A cartografia se faz por função, ela tende a funcionar, ter um uso, não pré-estabelecido. É uma produção. De quê? Não sabemos, e aí está sua potência intrínseca.

Apesar de ser uma forma de produção de conhecimento onde se dá a partir de uma vivência de afetos e afetações, sempre havia algo me incomodando. Ao presenciar outros cartógrafos, outras vivências, ou mesmo ao ir a campo, esse cansaço, essa dificuldade em sentir sempre me deslocavam e me colocava a pensar o que poderia estar produzindo isto. Como havia exposto até aqui, alguns argumentos parecem fazer sentido. A noção de corpo exausto e o roubo da nossa imaginação de outros futuros são elementos que parecem adicionar uma boa proposta de constituintes de tal modo de existir. Mas não explicam tudo, e nem se propõem a tal.

Por fim, ocorre que tal dificuldade se pauta numa própria dificuldade de compreender e viver tais afetações chamada autismo. A partir do momento deste diagnóstico, em meio a produção da tese e processo de vivência no campo, o que havia sido produzido até então ganhar mais uma ruptura. Um abalo sísmico que parecia ser de múltiplos epicentros. Ora, se questões de autoanálise que antes me pareciam apenas tópicos superficiais e já resolvidos de certa forma, ganharam novos matizes quando esta discussão passa por um modo de estar no mundo que não há corresponde ao esperado na própria axiomática capitalística.

Como fazer uma cartografia, mapear estes afetos, guiar por estes caminhos que necessitam de um mergulho nas afecções por alguém que não possui interesse em socialização, e que já possui uma condição que parece estabelecer uma grande dificuldade de expressão, dificuldade em comunicação e compreender contextos, estímulos não verbais? É desse mundo que parto, um pensamento literal em um mundo simbólico, de um modo de produzir conhecimento pautados nas afecções e relações por alguém que parece não conseguir fluir por entre linhas flexíveis. Como cartografar linhas de fuga, fluxos de desejo que precisam fluir, por alguém que necessariamente se agarra em linhas duras e estriamento para poder manter certos modos de existir no mundo, no trabalho, na pesquisa?

A questão que surge é: como poder produzir cartografia sendo autista? Não se há resposta ontológica ou pré-estabelecida, como já exposto anteriormente, mas foi neste contexto que tais escritos foram produzidos. Uma produção de alguém que sempre está fora, mesmo estando no meio, a interação social necessariamente realizada por mediações, e um cansaço extremo após as incursões nas vivências. Estar no autismo é correr uma maratona toda vez que saímos da rotina, quando se precisa conversar com muitas pessoas em um turno, participar de reuniões, ou mesmo gestos simples, como olhar no olho de alguém.

Tudo isto foi feito, mas num modo e ritmo que não segue nem a ciência régia, nem o modo representativo de pesquisa, mas no modo do pesquisador compreender e viver no mundo. Ou seja, nos afetos possíveis de serem cartografados, alguém na busca das linhas de fuga a partir de uma vivência espremida entre linhas duras. Uma ciência de fronteira, de limite.

Pode-se pensar com isso: ao menos foi funcional ao ponto de escrever uma tese? Não. Meu interesse não é e nunca foi em certo sentido funcional ou produtivo (se referindo a produção capitalística), o funcionamento muitas vezes se dá com uma predeterminação no modo de funcionar, pré-estabelecem-se as funções. Interpretar alguém no espectro autista como “funcional” muitas vezes inclui no funcional o modo de produção capitalista. Ser funcional não é produzir conforme as demandas do aparelho de Estado ou reagir de modos adequados e esperados e certas situações sociais ou encontros, mas sim, funcionar naquilo que é válido na própria existência. Um niilismo positivo necessário, para não se estabelecer em deuses e sóis que estarão eternamente “a chegar” e salvar e reabilitar destes comportamentos “desajustados” e sim, na intensidade destes modos de estar no mundo, afirmar a existência.

4. EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Dentre os modos de produção de conhecimento, seus estabelecimentos, surgimentos e desaparecimentos ao longo do tempo, Deleuze e Guattari (2012a) elaboram sobre um modo que age como uma excentricidade quanto o fazer ciência hegemônico na contemporaneidade. Para tal elaboração, os autores apresentam a concepção de uma ciência nômade, ou seja, uma maneira de produção científica pautada no território existencial, que têm no nomadismo sua característica.

O nomadismo pode ser compreendido como um modo que não é determinado pelos pontos de um trajeto. Diferente do sedentário que se desloca visando o cumprimento de um determinado caminho entre trajetos, o nômade não está determinado por tal trajeto, os pontos não são ignorados, mas sim subordinados a ele. Tal nomadismo se dá num espaço que não é aquele recortado, esquadrinhado ou estriado, seja por muros, vias, métodos e protocolos, mas sim, num espaço desértico, liso, onde tais pontos do estriamento são utilizados conforme o movimento do nômade (LINS, 2017).

Entende-se que o nomadismo não é algo, ele está num local. Situado entre operações e orientações múltiplas, diferenciando-se do território existencial sedentário. Deleuze e Guattari chamarão tal ciência sedentária de ciência régia, aquela que faz parte e é utilizada pelo aparelho de Estado, o qual modela, e internaliza todo processo. Nesta relação entre a ciência régia e a ciência nômade, pode-se compreender tal ciência menor como uma máquina de guerra, a qual é sempre exterior ao aparelho de Estado. Isto ocorre de tal modo, que para Deleuze e Guattari, a epistemologia também se dá nessa relação. Uma ciência que é régia, de estado, que ocorre nas vias já racionalizadas, e outra, renegada, excêntrica, exterior, que se dá num espaço liso, topológico (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

Se a máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado, a ciência nômade não é interior a este mesmo aparelho. O Estado modela, organiza, captura e esquadrinha, torna interno. Estes modos de produção de conhecimento pela ciência menor não tendem a uma homogeneização, um bom senso ou senso comum, características da ciência régia, mas sim, na sua realização tanto na arte, quanto técnica, seguindo as conexões de singularidades, acoplamentos maquínicos (FERREIRA, 2019).

Em tal ciência nômade, se não há um direcionamento para construções de axiomas ou categorias, não há estabilidade de modelos propostos, mas sim, um reconhecimento de que se

há uma produção de conhecimento a partir das singularidades num espaço liso, ela não poderá ser representativa, e nem fixada. Assim, no modo tradicional de se desenhar um método, sua execução e planejamento se dá numa dobra com o seu avesso, estando necessariamente numa resposta a hipóteses. Como citam:

Um “método” é o espaço estriado da *cogitatio universalis*⁹, e traça um caminho que deve ser seguido de um ponto a outro. Mas a forma de exterioridade situa o pensamento num espaço liso que ele deve ocupar sem poder medi-lo, e para o qual não há método possível, reprodução concebível, mas somente revezamentos, *intermezzi*¹⁰, relances (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 49).

Devido a sua não construção de universais, não há também, portanto, a construção de uma história sobre um conceito definitivo que possua uma verdade inerente e interna, autopoietico. A própria característica do nomadismo é seu deslizar sobre espaços lisos, dando-se na ausência de história (visto que tal história seria a construção de categorias), ou melhor, não ocorre pelas vitórias, mas sim pela produção do direcionamento dos afetos.

A forma de conceber o nomadismo como um modo de existência, é reiterada quando Deleuze e Guattari (2012a, p. 75) colocam: “É verdade que os nômades não tem história, só têm uma geografia [...]. E a derrota dos nômades foi tão completa, que a história identifica-se como triunfo dos Estados”.

Assim, para a construção do caminho desta pesquisa, não foram utilizados métodos que pressupunham um *telos* em sua pergunta de pesquisa, ou mesmo um objetivo de abertura biunívoca, um terceiro excluído. Para tal produção, partiu-se de abertura para investigações que permitissem o pesquisador estabelecer, a partir de um espaço liso, articulando sua relação com um território já esquadrinhado e racionalizado, tanto no campo de vivências em si, de modo que tais vivências se relacionassem com a construção teórica e discussão com autores.

Em suma, o que se tem aqui para realizar a cartografia é a máxima, “o método é o encontro, o resto são ferramentas” (LIMA; MERHY, 2016, p. 19), no qual este nomadismo de deslocamentos, acompanha a partir da abertura para o encontro, considerando o que se pode mapear das linhas de segmentaridade que percorrem os corpos.

⁹ Termo utilizado por Deleuze em *Filosofia e Repetição* um dos pressupostos da imagem do pensamento na filosofia. São elementos pré-filosóficos retirado do senso comum, caracterizados uma imagem do pensamento dogmática, moral, servindo de ponto de partida para argumentações. (DELEUZE, 2018).

¹⁰ Plural de *intermezzo*, na música é a indicação de um entre, um espaço entre dois atos. Em Deleuze e Guattari é trazido como conceito, com o mesmo sentido, fazendo alusão ao entre as coisas, entre-ser, característica do rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Se o método é o encontro, e o resto está nas ferramentas, o resto é muita coisa. Devido a isto é importante caracterizarmos e qualificarmos tais ferramentas. Primeiramente tais ferramentas para o pesquisador ficam disponíveis na caixa onde as colocamos e dispomos nos encontros. Dentre tais ferramentas, encontram-se aquelas teóricas, epistemológicas, chamadas de conceito-ferramenta.

Quanto às ferramentas teóricas, optou-se aqui em tratá-las como equipamentos. Não na recusa de que estes são conceitos-ferramenta, pois o equipamento também pode conter uma ferramenta, bem como um instrumento. Ou um conjunto destes. Ademais, o equipamento, tem sua acepção etimológica do francês *équipement*, pressupondo a sua montagem para um preparo diante de uma situação, como uma viagem, expedição, ou, no caso, o encontro (CUNHA, 2012). Aqui o cartógrafo se equipa com conceitos de modo que estes, como no equipamento de guerra, funcionem não como um equipamento militar estatal, mas um equipamento nômade de uma máquina de guerra.

Tanto para diferenciação das ferramentas, utilizadas conforme o uso aqui, como uma caixa que estão à mão, mas também porque os equipamentos tratam de conjuntos de materiais (ou ferramentas) que tornam algo a funcionar. Assim, os equipamentos aqui, funcionam como o sismógrafo que precisam de calibração, telas, registros, ferramentas de instalação, materiais e modos que façam ele funcionar. Aqui, alguns modos de investigar e discutir são entendidos como sismógrafos, ou seja, equipa-se com tal sismógrafo para que a partir dos encontros as linhas de ruptura e abalos sejam reconhecidos e então mapeados.

Juno das ferramentas da ordem conceitual, que munem tal abertura e qualificam o método, no caso o encontro, também há uma série ferramentas práticas que podem ser acopladas as ferramentas teóricas, como, por exemplo, a escritura de diários, consultas em documentos, bases de dados, reportagens e atas de reuniões de equipe, que fazem parte do processo cartográfico, junto a este resto.

Partindo de um modo de conceber a produção de conhecimento pelas das linhas de rupturas advindas das forças que geraram tais ondas sísmicas, a execução da pesquisa e sua análise foram direcionadas por dois meios de seguir os movimentos afetos vividos. Primeiramente, diante da vivência anterior do pesquisador, no mesmo serviço, com levantamentos que já vinham sendo realizados, aliados as percepções obtidas ao longo do período da elaboração da tese, optou-se por levantar pistas genealógicas das relações de forças

nas quais o Consultório na Rua foi produzido no município. Outro modo de produzir tal pesquisa se direcionou para a construção cartográfica a partir das vivências durante o período de campo no CnaR. Das linhas de ruptura, foram cartografados mapas que versavam sobre aspectos urbanos e sua relação com os viventes da rua, e como estes se deram no período pandêmico da COVID-19.

Disto, equipado com o sismógrafo, aliam-se a este conjunto de ferramentas que foram sendo utilizados conforme a vivência acontecia no campo. Conforme os acontecimentos, e como as afetações aconteciam, direcionamentos eram dados, anotações realizadas, de modo que os movimentos produzidos na superfície, na medida que fossem identificados e passíveis de serem cartografados, eram acompanhados pelo pesquisador.

Para a realização da pesquisa, a vivência, entrevistas e busca em documentos, esta iniciou sua realização em campo após o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAEE 97495718.6.0000.5231), no segundo semestre de 2019, para a realização da vivência ainda no período de Mestrado, e, durante o Doutorado, no período do período de agosto de 2021 a janeiro de 2022 em um Consultório na Rua no município de Londrina-PR.

São modos de produzir conhecimento, que estão pautados em teorias elaboradas para investigações genealógicas e construção de mapas cartográficos de linhas de desejo, os quais serão aprofundados a seguir.

4.1. EQUIPAMENTO 1 – SISMÓGRAFO CARTOGRÁFICO

CONCEITO-FERRAMENTA — Cartografia

Ferramentas práticas selecionadas: Vivências no campo, diário cartográfico, processamento.

Posso sair daqui pra me organizar

Posso sair daqui pra desorganizar

Posso sair daqui pra me organizar

Posso sair daqui pra desorganizar

Da lama ao caos, do caos à lama

(“Da Lama Ao Caos” CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994).

A proposta de realizar uma construção de mapas a partir das linhas de desejo daquilo que foi afetado pelo corpo do pesquisador, surge dos desenvolvimentos de Deleuze e Guattari. A cartografia, considera que, tais territórios existenciais se dão a partir de um devir, seguindo fluxos de acoplamentos e cortes por onde o corpo vai se compondo e decompondo ao longo do viver. Tais composições, apesar de parecem de uma forma que, a princípio, seja unicamente subjetiva, fazem parte de relações micropolíticas que não se dão apenas no sujeito que produz a pesquisa, mas sim, no território de existência por onde ele caminha. Neste território é onde as relações se efetuam, onde o corpo é afetado e onde as linhas de desejo sofrem agenciamentos, sejam de aumento de potência de vida ou de constrangimento dos corpos. Deste modo, ela não se efetua de modo único na subjetividade do pesquisador, mas sim, no território social, a partir de *socius*, que, em dada geografia, se encontra nas relações pelas quais o pesquisador viveu, e dali que surgirá o mapa.

Considerando isto, o mapa é necessariamente único, pois as vivências e encontros que cada um tem, ou terá, são acontecimentos singulares, impassíveis de reprodução, entretanto, fazem parte de relações produzidas socialmente, permitindo cartografar por onde tais linhas de fluxos de desejo sofrem interrupções ou são liberadas. É por onde o pesquisador precisa assumir a destruição de um território existencial antes já estabelecido e onde territórios já solidificados servem de apoio para que, então, possam ser analisados.

Para compreender melhor como a cartografia é estabelecida na produção de conhecimento proposta aqui, há de se considerar que as formações de indivíduos ou grupos

possuem relações que estão tanto em níveis molares como moleculares. Dizendo de outro modo, são segmentaridades, que atravessam o indivíduo simultaneamente, inseparáveis. Como colocam Deleuze e Guattari “em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (2012b, p. 98).

Há nas relações de poder maneiras serem efetuadas segmentarizações que se dão de modo visível em macropolíticas, ocorrendo em ordens binárias (classe, idades, gênero), circulares (círculos de relações entre bairros, cidades, estados...) e lineares (linhas retas de processos já estabelecidos como escola, graduação, formação de família, trabalho) (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Destas segmentaridades, não há como dissociar aquelas que se dão de modo molar, daquelas que se dão molecularmente, porém, tais linhas moleculares não estão diferenciadas pelo seu tamanho em relação àquelas molares, mas sim por sua natureza. É um tipo de fluxo de *quanta*¹¹ que prolonga e agita as relações da macropolítica. É um fluxo, e não um indivíduo. “A política e seus julgamentos são sempre molares, mas é o molecular, com suas apreciações, que a “faz”” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 112).

Assim, tem-se nessa relação entre segmentaridades que podem ser duras ou flexíveis, linhas que decorrem de modos distintos. Sendo uma linha dura, se dará pela própria representação molar, um aparelho de Estado, onde ocorrem os planejamentos da cidade, do Estado e do trabalho. Onde se reconhecem pessoas, indivíduos, com o ser sendo assinalável e imutável. Outra linha, flexível, portanto, molecular, possui segmentações próprias que não cabem na linha dura, não havendo nela, distinções de ordem representativa, como classe e gênero. É nesta linha que estão os devires.

Mesmo havendo estas duas linhas que caracterizam a relação entre o molar e molecular, há uma terceira linha, de fuga, que também é molecular, mas que funciona como uma máquina de guerra, seguindo o próprio desejo, desterritorializando-se conforme acontece. Daí, temos um espaço, no qual ocorrem as três linhas, continuamente, indissociáveis e mensuráveis, simultaneamente. É nela que estas relações entre as linhas produzem um agenciamento de poder, onde, apesar de muitas vezes de evocar centros de poder para instituições, estas são

¹¹ Plural de *quantum*. Ideia advinda da física, onde diz-se da menor quantidade física possível, apresentada em Deleuze e Guattari como fluxos de quanta, derivado das produções de Gabriel Tarde (FERREIRA NETO, 2015).

apenas suas formas de segmentos duros, havendo neles próprios um entrelaçamento entre as linhas expostas anteriormente.

E se, tais linhas se dão em um espaço, são elas que cartografaremos. Compreender como tais linhas de fuga se dão, como Deleuze (1998, p. 146) expunha:

Há como que uma terceira espécie de linha, esta ainda mais estranha: como se alguma coisa nos levasse, através dos segmentos, mas também através de nossos limiães, em direção de uma destinação desconhecida, não previsível, não preexistente. [...] O que chamamos por nomes diversos — esquizoanálise, micro-política, pragmática, diagramatismo, rizomática, cartografia — não tem outro objeto do que o estudo dessas linhas, em grupos ou indivíduos.

É neste campo que Deleuze se aproxima de Foucault, quando cita:

Cada centro de poder é igualmente molecular, exercendo-se sobre um tecido micológico onde ele só existe enquanto difuso, disperso, desacelerado, miniaturizado, incessantemente deslocado, agindo por segmentações finais, operando no detalhe e no detalhe do detalhe. A análise das “disciplinas” ou micropoderes, segundo Foucault (escola, exército, fábrica, hospital, etc.), atestam estes “focos de instabilidade” onde se afrontam reagrupamentos e acumulações, mas também escapadas e fugas, e onde se produzem inversões” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 115–116).

Nesta produção de mapas, portanto, o que ocorre é um reconhecimento intensivo destas linhas que funcionam em simultâneo, ao passo que elas constituem as coisas e acontecimentos (DELEUZE, 2013). Contudo, como demonstram Martines, Machado e Colvero (2013), a cartografia nas pesquisas da área da saúde ainda são novas e buscam desbravar um novo campo de diferenças nas discussões. Isto, especialmente pela saúde ainda se manter aguerrida a métodos categóricos indutivos tradicionais, em análises de objetos e caminhos previamente traçados, ausentes de possíveis implicações, muitas vezes, dos pesquisadores envolvidos.

Tal crítica, vai de encontro a próprias críticas do fazer científico contemporâneo, especialmente quanto ao método, tal qual as realizadas por Feyerabend (2011), que na ciência não há uma estrutura comum a ser reclamada, que universalize procedimentos, técnicas, e não se sustentam nos próprios problemas concretos das pesquisas. Como a quantificação funciona em alguns casos, em outros ela não se aplica, visto que:

Cientistas são como arquitetos que constroem edifícios de diferentes tamanhos e diferentes formas, que podem ser avaliados somente depois do evento, isto é, só depois de terem concluído sua estrutura. Talvez ela fique em pé, talvez desabe — ninguém sabe (FEYERABEND, 2011, p. 21).

É desta nova proposta de subversão de métodos e metodologia que Deleuze e Guattari se encontram excêntricos a hegemonia científica. Não por se eximirem de propor rigores ou análises, mas sim, por reconhecerem que um método teleológico, universal e contido em si, é

uma ilusão racional, do próprio pensamento ocidental, que se pauta em um tronco de axiomas, pressupostos e proposições.

Se o caminho é nômade, é porque ele não se contém nas próprias estruturas já estabelecidas. Para isto, um conceito elaborado por Deleuze e Guattari é o de rizoma, que traz à tona, como a multiplicidade de caminhos a serem trilhados são talhados se o modo de os conceber for arborescente, isto é, se há a noção de um tronco comum, raiz comum, dos quais derivam todos os processos possíveis, a multiplicidade não é contemplada. Ela já sofre uma cisão *a priori* antes mesmo de ser considerada virtualmente (DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

O rizoma é uma raiz não sendo encontrada em árvores, mas sim em várias formas, extensões, bulbos, nós, etc. Ele que assume vários sentidos, conexões e ramificações. Não se parte de um uno, mas sim, subtrai-se a este N, daí surge um N-1, a multiplicidade rizomática. Nele Deleuze e Guattari colocam características que podem ser encontradas num rizoma, como o princípio de conexão e heterogeneidade, onde qualquer ponto pode-se conectar a outro; de multiplicidade, quando a relação com o uno é abolida tendo este como sujeito e imagem do mundo; de ruptura assignificante, na qual uma quebra de algum ponto rizomático sempre retornará em outro ponto, outra linha e, por fim; de cartografia e decalcomania, nos quais há justamente a natureza múltipla do rizoma, visto que este não pode ser justificado por nenhum modelo de estruturas ou de geração (DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

Desta maneira, um decalque da estrutura prévia representativa é próprio do sistema arborescente, nele o espaço para ramificações além da árvore não é possível. Disto a proposta de mapa emerge como uma maneira não representativa de compreender tais linhas de desejo, é uma construção enquanto ela é dada, conectando e cortando ao longo do caminho, independente da insistência arborescente. Disto Deleuze e Guattari (2011b, p. 30) colocam:

O mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social.

Nesta tarefa de produção de mapas de linhas de desejo que não se tornem refém de uma conexão arborescente, algumas produções brasileiras já buscaram produzir mapas voltados a variados temas que se relacionam com o campo da saúde, como as propostas de estudos realizados de modo multicêntrico no Brasil, com incentivo do Ministério da Saúde publicados nos livros “Avaliação compartilhada do cuidado em saúde” volumes 1 e 2 (FEUERWERKER; BERTUSSI; MERHY, 2016; MERHY et al., 2016) e “O Cer que precisa ser” (BERTUSSI et

al., 2022a, 2022b), bem como também buscaram estabelecer e desenvolvê-la teoricamente, como apresentada por Passos, Kastrup e Escóssia (2015) e Merhy (2005).

Com a produção de um mapa, ferramentas são necessárias. É preciso dispor de uma gama de possíveis modos de se estabelecer a partir das ramificações e que também não haja uma perda da possibilidade de se acompanhar tais acontecimentos. É por isto que a cartografia permite várias ferramentas, são instrumentos que possam ser utilizados conforme as inserções rizomáticas acontecem. Sejam instrumentos adaptados, ou não, a condição é que sirvam para aquele ponto singular que surge durante a vivência, para que esta multiplicidade que insiste, não seja rechaçada há um universal ou categoria derivada do uno.

Conforme colocado por Moebus, Merhy e Silva (2016), Deleuze (2008) irá considerar a teoria como uma caixa de ferramentas, assumindo que esta, necessariamente, possui um componente pragmático. Como cita, ela precisa que sirva, que funcione, ou seja, só é válida se há alguém para utilizá-la. Isto não se distancia da própria elaboração do mapa rizomático, visto que ele é construído, e não fechado em si. Deleuze e Guattari trazem que “a demarcação não depende aqui de análises teóricas que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjuntos de intensidades” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 33).

Se não estamos lidando com um início ou um fim, mas meios, não há por que nos fincarmos a terra e deixarmos criar raízes por um método que assume sua arborescência. Como em outros estudos que utilizaram várias ferramentas para serem produzidos, tais como usuários-guia, redes de conexões existenciais, história de vida, história da enfermidade e redes de cuidado em ação, por exemplo, nos propusemos a utilizar ferramentas que possibilitassem cartografar tais linhas de desejo. Foi a partir dos reconhecimentos dos sismos que tais linhas foram passíveis de análise pelo corpo do pesquisador. Deste modo, nesta cartografia, as ferramentas que mais serviram na medida que os abalos foram sendo gerados, foram o diário cartográfico, a vivência no campo e o trabalhador-guia (FEUERWERKER; BERTUSSI; MERHY, 2016).

O diário cartográfico é um modo de elaborar notas durante a realização do processo de pesquisa. Ele se diferencia dos instrumentos de anotação já utilizados comumente, especialmente do diário de campo, devido a sua aparente similaridade. Isto ocorre, pois, o diário cartográfico extrapola o diário de campo habitual, já que visa realizar escritos, anotações,

desenhos, entre outros, que não necessariamente sigam uma relação temporal ou mesmo racional daquela experiência vivida. É uma implicação com o contato com outros mundos que contempla a realização de escritas que visam dar vazão aos acontecimentos vividos, afetações (SLOMP JUNIOR et al., 2020).

Partindo desta concepção, durante o período de vivência, foram registrados no diário, que também contemplava anotações em voz e desenhos, sobre o vivido, mas também as afetações que seriam sofridas durante o período. Anotações sobre momentos de estranhamento, de alegria, de receio, de mal-estar, coisas e situações vistas, não-vistas propositalmente, cheiros, texturas e tudo aquilo que pôde ser expressável por mim durante tal período, sempre se pautando na prudência dos limites da desterritorialização.

Com um diário em mãos, seguiu-se para o campo, a fim de experienciar com a equipe Consultório na Rua (eCR) suas rotinas, atendimentos, reuniões e outras atividades possíveis que fossem surgindo. Conforme colocado por Abrahão et al. (2013), a produção de conhecimento não se dá em uma neutralidade, disto é preciso reconhecer que o pesquisador irá estar implicado em seu campo, não está separado do objeto que pretender “estudar”, e, devido a este reconhecimento, propõe-se sujar-se no processo de produção de conhecimento, ou seja, se *in-mundizar* por estes territórios.

A vivência no campo se torna, então, a de um pesquisador *in-mundo*, e não daquele separado de seu objeto. Esta implicação, possibilita, junto a cartografia, seguir aqueles encontros, acontecimentos, que produzem linhas de fuga das quais não estão engaiolados em categorias ou identidades previamente estabelecidas. É o acompanhamento nos momentos de deslocamento entre a unidade base e os locais, os encontros fora dos horários de serviço ou mesmo as atividades acompanhadas por grupos de mensagens, que formam todo um universo não dito, e muitas vezes não incluídos em pesquisas, limitando as análises em meios pré-estabelecidos que buscam constranger tanto o pesquisador, quanto o método.

Outra ferramenta utilizada foi a do trabalhador-guia, a qual foi pensada utilizando as propostas de usuário-guia, que estabelece um caso como traçador do cuidado. O usuário-guia é um fio que conduz o pesquisador por um labirinto, e durante esta caminhada, é possível verificar elementos do processo de trabalho e então, a produção de cuidado (ROCHA et al., 2014). Os critérios para a escolha de um usuário-guia podem variar conforme o território e o arranjo que

se visa investigar, podendo ser um caso complexo reconhecido pela equipe, que mobiliza a equipe ou que sempre é discutido (ABRAHÃO et al., 2016).

A partir da escolha do usuário, o acompanhamento deste, e seu itinerário pela rede irá depender de cada contexto em que o pesquisador e o usuário estão inseridos. Busca de fontes como prontuários, profissionais do serviço, familiares, e o próprio usuário, são recorrentes ao ter um usuário-guia para traçar o mapa (GOMES; MERHY, 2014).

O CnaR, como território por onde o pesquisador iria realizar sua vivência, apresentava desafios quanto a um usuário-guia. Isto, porque, apesar de inúmeros casos passíveis de serem “elegidos” para serem traçadores de mapas, há a própria limitação da implicação possível e relação pesquisador usuário. O usuário atendido pelo serviço, muitas vezes é de difícil acesso pela equipe, com muitos passando tempos ausentes da cidade, em outros municípios, ou ficam incomunicáveis, propositalmente ou não. Têm-se então um serviço no qual os usuários estão num modo de habitar o mundo que destoa, muitas vezes, quase que inteiramente do pesquisador e da própria eCR, sendo necessário encontrar meios ainda não pensados para que o acesso à saúde do CnaR esteja próximo a estes viventes.

Simultaneamente a todos os usos destas ferramentas, o processamento em grupo seguia paralelamente. O processamento é tido aqui como encontros com participantes do grupo de pesquisa, onde, garantindo uma prudência ética, os encontros vividos, experiências, discussões sobre textos ou quaisquer linhas que permitissem passar, eram discutidos, de modo que se efetuassem um movimento de dobra destes acontecimentos, da própria atuação do pesquisador e sua reflexão a respeito de si e de seu caminhar cartográfico.

Com este exercício de não realizar apenas uma descrição do que foi vivido, mas sim, uma narrativa advinda do pesquisador, que inclui suas percepções e afetações sobre sua vivência, provocam deslocamentos do próprio território do pesquisador. Muitas vezes, para pensar seu próprio papel na vivência e como este interfere e está emaranhado em linhas de forças, perdem-se territórios que antes poderiam estar sob rígidas fundações moralizantes e permeadas de julgamento, e que, no processamento, podem ser colocadas como uma questão do próprio pesquisar (CRUZ et al., 2016).

Assim, a proposta levada adiante foi utilizar a própria eCR como guia. O caso traçador foi a equipe, com seus itinerários, disputas, caminhos, ausências e presenças ao longo da vivência. Com a equipe e seus trabalhadores-guia, foi possível sentir abalos sísmicos que

afetaram o pesquisador singularmente a ponto de permitir operar a investigação genealógica. Para além, também, através da equipe, foi possível entrar em contato com viventes em variadas situações, onde os abalos eram constantes, trazendo a investigação não apenas para o vivente da rua, mas sim, como o serviço de saúde e a cidade se emaranham nestas segmentaridades.

Dito isto, a possibilidade de produzir uma investigação genealógica surgiu desta proximidade com a equipe do CnaR, onde o estabelecimento dele, e a produção de valores com suas emergências, apareciam constantemente durante as disputas entre campos de forças presenciados. Com este contexto, segue-se a apresentação do segundo equipamento utilizado nesta sismografia, a genealogia.

4.2. EQUIPAMENTO 2 - SISMÓGRAFO GENEALÓGICO

CONCEITO-FERRAMENTA: Genealogia

FERRAMENTAS: Vivências no campo, diário cartográfico, entrevistas, documentos, publicações.

Foram os “bons” mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu. Desse pathos da distância é que eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade!

(“Genealogia da moral: uma polêmica” NIETZSCHE, 2009, p. 17).

Se há uma superfície, uma possível geografia por onde devires e linhas de desejo são possíveis de serem cartografadas, há também a possibilidade de compreender como tais campos territoriais emergem e se compõem, buscando como tais relações de poder se dão a ponto de produzirem determinados modos de existir, perceber e viver. Se algo se estabeleceu na sociedade, é porque, devido a configurações e disputas, outros modos não se estabeleceram. Tal modo de perceber as possíveis investigações que se dão no território podem ser vislumbradas e mais bem trabalhadas, conforme os equipamentos e ferramentas que são utilizados.

Nesta investigação, tomando como proposta a compreensão das relações de forças que emergem no estabelecimento do CnaR, pode-se seguir um modo de investigá-las que sensibilize o reconhecimento dos eventos sísmicos diferenciais que permitiram tais emergências. Assim, a proposta que caminhasse por uma genealogia de certos pontos possíveis de relações de poder na emergência do CnaR, não só pareciam aprofundar sobre um contexto e tema que retornava e insistia cotidianamente nas vivências do campo do pesquisador, como também, sensibilizaram tais aprofundamentos que se mostraram funcionais para realizar um mapeamento que era feito.

O desafio de realizar uma pesquisa com bases na genealogia, parte dos pensamentos de Nietzsche (2009) que, ao utilizar a genealogia no final do século XIX, questionando o modelo

científico da época, e seus pressupostos, analisa haver uma série de concepções e olhares que produzem conhecimento sobre algo. É uma análise sobre o valor do valor, reconhecendo a não existência de uma verdade única a ser alcançada, mas sim uma multiplicidade de saberes. Com Nietzsche, como cita Martins (2004), a genealogia se torna uma proposta investigativa, não buscando causalidades como nos métodos cartesianos, mas sim aquilo que se transcende às criações de verdade, procurando as causas afetivas, dos valores das ações que guiam esta crença, na verdade.

Tal ponto de vista, genealógico, pode, em um primeiro momento, parecer contraditório devido à invocação etimológica de gênese, o que remeteria a uma origem, um ponto determinado em que algo surge. Isto é reforçado se atribuirmos tal sentido à colocação que Deleuze e Guattari fazem a respeito do rizoma, já que ele é colocado em um sentido outro que do arborescente, o qual, segundo eles, é genealógico. “O rizoma é uma antigenealogia” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 28).

Ocorre que a genealogia que Deleuze e Guattari estão colocando como arborescente, é um conceito já estabelecido na própria ciência régia. É uma reminiscência de um platonismo que insiste no idealismo e objetivismo da história. Se há outra possibilidade além desta, está na reflexão nietzschiana que Deleuze realiza, pois seu direcionamento segue para uma afirmação da diferença, das relações de forças, das disputas no surgimento dos valores. É na empiria do acontecimento que se consegue, na imanência, estabelecer e compreender as diferenças (CAVALCANTI, 2017).

Tem-se, portanto, uma inversão da genealogia tradicional. Por um lado, há a gênese clássica, que busca uma origem, um princípio pautado na semelhança e produção de categorias por iguais, e na sua subversão, o que aparece é a fabricação de tal origem possível, sem fundamento ou princípios de semelhanças, mas sim como a produção destes ocorre a partir da imanência, dos acontecimentos (CAVALCANTI, 2017).

Essa concepção genealógica que advém da proposta nietzscheana também foi trabalhada por outro pensador contemporâneo, Michel Foucault. Ele utiliza os aforismos de Nietzsche para propor investigações genealógicas ao longo do século XX, elaborando uma “história do presente”, onde, nas suas consultas a arquivos e documentos, que até então estavam relegados a papéis pouco importantes na história constituída, questiona a formação de valores e regimes

de verdade sobre a sociedade de sua época. Desta maneira, num estudo das relações de forças, ele elabora sobre as valorações e seus estabelecimentos e emergências.

O jogo de relações de forças, em última análise, poderá produzir um direcionamento e constrangimento de corpos, ou seja, não é por uma racionalização de uma verdade escatológica, mas sim uma emergência de uma verdade produzida, e que se dá numa relação de poder a que os corpos são sujeitados. A verdade ganha condição de história, na medida que outras verdades em disputa desaparecem ao serem relegadas ao esquecimento.

Foucault, deste modo, também trabalha numa perspectiva da identificação das diferenças. É pela cautela das análises, partindo da história como a ilusão inicial, que as minúcias das relações de poder irão ser vislumbradas. Deste modo, também não há uma origem para ser investigada, mas sim um seguimento destes acidentes e desvios que fazem algo nascer e obter valor para nós (MAÇÃO; ALVIN, 2019).

O valor se constitui sendo inscrito no corpo, está na superfície que sustenta e suscita tais forças, de tal maneira que a genealogia se trata necessariamente de como o corpo se articula entre tais relações. Assim, o acontecimento impera, já que a linearidade não tem interesse, de modo que a emergência, ou aparecimento de valores são singulares (MAÇÃO; ALVIN, 2019).

Se, portanto, estamos lidando com relações de forças que percorrem superfícies, especialmente a dos corpos, na qual são inscritas e por onde as forças afetam e produzem acontecimentos e bifurcações, mantendo um jogo de relações de tais disputas, pode-se abandonar a busca de semelhanças e dos idealismos e investigar a produção dos valores, as causalidades, ou de outro modo, subverter a ciência régia.

Tendo em consideração esta concepção de genealogia, onde campos de forças se dão na sociedade, grupos e corpos que a compõem, é possível traçar a gênese de determinados valores que foram sendo percebidos ao longo tanto da produção da tese, bem como das vivências (MORUZZI; ABRAMOWICZ, 2010). Ela é operada como um equipamento que irá auxiliar na produção de conhecimento, reconhecendo os sismos que irrompem o território e permitindo a investigação da emergência destes.

Nesta busca através do passado do que se investiga, segundo a visão de Foucault e Nietzsche, temos uma análise que não interpreta a história como algo que possui um sentido prévio destinado a uma finalidade. O direcionamento está na marcação da singularidade dos

acontecimentos, de modo que se pensa no passado somente após pensar-se o presente, e então com estas questões seguirmos para a história (MATTOS, 2015).

Como esta análise parte de questionamentos do presente, há de sermos cuidadosos para não projetarmos conceitos do presente em momentos passados, para isto por meio de um nominalismo histórico não se entende esses conceitos como universais atemporais que possuem uma naturalidade subjacente. Esse modo de realizar uma análise, parte de uma visão da perspectiva de quem investiga, tomando os devidos cuidados citados, porém não excluindo sua a posição frente ao que é investigado (MATTOS, 2015).

Conforme campos de força vão se estabelecendo, outros vão deixando de se inscrever, as valorações vão sendo construídas e se registrando nos corpos se sobrepondo a outras instituições valorativas. Assim, ao utilizar a genealogia, se investiga as múltiplas forças, vozes e olhares que construíram determinados saberes, introduzindo o valor em suas análises, ou seja, como os valores são criados em determinada sociedade, partindo de um pressuposto onde o valor em si não existe, mas sim a produção de valores engendrados a partir de uma perspectiva, que produzem regimes de verdade.

Com esta concepção, quando se faz exercício e uma investigação genealógica, está também insistindo na realização de uma ciência nômade, uma ciência que não está localizada no aparelho de captura estatal. É um saber com sua produção pautada numa relação de desterritorialização, reconhecendo heterogeneidades e diferenças. A constante aqui não é o que está em jogo, mas sim, onde a singularidade ocorre, está entre estas linhas constantes, reconhecer suas fugas e segui-las de maneira que não estamos reproduzindo um modelo, mas sim, seguindo um fluxo (MAÇÃO; ALVIN, 2019).

Tendo tais concepções genealógicas, para a realização desta investigação buscaram-se ferramentas que permitissem dar visibilidade e aproximação das forças presentes na criação e implantação do CnaR, entre elas a investigação em documentos, entrevistas, observações e participações em reuniões.

Iniciou-se com a busca de documentos, em publicações oficiais do Estado, relatórios, reportagens, publicações em periódicos sobre o CnaR na cidade. O caminhar foi a similar de outros estudos que envolveram investigações genealógicas, como a aproximação realizada por Gonçalves (2016) que analisou em sua tese os campos de forças envolvidos na criação da lei

n.º 12.732/2012, que estabelece o prazo de 60 dias para primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada.

A investigação documental realizada se deu através da busca em atas do Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselho Municipal de Álcool e Drogas (COMAD), relatórios de conferências, reportagens em jornais, televisão, entrevistas para portais da prefeitura, permitindo contato com informações de variadas fontes. Como a busca realizada está direcionada para a visibilidade dos campos de força que atuam na produção de regimes de verdade, foram utilizados além destes a literatura acadêmica que tivesse alguma produção sobre o assunto na cidade, ou que fosse relevante para a pesquisa.

Tal busca em arquivos e documentos não está estabelecida em um instrumento formal, ou técnica tradicional sistematizada de procura e organização de documentação. Isto, pois, uma busca pautada na identificação na relação de forças, não busca uma análise tradicional dos arquivos e documentos que o pesquisador entra em contato. Como não há um fim nesta investigação (MATTOS, 2015), não há também uma possível “saturação” ou requisitos a se completar. A leitura e procura, tem como norte identificar aquelas expressões das possíveis relações de poder, e através deste “fio” encontrado seguir seu caminho.

Quando aqui buscam-se tais jogos, disputas e relações de forças, que estão emaranhadas em acontecimentos, em rupturas, em interstícios de ditos e, principalmente, de não ditos, sem uma identidade a ser encontrada, não se está fazendo um processo de análise histórica. É uma busca de algo que emerge do elemento diferenciante, não se voltando para o plano organizativo, e sim, nas relações que se dão nos devires, e, deste modo, aproximando-se com a proposta de Deleuze e Guattari de uma cartografia das linhas de desejo e das investigações, como as realizadas por Foucault (MAÇÃO; ALVIN, 2019).

Compreendendo que outra fonte de identificação dos campos de força são as narrativas de indivíduos que estão e/ou estiveram implicadas com a implementação CnaR em Londrina, foram realizadas entrevistas com pessoas envolvidas nesse processo. A identificação inicial das pessoas a serem entrevistadas se deu pela identificação de nomes nos documentos oficiais, que continham nomes de pessoas das secretarias de assistência social e saúde. Enquanto fui me aprofundando na busca documental, iniciei as entrevistas com os atores que mais estiveram envolvidos com o processo de implantação e funcionamento do CnaR em Londrina. Seguindo a técnica “bola de neve”, totalizou-se 4 entrevistas. Durante uma das entrevistas, fui convidado

a participar do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê POP RUA), o qual também acompanhei no ano de 2019.

A estratégia de identificação de novos entrevistados foi dada pela técnica de “bola de neve”. A técnica se caracteriza pela utilização das cadeias de referência se construindo mediante um pontapé inicial (baseando-se em pesquisas bibliográficas, documentos, informantes-chave, etc., denominadas sementes) a fim de localizar pessoas com o perfil para a pesquisa no meio da população geral, até que eventualmente o quadro de amostragem se torna satisfatório para o que se pretende investigar. Desta maneira, ela se mostra como um processo em que se busca tirar proveito da rede social dos entrevistados, buscando contatos em potencial (VINUTO, 2014).

As entrevistas foram guiadas conforme o entrevistado e sua participação e colaboração com o assunto em questão utilizando um questionário norteador para estas, e conforme os elementos diferenciadores que iam surgindo. Após, as entrevistas foram transcritas na íntegra e todo o material gravado foi destruído logo após sua transcrição.

A busca das pistas para aproximação genealógica foi iniciada no mês de novembro de 2018. O começo foi pela pessoa envolvida com o CnaR na época de sua implantação e que também tinha uma abertura maior com o pesquisador, para então, através dela, seguir para os outros entrevistados, dando sequência a técnica bola de neve.

Como supracitado, também houve o convite para participação nas reuniões do Comitê POP RUA, o qual foi instituído em 2014 pelo Decreto n.º 1.385, e tem como principal objetivo:

Sistematizar o Plano Municipal de atenção à pessoa em situação de Rua, a partir de ações integradas e articuladas entre as diversas políticas setoriais e órgãos que garantam o cumprimento dos princípios, diretrizes e objetivos previsto na política municipal para a população em situação de rua em Londrina (LONDRINA, 2014).

Devido à pertinência dos temas discutidos pelo comitê através da participação intersetorial dentro dele, o acompanhamento das reuniões se mostrou um importante ponto de apoio para investigar e colher informações sobre os campos de força que permeiam a discussão da população em situação de rua (PSR) na cidade. Para acompanhar o grupo, mantive anotações no diário cartográfico, já abordado no equipamento da cartografia.

Destas pistas coletadas, levantadas e percebidas ao longo da vivência e investigação do pesquisador, por meio das ferramentas utilizadas, foram realizadas as análises de pontos

sísmicos que convergiam com elementos de diferenciação e que faziam evidenciar tais valores que eram passíveis de investigar.

Com a genealogia pensada como um equipamento que permita nos aproximarmos dos segmentos dos acontecimentos que suscitaram ao longo da produção da pesquisa, acredita-se que o leque de possibilidades de discussão e produção de análises ofertados por ela seja adequado com o caminho que o pesquisador foi levado a seguir. Deixando de lado sua posição metodológica, acredita-se que ele serviu à pesquisa de um modo nômade de produção de conhecimento.

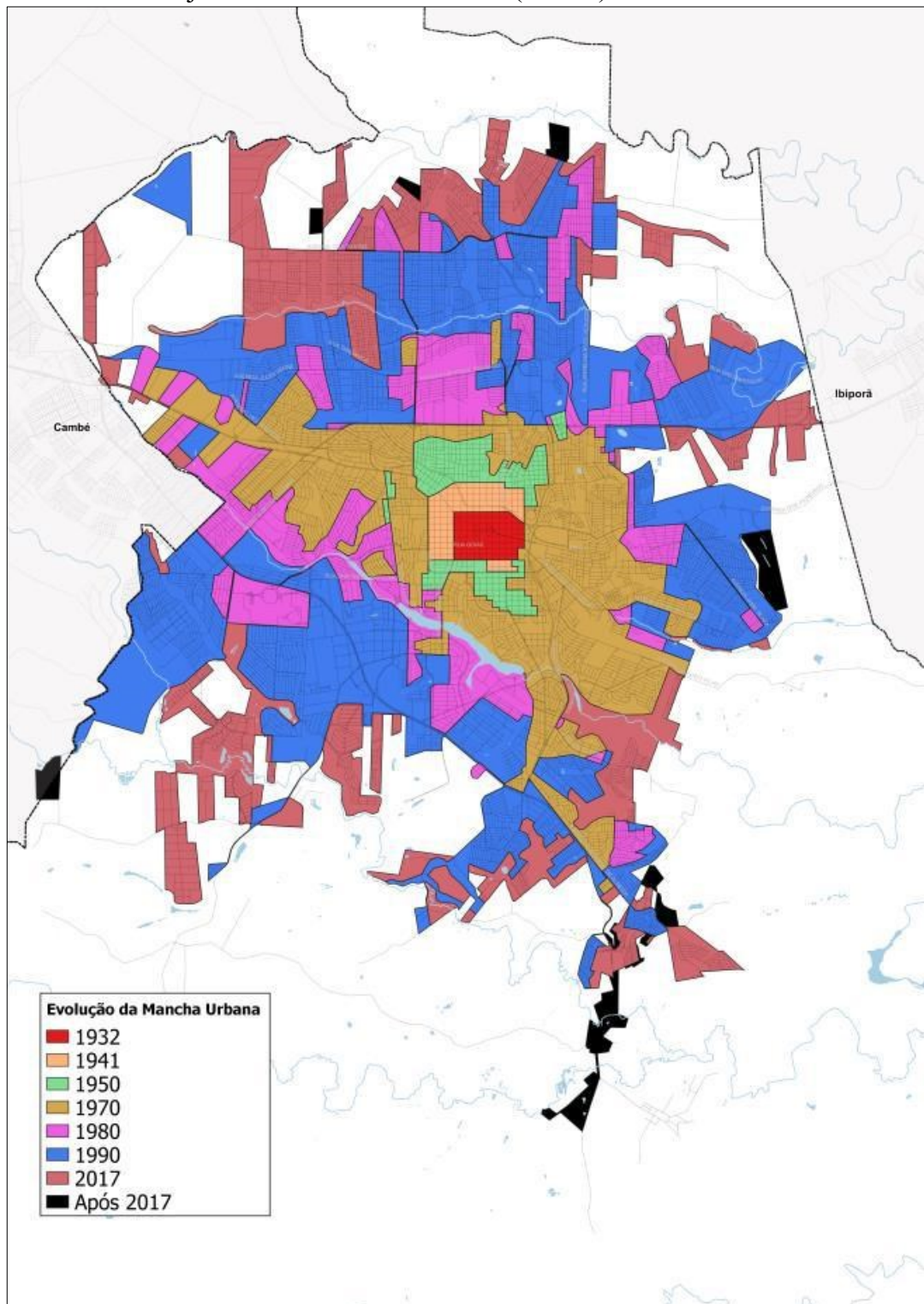
5. O ESPAÇO EM QUESTÃO

O processo de formação e produção desta pesquisa foi estabelecido num território circunscrito a um município, especificamente em sua área urbana. Ao tratar aqui das vivências relacionadas diretamente com os viventes da rua, é necessário caracterizar tal cidade. Isto, pois, muitos dos movimentos, relações de força, configurações de dispositivos e agenciamentos, ocorrem necessariamente a partir deste território urbano, e para haver uma descrição mais acurada, e que torne mais rica as discussões que serão feitas a seguir, serão apresentados alguns apontamentos sobre este território e sua relação com os equipamentos sociais e de saúde.

5.1. ACERCA DA CIDADE

Londrina é um município localizado na região sul do Brasil, no norte do estado do Paraná. Sua estimativa atual de habitantes está em aproximadamente 580.870 habitantes, tendo em consideração que o último censo realizado no país e publicado até o momento da realização da pesquisa é o de 2010. Apesar da ausência de dados referente a um censo atualizado, o município é mantido como o segundo mais populoso no estado (“IBGE Cidades”, 2022). Sua área é de 1 652,569 km², dos quais, segundo Nascimento (2016), 218,13 km² correspondem ao perímetro urbano. Na Figura 5, é apresentada a evolução da mancha urbana do município em relação a seu perímetro.

Figura 5: Evolução da mancha urbana de Londrina segundo o Instituto De Pesquisa E Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL).



Fonte: LONDRINA, 2022a.

A data de reconhecimento legal do município figura em 1934, num processo de apropriação de terras pelo capital britânico via Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), por meio da produção de algodão e café. Um modelo de implantação colonial

sistemática com uma urbanização deliberada, baseada em um modelo de cidade social idealizado por Ebenezer Howard¹². Ocorreu que, a partir da década de 1960, Londrina passa por um processo de inversão de concentração populacional, deixando de ser majoritariamente rural, para então, urbana, ocorrendo como em “saltos” pelas décadas, conforme havia a inversão (NASCIMENTO, 2016; REGO; DESTEFANI; CRISTO, 2013).

O processo que se deu, foi de uma constante mancha urbana que sempre esteve aquém do perímetro urbano, o que não impediu o surgimento de vazios urbanos, refletindo fortalecimentos de especulação imobiliária e verticalização acentuada (LONDRINA, 2022; NASCIMENTO, 2016). Tal especulação, pode ser vista na própria relação setor público-privado, onde as habitações promovidas por políticas habitacionais serem direcionadas a espaços com terras mais baratas, portanto, mais distantes e deslocados da própria dinâmica urbana, enquanto alguns arrendamentos e empreendimentos urbanos valorizam financeiramente áreas privadas e proprietários (PAGANI; ALVES; CORDEIRO, 2015).

Mesmo com o município estando entre aqueles que apresentaram crescimentos de seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita, entre os maiores das grandes cidades do estado, pelos dados de 2019, e com o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,778, em 2010, considerado médio, ele não se excetua do processo de formação e configuração das cidades do Brasil ao longo de sua história (IPARDES, 2023). De acordo com Lima e Guimarães (2019), Londrina apresenta, de acordo com análise dos dados do último censo de 2010, 20,93% de sua população com índice de vulnerabilidade alto ou altíssimo, e 13,30% quando direcionado à vulnerabilidade social.

Quanto a habitação, Londrina não se excetua dos quadros encontrados em outros municípios do país, onde a falta de acesso à moradia é um problema que emerge da relação de iniquidade entre aqueles que vivem em condições precárias de moradia e imóveis “sem uso”. Em 2014, tal iniquidade apresentava uma relação de 1:2 (BERGOC et al., 2022), e, em 2020, segundo a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), existiam cerca de 12.540 vivendo em ocupações irregulares no município (LONDRINA, 2021a). Desta maneira, o município se insere na região como um polo regional de comércio e indústrias, com uma grande urbanização e especulação de terras, na medida que também apresenta um déficit habitacional

¹² Conhecido pela obra *Garden-cities of To-morrow* (1898), idealiza a cidade utópica, naquilo que viria a ser as cidades-jardins. Pauta-se numa relação entre cidade e campo, onde há cidades independentes, separadas por uma mata que protegeria as nascentes, além da conexão ferroviária, alojados numa organização circular (REGO; DESTEFANI; CRISTO, 2013).

e um problema de vulnerabilização dos viventes. Tendo este panorama, outra questão urbana de grandes municípios, da qual Londrina não se excetua, é a da presença e aumento dos viventes da rua na cidade, a qual será aprofundada no próximo tópico.

Referente aos equipamentos de saúde que fazem parte da Rede de Atenção à Saúde do município, constam, em 2022, 54 Unidades Básicas de Saúde (UBS's), com abrangência, segundo a Autarquia Municipal de Saúde, de 572.849. Destas UBS, há na atenção básica uma oferta de serviços que não se restringe ao atendimento tradicional. Também contam com 96 equipes de Estratégia Saúde da Família (eESF), uma (01) Equipe De Agentes Comunitários De Saúde (EACS) em 2022. São 268 Agentes Comunitários de Saúde, e uma duas equipes Consultório na Rua (eCR), as quais será abordada mais profundamente no decorrer da pesquisa (CNES — CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, 2023; TABNET, 2023).

Em serviços abarcados na diretoria de Serviços Complementares, estão equipamentos configurados na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo um Centro de Atenção Psicossocial III (CAPS III), um CAPS Álcool Drogas (CAPSad) e um CAPS Infantil (CAPSi). Também há o Serviço Municipal de Atenção Domiciliar (SAD), uma Maternidade Municipal, um Centro Integrado de Doenças Infecciosas (CIDI), além de uma Policlínica ambulatorial e um laboratório de análises clínicas. Nos serviços de urgência e emergência encontram-se duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), três Pronto Atendimento (PA) e um Pronto Atendimento Infantil (PAI) e uma base de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) (LONDRINA, 2020).

Além destes serviços e equipamentos apresentados, há serviços que complementam e auxiliam o funcionamento do sistema de saúde no município. Entre eles situam-se os hospitais, dos quais dois são regionais de gestão estadual, um Hospital Universitário vinculado a Universidade Estadual de Londrina (UEL), além dos hospitais filantrópicos que possuem leitos disponibilizados para o SUS.

Outros pontos de referência importantes do setor público na cidade, que atua diretamente com os viventes da rua, são aqueles ofertados pela política de assistência social, norteadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Há 10 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), voltados para a população geral. Também há outras unidades com serviços de proteção especial, sendo três Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), um

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e um Serviço de Medida Socioeducativa (LONDRINA, 2022b).

Com estas unidades de proteção especial, há serviços que possuem um contato mais direto e direcionado para as pessoas em situação de rua, sendo o Serviço de Acolhimento Institucional, o Serviço Especializado em Abordagem Social, e um CENTRO POP (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua). O primeiro diz respeito à vinculação, tanto de serviços inteiramente públicos, mas também pelos contratados por parcerias com instituições privadas e sem fins lucrativos da sociedade civil, para a oferta de espaços de acolhimento de pessoas adultas, idosos ou crianças e adolescentes. Existem também as específicas para pessoas com deficiência (PcD) que segundo a resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) são acolhimentos em “diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos, ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — CNAS, 2009)”. Em 2020 no município havia 285 vagas disponíveis, contabilizadas nestes acolhimentos criados em regime emergencial devido à pandemia (LONDRINA, 2021a).

O Serviço Especializado em Abordagem Social atua na identificação e abordagem de pessoas vulnerabilizadas, especialmente no território urbano, por meio de mapeamentos contínuos, propondo a “a inserção das pessoas em situação de rua na política de assistência social e demais políticas públicas de direitos (saúde, justiça, educação, dentre outras), visando garantir a proteção social dos usuários atendidos (LONDRINA, 2022)”. Até 2020 o serviço se encontrava junto ao espaço físico do CENTRO-POP, e atualmente se encontra em outro espaço, visando adequação conforme a Política de Assistência Social. Conta com 43 trabalhadores na equipe, distribuídos entre níveis fundamental, médio e superior (LONDRINA, 2022).

O Centro-POP é um equipamento de proteção social especializado de média complexidade, que se caracteriza por um local destinado às pessoas em situação de rua, o qual segundo o Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social é:

Um espaço público específico para atendimento das pessoas que usam a rua como espaço de moradia e sustento. Este serviço tem por finalidade assegurar atendimento

e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Atualmente o serviço é composto por um quadro de 30 funcionários, sendo 01 coordenador, 07 assistentes sociais, 04 psicólogos, 12 auxiliares educativos, 03 técnicos de gestão administrativa, 02 motoristas e 01 orientador social (LONDRINA, 2021b, n. p).

Municipalizado em 2012, e com sede própria inaugurada em 2016, ele é um serviço que funciona tanto por demanda espontânea, ou por encaminhamentos de outros pontos da rede de proteção. Nele, são ofertadas atividades coletivas próprias (como leitura, a atividade física, terapia comunitária, entre outros) ou em parcerias (músicas, capoeira, qualificação profissional, por exemplo), cuidados pessoais, atendimentos, tanto individuais ou coletivos, agendamentos e viabilização de documentos e promoção de acesso a benefícios socioassistenciais. Tanto os atendimentos realizados pelo serviço de abordagem social, quanto pelo Centro-POP tiveram um aumento nos últimos anos, mantendo uma predominância de homens, considerados negros ou pardos e baixa escolaridade (LONDRINA, 2022b).

Por fim, outro ponto da relação do município com os viventes da rua que acredito ser importante caracterizar, diz respeito à segurança pública. Chamada de Secretaria de Defesa Social, faz parte do município uma Guarda Municipal, e a Defesa Civil. As quais atuam numa relação constante de outra força de segurança pública, mas de vinculação estadual, sendo a polícia militar, a qual faz rondas e ações no território. O Paraná se encontra como o 6º estado em número de Mortes Violentas Intencionais, e é o estado da região sul com a maior taxa de mortalidade por intervenções policiais civis e militares, 3,6 por 100.000 habitantes (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Na região de Londrina, há uma grande letalidade policial, figurando entre as maiores do estado, somando-se a isto que, as mortes decorrentes de abordagens policiais no estado tiveram um aumento nos últimos anos (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ — MPPR, 2022a, 2022b).

Desta maneira, reconhecendo a limitação da apresentação realizada, diante da multiplicidade de órgãos, agentes e serviços que atuam sobre o território do município, esta breve contextualização visou clarificar a situação atual da urbanização do município, bem como apresentar os equipamentos e serviços que se relacionam mais intimamente com os viventes da rua, e que irão figurar ao longo da pesquisa. Disto, vê-se que Londrina é um município que possui uma intensa urbanização e verticalização, estando entre um dos polos econômicos da região. Apesar disto, a cidade também encontra problemas decorrentes das cidades e metrópoles contemporâneas, seja pelo alto número de pessoas sem moradia, contrastando com o número de imóveis sem uso social, ou pela dificuldade em promover um acesso efetivo às pessoas mais

vulnerabilizadas, tanto pelos equipamentos de saúde ou assistência social. Além disso, pontua-se que, muitos dados foram obtidos antes de 2020, e não estão disponíveis com maiores atualizações, visto que com a pandemia de COVID-19, houve instabilidades e dificuldades, tanto de coleta e sensibilidade dos dados a serem obtidos, bem como mudanças de serviços e demanda atendida.

5.2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS VIVENTES DA RUA EM LONDRINA—PR

Apesar de este tópico ser abordado em certas perspectivas ao longo deste manuscrito, é importante contextualizar as produções que versam sobre os viventes da rua e os contextos atuais destes no município. O objetivo é que este breve sobrevoo rasante sobre um tema tão multifacetado e singular traga a inserção destas pessoas, na cidade anteriormente apresentada, pelos olhares demográficos, epidemiológicos e sociais, produzidos até então.

Um apontamento inicial importante a se fazer, é não haver dados oficiais que permitam um olhar mais aguçado sobre tal população. Se considerarmos as produções demográficas sobre as populações que vivem em situação de rua no país, há uma dificuldade de acesso e produção de tais dados, seja pela ausência da PSR no censo, resistência e dificuldade de os entes federativos executarem tais levantamentos, ou mesmo pela atenção subjugada a questão em detrimento de outras. (NATALINO, 2022).

Muitos dados estão pautados em estimativas ou censos locais, os quais muitas vezes possuem dificuldades de recursos e execução, pela própria característica singular desses viventes. Apesar disso, mesmo com tais dificuldades, a questão das pessoas que estão utilizando a rua para viver aparece em debates públicos, reportagens ou publicações como uma questão social importante.

Em nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com a estimativa da PSR no país entre 2012 e 2022, a principal fonte de dados utilizada partiu dos dados primários produzidos pelas secretarias municipais de assistência social, conhecido por “Censo SUAS”, ou seja, são dados produzidos por secretarias locais. Tais dados não possuem uma limitação quanto aos usuários cadastrados, bem como uma dificuldade de estabelecimento da qualidade dos dados oferecidos, especialmente após a pandemia. Importante ressaltar que também utilizaram dados do Cadastro Único, auxiliando os dados a se tornarem mais fidedignos devido à sua continuidade (NATALINO, 2022).

Seguindo a estimativa, o relatório apresenta um crescimento de 90.480 pessoas em situação de rua em 2012, para 281.472 em 2022, com um valor estimado de 211% de aumento na década, e em um crescimento estimado de 38% entre 2019 e 2012 (de 204.660 para 281.472), sendo maior que ao crescimento vegetativo da população brasileira. Num panorama, a grande concentração da PSR se encontra na região Sudeste (mais de 50% do total), seguido do Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte.

Destes números, as metrópoles acabam tendo, em números absolutos, mais de viventes da rua, figurando entre os municípios com maiores números de pessoas em situação de rua estimados. São Paulo, por ser a maior metrópole da América Latina, lidera estes números, com 45.940 pessoas estimadas pelo CadÚnico, que demonstra a magnitude da situação, visto que, desde 2012, o município possuía 3842 pessoas estimadas¹³. Em novembro de 2022 os números absolutos das 5 capitais com maior número de pessoas em situação de rua cadastradas, somavam 80.580, sendo, além da já citada, Rio de Janeiro (11.927), Belo Horizonte (10.434), Brasília (6.674) e Salvador (5.905). Tais dados, de capitais e grandes municípios, mesmo não sendo os ideais, possuem uma maior acuracidade, visto que tais municípios conseguem produzir censos e organizar os dados referentes a tal população de melhor maneira (CECAD 2.0, 2022; DIAS, 2021).

Quando voltamos os olhos para os municípios de grande porte (100.001 a 900 mil hab.), segundo a estimativa do IPEA, nacionalmente estes concentram 104.296 pessoas em situação de rua, ultrapassando até mesmo as metrópoles (que possuem 102.580 estimados) (NATALINO, 2022). Tal observação é importante, pois o Londrina, segundo dados do CadÚnico, tinha, em 2012, 110 famílias cadastradas em situação de rua, passando para uma média de 729 em 2022 (até o mês de novembro) (CECAD 2.0, 2022; DIAS, 2021).

Apesar dos dados contidos no CadÚnico, tais cadastros são reconhecidos pelo município como aquém da realidade do total de pessoas em situação de rua. Tal situação é explicitada pela publicação, em 2018, do relatório da pesquisa que realizou um levantamento da PSR em Londrina, numa parceria entre Universidades, Ministério Público e Movimento da População em Situação de Rua. O relatório, apesar de não ser um censo, apresentou às instituições e sociedade um número mais sensível de tal população (LANZA; ROCHA; MIANI, 2019).

¹³ Tais estimativas, como partem do CadÚnico, acabam por contemplar "Famílias em situação de rua" em seu cadastro, o que não individualiza o número, sendo, portanto, subestimado.

No relatório, os dados levantados demonstram que havia em 2018, ao menos, 822 pessoas em situação de rua no município, isto, pois, 105 instrumentos coletados acabaram invalidados, no total, seriam 927 pessoas. Desta pesquisa, caracterizações importantes foram realizadas, como a apresentação de dados referentes ao tempo de permanência, com 43% vivendo das ruas há menos de 2 anos; uma concentração de pessoas entre 25 e 50 anos, 59,3% se declarando como preto ou pardo e; grande maioria de pessoas que se consideram homens, 84%, mas ainda com presença de mulheres, transsexuais e travestis (LANZA; ROCHA; MIANI, 2019). A partir de tal pesquisa, os dados continuaram a aparecer em documentos oficiais do município, como diagnósticos socioterritoriais (LONDRINA, 2022b).

Tais informações, apesar de estarem pautadas apenas na formação de certo "perfil" da população, nos apresenta uma perspectiva diante da situação. Londrina, com uma estimativa de 580,870 habitantes em 2021, possuía cadastradas 725 pessoas em situação de rua, o que resulta numa taxa de 124,81 PSR/100.000 habitantes. Esta estimativa coloca o município próximo às taxas de Porto Alegre e a frente de capitais como Rio de Janeiro, Recife e Goiânia (CECAD 2.0, 2022; OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2023).

Esta proximidade relativa, que um município do interior do estado, possui com características que poderiam ser reconhecidas como próprias de metrópoles, faz parte de um processo de interiorização da urbanização no final do século XX. Este processo, criou na região de Londrina, sua própria região metropolitana, que em 2021 possuía 1.130.776 habitantes estimados (“IBGE Cidades”, 2022). Este número traz características próprias da metropolização de países periféricos do capitalismo, que acompanham o próprio processo neoliberal das últimas décadas, tendo ações diretas da especulação imobiliária, apagamento das políticas sociais e serviços públicos, privatizações, mantendo uma segregação espacial (MARICATO, 2011).

É nesta região que os viventes da rua habitam, realizando fluxo entre municípios. Isto é apresentado pela pesquisa realizada por Lanza, Rocha e Miani (2019), apresentando 29% dos entrevistados sendo naturais de Londrina e 51,3% pulverizados entre outros municípios, e que acabaram, por uma variedade de causas, saindo do município de origem ou moradia. Muitos viventes relatam a busca de trabalho e melhores condições de vida para mudança de local. Nesta questão, é necessário informar que tais pessoas, em sua maioria, também informaram que possuem alguma profissão e alguma fonte de renda, além dos benefícios dos órgãos federativos.

Nesta caracterização, os números podem, ao mesmo que determinam uma perspectiva da problemática colocada, afastar e massificar viventes e suas individualidades. Disto, é necessário reafirmar que tais sujeitos estabelecem territórios e relações que também fazem parte da produção da cidade, como relações de amizade, afetivas, comunidades e animais. Tem-se isto, quando é visto que, apesar da maioria (70,8%) dos viventes responderem não possuem animais de estimação, aqueles que afirmaram estar com um animal, reflete diretamente numa relação que já é prevista na possibilidade de acolhimento nos próprios serviços, visto que na planta-baixa do Centro-POP do município tal espaço existe, mas que não estava em funcionamento no período da vivência.

Não somente neste direcionamento, mas tais pessoas montam estratégias para poderem não apenas sobreviver nas ruas de Londrina, mas também viver, parte disto, representado pela recusa de viventes em dormirem em serviços de acolhimento, seja pela distância ou não aceitação das regras e horários impostos pelo serviço (LANZA; ROCHA; MIANI, 2019). Isto aparece em outros estudos, e relacionam-se diretamente com a necessidade de se pensar métodos adicionais de acolhimento e assistência a tais viventes de uma maneira transversal.

Deste modo, os viventes da rua em Londrina, acabam por habitarem um município que vive um processo intenso de urbanização, e deste processo também acabou por seguir modos de produzir um espaço com fluxos e modos de organização também visto em outros municípios com características semelhantes. Isto gera desafios, não só para a cidade contemporânea, como também expõe as questões de desigualdade social e espacial no município, tanto que ações para “limpeza” de espaços, por métodos e higienistas aliados à periferização compulsória de tais pessoas, acabam aparecendo e reaparecendo nas propostas de associações de moradores e discussões na própria câmara municipal, em audiência pública (“Audiência Pública - Pessoas em situação de rua em Londrina - 24/10/2022”, 2022), havendo uma intensificação durante a pandemia, devido ao aumento da pobreza e desemprego que emergiram.

6. EPICENTRO: MEGAMÁQUINAS PANDÊMICAS

6.1. OS ABUTRES AGUARDAM AS MÁQUINAS TERMINAREM DE MOER A CARNE

*Os curiosos acontecimentos que são o objeto desta crônica ocorreram em 194... em Orã
(CAMUS, 2017, p. 19).*

À luz do conceito deleuziano sobre acontecimento, mesmo que posterior ao livro, parece que a escolha de Camus para iniciar “A Peste”, acopla-se de uma maneira que traz a epidemia que assombra a cidade de Orã, uma apresentação digna de tais efetuações. Isto, pois, durante o período de produção desta tese, a pandemia de COVID-19 em 2020 surge, como um acontecimento.

Como acontecimento, a epidemia traz uma percepção do que se passou durante este período, pois, como todo acontecimento, ele é neutro, anônimo, não tem direção boa ou má. Ele não é o vírus, não é a infecção, não é o distanciamento, não é o isolamento, não é a morte. Não que estes não ocorram como acontecimentos também, tendo suas efetuações e contraefetuações. Ocorre, que, a pandemia quando tratada como acontecimento, se dá nas perspectivas de como cada indivíduo irá estar nela.

Em *Lógica do Sentido*, Deleuze (2009, p. 103) traz uma batalha para colocar como o acontecimento se dá:

Se a batalha não é um exemplo de acontecimento entre outros, mas o Acontecimento na sua essência, e sem dúvida porque ela se efetua de muitas maneiras ao mesmo tempo e que cada participante pode captá-la em um nível de efetuação diferente no seu presente variável: vejamos as clássicas comparações entre Stendhal, Hugo, Tolstói, tal como eles “viam” a batalha e faziam-na ser vista pelos seus heróis. Mas é sobretudo porque a batalha sobrevoa seu próprio campo, neutra com relação a todas as suas efetuações temporais, neutra e impassível com relação aos vencedores e vencidos, com relação aos covardes e aos bravos, e por isso tanto mais terrível, nunca presente, sempre ainda por vir e já passada, não podendo então ser captada senão pela vontade que ela própria inspira ao anônimo, vontade que é preciso sem dúvida chamar “de indiferença” em um soldado mortalmente ferido, que não é mais nem bravo nem covarde e não pode mais ser vencedor nem vencido, de tal forma além, mantendo-se lá onde se dá o Acontecimento, participando assim de sua terrível impassibilidade. “Onde” esta a batalha? Eis por que o soldado vê fugir quando foge, saltar quando salta, determinado a considerar cada efetuação temporal do alto da verdade eterna do acontecimento que se encarna nela e, infelizmente, na sua própria carne.

A pandemia sobrevoava. Quando se ia ao mercado, em consultas a serviços de saúde, quando o medo surgia ou, quando presenciávamos mortes. Sempre na iminência de ocorrer,

mas passando estranhamente junto e, quando menos se espera, ela pode, como citado acima, “encarnar”, literalmente.

Se nestas infinitas bifurcações do acontecimento, alguns acabam por serem aqueles que o presenciam de uma perspectiva mais próxima de equipamentos de saúde com acesso à comunicação e alimentação. Há outros viventes que acabam sentindo a efetuação deste acontecimento de outro modo, seja na necessidade de utilizar o transporte coletivo para ir ao trabalho, na impossibilidade de distanciamento seguro nos ambientes que habita, ou mesmo nas condições que derivaram de tais crises nos axiomas capitalistas que acabaram por agenciar novas semióticas.

Voltando para “A Peste”, estas questões aparecem ao longo do romance, visto que este é dividido em cinco partes que representam a passagem de uma epidemia, indo da gênese, aumento, platô, queda e desaparecimento, sendo respectivamente primavera, verão, outono e inverno. Como na obra, há a negação da chegada da epidemia, afinal, a catástrofe não poderia chegar, afinal, tudo estava como esperado, assim, alterar hábitos não estava em cogitação.

Conforme a morte vêm, a mortalidade do homem pronuncia-se, e na medida que ela avança para o verão, coloca o homem diante do absurdo¹⁴, ou seja, diante da sua condição humana, com outros, é que se pode reconhecer o coletivo, e na revoltar, uma atitude de protesto dos homens que combatem junto, no caso ali, a luta contra a peste (FIGUEIREDO, 2021).

As famílias pobres viam-se, assim, numa situação muito difícil, enquanto às ricas não faltava praticamente nada. Enquanto a peste, pela imparcialidade eficaz com que exercia seu ministério, deveria ter reforçado a igualdade entre os nossos concidadãos pelo jogo normal dos egoísmos, ao contrário, tornava mais acentuado no coração dos homens o sentimento de injustiça. Restava, é bem verdade, a igualdade irrepreensível da morte, mas essa ninguém queria (CAMUS, 2017, p. 221–222).

Os viventes da rua, que já eram uma multidão, haviam recentemente tido um olhar mais direcionado do Estado, quanto a efetivação de seus direitos, a partir da constituição federal de 1988. Com a chegada da pandemia, tais pessoas acabam por sofrer em seus corpos agenciamentos múltiplos, que tinham o potencial de retomar e aprofundar um papel criminalizador e assimilador do Estado para com elas, mas que também abria frentes para um cuidado singular com tais viventes.

¹⁴ Conceito de Albert Camus. Diz respeito a situação de confrontação do homem diante da irracionalidade do mundo, desconectando o homem do mundo, fazendo-o um estrangeiro a si mesmo (COSTA; BARBOSA, 2020).

Dada tal situação, a pandemia de COVID-19 aparece como um epicentro de um abalo sísmico que se efetuou no pesquisador fortemente, mas que também se efetuou em várias instâncias de pessoas, tanto agentes do Estado que trabalham diretamente com tais viventes, quanto aqueles que não tem uma relação em si. Assim, parece que se tratarmos como abalos sísmicos tais rupturas, a pandemia surge como uma ruptura e movimentação imensa, que pode ser cartografada e mapeada por inúmeras perspectivas. Um terremoto que não é possível furtar-se de sentir.

Como o narrador de “A Peste”, Dr. Bernard Rieux coloca, seu relato está pautado apenas naquilo que viu e ouviu, num esforço de não contar mais do que pôde ver e não atribuir pensamentos e outrem. Aqui, nesta cartografia sísmica, também não há como exceder o mapa produzido. Reconhece-se que outros inúmeros outros pontos de articulação, análise e perspectivas vão ser produzidos, sejam da pandemia, viventes da rua ou políticas públicas a partir de tal abalo sísmico, todavia, aqui, o pesquisador mantém-se guiado pelas rupturas sentidas. Foram os focos sísmicos que durante o período pandêmico direcionaram e produziram territórios ao longo da pesquisa.

A cidade, que até então funcionava de determinados modos, com suas disputas e relações, a partir do avanço da doença e aumento das taxas de morbimortalidade, se vê atravessada por dilemas e disputas entre campos de forças múltiplas que circulavam e insistiam, mas que, desde aquele momento, tinham o terreno propício para alterar tal topologia. O que antes era corriqueiro e banalizado, produzido a todo instante na máquina-cidade, passa a ocorrer sob outros movimentos e sofrem cortes de fluxo que bifurcando e reorientam as efetuações já tidas. Nesta disputa de direcionamentos e efetuações que o espaço urbano ganha uma acentuação da divisão já conhecida.

São acentuações e novos modos de operar uma crise constante, necessária no capitalismo. A prerrogativa que Fisher (2020) coloca de que “é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo”, tornou-se nevrálgica a partir de 2019.

Estávamos no fim do mundo. Uma negação inicial de que a pandemia seria uma brisa e que logo esta pequena mudança dos ventos cessaria, gradualmente se tornaria uma lembrança, tão distante e frágil que o retorno ao hábito suplantaria na próxima semana sem muito esforço. Mas como Camus coloca na sua peça “Estado de Sítio” (2018), algo mudou, por mais que as cidades sob o estado e seu governador desejem o imóvel, o hábito e a permanência, o

movimento é impossível de ser eliminado por meros caprichos mundanos. E como na obra, a partir do momento em que a peste é reconhecida e assumida pela população, o movimento impera, intensifica.

Na peça, a Peste, com sua secretária, chega em uma cidade litorânea da Espanha, e devido sua natureza e movimento, toma o lugar do governante, o qual é imóvel, refém do hábito e manutenção, ele foge sem pestanejar na medida que consegue negociar sua vida. Contudo, como a própria população demonstra, a mudança não é vista como uma grande chave que é alterada:

O POVO

O Estado era ele, agora não é mais nada. Como ele está indo embora, a Peste vai ser o Estado.

NADA

Que diferença faz? Peste ou governador: o Estado é sempre o Estado (CAMUS, 2018, p. 79).

Com a da instauração do Estado da Peste, é o obscurantismo e medo que reinam na cidade. Ou melhor, como ela mesmo coloca, seu rei não reina, sitia.

É nesta toada que o abalo da pandemia começa a ganhar direcionamentos e fluxos do Estado, que, ao menos por onde vivi, o que sentíamos é que, lentamente, quem estava governando o Estado era a Peste. Não somente na figura do presidente da república, mas também em vários agentes do estado, muitos protocolos e maquinarias. Fluxos que seguiam na direção da morte, um suicídio perpetuado diariamente, e quase que escancaradamente pelas autoridades sanitárias do país.

É claro que este ambiente não se deu sem disputa, tal acontecimento seguia nas suas efetuações, mas é importante ressaltar que, o Estado que vivi durante tal período pandêmico, ganhava, cada vez mais, contornos do Estado suicidário de Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Um Estado onde a morte de alguns era válida, que o próprio povo deveria se sacrificar em prol de um ideal, de um sagrado chamado “economia” (ou mercado). Um funcionamento que mobilizava os afetos da população em direção ao suicídio e ao ressentimento, onde, como numa tragédia em câmera lenta, constatávamos os números de óbitos subirem, os contágios se espalhando, de repente algum conhecido de um familiar seu estava com COVID, e por fim era a pessoa que você convive diariamente ou você, que era atingindo pelo indeterminismo da possível morte.

Para Deleuze e Guattari o totalitarismo e fascismo não são sinônimos, pois, o primeiro necessariamente se relacionada com o estado e sua necessário sobrecodificação¹⁵ nos agenciamentos, ele necessita de um fluxo conservador, um aparelho de Estado. Já o fascismo, ele não busca um conservadorismo, no sentido de manutenção do aparelho de Estado, mas sim, uma apropriação daquele Estado numa máquina de guerra, se tornando um niilismo realizado. Não está mais na busca de conter possíveis linhas de fuga que porventura possam ameaçar as segmentaridades conservadoras que o totalitarismo visa manter, mas sim, ele mesmo irá se pautar em linhas de destruição e abolição, uma aposta na morte, seja do outros ou própria. O suicídio é o coroamento, é um Estado suicidário (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Neste momento, não é possível numa cartografia sísmica deixar de apresentar tais momentos de abalos sísmicos que atingiram meu corpo como pesquisador. Muitos deles, cada vez que eram percebidos, pareciam deixar mais longe a possibilidade de finalizar o doutorado, de conviver com pessoas próximas, de estar em meio a uma situação em que a morte era a regra nas relações. Não há como negar que muitos dos afetos mobilizados neste período, estavam na direção de um Estado suicidário. Com a palavra o próprio presidente no dia 11 de novembro de 2020:

Tudo agora é pandemia, tem que acabar com esse negócio. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para a urubuzada que está ali atrás (RIBEIRO, 2021).

Deixa-se claro que, uma fala de um presidente do país não contextualiza ou resume os anos da pandemia, muito menos homogeneízam todas as relações e acontecimentos que suscitaram este período. O que acontece é que não apenas na figura dele, mas sim, na própria economia libidinal que ocorreu durante este período. Eram movimentos de indivíduos desejando sua própria repressão, como Safatle (2021) coloca, um flerte constante do Estado e seu funcionamento com o abismo, dado a uma incapacidade de lutar por sua própria preservação, onde as próprias massas investem nesta máquina fascista.

¹⁵ Tanto o código, quanto a sobrecodificação, possuem uma aplicação ampla, pois código pode ser aplicado tanto em sistemas semióticos, fluxos sociais ou materiais. Sobrecodificação irá corresponder a uma codificação de segundo grau. Um exemplo trazido por Guattari (2013, p. 318) são “as sociedades agrárias primitivas funcionam segundo seu próprio sistema de codificação territorializado e são sobrecodificadas por uma estrutura imperial, relativamente desterritorializada, que lhes impõe sua hegemonia militar, religiosa, fiscal, etc”.

Nas disputas que vivíamos no Brasil, enfrentar a pandemia não era apenas uma questão de praticar as normas sanitárias recomendadas ou seguir protocolos de testagem. Tudo se pautava numa luta diária e constante, na pele, entre familiares que estavam dispostos a morrer (e matar) não seguindo recomendações e usando tratamentos ineficazes, propagandeados em grupos de mensagens, pessoas que precisavam trabalhar em meio a aglomerados de multidões em períodos de grandes taxas de transmissão. Era a relação que se tornava binária entre sair de casa ou não, estar certo ou errado, entre outros. Entretanto, o aparelho de Estado, virou uma máquina de guerra de abolição, suicidária.

Naquele momento, o desespero e revolta acabam por tomar conta, pois, ao olhar para o lado, conversar com familiares, entre outros, parecia ineficaz perante a doença que sobressaía de qualquer forma. Todos se infectando e parecia inútil as insistências em distanciamento ou proteção com máscaras. A sensação de inutilidade e pequenez diante de tal período era aquilo que se mantinha no momento.

Alguns falaram, e ainda falam, que sempre foi assim, e sempre será. Que alguns seres humanos estão mais conscientes quanto às condições de transmissão de doenças e mazelas sociais, que alguns estão sofrendo e pegando na vida por seus pecados, que alguns por mérito próprio não contraíram a doença e outros, afirmavam que era apenas uma questão de sorte. Apesar da insistência dos especialistas em várias frentes e campos do conhecimento alertarem sobre medidas, tanto de controle de transmissão, quanto de manutenção da sobrevivência e solidariedade neste período, várias relações se mantinham e disputavam forças neste acontecimento.

De fato, o que ocorreu neste período irá ter seus acontecimentos ainda analisado, observados e percebidos por um longo período, contudo, alguns pontos decorrentes de tal época já pode ser percebidos. Se, ao proclamar que o país não poderia ser de “maricas” (GOMES, 2020) o então presidente, Jair Messias Bolsonaro, buscava, não apenas negar o impacto do vírus, mas também como colocam Burgos e Oliveira (2022), realizar um chamado para a morte, há muito no discurso, além do claro machismo, um apela a uma eugenia, um evolucionismo vago e racista de uma exposição em massa, na qual apenas os fortes e preparados sobreviveriam, em prol do sacrifício daqueles que deveriam morrer.

Isto, não apenas, se manteve constante no discurso, como também foi atribuído a políticas públicas direcionadas a tal modo de conceber e habitar no mundo. Até dezembro de

2022 o país contabilizava em seus dados oficiais 692.652 óbitos decorrente da COVID-19, sendo o 17º país em mortes por milhão de habitantes (3.247), mas em segundo lugar no número de óbitos no acumulado desde o início da pandemia (MATHIEU et al., 2020). Porém, tais posições e rankings não refletem precisamente todas as representações e picos que aconteceram no país, especialmente por sua diferença, tanto territorial, quanto de desigualdade econômica entre regiões.

O que se pode ter como saldo, até o momento, é que a desigualdade no país manteve um intenso alargamento, não apenas refletindo diretamente no poder de compra, mas também em inúmeros outros aspectos da vida. A educação no país enfrentou desafios que até então estavam sendo postergados e com a pandemia necessitaram de uma abordagem, como o ensino não presencial, e a relação com internet-professores-alunos ainda precária em várias regiões do país. A fome aumentou, juntamente com a miséria, e com isto a insegurança alimentar passou a ser uma questão de ordem maior nas preocupações das políticas de assistência social, voltando a lidar com questões que anteriormente já estavam superadas em algumas regiões. Se estes elementos poderiam ser sacrificados com a “morte dos fracos e triunfo dos bons”, mesmo esta premissa fascista não vigorou, já que a economia do país se refletiu em desemprego e queda na renda.

Tudo isto, irá produzir, necessariamente, algo na multidão que habitam as ruas. Seja pela miséria, ausência de oportunidades de trabalho, brigas familiares ou outras questões, é empiricamente relatado por inúmeros municípios o aumento de pessoas que passaram a estar na rua. Vivente que sofre no seu próprio corpo a ação de uma máquina suicidária, uma política dos abutres, que propagam fome e miséria na busca de colher corpos daqueles que não merecem viver segundo sua ótica.

Se a vida de quem é vivente na rua já era ignorada ao longo dos anos, seja pelo capital, por governos, ou mesmo por agentes públicos, como ele seria vista (ou não), e agenciada numa pandemia? Como estas pessoas sobreviveriam mais este período? E outra pergunta que me rondava: tais viventes já não sobreviveram todo este tempo? Existiria de fato uma pandemia mundial para eles?

A relação peste-estado, revisitada nas obras camusianas citadas acima, se por um lado pode aparecer de uma maneira mais direta como n'O Estado de Sítio, algumas vezes surge de forma mais sutil e indireta n'A Peste. Esta exposição, traz uma articulação que está pautada na

própria geografia dos lugares onde as histórias se passam, isto, porque, as obras se restringem às cidades. É na circunscrição urbana que as histórias que se desenrolam, englobando tanto a relação do Estado, os poderes públicos diante de tais acontecimentos, e como ele pode se colocar como a própria epidemia em tais situações.

Nesta perspectiva, torna-se pertinente apresentar como o Estado é entendido por Deleuze e Guattari, para então, compreendermos como a cidade contemporânea se insere nesta relação intrínseca. Deste modo, as vivências cartografadas junto ao CnaR e viventes da rua, serão apresentadas na sua inserção territorial dentro da cidade e Estado, como espaços geográficos produzidos na máquina capitalista.

6.2. QUAL ESTADO?

A condição de viver na rua, apesar de aparecer em vários momentos da história das cidades sob vários aspectos, acaba por ter suas particularidades no sistema capitalista, deste modo cabe aqui entender quais as peculiaridades de tal sistema que potencializam a produção de tal condição. Não buscamos uma negação dos processos históricos anteriores ao Estado moderno, mas sim detalhar suas diferenças numa geografia capitalista atual. Para um aprofundamento na discussão sobre o Estado moderno capitalista, considero importante o olhar de Deleuze e Guattari sobre como ele é produzido.

Para Deleuze e Guattari o Estado sempre existiu, mesmo que virtualmente, visto que na sociedade primitiva, onde não havia uma formação estatal, ocorriam certos movimentos e mecanismos que funcionavam como um método de prevenção do surgimento do Estado. Era um pressentimento, de que com o surgimento estatal, haveria o risco destes povos serem exterminados, homogeneizados. Tais mecanismos de conjuração ocorriam, por exemplo, através das alianças laterais estabelecidas, as quais se davam entre as comunidades por uma circulação de objetos ou pessoas (através dos casamentos), sem manter um valor de uso na troca entre estes, não formando estoque, mas se mantendo como uma dívida finita, com sua renovação conforme ela vai sendo concluída. Estas alianças também poderiam implicar acordos firmados para a guerra com outros povos que eram vistos como uma ameaça, se aliando a povoados próximos para impedirem a sua inclusão em um Estado (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, 2012a).

Quando o Estado se instaura, estas dívidas finitas que definiam tais alianças são sobrecodificadas pelo Estado despótico, se tornando uma dívida infinita. Infinita, pois ela nunca irá terminar, sempre estará em débito com o soberano, Deus, ou seu representante, onde o trabalho e imposto sempre estarão ali codificados para tal dívida. Desta maneira, mesmo que tais relações e alianças que existiam antes do Estado, por exemplo, estas não estarão mais funcionando como anteriormente, restritos a tais grupos ou pessoas, mas sim sobrecodificadas e direcionadas ao Estado (GUÉRON, 2017).

Esta interpretação de nascimento do Estado se opõe especialmente ao que contratualistas como Hobbes e Rousseau defenderam, já que para eles há um contrato formado entre os homens visando garantir direitos ou segurança através da criação de um Estado. Vemos que a interpretação de Deleuze e Guattari caminha em outro sentido, pois mostram que havia mecanismos que buscavam justamente retardar e prevenir o surgimento do Estado. É um modo de compreender estes acontecimentos que não se restringem ao próprio Estado, ou da legitimação e deslegitimação do governo, mas sim um entendimento das formas que existem ali, tanto de governo quanto de sujeitos e como estes são transformados (BARBOSA, 2014).

Se tomarmos esta concepção de Estado expostas por Deleuze e Guattari, ele não é concebido como um ente ideal ou monolítico, fruto de um progresso ou evolução civilizatórias, mas sim algo que foi produzido. O que antes era virtual e pressentido, em algum momento se atualiza e é produzido para manter sua atualização. Para distinguir como tal atualização ocorre é necessário voltarmos os olhos para como os autores irão abordar os próprios agenciamentos que ocorrem nas relações entre humanos.

6.2.1. Máquinas de fazer

*Somos a máquina de fazer
Às vezes mesmo sem saber
("Máquina de fazer" MUKEKA DI RATO, 2004).*

Os agenciamentos são relações, mas não apenas relações inofensivas e sem perspectivas. Relações que mobilizam, que constroem e destroem, que implicam forças de poder aos que são afetados por elas. São intensidades, intensidades que maquinam, como uma máquina que produz ininterruptamente. Esta noção de agenciamento repudia o sujeito como agência, ou seja,

um Ser estático e essencial puro, que no aguardo do exercício de sua racionalidade, anseia por ser “descoberto” (SOARES e MIRANDA, 2009).

Tudo isto, as linhas e as velocidades mensuráveis, constitui um agenciamento [...]. É uma multiplicidade — mas não se sabe ainda o que o múltiplo implica, quando ele deixa de ser atribuído, quer dizer, quando é elevado ao estado de substantivo. Um agenciamento maquínico é direcionado para os estratos que fazem dele, sem dúvida, uma espécie de organismo, ou bem uma totalidade significativa, ou bem uma determinação atribuível a um sujeito, mas ele não é menos direcionado para um corpo sem órgãos, que não para de desfazer o organismo, de fazer passar e circular partículas a-significantes, intensidades puras, e não para de atribuir-se os sujeitos aos quais não deixa senão um nome como rastro de uma intensidade (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 18).

Temos aqui então que agenciamentos são movimentos, ou melhor, fluxos, pois sempre estão entre as relações, produzidos em “intercessões”, meios de acoplamento entre as repetições que produzem diferenças. Tais intercessores são necessários para a criação, seja da arte, filosofia, ciência ou mesmo povos (DELEUZE, 2013). Os intercessores promovem uma nova maneira de encarar a própria filosofia, sendo esta vista como um modo de pensar (como a arte, e a ciência também são, mas diferentes), que se propõe como uma interpretação de conceitos que não se apegam a imagem representativa destes, mas sim um pensamento sem imagem (VASCONCELLOS, 2005).

Tradicionalmente, há uma imagem dogmática do pensamento que está constituída de três teses: a de que o pensador quer necessariamente o verdadeiro, a de que nos desviamos de tal pensamento verdadeiro por forças estranhas a este, e por fim, a tese de que um método adequado nos fará pensar adequadamente. O que ocorre na proposta de Deleuze, é que ao considerar a inclusão de sentido e valor no exercício do pensamento, descobertas por Nietzsche, o pensar passa a ser visto como algo que depende das forças que se apoderam dele, ou seja, é através dos afetamentos de forças externas que o pensamento flui, e daí decorrem as intercessões (VASCONCELLOS, 2005).

Temos aqui, então, uma forma de pensar que não compreende apenas um exercício conceitual que se esvazia na realidade, mas sim um pensar que considera as relações de forças e valores que agem na própria produção deste. Entretanto, não apenas o pensar se relaciona com os intercessores, como Merhy (2004) coloca, a interseção é um processo singular, ocorrida no encontro, desta maneira, necessariamente só existe na medida que ocorrem acontecimentos, e, portanto, advém de tais agenciamentos. São processos intercessores que acontecem num território e irão produzir determinados modos de relações, assim são frutos de encontros que atuam nas produções, onde não afetam apenas no pensar, mas também nos corpos.

Deleuze apresenta as afetações de corpos por uma interpretação de Espinosa, buscando trazer para seu pensamento as reflexões sobre o corpo e como este é afetado. O autor compreende que em Espinosa a potência irá se dar nos encontros entre corpos, ou seja, conforme os encontros, os corpos sofrem afetamentos que podem diminuir ou aumentar a potência de vida, produzindo afetos alegres ou tristes (ALCANTARA, 2019). O que se tem aqui é que tais agenciamentos são capazes de afetar corpos e maneiras de pensar, entretanto, conforme a fluência de tais fluxos pode-se ter produções de certos modos, mas não de outros. Assim, têm-se que “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 24).

Um ponto que move a filosofia de Deleuze e Guattari é que os agenciamentos irão advir de fluxos, os quais em última análise irão seguir produzindo. Para compreender tal produção há de se detalhar outros conceitos que os autores propõem, que numa verdadeira intercessão se conectam para uma compreensão dessa diferença proposta por eles. Tal conceito são as máquinas. Mas por que máquinas? Ora máquinas, porque máquinas produzem! E eles deixam claro no primeiro parágrafo de *O Anti-Édipo*, para não haver dúvidas:

Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões. Uma máquina-órgão é conectada a uma máquina fonte: esta emite um fluxo que a outra corta [...]. É assim que todos somos “*bricoleurs*”¹⁶; cada um com suas pequenas máquinas. Uma máquina-órgão para uma máquina energia, sempre fluxos e cortes (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 11).

Nas máquinas temos as conexões, nelas não temos uma representação, um teatro que visa simular, nem aquilo que se pode representar ideal ou essencialmente, mas sim uma produção do real. Produção decorrente de acoplamentos e ligações com outras máquinas, onde os afetamentos por fluxos externos, agenciamentos, interferem nesta produção. Assim, temos fluxos e cortes ocorrendo a todo momento, sejam nas máquinas-órgão, como no exemplo da boca do bebê e o seio da mãe, seja nas máquinas que irão produzir a própria subjetividade ou mesmo as relações sociais.

Seguindo a concepção de Deleuze e Guattari, compreende-se que, como citam, “tudo compõem máquina” (2011a, p. 12), de modo que tudo o que entramos em contato, tanto na

¹⁶ Como a própria nota do tradutor indica na edição, *bricoleurs* “não apenas no sentido de podermos desviar múltiplas coisas deste ou daquele conjunto funcional para vários outros, mas também porque nossas próprias máquinas se engrenam multiplamente” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 11).

materialidade daquilo que apreendemos pelos sentidos do corpo de órgãos biológicos, quanto nos pensamentos abstratos e mágicos. Tudo que acontece tem um acoplamento ou desacoplamento de máquinas. Diante de tal visceralidade sem espaço para representações das máquinas, há de se questionar o que acontece com os humanos e suas máquinas, estas são atribuídas por Deus? São inatas? Cada um tem uma máquina sua que produz algo específico que irá interagir com outras máquinas?

Muitas destas questões aguardam, tradicionalmente, um direcionamento de uma resposta que represente algo ou ideia. Uma representação de um Deus, uma representação de Ideia, uma representação de um Eu. Mas apenas não há, o que há são movimentos, movimentos de desejo. Se as máquinas seguem fluxos e cortes, é porque há um desejo investido que opera tais movimentos. Assim, tem-se uma produção desejante que percorre tais caminhos, que não está pautada em uma falta, uma ausência de algo que fará ele operar para suprir tal necessidade, mas sim, como uma produção que busca se intensificar (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Nesta multiplicidade de conexões e acoplamentos que as máquinas desejantes produzem, estas mesmas se tornam produtoras e reprodutoras de outras máquinas. Nas afetações o desejo produz e reproduz tais fluxos e cortes, operando conforme os agenciamentos que agem sobre ele, não fazendo sentido nem mesmo a própria ideia de um sujeito fixo, pois se a produção é em fluxo, o sujeito também (SILVA, 2000). Assim, temos agenciamentos que, de acordo com determinados modos como são exercidos, buscam potencializar desejos ou reprimi-los, de maneira que a subjetividade do indivíduo também é produzida.

Destes fluxos de agenciamentos, visando as produções das máquinas desejantes, é que Deleuze e Guattari vão apresentar como estes em sua natureza possuem dois eixos, sendo um horizontal que comporta dois segmentos de conteúdo e de expressão. O primeiro relacionado com afetações em corpos e paixões, e o segundo num agenciamento coletivo de produção de enunciados, atribuídos aos corpos. O outro eixo, vertical, possui por um lado territórios estabelecidos ou mesmo já reterritorializados que vão estabilizá-lo, e por outros picos de desterritorialização que vão contrapô-lo (DELEUZE; GUATTARI, 2011c).

Os dois segmentos do eixo horizontal podemos compreender, conforme citam Soares e Miranda (2009), que a expressão (agenciamento coletivo de enunciação) se relaciona com o conteúdo (agenciamento maquínico) intervindo neste, sem a necessidade de representá-lo. O conteúdo se refere à própria linguagem direcionada aos corpos, enquanto a expressão vai se dar

na relação entre as ações destes corpos, podendo serem compreendidos como os agenciamentos familiares ou judiciais contemporâneos, chamados de agenciamento coletivo de enunciação.

Em relação ao eixo vertical, este diz respeito a junção dos agenciamentos horizontais, de maneira que na própria produção social, tais agenciamentos buscam estabelecer territórios que sejam harmônicos com determinada sociedade, portanto o eixo vertical atua para que tal fluxo seja condizente com estabelecido na sociedade. O que ocorre é que muitas vezes tais territórios já estabelecidos não contemplam linhas de fuga que podem acontecer em determinado ambiente social, ocorrendo assim uma desterritorialização que fazem um contraponto ao que já é estabelecido (SANTOS, 2014).

Ambas as segmentaridades de agenciamentos agem nas próprias máquinas e funcionam como máquinas, não sendo estas excludentes umas às outras. Como temos uma maquinaria que age em infinitos fluxos e cortes de acordo com seus movimentos, é necessário compreender outro elemento que irá fazer parte de tal funcionamento, ou melhor, que o guiará, o desejo. Em Deleuze e Guattari o desejo é um dos pontos fundamentais de suas intercessões filosóficas, isso se deve a este, como já abordado anteriormente, não deve ser compreendido numa busca de algo que falta ao ser, mas sim como uma potência.

Silva (2000) traz que tal concepção de desejo busca sair da esfera psicanalítica e colocá-la em outros termos, isto porque a esfera psicanalítica criticada, trata o Édipo como algo que usa de modo ilegítimo as sínteses do inconsciente. As sínteses apresentadas por Deleuze e Guattari vão ser investigadas a partir de uma pergunta própria do estilo kantiano sobre os usos legítimos das sínteses do inconsciente, contudo sem considerar a definição de Kant para o desejo, pois esta coloca o mesmo ao lado da aquisição, numa retomada platônica, onde é produzido um objeto fantasmático que parte da falta, ou seja, a realidade do objeto está “por trás” do objeto real. Assim, vê-se que o desejo está pautado em uma falta, uma necessidade na qual o objeto é encarado sempre na falta.

Retomando as sínteses do inconsciente, ao contrário da abordagem kantiana para a construção do conhecimento, onde as sínteses irão pressupor uma ação do sujeito, para Deleuze e Guattari as sínteses do inconsciente são passivas. Elas irão sofrer as ações dos encontros produzidos pelos agenciamentos, e, então, produzidas de conforme os estímulos indutores. Das sínteses temos a síntese conectiva de produção, síntese disjuntiva de registro e a síntese conjuntiva de consumo.

Na primeira síntese conectiva de produção, como seu nome diz, trata de conexões, de modo que essas sigam para produção, como citam "a regra de produzir sempre o produzir, de inserir o produzir no produto, é a característica das máquinas desejanter ou da produção primária: produção de produção" (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 18). Portanto, são acoplamentos que seguem num fluxo de "e... e... e..." por uma regra binária de conexões entre objetos parciais.

Em toda essa produção de produção, os fluxos de acoplamentos e cortes vão continuar produzindo, então teremos a segunda síntese: síntese disjuntiva de registro. Disjuntiva, pois vai atuar juntamente nestas conexões heterogêneas, não numa divisão que tende a separar e distanciar, mas sim, que, por inusuais conexões busca conectá-los. Como os autores trazem, ela é inclusiva, onde antes ocorria um "e... e... e...", aqui o que ocorre é um "ou... ou... ou...", isto é, a produção de diferença, outros modos que geram possibilidades, não se detém a uma linha de produção específica, mas sim uma divisão que nela mesma se produz uma inclusão. (DAVID-MÉNARD, 2007; DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Compreendida que tal síntese está dizendo respeito a uma disjunção que é inclusiva, cabe compreender sobre o que diz respeito ao registro que esta promove. Se é de registro, é porque se inscreve em algo, esta superfície de inscrição é o Corpo sem Órgãos (CsO). Temos um corpo organizado pelas máquinas desejanter através de suas conexões, todavia tal CsO é uma superfície virtual que "é o improdutivo, o estéril, o inegendrado, o inconsumível" (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 20), a qual sofre com tal organização do corpo de órgãos, porque, por mais que seja improdutivo, este é produzido seu lugar próprio sendo re-injetado na própria produção. Em *Mil platôs* (2012b) Deleuze e Guattari o apresenta como um corpo vivo de produção, de modo que podemos compreender tal CsO como aquele que luta contra a organização do organismo, buscando circular as intensidades puras.

Desta experimentação de fluxos e intensidades que percorrem o corpo sem órgãos, chega-se por fim na terceira síntese, denominada de síntese conjuntiva de consumo, "então é...". É nela que o inconsciente desembocará em um sujeito, de modo que este é apresentado como fruto de uma produção, sempre ao lado das máquinas, e por isso de consumo, pois está sempre consumindo tais intensidades decorrentes de junções, conexões, disjunções e cortes ocorridas anteriormente.

Do processo de produção das sínteses que ocorrem no inconsciente o que se tem é que estas são passivas. Tais sínteses não operam conscientemente engendrando conexões e cortes pautados em ser absoluto que as regem, mas sim, como cita Silva (2000, p. 80) “este caráter passivo das sínteses do inconsciente faz que elas não dependam da sustentação de um "Eu penso", de uma consciência”. Portanto, temos uma subjetividade que irá ser produzida, ao lado das máquinas, fruto destas, com suas criações, concepções e intensidades, variando conforme o modo que as máquinas se conectam, de como tais conexões são registradas, e por fim, como estas são consumidas.

Com a compreensão de que, literalmente, tudo é máquina, há de se direcionar onde o desejo se encontra diante de tal produção maquínica. O desejo é um dos conceitos fundamentais na obra de Deleuze e Guattari, sendo uma instância produtiva, não pautada em uma falta ou em uma necessidade. Ele não está relacionado apenas ao prazer e ao gozo, nem intencionalidade ou alguma força de vontade (HUR, 2020), de maneira que máquinas desejantes, desejam a produção, conexão, cortes. Desejam se afirmar, afirmar seu fluxo, fazer seu devir acontecer. Afinal, “se o desejo produz, ele produz real. Se o desejo é produtor, ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 43).

Como tudo é máquina, a produção maquínica inconsciente ocorre ao mesmo tempo em que outras maquinarias se estabelecem em processos na sociedade, podendo assumir várias conexões. Daí que Deleuze e Guattari contrapõem-se a noções marxistas e freudianas que enxergavam o libidinal e econômico como instâncias separadas. Para os autores, a energia investida em ambos ocorre sem uma diferença qualitativa, mas sim em uma diferença própria dos regimes de sociedade contemporâneos, tendo então produções maquínicas nas sínteses do inconsciente, mas também produções maquínicas que ocorrem na sociedade (SILVA, 2000).

6.2.2. O Estado como atualização

Vou mudar sua vida
Seu jeito de se vestir
Seu corpo, sexo e alma
Você vai me dar o seu sangue inocente
Vai me seguir, imitar
Vigiar, limitar minha vida
Talvez pense em me amar
Quem sabe um dia me encontre e me mate
 (“Máquina de fazer” MUKEKA DI RATO, 2004).

A produção social, dada em um corpo pleno chamado de *socius*, é um elemento de antiprodução que ocorre tanto no corpo da terra, do déspota ou do capital. Tal superfície vai ter distribuída em si forças e agentes de produção, mantendo para si o subproduto, originando dentro de todo o processo uma quase-causa reclamada para si, onde tudo parece ser produzido por ele. É no *socius* onde toda a produção irá ser registrada, e sob o capitalismo, o corpo sem órgãos (*socius*) é o ser capitalista, como colocam Deleuze e Guattari (2011a, p. 22):

É dele que Marx diz: não é o produto do trabalho, mas aparece como seu pressuposto natural ou divino. Ele não se contenta, com efeito, em se opor às forças produtivas em si mesmas. Ele se assenta sobre toda a produção, constitui uma superfície na qual se distribuem as forças e os agentes de produção, de modo que se apropria do sobreproduto e atribui a si próprio o conjunto e as partes do processo, que, então, parecem emanar dele como de uma quase-causa.

É sempre em uma produção social que o CsO irá investir e produzir. Se o Estado sempre existiu virtualmente, é porque temos uma produção maquínica desejante que irá percorrer uma superfície virtual, e aliado a isto temos um *socius*, também virtual, que terá inscrições e registros se relacionando com o próprio desejo. Estas conexões e cortes se dão nas produções desejantes, de tal modo que a prevenção de um surgimento do Estado ocorre, porque este, de certa forma, o presente no próprio espaço virtual, e assim os homens acabam por estabelecer mecanismos conjuratórios de tal Estado. O que se tem aí é que este Estado é exterior, tentando se estabelecer mediante certas apropriações e sobrecodificações, criando e fazendo a manutenção dos chamados aparelhos de captura, que vão agir sobre tais códigos descodificados na tentativa de torná-los pertencentes a máquina estatal.

Desde a atualização do Estado e suas estruturações, os autores propõem eras de funcionamento estatal, sendo o Estado Imperial arcaico o modo inicial que ele irá surgir, não sendo considerado aqui por uma perspectiva evolutiva, mas sim de atualização, de modo que onde antes o que circulava é virtualmente atualizado. O Estado irá surgir e se manter por aparelhos de captura que irão promover sobrecodificações do que ali existe, especialmente sobre a renda fundiária, o lucro e imposto. Não obstante, apesar da sobrecodificação através da violência, ocorrem fluxos descodificados que escapam aos códigos estatais estabelecidos, portanto, há a necessidade de que estes sejam reprimidos pela máquina estatal enquanto surgem.

O movimento que ocorre na transição do Estado imperial para o Estado moderno, acontece, pois, tais fluxos descodificados chegam a um ponto onde não são mais sustentados pelo modo que o Estado imperial se organiza, não podendo ser reprimidos, havendo assim uma total reorganização para que tais fluxos sejam codificados sob outra forma. O Estado moderno capitalista surge de tal reorganização, se diferenciando justamente pela não repressão de tais fluxos codificados, mas sim numa cooptação destes, a fim de produzirem para o mercado mundial que surgiu.

No Estado moderno capitalista, o *socius*, relações sociais de produção, irá manter as codificações dos fluxos de desejo. Diferentemente dos *socius* primitivo e despótico nos quais as descodificações tinham de ser suprimidas, repelidas, para não se tornarem um novo código e ameaçarem tal modelo, no capitalismo o ineditismo está na consideração de tais fluxos descodificados como parte dele. A existência do capitalismo exige fluxos descodificados para sua existência, mesmo que viva constantemente sob a ameaça deles, de maneira que, para controlar esta possível ruptura esquizo¹⁷ de fluxos descodificados, o *socius* capitalista utiliza para administrá-lo são os processos axiomáticos (GUÉRON, 2020).

No fim do feudalismo, os fluxos de comércio e os comerciantes que surgiam escapavam os códigos, de modo que uma burguesia foi se formando ao ponto de ultrapassar o próprio limiar dos códigos, e a partir desta ultrapassagem e reorganização, emergir o capitalismo. O que o sistema capitalista faz é justamente deixar os fluxos descodificados atingirem sempre o limite esquizofrênico do sistema, para então serem cooptados e reinseridos nos códigos. Podemos acompanhar o caso de empresas multinacionais que produzem produtos alimentícios de

¹⁷ Esquizo, nas concepções de Deleuze e Guatarri, não aparece como sinônimo da doença esquizofrenia. Esquizo, é compreendido a partir do grego clássico, σχίζω (*schizo*), designando fender, separar, partir em dois, abrir, pôr em desacordo (MALHADAS; DEZOTTI; NEVES, 2010, p. 100).

variadas origens e que concentram a origem animal como grande parte de suas linhas, além disso, elas concentram o mercado e estão presentes em várias partes do mundo. Nos últimos anos um movimento em prol do veganismo surgiu, aparecendo como um fluxo descodificado do próprio sistema, já que este está voltado para um certo tipo de produto alimentício. Contudo, ao entrar em contato com tal fluxo descodificado em seu limite, ou seja, quando os fluxos voltados para produtos que não envolvam origem animal ganham um espaço nos modos de vida das pessoas, a empresa o reconhece esta como parte deste mercado global e se vê diante da necessidade de sobrecodificar tais fluxos no próprio sistema. Assim, o movimento se atualiza no lançamento de uma linha de produtos veganos, com os fluxos que antes eram bizarros ao sistema, passando a integrar uma linha de produtos, mesmo que a empresa mantenha grande parte de seus produtos com carne animal (DAVIDSON, 2022). O que acontece é que para tais fluxos serem sobrecodificados é necessário que as pessoas sintam a enunciação daquele código, para que suas atitudes possam ser validadas dentro deste novo fluxo, com os axiomas aparecendo como um importante componente para tal organização de fluxos.

Axiomas, como colocam Deleuze e Guattari “não são evidentemente proposições teóricas, nem fórmulas ideológicas, mas enunciados operatórios que constituem a forma semiológica do Capital e que entram como partes componentes nos agenciamentos de produção, de circulação de consumo” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 174–175), portanto eles não são dependentes entre si, são enunciados semióticos primeiros, podendo um fluxo constituir um ou vários axiomas. O próprio sistema tem uma tendência de adicionar axiomas, o que ocorre é que dependendo do modo de Estado que se forme, social-democracia ou Estado totalitário, por exemplo, os axiomas são multiplicados ou reduzidos. Como eles podem variar de forma de governo, há axiomas que podem derivar daqueles já estabelecidos no sistema e há também a evolução de axiomas selvagemmente, que nem mesmo são estabelecidos pelo aparelho de Estado, sendo uma variação “selvagem” no próprio sistema.

Retomando o exemplo dos produtos veganos lançados por uma multinacional, que em sua linha tem produtos de origem animal, há necessidade de que uma enunciação chegue até as pessoas no limite dos fluxos descodificados, mas também para aqueles estão nos fluxos já estabelecidos. Assim, os enunciados, agenciamentos coletivos de enunciação, fazem circular estes novos axiomas, especialmente pelas propagandas, marketing, com noções que vão operando de modo que se torna o código consumir produtos veganos, sem maiores problemas para a máquina capitalista, na realidade, contribuindo para a produção de capital, num verdadeiro agenciamento maquínico de corpos.

O que é válido ressaltar é que tais axiomas precisam de um espaço-tempo ordenados para que a sua enunciação se efetive e seja produzido, tal modo de organização de espaço surge com o aparelho de Estado, chamado de espaço estriado. Se este é estriado no Estado é porque em devém liso em outra natureza, ou seja, há uma distinção entre os dois, mas que não deixam de se misturar de modo que um produz o outro, por processos de reversão e transversão. O espaço estriado é aquele que procura produzir uma rigidez no território, de modo que tudo aquilo que ocorre ali, relacionado a ele, seja passível de um esquadrinhamento. No espaço liso o que há são devires, ele é próprio do nomadismo, do molecular, abrindo para linhas de fuga em relação ao próprio estriamento que se propaga (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

Assim, o que se têm no sistema de Deleuze e Guattari é um aparelho de Estado de que age num estriamento do próprio espaço e do tempo. Controla como serão as ruas, calçadas, casas, praças, horários permitidos, etc., mas não somente ligado a isto, no Estado moderno capitalista é necessário a produção de axiomas para que o próprio sistema global continue funcionando de maneira que neste espaço estriado, os axiomas sejam enunciados a fim de produzir não somente um *socius* que abranja a produção de capital, mas também subjetividades que estejam no limite deste. Porém, nunca devem ultrapassar o limiar, a esquizofrenia, daí que seguem numa constante territorialização e desterritorialização do sistema.

Pode-se em um primeiro momento, diante das colocações de Deleuze e Guattari sobre o espaço e tempo estriado, encarar estes dois como polos em disputa, em um processo escatológico onde inevitavelmente um sairá vencedor. Ou o estriamento completo de tudo, ou o completo alisamento do território, seja no plano de organização ou no de imanência. Esta visão traz muito ainda do que se tem enraizado nas construções desejanter de uma resolução finalística que de vez por todas resolva tal problema, porém não é assim que se deve encarar o estriado e o liso. Não são polos, mas sim, contrários.

Um polo implica uma oposição dialética, uma disputa numa tese e antítese que irá levar a uma determinada síntese. Tais elementos dos polos, de certo modo, podem se complementar por sua equivalência, criando-se uma identidade para estes, para então, nesta oposição imaginada, se resolver tal questão entre os polos. Assim, quando trabalhos com polos, chega-se a um ponto privilegiado, o “caminho do meio”, aquela solução que, como uma proporção áurea, irá implicar numa saída pela média. Mas a média que se obtém aí já está pautada em identidades, em um plano de organização, uma molaridade (CULP, 2020).

Liso e estriado, ou se preferir, rizoma e arborescente, molar e molecular, ou quaisquer outros termos que apareçam na obra de Deleuze e Guattari, podem-se confundir com o problema dos polos apresentados anteriormente. Para clarificar, tratamos estes aqui como contrários. Contrários, pois não estão pautados em uma identidade anterior às próprias diferenças, não há equivalência, são diferenças que se assemelham. É de cada contrário, como cita Culp (2020), que cada caminho irá se bifurcar. Aqui os contrários em discussão dizem respeito ao liso e estriado, considerando que estes não são dados de antemão, podendo se relacionar com outros contrários, pelo próprio surgimento de um desequilíbrio constante entre tais pares.

Em um aprofundamento sobre tais espaços, Deleuze e Guattari dedicaram um platô para a elaboração da própria relação entre o liso e o estriado. Se de um lado temos um espaço nômade, do outro temos um sedentário. Como já explicitado, se entendermos estes como polos opostos, cairíamos numa possível síntese, num ponto privilegiado e sagrado entre ambos que nos guiariam. Os autores indicam o caminho para enxergarmos tais espaços, enquanto compreendemos que estamos diante de uma mistura heterogênea, onde é somente devido a esta mistura que tais espaços existem. Como eles são entendidos nestas relações, não sendo homogênea, podemos distinguir certos aspectos, comunicações e relações dentro da mesma mistura. A distinção dos espaços é possível, mas não sem compreendermos que estes estão num conjunto de questões simultâneas, não sendo simétricas, com identidades ou essência, mas sim, numa rede de movimentos que fazem essa própria mistura poder mudar suas características, por exemplo, se antes tínhamos um espaço liso em determinado ponto, conforme o jogo das relações ele passa a ser estriado (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

O espaço liso é um *nomos*, marcado por acontecimentos. Nele a forma, a identidade, não têm prioridade, mas sim os afetos. Como Deleuze e Guattari colocam, é uma percepção *háptica*, ou seja, a pura conexão, em detrimento da relação ótica com a distância. Assim, estamos lidando com um espaço intensivo, o próprio CsO, tendo suas percepções pelas intensidades que o atingem, seja no plano de imanência que irá levar a produção de subjetividade humana, seja em outros modelos, como no marítimo, glacial, matemático, artístico, etc. O que se tem é que no espaço liso é onde os devires se propagam, podem seguir seus fluxos e caminhos e, por isso, é onde se dá a máquina de guerra.

Dado a natureza do espaço liso, podemos compreender como o espaço estriado se relaciona com ele. No estriamento o trajeto se subordina aos pontos, “vai se de um ponto ao

outro” (diferente do nomos que se move pelo trajeto). O estriado busca a organização, metrificar aquele território, de modo que a homogeneidade tome conta. Se organiza fluxos, agenciamentos, modos de habitar aquele espaço que condizem com a própria ordenação já implementada pelas técnicas ou modelos traçados. Deste modo, o espaço estriado é próprio do aparelho de Estado, que busca a divisão e fixação, onde a ciência maior e o progresso tradicionalmente se desenvolveram, como Deleuze e Guattari (2012a, p. 208) retomam “talvez seja preciso dizer que todo progresso se faz por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz todo o devir”.

Como se trata de misturas e de contrários, não há uma finitude entre estes dois espaços, pois sempre estarão em uma relação em um determinado movimento. O que há de se apontar é que também existem outros espaços que podem se relacionar com estes, seja na bifurcação destes, ou mesmo nos estrangeiros que encontraremos nestas relações. Diante disso, como Deleuze e Guattari (2012a, p. 228) citam:

O que nos interessa são as passagens e as combinações, nas operações de estriagem, de alisamento. Como o espaço é constantemente estriado sob a coação de forças que nele se exercem; mas também como ele desenvolve outras forças e secreta novos espaços lisos através da estriagem.

6.3. O ESPAÇO ESTRIADO, NO TEMPO ESTRIADO, NO AMBIENTE ESTRIADO, NA MOVIMENTAÇÃO ESTRIADA, NA VIDA ESTRIADA...

*O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não para, a cidade só cresce
("A cidade" CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994).*

O espaço estriado é aquele que o aparelho de Estado busca fazer valer para ordenar o território. Ele irá emergir nesta tentativa de domar o *nomos*, criando linhas e fluxos para os movimentos, em um modelo de ordenação do espaço que surge em um lugar que até então era liso, um *logos* sobre aquele território. Como Deleuze e Guattari colocam, se temos o mar como o espaço liso por excelência, com seus vetores direcionais, onde as métricas tiveram de ser impostas pelas conquistas astronômicas e geográficas, é na cidade que temos o espaço estriado por excelência.

Ora, na cidade acordamos, olhamos o relógio, e organizamos nosso trajeto até o trabalho ou escola. Tudo numa métrica possível, seja do tempo (para não nos atrasarmos), seja do espaço (nas ruas e calçadas que optamos). É a ida de um ponto a outro. Um estriamento que necessariamente se faz presente na cidade. Entretanto, não se pode entender este estriamento, sem reconhecer devires que coexistem com ele. É a mistura, na qual por mais que haja a métrica do estriado, ainda ocorrem acontecimentos e bifurcações no próprio plano de imanência que produzem respostas hápticas que escapam a organização estriada da cidade. É uma força de estriagem que acaba por liberar espaços lisos que irão voltar nela mesma, como apontam os autores, as complicações, alternâncias e superposições vão se complexificando enquanto estas oposições vão ocorrendo nesses movimentos dissimétricos (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

No estriamento provocado pelo aparelho de Estado na cidade, o que acontece é uma ordenação que permita a reprodução das próprias axiomáticas capitalistas, que promovam a sujeição social e servidão maquínica. É neste espaço organizado que os signos se multiplicam, que os agenciamentos produzidos buscam manter os fluxos de modo a produzir o desejo no próprio capitalismo. Os códigos nas cidades tendem a ser previsíveis, e caso não sejam, que possam ser rapidamente introduzidos em uma nova enunciação.

Há de se perceber como os estudos e os próprios pensamentos sobre a cidade se deram ao longo do tempo, contudo, foi especialmente nos últimos dois séculos, que esta é pensada também pelo crivo iluminista. A racionalização também envolveu a cidade.

Tomando a compreensão de Raquel Rolnik (1995) sobre o que é uma cidade, e o que a caracteriza como tal, pode-se, em um apanhado histórico, entender como as primeiras cidades funcionam inicialmente como um ímã. Exemplificado pelo caso dos zigurates da mesopotâmia em aproximadamente 3000 A.C., com seu centro de atração no templo onde, na medida que ele era construído também se formava a organização política. Nessa sedentarização das pessoas

atraídas para o local, se estabelecia uma nova relação entre homem/natureza, em meio ao paralelismo do empilhamento de tijolos e a criação de formas geométricas, que também vieram acompanhada do grafismo, com suas letras representando sons e ideias. Assim, a cidade também ganha a necessidade de memória, com a escrita do trabalho coletivo de registro de produções. É nesse meio que a arquitetura da cidade se apresenta simultaneamente como continente e registro da vida social.

Na organização da vida pública nas cidades, encontramos sua forma inicial ditada pelo poder despótico da realeza. Apresenta-se em uma cidadela, envolta por muros de modo a cercar as construções do palácio, do templo e do silo, com sua manutenção provida pelos súditos. Esse modo de organização utiliza do trabalho e da própria espacialidade das construções para produzir um binômio de centralização de poder-diferenciação social. Nessa dimensão política no urbano, vale compreender a *polis* grega que, espacialmente, dividia-se em acrópole (colina fortificada) e ágora (local aberto de reuniões), de modo que era entendida como prática e ação política, e não um espaço geográfico em si, ou seja, o que caracteriza o cidadão para o grego da *polis* é aquele que pratica política, e não o morador. É também com as cidades que se desenvolve o mercado, e desta atividade mercantil surge uma espacialização nas produções de determinados produtos, levando a uma divisão de trabalho de modo que as cidades próximas e o campo se conectem de um modo político unificado, surgindo a economia das cidades (ROLNIK R, 1995).

Com a formação das cidades, com sua atração, organização política e criação de um mercado, elas mantêm-se pela história, sendo construídas, destruídas, criadas e recriadas das mais diversas formas e planos, com suas particularidades de cada território. No Brasil, também temos modos de organização que tinham características de cidades sendo erigidas, antes mesmo do estabelecimento do Brasil como país, e diante desse processo histórico do surgimento das cidades, é pertinente traçarmos um percurso dos principais movimentos que levaram à criação e produção das cidades brasileiras atuais.

Há 5570 municípios no Brasil, com 49 destes tendo em sua população mais de 500.000 habitantes, totalizando 68.023.428 habitantes, em um crescimento no número de municípios de 49,65% em relação a 1960, por exemplo, onde havia 2.766 municípios (IBGE, 2022). Este movimento de criação de cidades, como se distribuem, organizam e conectam, passou por mudanças consideráveis. Se tomarmos as referências históricas das organizações indígenas na região amazônica do Alto Xingu antes da colonização portuguesa, onde se tinha a chamada

atualmente de “urbanização galáctica”, composta de grandes aldeias interligadas e uma própria estrutura política de ocupação deste território, teríamos um funcionamento de “cidades” muito anterior à invasão portuguesa (JÚNIOR, 2008).

Estas organizações indígenas localizadas na região amazônica não tiveram contato com os portugueses que desembarcaram no cabo de Santo Agostinho em 1500, visto que estes colonizaram o país através do litoral, não tendo uma preocupação maior de ocupação no sertão naquele período. Isto ocorreu em parte devido à localização no litoral facilitar o modelo econômico adotado por Portugal na época com plantação de cana, bem como fácil acesso aos portos e defesa das terras em que estavam. Reflexos disso estão nas primeiras cidades criadas como Salvador em 1549, Sebastião do Rio de Janeiro (1565) e Paraíba (1585). A primeira, Salvador, pensada por Miguel de Arruda, arquiteto da corte portuguesa, foi pensada com um traçado geométrico disposto sobre um terreno irregular, concebida numa visão renascentista de geometria e racionalidade, mas no avanço e crescimento da cidade este modelo não se manteve, a organização em grelha não se sustentou. Isto vem da ideia inicial de não recriar a Europa neste novo território, mas sim, construí-lo em uma visão renascentista, que não vingou (RISÉRIO, 2012).

Gradualmente, enquanto cresciam, tais municípios ganhavam contornos inspirados em cidades Portugal. Aspectos que tinham como base cidades como Lisboa e Porto, que eram locais litorâneos com um modelo de distribuição derivado do muçulmano, similar a um labirinto concentrado na intimidade da moradia e fixidez, que ocorreu devido ao domínio muçulmano de parte de Portugal do século XVIII ao XII. Todavia, nestes modelos geométricos que os portugueses estavam propostos a construir, não se sustentavam conforme o tempo passava, pois as cidades cresciam de outro modo, seja por comodidade ou necessidade. Estas incursões em vilas e cidades acabam por ganhar uma guinada pragmática, onde o modelo lusitano adotando modelos de cidades barrocas, acabaram produzindo uma menor divisão física delimitada na cidade, mas com uma divisão hierárquica e social mantida (RISÉRIO, 2012, p. 97).

O movimento dos portugueses para o interior do país iniciou efetivamente no século XVII dado a crise açucareira e o tratado de Tordesilhas. Esta busca por novas riquezas ocasionou uma investida dos colonizadores em Minas Gerais. Com a descoberta do ouro, não só em Minas, mas também em Mato Grosso, Goiás e Bahia, transformou a economia até então agromercantil com a inclusão da mineração. Tal mote econômico no Brasil se fixa no século XVIII no açúcar e na extração de ouro, de modo que Minas Gerais alavanca a interiorização

urbana a oeste, onde o fluxo de pessoas para tais lugares, as cidades foram se formando com a atração de imigrantes na busca de minério, formação de capelas e postos de comércio. Dado esta construção, tais cidades do ouro não tinham espaço na grade geométrica, mas sim no fluxo orgânico de construção e crescimento (KOWARICK; GLEZER, 2019; MATOS, 2011).

Fora do eixo de produção açucareira e aurífera, a urbanização pelo território também ocorria de variados modos, com especificidades regionais. Um exemplo está no processo urbanístico amazônico, que visou implantar um traçado xadrez no século XVIII em Belém, no Pará, pautado no iluminismo racionalista impulsionado por Marquês de Pombal, que também buscava implantá-lo nas vilas amazônicas ali criadas. Essa visão racionalista, não era apenas voltada para uma geometria urbana, mas sim, direcionada para “civilizar” tal espaço não se restringindo apenas a região amazônica, se difundindo gradualmente pelo país, especialmente com a Proclamação da República em 1888 (REIS, 2009).

Como aponta Matos (2011), é importante frisar que tais cidades poderiam ser enquadradas como um proto-urbanismo, visto que eram territórios densos, pequenos, mas distantes e com pouco ordenamento legal e jurídico, apesar da grande circulação de pessoas e mercadorias, próprias da época. Neste mesmo período, o próprio continente europeu tinha uma urbanização ainda inicial, excetuando-se Inglaterra e Holanda, fato que só mudaria drasticamente após a 1ª Guerra Mundial.

As cidades industriais que existiam no século XIX modificam o espaço, concentrando pessoas conforme a necessidade de produção. Onde ela se instala opera uma desterritorialização, ali ela libera os fluxos, homogeneiza, e então age reterritorializando de uma forma que consiga ser alimentada e ter sua produção gerada. Estas massas de pessoas, muitas vezes que vinham de vários países, começavam a se aglomerar nas cidades, com uma divisão que corta as de classes e grupos sociais e atinge os grupos étnicos-culturais também, e nesse aglomerado heterogêneo e segregado, cria a violência urbana com a indústria ali instalada operando como uma máquina de morte (ROLNIK R, 1995).

Dentro deste período de disputas e mudanças entre modos de pensar e modos de viver, uma disputa emerge no Brasil durante a instauração da República. Vale ressaltar que tais lutas do processo “civilizador” que o país precisaria passar, não abrangiam todas as pessoas que moravam ali naquele território, mas sim traziam eram ideais de país refletidos pelos grandes proprietários e militares (BRESCIANI, 1993). Na busca da criação desse novo regime a ser

instaurado no país, estava em pauta o distanciamento do antigo regime monárquico, tendo como grandes proponentes das propostas, por um lado os liberais e de outro, os positivistas como grandes atores desta disputa. Além destes também havia o Jacobinismo.

Os liberais vinham da tradição da própria teoria econômica, formados por uma oligarquia rural com pensamentos sem uma preocupação com a industrialização que se desenhava no mundo, refletida no próprio Manifesto Republicano (divulgado em 1870) que não discute o problema da escravidão, por exemplo, se trata de um apego a este modo pré-industrial do país. Para eles a cidade também tinha um modo de ser interpretada e pensada, ela era como um ponto importante para nova república, visto que o município através dessa associação espontânea entre os “pais de família” é um elemento importante para a formação do cidadão e da família como elementos que originam e instituem uma nação (ARRUDA, 2013).

Já o positivismo, parte de outro lugar, surgindo após a revolução industrial, baseado nas transformações ocorridas no mundo daquela época, reivindicando o primado da ciência natural. Creem que através da ciência se pode elaborar leis gerais de modo que, ao longo do tempo, todos os problemas humanos e sociais sejam resolvidos, bem como que se pode utilizar esta unidade de método científico que se pauta em leis de causalidade e domínio sobre a natureza, para estudar a sociedade. Esta corrente de pensamento surge em aproximadamente 1840, é reconhecida principalmente por Auguste Comte, que tem sua obra como um marco do positivismo (SILVINO, 2007).

No Brasil a corrente positivista também ecoou nas figuras intelectuais do país, tendo participação nos pensamentos da primeira república no Brasil, como se pode verificar dos ideais positivistas colocados na própria bandeira. Este positivismo republicano também guiou o modo de pensar a fundação de algumas cidades, como Belo Horizonte, pensada por Aarão Reais através de suas grelhas, geometrias e planos, cruzando o território na busca da ordem e do progresso desejado. Dentro desta onda positivista no Brasil, é válido ressaltar que como todo movimento de ideias, ocorre num campo de disputa, algumas conquistas ocorreram por parte daqueles que pregavam o positivismo, em meio a um liberalismo oligárquico que já havia no país. Esta disputa é exemplificada na elaboração da constituição de 1891 (BOSI, 2004).

Num contexto europeu, entende-se que a urbanização ganha contrastes inéditos no século XIX com a revolução industrial, produzindo uma intensa concentração de pessoas em ambientes urbanos com o crescimento das fábricas, um novo modo de viver começava a

aparecer nas cidades e com isto novos modos de interpretar e guiar as escolhas. No Brasil, apesar de alguns incentivos à indústria no final do século XIX, a economia ainda era baseada na venda de commodities, havendo uma mudança a partir da década de 30 na Era Vargas, onde a industrialização de fato alcança um impacto no modo do país fazer economia e aumento de trabalhadores no setor terciário (MOTA; LOPEZ; SILVA, 2016).

Este novo modo de encarar e planejar cidades está em confluência com os próprios movimentos de arte e científicos da época. Durante o avanço da indústria os movimentos arquitetônicos ganhavam contornos do que viria a ser o modernismo e pautando-se nesses movimentos a questão urbana começa a ganhar novos contornos. Juntamente com a primeira república, também vieram ações que buscavam uma “modernização” dos municípios onde, pautados em experiências europeias como a França, o Estado republicano inicia a implantação de algumas obras que visam mudar o paradigma de cidade que havia até então nas terras brasileiras.

Há a construção de grandes avenidas, com uma necessidade de grades e organização urbana numa tentativa de “afrancesar” a cidade, especialmente simbolizado na construção da Avenida Central no Rio de Janeiro (SOIHET, 2004). Estes processos, para “embelezar” as cidades, acaba por empurrar os mais pobres, que antes se localizavam no centro, perto de seus trabalhos, para a periferia, aumentando as ocupações em favelas, e segregando através da racionalização o espaço das cidades. Com este modo de pensar as cidades, a organização sobre seu território se desdobrava em abordagens que tinham um modo positivista de compreender este espaço. Não somente pelo episódio no Rio de Janeiro supracitado, mas também abordagens que foram usadas no próprio controle das cidades, enquanto se buscava um “embelezamento”, práticas higienistas começam a ganhar espaço nas ações das cidades (SILVA, 2018).

Como o Estado agia na busca de criar uma condição em que o pobre se alinhava e associava com sujeira, doença e degradação, a medicina hegemônica da época trabalhava de modo consonante com tal política. De maneira a atuarem como reformadores sociais, era necessário intervir no espaço e corpos para que a modernidade chegasse ao país, isto fica institucionalizado com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em 1919, e ações que visavam o saneamento dos portos, práticas pedagógicas disciplinares, higienização de bairro, entre outros, que demonstram uma proximidade dos serviços de saúde com esta visão de cidades que estava sendo pensada naquela época (OLIVEIRA et al., 2012; ZANAGA, 2021).

Foucault (2019) coloca em seus desenvolvimentos sobre o nascimento da Medicina Social dando exemplos da medicina de Estado alemã, a francesa, que tinha uma característica essencialmente urbana e, por fim, a medicina inglesa e a medicalização dos pobres. A proposta do Brasil que se desenhou no Brasil parece não se excluir, ou seja, é uma medicina que, com o avanço do capitalismo, atua sob o corpo do outro não partindo do pressuposto de uma medicina privada, mas sim, a partir de um território urbano, sendo uma tecnologia do corpo social, e o higienismo e eugenia da época serviram a tal propósito (ZANAGA, 2021).

Com este direcionamento e tentativas do país se inserir no mercado mundial enquanto buscava uma “modernização”¹⁸, as cidades brasileiras vão ganhando um aumento em sua população, mas também em suas relações com outros municípios e estados. Especialmente na década de 1950 que ocorre um processo mais vigoroso de industrialização que diversifica o trabalho urbano e junto a isto, a migração rural sentido às cidades também se intensifica. Um processo que iniciou em São Paulo, sendo seguido ao longo das décadas pelas regiões Sul e Centro-Oeste (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011).

Santos (1993) explicita que é a partir dos anos 1970 que um novo patamar se instaura na urbanização brasileira, isto, pois, se a partir dos anos 50 houve uma aglomeração urbana, naquelas cidades consideradas médias, de 20 mil habitantes ou mais (nos termos e contextos da época), aumentando seu número pelo país, é nos anos 1970 que, dado ao aumento populacional em tais núcleos de 20 mil habitantes, que uma cidade para ser considerada média passaria a ter 100 mil habitantes. Tal situação é exemplificada pelo aumento de 18 cidades desta magnitude em 1940, para 142 em 1980, claro, sempre obedecendo variações regionais. Junto a isto, também começa a se estabelecer as condições para a metropolização, com regiões com mais de um milhão de habitantes e município núcleo.

Na esteira de um processo de modernização iniciado no século XX e incentivado por uma industrialização, as cidades brasileiras, com sua população, começaram a se estabelecer como grandes aglomerados urbanos onde a divisão territorial ganha forma e as questões de pobreza, fome e moradia, por exemplo, ganham maior visibilidade. Quando direcionamos nosso olhar para as metrópoles, Kowarick (2009) cita que junto a estes crescimentos urbanos, também vieram juntos as periferias. Dada a especulação imobiliária, a espoliação dos trabalhadores com

¹⁸ O sentido de modernização utilizado aqui, faz referência a construção do final do século XIX e século XX no país, onde o modernizar era inserido num contexto de avanço civilizatório, ou seja, a necessidade de tornar o país mais civilizado, conforme os moldes europeus, o que levou a ações que vão desde organizações das cidades até práticas eugênicas e higienistas (ZANAGA, 2021).

a criação de vazios urbanos, contexto no qual a criação de moradias autoconstruídas, surgem como resposta a esta necessidade própria de um município voltado para o capital.

Desta maneira, considerando que todas as particularidades e regionalidades envolvidas no processo de urbanização do Brasil, algumas condições parecem ser produzidas em vários municípios do país, isto é próprio do que se espera da cidade industrial e sua homogeneização, mas também dos movimentos do capital e sua produção de axiomas. Se há linhas de fuga na própria cidade, um ambiente essencialmente estriado, também há aqueles movimentos que o capital busca cooptar e fazer tornar-se parte de sua máquina de produção ou aqueles que ele visa reprimir e direcionar outros investimentos.

Até os anos 1990, o aumento da população e intensificação do processo de urbanização tomava as grandes cidades, porém, a partir desta época, o que se evidenciou foi uma tendência de desmetropolização, de maneira que o ritmo de crescimento das cidades médias aumentou em relação às outras. No Brasil, tal processo decorre ao crescimento acelerado e expansão de tais cidades industriais, que comprometeram o planejamento e a própria gestão urbana (JÚNIOR, 2014).

Isto demonstra que um pensamento que promoveu a modernização, advindo do próprio modernismo, que não tão distante, também se produz com interesses do capital. São municípios com seu inchaço urbano, impossível de ser produzido sem expor as contradições do próprio capital no território da cidade, com seus “rios, pontes e *overdrives*”, não conseguindo esconder no mesmo território a pobreza e miséria que ele próprio produz e seus prédios espelhados e centros comerciais verticais que tentam impor o mercado liberal e seu lugar na cidade. Nesta toada, que as cidades e o fluxo econômico brasileiro na economia capitalista seguiram, produzindo modos de organização da cidade que conhecemos.

Esta inflexão “modernizadora”, parece nunca se concluir. Como cita Matos (2012), não é apenas em um sentido econômico de massas que os movimentos de pessoas que vivem em centros urbanos ocorrem, há processos de ressignificação de vida, modos de habitar e relações morais que não se sentem mais atraídos por este ponto de atração chamado metrópole.

Deste modo, considerando que a cidade, tanto na sua urbanização em metrópole, quanto nas suas cidades médias, acaba por lidar com situações de produção de pobreza e desigualdade social, especialmente em países periféricos como o Brasil, elas se inserem num processo de estriamento do espaço, uma organização do funcionamento do tempo e território que buscam,

nesta grande matriz urbana coordenar e organizar linhas de segmentaridades. Dito isto, a proposta de Guattari em trazer a cidade como uma maquinação de acoplamentos, ganha sentido na medida que a cidade é compreendida como uma megamáquina.

6.4. A MEGAMÁQUINA

Trantor... No começo do décimo terceiro milênio, essa tendência atingiu seu clímax. Como centro do governo imperial por centenas de gerações ininterruptas e localizado nas regiões centrais da Galáxia, entre os mundos mais densamente habitados e industrialmente avançados do sistema, dificilmente ele poderia deixar de ser o agrupamento mais denso e rico de humanidade que a Raça jamais vira.

Sua urbanização, que progredira a passos firmes, havia finalmente chegado à sua forma definitiva. Toda a superfície terrestre de Trantor, 194 milhões de quilômetros quadrados de extensão, era uma única cidade. A população, no seu ápice, passava dos quarenta bilhões. [...]

(ASIMOV, 2009, p. 19).

A cidade de Trantor, da ficção científica escrita por Isaac Asimov, consegue criar uma imagem do imenso estriamento desejado pelo aparelho de captura do Estado. Ora, Trantor é a sede administrativa do Império Galático, há algo mais estriado que um planeta inteiramente administrativo, sem um palmo de espaço que não seja cidade? Todos os fluxos, agenciamentos, organizações, horários, dia e noite, regulados por um tempo e espaço coordenados, para que nada poder escapar do impulso burocrático do aparelho de captura.

A despeito da passagem comentada não se situar na realidade mundana, a imagem da cidade de Trantor parece causar mais similaridade do que espanto. Um espaço inteiramente estriado, mas que na própria obra de Asimov traz seus problemas que se desenrolam ao longo da história. Longe, mas nem tanto, da ficção científica, esta cidade traz um elemento construído pela própria axiomática do capital, o desejo pelo espaço de uma cidade inteiramente estriada, sem espaço para fugas ou contratempos, conforme citado na própria obra:

Gaal não tinha certeza se o sol brilhava, e nem, para dizer a verdade, se era dia ou noite. Teve vergonha de perguntar. O planeta inteiro parecia viver sob metal. A refeição que tinha acabado de consumir havia sido rotulada como almoço, mas havia muitos planetas que viviam uma escala de tempo padrão que não levava em conta a alternância, talvez inconveniente, entre dia e noite (ASIMOV, 2009, p. 20).

Uma verdadeira máquina (literalmente de metal), condicionando fluxos, seja de espaço ou de tempo, para nada ocorrer fora do esperado. O que acontece, além desta imagem, é que apesar da enunciação capitalística procurar produzir este desejo, a cidade, mesmo sendo uma

exemplificação do espaço estriado, não é em si somente este esquadramento. Como já exposto, o próprio estriamento não pode se dar completamente sem retornar a um alisamento em algum momento. Além disso, não há de se compreender uma cidade sem reconhecer que cada uma delas irá ter suas histórias, seu plano de consistência, e especificidades. Cada uma se constitui de encontros, relações e forças que irão continuamente maquiná-la, numa dinâmica constante, que destrói e cria fluxos, entradas e saídas (FRICHOT; GABRIELSSON; METZGER, 2016).

Ao longo da história das cidades, muitas formas destas serem pensadas, organizadas, construídas e destruídas podem ser pinçadas para uma possível análise ou aproximação das relações de forças que fizeram determinadas cidades, *polis*, vilas etc., surgirem ou se reorganizarem. Contudo, para uma delimitação do próprio tema abordado, o breve discorrer aqui tratará de compreender como as cidades, cooptadas pela força do aparelho de Estado, funcionam juntamente ao capitalismo para a acumulação de capital.

Dado seu tamanho, suas conexões, acoplamentos capazes de produzirem subjetividades, tanto do indivíduo quanto da coletividade, Guattari utiliza o conceito de *megamáquinas* para se referir às cidades. O conceito, aqui, é ressignificado a partir do uso inicial de Lewis Mumford (1895–1990), quando ele publica o texto “*The First Megamachine*” em 1966 para se referir a máquinas humanas que permitiram realizar trabalhos de décadas em apenas uma geração, com o exemplo da construção da pirâmide de *Keops*, a qual só foi construída devida a este mecanismo maquínico.

Para Mumford, há uma forte consideração dos elementos mecânicos da realização e efetivação do trabalho pela máquina humana. Tal afirmação, se dá pelo reconhecimento destes como partes funcionais de músculos, nervos e agrupamentos, atravessados por uma transmissão burocrática e guiados por um déspota divino, que permitiu, na antiguidade, a construção da primeira megamáquina, a máquina humana que construiu as pirâmides. Desta maneira, se a máquina era constituída por inúmeras partes, tais partes só tinham um funcionamento tão potente na medida que havia um ponto de atração que as mantivessem coesas nas tarefas. Para isto eram necessários dois elementos essenciais, a organização dos conhecimentos e a burocracia das ordens (MUMFORD, 1984).

Este modo de evidenciar tal megamáquina que Mumford propõe, expõe um elemento de técnica que se dá sobre o ambiente e nesta relação alteram o espaço, modificam os territórios

por meio de práticas criadas por nós que serão exercidas por nós mesmos. Apesar de ser uma máquina arcaica, ela não deixa de exercer sua potência maquinica, uma maquinação atrelada ao campo social colocada em funcionamento por escravos sob ordens de um déspota divino (INOCÊNCIO, 2021).

A visão de máquina de Mumford surge numa crítica a relação do ser humano com a tecnologia. Para ele, as técnicas e ferramentas não exercem um papel central no desenvolvimento humano, bem como que tais desenvolvimentos da máquina e tecnologia não iriam necessariamente eliminar problemas sociais e vigorar a moralidade dos homens. Esta visão, que prioriza a técnica, seria uma crença, que segundo o autor, deveríamos abandonar, e sim, direcionarmos nossa concepção que a consciência de si, permite-nos combinar elementos e propensões em uma personalidade humana, de modo que a mente permite reescrever funções orgânicas de acordo com propósitos e funções criativas (LENZI, 2016).

Com esta concepção de grandes máquinas, não apenas uma máquina de trabalho surgiu com a civilização instaurada nos regimes reais, mas também poderiam se apresentar por outros aspectos, como “máquina invisível”, “máquina militar” ou “máquina burocrática”, por exemplo. Com isto, apesar de apresentar um exemplo de máquina arcaica, o Estado atual também exerce modos de funcionamento, com a orientação tecnológica para a vida, biotécnica, deixada de lado em detrimento de uma técnica que está subalterna os movimentos e ritmos orgânicos. Se tal processo ocorre e deixamos de compreender os aspectos negativos que acompanham os desenvolvimentos tecnológicos, é porque cremos num mito da máquina, com esta sendo intrinsecamente boa (LENZI, 2016).

Esta visão de Mumford como uma megamáquina produzida pela civilização, é trazida por Deleuze e Guattari no *Anti-Édipo* na medida que concordam que a máquina social é uma máquina sem recorrer a metáforas, trazendo o conceito para discutir, tanto as máquinas territoriais primitivas, máquinas despóticas bárbaras, ou capitalista civilizada (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Essa concepção dos autores irá voltar em *Mil Platôs*, onde retomam o aparelho de captura do Estado, como produzindo uma *servidão maquinica*, indo além, colocando ser o Estado moderno, que promovem tal triunfo das máquinas, por uma sujeição que antes era pela técnica e agora passa a ser social (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

Guattari mantém suas elaborações acerca das máquinas e sustenta, como Mumford, que a megamáquinas continuam a existir atualmente. Ele sustenta a persistência destas como

idades contemporâneas que, no lugar de trabalhadores treinados sob a burocracia, executavam mecanismos servis para o déspota, há o território urbano que produz a subjetividade. Para ele, a cidade funciona como uma máquina onde a produção não irá gerar, necessariamente, acoplamentos de valores bons ou maus, mas sim que tais maquinações podem ser realizadas de outros tipos, que não aqueles pautados na acumulação de capital (GENOSKO, 2015).

Este pensamento de Guattari continua sendo exposto em suas publicações, e se relaciona especialmente com a questão do urbanismo contemporâneo e o futuro. Em seu texto “Restauração da Cidade Subjetiva” escrito para uma participação em um colóquio organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no Rio de Janeiro, em 1992 (GUATTARI, 2012), ele expõe que a questão está pautada na inseparabilidade do processo de subjetivação e as máquinas. Assim, como coloca Genosko (2015), o ponto inicial para tal discussão está na compreensão de subjetividades polifônicas coletivamente, e não individual. É uma ecologia maquinica, onde é necessário reconhecer os processos de subjetivação, bem como eles estão relacionados com tecnologias, informações, biológicas que dão suporte à existência humana.

A cidade subjetiva, trazida por Guattari (2012), é apresentada como produzida no capitalismo, como um elemento de falso nomadismo. É como se a cidade, capturada pelo aparelho de Estado, fosse apresentada como um ambiente que promovesse uma desterritorialização por si mesma. Enuncia-se um ambiente de livre exercício e ação dos corpos, agenciamentos e fluxos, mas que na realidade situa-se apenas na capacidade que do capitalismo se desterritorializar e territorializar-se nos territórios e malhas urbanas.

É a força dos agenciamentos exercidos por esta megamáquina, que irá produzir tais subjetividades, a ponto de que tais máquinas obliteram pontos singulares na medida que homogeneizam e buscam promover faltas desterritorializações. Espaços que fogem ao que se espera da cidade, são linhas de fuga e desterritorializações de produção coletiva, que contidas ou cooptadas ao ponto de deixarem de ser uma proposta coletiva e passarem ao âmbito individual. É por tal questão que a cidade é a problemática central ecológica de Guattari, como ele expõe:

Desta forma, os urbanistas não poderão mais se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade. Esse fenômeno urbano mudou de natureza. Não é mais um problema dentre outros; e o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites, o futuro da inovação social, da criação em todos os domínios. Constata-se muito frequentemente

um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade (GUATTARI, 2012, p. 173).

Com esta colocação, Guattari (2012), aponta que, se temos megamáquinas, produzindo subjetividades, e que, se ela continuar nesta progressão, a própria humanidade estará em risco. Será por novos modos de vida poderão agenciar intervenções singulares que provoquem rupturas, abalos sísmicos na própria megamáquina, fazendo pontos de ruptura na servidão maquínica, é uma reinvenção do devir urbano, que necessariamente deva ser multidisciplinar, a consideração da produção coletiva em prol de uma cidade que não tenha seu destino voltado para o suicídio desta megamáquina.

Deste modo, parece improvável que no futuro não existam cidades, já que esta pode caminhar em direção a sua autodestruição com a humanidade, assumindo uma máquina planetária, ou a ressignificaremos por singularidades e produziremos outras cidades possíveis. O que está em disputa não é se haverá ou não uma cidade no futuro, mas sim em como serão tais urbanismos futuros? Manteremos tais modos de produzir o urbano ou conseguiremos fazer outras cidades?

Se as cidades são imensas máquinas, seja para Guattari ou Trantor de Asimov, é porque produzem subjetividades, tanto individuais quanto coletivas. Mesmo em Trantor na sua busca racionalizante total do ambiente, não há controle suficiente que não surja em linhas de fuga, ou seja, mesmo no urbanismo da megamáquina total há vida urbana não estriada. Se não estamos em tal urbanismo da ficção científica, como tal modo de produzir a cidade se dará, especialmente daqueles considerados “terceiro mundo” e sempre periféricos ao capitalismo?

Guattari nos propõe não apenas uma construção do real, mas também do possível, o que não o deixa longe de Fisher (2020), quando este expõe que o realismo capitalista visa esmagar nossa própria capacidade de pensar o futuro sob novas possibilidades. Mas se tais mudanças podem ocorrer, mesmo que virtualmente, entende-se que estas necessariamente passarão por um ambiente urbano, não sendo possível uma negação da vida social, o espaço liso sempre atuará se digladiando com o estriado.

Partindo destas concepções, assumo que a cidade é uma megamáquina produtora de subjetividade, na qual o estriamento é a sua condição elementar, mas também há de reconhecer que tais funcionamentos maquínicos possuem pontos de singularidade, produções lisas que fogem ao estriamento que a cidade contemporânea visa produzir. Nesta relação o serviço do CnaR, aparece como um equipamento da saúde que necessariamente precisa estar atento a tais

pontos singulares, pois se apenas lidar com o estriamento rígido que a cidade tradicionalmente propõe, a produção de cuidado fica estagnada nas estrias agenciadas pela máquina.

Neste processo de desterritorialização que o CnaR lida constantemente, proponho, na forma de artigo, uma reflexão sobre como tal equipamento do município aparece como um serviço de saúde que destoa no modo de se relacionar com o território. Ele não apenas lida com pontos verticais e horizontais, desenvolvidos teoricamente por Milton Santos, e apresentados no manuscrito, mas que também, em alguns momentos, consegue reconhecer as redes vivas que os viventes da rua constroem, as quais se dão, por sua natureza, num plano de imanência, nas singularidades.

Ao reconhecer tais redes, o CnaR enfrenta o dilema que tem como base a discussão de Guattari, ou seja, nesta bifurcação, onde a cidade apresenta seus pontos singulares, qual cidade será produzida a partir daqueles encontros, a cidade pautada na megamáquina produtora da própria sujeição maquínica, ou a cidade do reconhecimento das singularidades?

6.5. ARTIGO: ENTRE AS RUAS PANDÊMICAS: CARTOGRAFIA DE UM CONSULTÓRIO NA RUA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19¹⁹

Entre territórios pandêmicos: cartografia de um Consultório na Rua durante a pandemia de Covid-19

Exploring pandemic territories: cartography of a Clinic at the Street during the Covid-19 pandemic

Entre territorios pandémicos: cartografía de un Consultorio en la Calle durante la pandemia de Covid-19

Resumo

O objetivo do presente artigo foi realizar uma cartografia de um Consultório na Rua durante o período da pandemia de Covid-19. A cartografia foi produzida por uma vivência em um Consultório na Rua em um município de grande porte no sul do Brasil, de agosto de 2021 a janeiro de 2022. Foi perceptível que a locomoção e funcionamento do serviço reconhecem outros territórios das pessoas em situação de rua (PSR), muitas vezes não percebidos por outros pontos do Sistema Único de Saúde. Barreiras foram encontradas tanto as já estabelecidas historicamente quanto as emergentes da pandemia. Foi vivenciado que a população em situação de rua não utiliza o território do modo que a cidade racionalizada planeja, sendo singular. O reconhecimento do serviço, aliado à compreensão de como as PSR vivem no território urbano em cada realidade, mostrou-se essencial para a produção de cuidado.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Consultório na Rua; SUS; Território; Cartografia.

Abstract

The objective of this article was to conduct a cartographic study of a Clinic at the Street during the Covid-19 pandemic. The cartography was based on an experiential approach in a Clinic at

¹⁹ Artigo submetido e aceito pela Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis) (ANEXO D). A formatação e normas deste artigo seguem as solicitadas pelo periódico.

the Street located in a major city in southern Brazil, spanning from August 2021 to January 2022. It became evident that the locomotion and operation of the service acknowledge alternative territories inhabited by the homeless population, often overlooked by other points of the Brazilian Unified Health System (SUS). Both pre-existing historical barriers and newly emerged challenges resulting from the pandemic were encountered. It was observed that the homeless population does not conform to the rationalized urban plans, displaying unique patterns of engagement with the urban territory. Recognizing the significance of the service, coupled with a comprehensive understanding of the unique living conditions of homeless individuals, proved indispensable for the provision of effective care.

Keywords: Homeless persons; Clinic at the Street; SUS; Territory; Cartograph.

Resumen

El objetivo de este artículo fue realizar una cartografía de un consultorio en la calle durante el período de la pandemia del Covid-19. La cartografía fue producida por una experiencia en un consultorio en la calle en una gran ciudad del sur de Brasil, de agosto de 2021 a enero de 2022. Se pudo observar que la locomoción y operación del servicio reconocen otros territorios habitados por personas en situación de calle, a menudo no percibidos por otros puntos del Sistema Único de Salud. Obstáculos fueron identificados, tanto aquellos arraigados históricamente como los que surgieron a raíz de la pandemia.. Se constató que la población en situación de calle no utiliza el territorio de la forma en que la ciudad racionalizada planifica. El reconocimiento del servicio, junto con la comprensión de cómo viven las personas en situación de calle en el territorio urbano en cada realidad, se mostró fundamental para la producción del cuidado.

Palabras clave: Personas en situación de calle; Consultório en la Calle; SUS; Territorio; Cartografía.

1. Introdução

Em 2019, estimava-se que 221.869 pessoas estavam em situação de rua no Brasil, representando cerca de 0,1% da população do país (IPEA, 2020). Contudo, tais números não levam em conta os efeitos da pandemia de Covid-19 e da recessão econômica e alta dos preços que se seguiu, gerando um aumento dessa população nos anos subsequentes (CNJ, 2022).

A vulnerabilidade social é um vetor necessário para pensar políticas públicas para pessoas nessa situação, especialmente no âmbito da saúde, haja vista as dificuldades enfrentadas cotidianamente por pessoas em situação de rua (PSR) no acesso aos serviços de saúde, seja no sistema público ou no setor privado, acentuadas durante o período pandêmico (SMDH, 2021).

Um dos serviços de que o SUS dispõe para garantia e ampliação do acesso à saúde da população em situação de rua é o Consultório na Rua (CnaR), regulamentado como “equipes de atenção básica para populações específicas” pela portaria nº 2.488 de, 2011 que instituiu a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), e pelas portarias 122 e 123 de 2012, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011, 2012a, 2012b). O serviço, constituinte da rede de atenção básica, busca, por meio da atuação itinerante de equipes multiprofissionais, desenvolver ações compartilhadas entre pontos da rede de atenção à saúde, utilizando, quando necessário, as instalações das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do território (BRASIL, 2021).

A criação dos CnaR significou a instauração de ações direcionadas às PSR e que não eram até então oferecidas, o que se tornou singularmente necessário durante o período pandêmico (FIOCRUZ, 2021). Este artigo divulga resultados parciais de uma pesquisa que voltou-se a um que CnaR atuante no município de Londrina, no norte do estado do Paraná, município de mais de 500.000 habitantes (IBGE, 2022). No município há um déficit de acesso à moradia, como exposto pela companhia de habitação do município, havendo aproximadamente 12.540 pessoas vivendo em ocupações irregulares (LONDRINA, 2021, 2022; NASCIMENTO, 2016). Se, por um lado, o município apresenta-se como um polo de urbanização com comércio e indústrias, por outro experimenta um déficit habitacional, o que reflete nas políticas públicas exercidas na cidade, onde terras mais baratas são destinadas às políticas habitacionais, enquanto os empreendimentos urbanos fortalecem a especulação (PAGANI; ALVES; CORDEIRO, 2015).

Se voltarmos olhares para a PSR que vive no município, deparamo-nos com a dificuldade de obtenção de dados oficiais para pautar tais discussões, uma vez que,

nacionalmente, a PSR não é incluída no censo, havendo apenas os dados produzidos por entes estaduais ou municipais ou do SUAS (como o CadÚnico), o que não permite a sua comparabilidade e acompanhamento ao longo do tempo (NATALINO, 2022). Apesar da desagregação possível das estimativas, um levantamento da PSR no município, realizado através de uma parceria entre universidades, Ministério Público e Movimento da População em Situação de Rua, mostrou que havia ao menos 822 pessoas vivendo em situação de rua em Londrina no ano de 2018. Em 2021, na base do CadÚnico, havia 725 pessoas cadastradas como em situação de rua, resultando numa taxa de 124,81 pessoas em situação de rua/100.000 habitantes, nível próximo ao de metrópoles nacionais, como Recife e Goiânia (CECAD 2.0, 2022; LANZA; ROCHA; MIANI, 2019; OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2023).

Por estar localizado numa região interiorana, Londrina tem assistido a uma intensificação de sua urbanização como consequência de um processo de desmetropolização próprio ao Brasil. Assim, as PSR acabam por se deslocar entre os municípios pertencentes à região, mantendo um fluxo e movimento, que muitas vezes está pautado na busca de renda e moradia (LANZA; ROCHA; MIANI, 2019; MARICATO, 2011). Distante de massificar as PSR e afastá-las de suas individualidades, estas representações mostram o território por onde as relações do CnaR com elas se dão e, assim, caracterizam a dimensão do espaço abrangido pela equipe do Consultório na Rua (eCR).

Diante de tal cenário, este estudo teve como objetivo realizar uma cartografia de um Consultório na Rua de Londrina-PR, durante o período da pandemia de Covid-19.

2. O encontro como método: o processo cartográfico

A presente pesquisa é produto de uma tese de doutorado, e faz parte de um projeto maior, intitulado “Análise dos novos movimentos sociais e a produção de saúde na periferia da região metropolitana de Londrina (PR)”, produzido segundo uma proposta cartográfica. O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado durante o período de agosto de 2021 a janeiro de 2022, acompanhando as atividades de um CnaR em um município de grande porte no sul do país pelo autor principal, graduado em enfermagem, filosofia e doutorando em saúde coletiva no momento da realização. Devido ao fato de o pesquisador estar no espectro autista, sua vivência se deu partir desta territorialidade.

Trata-se de estudo exploratório qualitativo de abordagem cartográfica. A cartografia aqui proposta que tem como pressupostos a elaboração teórica de Gilles Deleuze e Félix

Guattari, pode ser considerada uma “geofilosofia”, visto que a construção de ciência proposta pelos autores se dá no mesmo terreno de produção do real, percorrendo elementos intensivos, que são fluxos que cortam e produzem um plano de organização, ou seja, as afetações que vivemos. Tal processo se dá nos encontros, vivenciados em um plano não representativo, onde os fluxos de desejos são produzidos. Portanto, considerando um plano de imanência, produtivo e em devir, a cartografia visa criar um mapa desta produção intensiva do real, partindo da diagramação das linhas e fluxos desejantes que percorrem o pesquisador (COSTA; AMORIM, 2019; DELEUZE, 2013).

Devido a tal característica da pesquisa cartográfica, não há um *a priori* estabelecido como hipótese para desenvolvimento do estudo. Há uma inserção no território proposto, no qual, enquanto o processo é vivenciado, é realizada uma análise da produção da realidade que afeta o pesquisador, e a partir daí, cria-se um mapa deste território existencial produzido pelos encontros (CARDOSO; ROMAGNOLI, 2019).

Esta maneira de pesquisar tem no plano da experiência o seu primado, de maneira que este próprio plano se dá enquanto intervenção, numa inseparabilidade do pesquisador, objeto, sujeito e conhecimento. Esta inseparabilidade está constituída entre relações verticais e horizontais dos modos de organização social, são cruzados por uma transversalidade da cartografia que visa mapear estes fluxos que cruzam tal meio (PASSOS; BARROS 2015).

Toda a cartografia é uma pesquisa-intervenção, e para a realização desta é importante compreender que ela se dará num processo emaranhado em relações de poder, com disputas e resistências que irão emergir no encontro (LIMA; MERHY, 2016). Considerando que estes encontros se darão num espaço específico, esta intervenção ocorre simultaneamente a uma vivência do pesquisador, e devido a isto este deve estar aberto para tal investigação, reconhecendo a sua implicação e seu lugar de maneira que sua inserção esteja pautada num *ethos* de pesquisa, onde o campo problemático no qual se dá a pesquisa, está aberto a redesenhos, desvios e reconfigurações (PASSOS; BARROS, 2015).

Para a pesquisa em questão, o campo problemático foi estabelecido a partir de vivências e produção de estudos anteriores do pesquisador que realizou a vivência bem como das discussões realizadas no grupo de pesquisa “Trabalho e o Cuidado em Saúde”, onde questões relacionadas ao Consultório na Rua se entrelaçavam com problemáticas levantadas em outros grupos minoritários e sua relação com os serviços de saúde, já cartografadas pelo grupo, como viventes em ocupações urbanas, periferias e pessoas com deficiência.

Estas discussões no grupo de pesquisa se deram num espaço onde o processamento coletivo dos outros trabalhos de campo, funcionam numa dinâmica de recolhimento de

afetações e produção de uma dobra na reverberação deste processo no grupo, de maneira que o campo e as vivências também são colocados em questionamento (PASSOS; BARROS, 2015; CRUZ et al, 2016).

Destes processamentos, novos questionamentos e sugestões eram colocados neste espaço entre a vivência do pesquisador e seu processamento no grupo, de maneira que o desejo de continuar a investigação e construção de novos mapas com o serviço de saúde voltado para a PSR se manteve. Deste modo, o contato para inserção no campo foi reativado, para uma nova vivência.

Nesta maneira de fazer pesquisa são necessários modos de organizar e registrar as vivências e afetações, para que os produtos deste período não se percam ao longo do tempo e sejam processados, visando ganharem voz através da escrita. Considerando o imperativo de que “o método é o encontro, o resto são ferramentas” (LIMA; MERHY, 2016 p. 19), é necessário lançar mão de ferramentas onde o uso tenha sentido e coerência com o território onde as afetações são vividas, de modo que o pesquisador utilize uma verdadeira caixa de ferramentas a fim de produzir o conhecimento por tais vivências (MOEBUS; MERHY; SILVA, 2016). A seleção das ferramentas utilizadas aqui, considera o pesquisador como aquele afetado por suas vivências, e que também afeta e agencia o seu redor, de maneira que se “suja” do campo de pesquisa, *in-mundo* (ABRAHÃO et al., 2013).

Como primeiro instrumento desta caixa de ferramentas, utilizou-se uma abordagem partindo de um dispositivo como do *usuário-cidadão-guia*, com a compreensão de dispositivo advinda de Michel Foucault, como um conjunto heterogêneo de uma rede que pode abarcar discursos, arquiteturas, leis, protocolos, entre outros elementos que se relacionam entre o dito e o não dito (BERTUSSI et al, 2016).

O usuário-cidadão-guia é aquele que atenta para os processos cuidadores e de produção de vida, de modo que o pesquisador ali envolvido não é tido como um observador, mas como parte da própria produção de saber com o usuário, reconhecendo as multiplicidades e descentralidades durante o processo (FEUERWERKER; BERTUSSI; MERHY, 2016; MERHY et al., 2016a). Utilizando os pressupostos já estabelecidos no usuário-guia, e na materialidade imposta do território acompanhado e de sua característica, fez-se coerente o uso do termo “*trabalhador-guia*”, pois o pesquisador, em sua vivência, acompanhou os caminhos traçados pelos trabalhadores do serviço em questão. O pesquisador acompanhava integralmente as atividades realizadas pela equipe, desde o início do turno até o seu fim. Eram acompanhadas atividades itinerantes, reuniões, campanhas e outras ações que porventura surgissem ao longo do período.

O *diário cartográfico*, um elemento da caixa de ferramentas do pesquisador, foi utilizado por ser um modo de registro das vivências que não contém apenas anotações referentes ao campo inserido objetivamente, mas que, numa busca por introduzir a análise da produção subjetiva das afetações, também inclui as impressões, sentimentos e reações vivenciadas ao longo do período de vivência de campo (SLOMP JUNIOR et al., 2020).

Desta vivência no território junto aos trabalhadores-guia do CnaR, o processo de mapeamento segue um movimento que compreende tanto a vivência, quanto a escrita e o processamento destas afetações, de maneira que o próprio processo de escrita dos mapas é uma produção cartográfica. Disto, foram elaborados dois vetores de análise a partir do mapa criado pelo pesquisador. O primeiro deles direcionado à relação CnaR-Cidade durante a pandemia de Covid-19, e o segundo voltado à relação da PSR e de seus modos de habitar. Ambos os vetores são interdependentes e aparecem entrelaçados nas análises.

A pesquisa seguiu todos os preceitos éticos contidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, iniciando após o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 97495718.6.0000.5231).

3. Um Consultório na Rua para a COVID na Rua

Na construção da cartografia, o território da cidade utilizado pelo CnaR surge como um vetor de discussão. À medida que o pesquisador acompanhava os trabalhadores-guia, foi se estabelecendo uma percepção de como estes reconheciam e viviam a territorialidade da cidade, e de como esta contrasta com a territorialidade que a PSR produz nela. Desta maneira, buscando desenvolver a discussão a respeito da produção de território pela eCR, é necessário apresentar como o serviço é constituído no município e sua proposta de atuação.

A equipe em que o pesquisador se inseriu estava cadastrada como Modalidade II, contando com profissionais da enfermagem de nível superior e médio, da psicologia, do serviço social, e educadora social, todas mulheres. Porém, os profissionais da equipe não se limitam a estes, pois a eCR em questão recebia residentes médicos da Residência em Medicina da Família e Comunidade do município, os quais passavam um período da semana com o CnaR, de modo que em dois períodos da semana havia um profissional médico ali. Vale ressaltar que, durante o período da pesquisa, alguns profissionais foram contratados e realocados, assim, a equipe, que até então realizava atendimentos apenas pela manhã, passou a realizá-los também na parte da tarde. Diferentemente da Estratégia Saúde da Família (ESF) tradicional, que se ocupa de um território delimitado por um número

populacional estabelecido pela própria PNAB, o CnaR em questão tem como seu território de atuação o espaço urbano como um todo. No início da vivência, o CnaR estava alocado em uma sede em uma área central do município, com espaço próprio para reuniões, salas para materiais, documentos e prontuários. Contudo, no decorrer da pesquisa, o serviço foi transferido para uma UBS na zona oeste do município, com estrutura reduzida, devido à atuação exclusiva desta UBS, durante a pandemia, como unidade vacinadora contra a Covid-19.

A mudança da base, como os profissionais a chamavam, era uma constante no serviço. O CnaR estava habituado às recorrentes mudanças físicas. Ele já esteve alocado, por exemplo, ao lado de uma cozinha em uma UBS, ou dentro de UBS com salas fixas; contudo, sempre com o espaço muito reduzido e pouco adaptado para a necessidade e a complexidade de tal serviço.

Quando o pesquisador se inseriu na vivência durante a pandemia, a sensação sobre a base, que estava localizada em uma área central, numa antiga clínica particular que teve seu espaço comprado para utilização do município, era que ela seria o local onde o serviço poderia se enraizar e programar ações a partir dali. Contudo, pouco tempo após o início da vivência, a equipe foi informada de que realizaria a mudança da atual base, para, novamente, ser inserida dentro do espaço físico de uma UBS.

Esta mudança de local causou um estranhamento ao pesquisador, visto que aquele novo ambiente parecia ser um local no qual o serviço, mesmo que ainda se adaptando, estaria em um espaço com potencial para novos modos de se organizarem e realizarem ações. Tal anúncio da mudança provocou na própria equipe um desânimo, expresso em falas que traziam à superfície a própria repetição da história do CnaR, situação que acabava voltando e produzindo nas pessoas da equipe um assombro, como sempre estivessem na iminência da próxima mudança, um eterno retorno do mesmo.

Tal característica do CnaR se aproxima da própria condição de muitas das PSR, aos quais eles direcionam a produção de cuidado, muitas vezes ditos ao pesquisador pela própria equipe. Esta condição de desenraizamento do próprio território, formulada por Arnold (2004), advém de um agenciamento de corpos que leva os sujeitos a não se permitirem criar territórios existenciais com aqueles locais, pois, muitas vezes, acabam por fazer de sua vivência um eterno presente, não podendo contar que estarão naquele espaço no próximo dia. Desta maneira, como os próprios usuários, o CnaR utiliza a rua como produção de seu modo de operar e funcionar.

Para a eCR o sentimento produzido também vinha de agenciamentos que não permitem que o serviço se reconheça com uma base, em um espaço que possua uma certa permanência com planejamento de ações a longo prazo. Diferentemente de outros serviços de saúde, especialmente as próprias UBS, que delimitam para sua atuação um território no seu entorno dito “de abrangência ou adscrito”, as relações estabelecidas pela eCR, acabam não podendo ser pensadas e organizadas do mesmo modo. Esta produção e modo de funcionamento, por outro lado, também produziu inúmeros encontros nos quais o serviço acabou por utilizar outros lugares como referência de ações ou procedimentos junto aos usuários, como articulações com UBS’s, setores da assistência social e equipamentos. Neste modo de funcionamento, pela sua própria característica, há a necessidade de um deslocamento pelo espaço da cidade, que, aliado com a mudança, a eCR acabou por manter uma rotina intensa de deslocamentos, geralmente saindo para as ruas logo no início do turno e retornando somente próximo ao seu final. O deslocamento pelo município era intenso, necessitando ser organizado entre demandas urgentes e outras previamente agendadas. Como a equipe possui dois carros populares comuns para uso, dividiam-se em dois grupos, organizando-se conforme a necessidade. A ida com os veículos gerava um deslocamento por grande parte do território urbano, em lugares em que a equipe já tinha conhecimento de que ali estavam PSR, seja em grupo ou sozinhas. Entretanto, devido à necessidade de mobilização de profissionais para a vacinação da Covid-19, um veículo acabou sendo destinado para o uso exclusivo para tal fim.

As demandas que o CnaR buscava atender durante este período não se diferenciavam das atendidas previamente à pandemia. O que foi perceptível, entretanto, foi o desgaste da equipe durante o processo, algo já apresentado em outros estudos, que demonstram o esgotamento de profissionais de saúde durante o período pandêmico (MAGALHÃES et al., 2022). A característica itinerante da eCR, aliada à necessidade de paramentação com Equipamentos de Proteção Individual (EPI), junto ao uniforme adotado pelos trabalhadores, que é composto por um pijama cirúrgico (*scrubs*), e carro com poucas condições de conforto, tornava os turnos de trabalho excessivamente cansativos, já que o município atingia altas temperaturas mesmo pela manhã, e a necessidade constante de EPI e medidas de precaução dificultavam inclusive a hidratação correta. Tais condições de trabalho vão ao encontro com o que Teixeira *et al.* (2020) citam, de como a pandemia, além de apresentar novos problemas para serem enfrentados, também agudizou situações que já eram crônicas em relação às condições de trabalho dos profissionais de saúde.

4. Territórios do Consultório na Rua

No que tange aos deslocamentos pela cidade, é necessário compreender que a cidade, ou o traçado que delimita o município, não é, propriamente, o único território do CnaR.

Os dias geralmente eram atribulados, visto que a equipe programava uma agenda com vários locais para visitar desde o início da manhã, de maneira que muitas vezes havia deslocamento por várias regiões da cidade e, não raramente, cruzavam situações emergenciais que geravam mudanças nas rotas. Desde alguém que informava que outra pessoa havia se machucado e precisava de cuidados, até mesmo familiares que ligavam informando de alguma situação que se tornava prioridade.

Os atendimentos da eCR, por estarem abertos à imprevisibilidade dos encontros, muitas vezes resultavam em deslocamentos no segmento do espaço urbano do município que comumente não estão trilhados em mapas oficiais. Era necessária uma compreensão do modo de deslocar do usuário, como era seu modo de vida, o que gostava de fazer ou com quem costumava estar junto, para então ser estabelecida a busca, de acordo com as necessidades.

Uma cena que afetou o pesquisador ocorreu durante um atendimento na entrada de uma área de mata na região urbana da cidade. Enquanto conversávamos com os viventes, ali, surgiu em questão uma necessidade sobre uma usuária que tratava de diabetes e estava em uso de crack. Precisávamos encontrá-la para dar seguimento. Nisto a equipe se colocou a pensar como encontrá-la, e a psicóloga iniciou o exercício de construir uma imagem, para mim, do próprio mapa de deslocamento que a usuária costumava fazer, utilizando pontos de referência próprios da vida da usuária. Se deu uma construção de frases indicando onde geralmente a vivente passava, incluindo a própria mata que estávamos, mas, também, que ela costumava a caminhar próximo a um prédio público, pela manhã, e que, se não estivesse lá, poderíamos procurá-la onde outra usuária geralmente se encontra, pois ambas costumavam estar juntas. Ocorre que a trabalhadora opta por esperar ali mesmo, porque, seguindo este mapa ali construído em ato, ela poderia passar ali até o final do atendimento que estávamos realizando. Para a surpresa do pesquisador, que não estava contando com tal desfecho, a usuária é vista descendo a rua alguns momentos depois.

Na medida que a situação acima relatada é excepcional em sua contingência, o que foi recorrente na eCR eram os reconhecimentos dos territórios possíveis que a equipe conhecia e buscava compreender. Alguns lugares funcionam como abrigos e pontos mais fixos para algumas PSR, enquanto, para outros, os mesmos lugares funcionam apenas como um ponto de passagem em seus deslocamentos diários.

Um conceito que pode ser introduzido para conversar sobre como fomos compreendendo a noção de território, conjuntamente com a eCR, é um, entre tantos, ofertados por Milton Santos (2005). No texto “*O retorno do território*”, ele traz território como algo construído e determinado a partir de uma realidade social e que ele nos oferta como algo que vaza a noção de região, indo para uma nova percepção de espaço que apresenta um funcionamento diferente, denominando horizontalidades e verticalidades. Sendo as horizontalidades os domínios da contiguidade, vizinhança territorial, e as verticalidades por sua vez os pontos distantes uns dos outros, ligados pelas formas e processos sociais. Tais territórios verticais e horizontais, se dão no plano de organização da cidade, e são produzidos conforme seu uso. De acordo com a afirmação de Santos (2005, p. 255) “...é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Consequentemente, há de se compreender que sua permanência se dá de acordo com a nossa condição, estando necessariamente atrelado à existência, seja individual ou coletiva.

Os territórios, nesta multiplicidade podem assumir funções sobrepostas mesmo estando localizados no mesmo espaço (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994). Dessa forma o território pode ser formado de locais contíguos/horizontais e de lugares em redes/verticais, no entanto, os lugares que constituem os de redes também são os que formam o espaço banal. Espaço banal, resgatado pelo autor como elemento do território em uma leitura ampla de espaço geográfico, na qual o território compõe uma das categorias de análise social englobando os seres humanos e suas produções (instituições, organizações etc.) (SANTOS, 2005). Assim o espaço banal pode ser constituído pelas mesmas referências de locais, mesmos pontos de reconhecimento, no entanto, com simultaneidades de função totalmente diferentes ou até mesmo antagônicas.

Esta radicalidade que o conceito de espaço banal apresentado por Milton Santos (2005) nos coloca ficou perceptível durante a vivência, quando um mesmo ponto em um território poderia funcionar como abrigo, ponto de encontro, local para uso de drogas, local de descanso, entre outros. À medida que o território era conhecido pela eCR, suas funções ficavam mais claras, visto que o mesmo poderia ser acionado para atividades conforme os processos de cuidado. Esta visão do território como múltiplo, trazia ao CnaR um funcionamento que se aproximava da realidade dos usuários, ao mesmo tempo que compreendia o modo de vida ali exercido, agenciando um cuidado que muitas vezes produzia conexões com outros pontos do território através das funções ora ali conhecidas e evidentes, e em alguns momentos que iam se compondo no trabalho cotidiano com as pessoas que vivem na rua.

Estas funções que os territórios podem articular, formam uma rede, onde pontos verticais se conectam de acordo com processos sociais entre pontos distantes no espaço, já os territórios horizontais se dão pela proximidade (DE PAULA; GOMES; TONIOLO, 2021; SANTOS, 2005). Neste contexto, o CnaR usa o território horizontal urbano para poder se deslocar aos pontos verticais necessários. Este modo de percorrer pôde ser visto, por exemplo, nas articulações realizadas no Centro POP (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua), que se conectavam com pontos onde grupos de PSR estavam morando, os quais por sua vez se conectavam com o abrigo em outro ponto da cidade, e assim por diante, formando pontos verticais num espaço horizontal da cidade, pelo qual o CnaR se locomovia e era de difícil percepção para aqueles que não estavam implicados no processo.

Se há espaços que convergem com a compreensão do território-rede que se estabelecem por conexões já reguladas e esquadrihadas dentro de um espaço urbano, racionalizadas pelos cortes de ruas, quadras e praças, por exemplo, existem também espaços que fluem por outro regime de existências que converge com a compreensão aqui apresentada de espaço banal, em que o encontro é imperativo, formando verdadeiras redes vivas conforme apresentada por outro autor (MERHY et al., 2016b). São elas que irão ditar como os fluxos se constroem e se dissolvem na disputa com a racionalidade de metragens, muros e organizações, que disputam sentidos perante o vivido dos afetos, sejam eles de alegria ou tristeza (MERHY et al., 2016b).

O CnaR, ao percorrer ambientes que escapam da lógica já estruturada no sistema de saúde, se aproxima das redes vivas. São encontros que se efetivam em mocós, viadutos, matas, terrenos baldios, construções abandonadas, e mesmo em locais que possam, em um primeiro momento, não parecerem estar relacionados com o trabalho do CnaR, como casas e condomínios. O reconhecimento da heterogeneidade das PSR não se restringe aos estereótipos correntes na sociedade, e sim, por onde se faça necessário percorrer para produzir cuidados a tais viventes. Desse modo, a imanência intrínseca das redes vivas emerge no plano de organização por uma territorialidade reconhecida pelo CnaR.

Durante as vivências, foi perceptível que o conhecimento empírico dos trabalhadores do CnaR, acerca desta rede de conexões verticais ao longo do território, funcionava como um modo de trabalhar que caracterizava o próprio serviço. Apesar de ser itinerante, o processo de trabalho não se limita à locomoção por regiões circunscritas ou vizinhas, mas, sim, numa busca de articulação entre locais e territórios relevantes para o cuidado e ampliação do acesso ao usuário, tensionando as redes vivas passíveis de emergência.

Devido ao estabelecimento das conexões e criações de redes, o CnaR atua como um serviço que tem um potencial de dar visibilidade a tais pessoas, e garantir a elas acesso a outros serviços, ao reconhecer e chegar até locais onde pessoas viviam, e que outros serviços ou mesmo a vizinhança desconhecia. Além destes locais, há também a afirmação de acesso a serviços nos quais as barreiras se dão pelo próprio corpo produzido da PSR, gerando signos que limitam e dificultam o acesso desta pessoa à UBS e outros pontos da rede de atenção. Tais vivências vão de encontro a estudos que demonstraram dificuldades, tanto na aproximação dos serviços do SUS com os usuários, quanto no acesso destes aos serviços (OLIVEIRA et al., 2021; VALLE; FARAH, 2020).

É nesta construção de rede e articulação que o CnaR demonstrou sua potência. Isto era vivenciado em muitos atendimentos nos quais o trabalhador, por exemplo, mesmo não podendo transportar o usuário no carro do CnaR, devido a esta prática não ser permitida no município, realizava o contato com o SAMU, e então se dirigia até a UPA para acompanhar o usuário, visto que, muitas vezes, os profissionais do CnaR eram os únicos em que a PSR confiava, e que a conheciam a ponto oferecerem informações nestes atendimentos.

Este modo de criar redes, acioná-las e locomover-se entre elas no território, acaba por produzir um serviço singular de saúde. Tal funcionamento se dá por uma aproximação com a PSR, por um reconhecimento e uma implicação nos territórios relacionados por pontos verticais, os quais podem ser vistos como banais por outros profissionais de saúde e serviços de saúde. São os profissionais do CnaR que conhecem as matas, bocas, viadutos, mocós, e principalmente os viventes destes locais, por seus nomes, apelidos e condições, de maneira que o vínculo criado com tais pessoas não se limita ao ambiente do serviço de saúde, mas sim, na própria realidade onde o vivente está, agindo como um potencial produtor de cuidado e garantidor do acesso à rede de atenção à saúde do SUS.

5. A pessoa em situação de rua entre o liso e o estriado

O funcionamento do CnaR se dá por um território que pode ser visto por suas horizontalidades e verticalidades no plano de organização da própria cidade, e que, simultaneamente busca efetivar, por redes vivas, suas ações, tendo no encontro com os usuários o seu imperativo. Na vivência, foi perceptível a tensão entre estes modos possíveis de atuar, o que gerava muitas discussões e debates na própria equipe. Isto porque, se por um lado tem-se uma construção de territórios horizontais e verticais que se instituem no ambiente urbano ali vivenciado, tem-se também, por outro lado, uma construção anterior à própria produção destes lugares.

Nestas territorializações e desterritorializações há um processo de devir, que, portanto, é constante e imanente às próprias relações do vivente na máquina social. De acordo com Deleuze e Guattari (2012), pode-se compreender um jogo entre um plano de organização que busca estriar tal território, formado pelos fluxos contidos e organização da cidade, onde há o lugar correto para andar, morar, pegar o ônibus, trafegar de carro etc. Ou seja, há uma superfície repartida em intervalos e cortes. Também há o estriamento do tempo, no qual as coisas funcionam em determinados horários do dia, como, por exemplo, o aumento de fluxo de tráfego de veículos, horários certos de pico, abertura e fechamento de comércio. Tudo isto demonstra que o espaço da cidade é estriado por excelência, ele necessita deste esquadramento rígido para funcionar instituído pelo aparelho de Estado.

Se há um espaço desenvolvido na busca de estriar tal superfície, há, no mesmo jogo, um espaço de outra natureza, liso, o qual é ilimitado em todas as direções, a-centrado, numa variação contínua. É neste espaço que ocorrem os acontecimentos, ou seja, os encontros que produzem uma rede viva, onde as formações têm uma relevância diminuída em detrimento do assinalamento de forças do acontecimento. Tem-se, assim, uma disputa que nunca é finalizada, pois sempre o espaço liso pode devir estriado, e vice-versa. Contudo, o que ocorre é que, muitas vezes, os modos de habitar em tais espaços produzem uma tentativa de subjugar um em detrimento do outro. A cidade, numa tentativa de subjugar o espaço liso, por exemplo (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

A cidade é compreendida como um espaço que não está contido em si, mas um local onde um movimento contínuo de disputas individuais e coletivas se dão. Sob o capital, a cidade contemporânea busca um modo de habitar que almeja a própria acumulação deste, criando e destruindo territórios nas próprias malhas urbanas, de maneira que o estriamento é sua condição elementar. Neste sentido de organizar e esquadrihar a vida, validando certos modos e subjugando outros, ela é produtora de subjetividades e, se ela produz subjetividades, é porque nestas disputas também há nela a potencialidade de reconhecimento e valorização das singularidades, uma cidade subjetiva (GUATTARI, 2012).

Ao conhecer alguns usuários que o CnaR acompanhava neste período, o ambiente de tensão entre o liso e o estriado foi perceptível. Isto, pois, não se guiavam pelo esquadramento da cidade. Tais tensões apareciam quando o pesquisador entrava em contato com ambientes da cidade que não eram pensados para funcionarem de determinadas maneiras. Como por exemplo, a cena da coleta de exames e realização de curativos em uma praça pública, onde viviam várias PSR, e que após o período pandêmico, o espaço passou por uma reforma, que ao mesmo tempo que instalou um sistema de vigilância, tornou a praça um ambiente hostil para aquelas pessoas. O ambiente liso sofreu um estriamento.

Outras cenas tornam mais claras tais “lisificações”, como quando, em um determinado momento, a equipe precisava encontrar uma usuária e a referência de onde ela poderia estar não se dava na cidade estriada e racionalizada. Não seria funcional para a eCR procurar a vivente em ruas, avenidas, prédios ou mesmo praças. Precisávamos nos emaranhar em caminhos. Dentro de córregos, matas urbanas e estruturas abandonadas. O território estriado não fazia sentido para o trabalho do CnaR, naquele ponto, a não ser na compreensão de sua tensão com o espaço liso.

O ambiente urbano funcionava como um deserto a ser deslizado, com oásis a serem criados ou destruídos, conforme se deslocavam. Enquanto o CnaR e outros serviços públicos, geralmente fazem seus trajetos com carros, se deslocando entre os pontos horizontais e verticais dos planos de organização do território, os usuários pareciam se mover de um modo intensivo, guiados, em muitos momentos, pelas suas afetações. A rua, nesse caso, não se torna um caminho necessário, a mata não se torna um obstáculo a contornar, mas sim pontos onde se estabelecem enquanto deslizam por um território específico. O território existencial se constrói na medida em que, a partir de suas intensividades, caminham na tensão entre o ambiente liso e o estriado.

Muitas vezes, em conversas no próprio CnaR ou com outros serviços, emergia nas falas a noção de que determinada PSR sempre estava em algum lugar entre os pontos verticais já mapeados e conhecidos pelo serviço. Contudo, ao se visitar tais usuários, muitas vezes, estes eram encontrados num “passeio esquizofrênico”, que Deleuze e Guattari trazem no *Anti-Édipo* (2011). Eles estavam caminhando seguindo suas intensividades, onde o espaço físico e temporal estriado pela cidade não fazia sentido. Passeavam por entre ruas, vielas, terrenos baldios, córregos e rios, sem um destino muito específico, mas, sim, como se deslizassem por tal lugar.

Este modo de viver o território urbano que as PSR exercem, difere do modo de organização ao qual a cidade contemporânea está submetida, promovendo um tensionamento com os próprios serviços envolvidos com o trabalho em saúde. Merhy (2005), pensando especialmente o trabalho em saúde, traz o conceito de tecnologias leves, leveduras e duras, se referindo, respectivamente, as tecnologias que abarcam as relações entre sujeitos que se dão no encontro, as que abarcam os saberes que possuem uma organização e estruturação e aquelas que estão nos recursos materiais. Tal modo de compreender estas tecnologias em saúde expõe a potencialidade relacional constante entre os modos de produzir cuidado.

Ocorre que, conforme o modo que tais tecnologias se relacionam, a produção de cuidado que se dá no ato, chamada de trabalho vivo, pode ficar subjugada pelas tecnologias duras, decorrendo um imperativo do trabalho morto, ou seja, aquele que é um trabalho que não visa nenhum produto, almejando uma regulação, e rigidez perante os protocolos, equipamentos e regulações, limitando a própria liberdade e criatividade do trabalhador, que é inerente do trabalho vivo em ato (FRANCO; MERHY, 2012).

A sociedade ocidental norte-centrada moderna tende a estabelecer uma racionalidade dentro da cidade, em que tudo conspira e funciona a partir de um certo modo esperado de morar, de viver, de se locomover, constrangido pelo aparelho de Estado. Quando algumas das PSR não agem de acordo com a racionalidade urbana, os equipamentos e serviços pensados para a população geral, acabam por não estarem preparados para garantir o acesso a tais pessoas, não disponibilizando de tecnologias leves, leve-duras ou duras que permitiam tais atendimentos (MERHY, 2005).

Tal dificuldade de acesso da PSR já foi demonstrada por outros estudos (CERVIERI et al., 2019; LIRA et al., 2019; NEVES-SILVA; MARTINS; HELLER, 2018), e aqui é vista não somente pelo modo de organização dos serviços, mas também por uma dificuldade em reconhecer que, muitas vezes, aqueles que estão em situação de rua, por necessidades produzidas no ambiente social ou não, acabam por usar o território urbano de uma maneira que o modo racional de construir serviços e políticas públicas não estão preparados.

Este modo de habitar as cidades, que foge às convenções territoriais estriadas modernas, é alcançado geralmente pelo aparelho de Estado por dispositivos de repressão de políticas de segurança pública, com a saúde dificilmente garantindo acesso a tais viventes. Deste modo, as PSR, que antes já tinha dificuldades de acesso e visibilidade no sistema de saúde, durante a pandemia de Covid-19 teve evidenciada sua vulnerabilidade diante da nova situação (NUNES et al., 2021). Neste cenário, o CnaR funcionou como um dos serviços que conseguiram chegar em tais pessoas, enquanto outros serviços pareciam habitar em territórios distantes, para não dizer inexistentes, para as PSR.

6. À guisa de conclusão: o além-pandemia

Diante da cartografia apresentada, ao acompanhar os trabalhadores-guia do CnaR na construção de mapas, foi perceptível a potencialidade da eCR em se deslocar por territórios que não são usuais para os outros serviços da rede assistencial do SUS no município. As ações do CnaR, muitas vezes, encontravam barreiras diante das mudanças de processo de

trabalho decorrentes do período pandêmico de Covid-19, mas também encontravam barreiras já estabelecidas historicamente, refletidas na dificuldade de acesso da PSR a outros serviços do SUS.

Também foi possível estabelecer que muitas das PSR podem não percorrer e usar a cidade de modo estriado e racionalizado, onde ela é produzida ininterruptamente. Não são guiados, muitas vezes, por tal organização, mas sim por intensividades, escapando a qualquer organização prévia pensada. Tal modo de habitar na cidade, sendo singular e único, traz à tona a necessidade de aproximação e articulação com serviços e equipamentos que possam promover a integração entres os vários pontos da rede assistencial, visando à produção de cuidado.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Ana Lúcia; MERHY, Emerson Elias; GOMES, Maria Paula Cerqueira; TALLEMBERG, Claudia; CHAGAS, Magda de Sousa; ROCHA, Monica; SANTOS, Nereida Lucia Palko Dos; SILVA, Erminia; VIANNA, Leila. O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. **Lugar Comum**, n. 39, p. 133–144, 2013.

BERTUSSI, Débora Cristina; BADUY, Rossana Staevie; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; MERHY, Emerson Elias. Viagem cartográfica: pelos trilhos e desvios. *Em*: FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 2p. 48–61.

BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2011.

BRASIL. Portaria nº 122, de 25 de Janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2012a.

BRASIL. Portaria nº 123, de 25 de Janeiro de 2012. Define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua (eCR) por Município **Diário Oficial da União**. Brasília, 2012b.

BRASIL. Portaria nº 1.255, de 18 de Junho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua e os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua, por município e Distrito Federal, por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2021.

CARDOSO, Maria Luiza Marques; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. **Rev. Polis e Psique**, v. 3, n. 9, p. 6–25, 2019.

CECAD 2.0. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. 2022. Disponível em:

https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=35&nome_estado=SP+-

[+S%C3%A3o+Paulo&p_ibge=3550308&nome_municipio=S%C3%A3o+Paulo&id=44](https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=3550308&nome_municipio=S%C3%A3o+Paulo&id=44).

Acesso em: 7 jan. 2023.

CERVIERI, Nayelen Brambila; ULIANA, Catchia Hermes; ARATANI, Nathan; FIORIN, Priscila Marcheti; GIACON, Bianca Cristina Ciccone. O acesso aos serviços de saúde na perspectiva de pessoas em situação de rua. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 15, n. 4, p. 1–8, 2019. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.151229.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMISSÃO PERMANENTE DE DEMOCRATIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS GRUPO DE TRABALHO “POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS INTERSECCIONALIDADES” (PORTARIAS CNJ N. 70/2021 E N. 127/2021)**. Brasília, DF. 2022.

COSTA, Luciano; AMORIM, Alexandre Sobral Loureiro. UMA INTRODUÇÃO À TEORIA DAS LINHAS PARA A CARTOGRAFIA. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 14, n. 3, p. 912, 2019. DOI: 10.7867/1809-0354.2019v14n3p912-933.

CRUZ, Kathleen Tereza Da et al. Na cozinha da pesquisa: conversações sobre os encontros do trabalho e o trabalho dos encontros. *Em*: FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 2p. 252–269.

DE PAULA, Adriana Maria; GOMES, Cilene; TONIOLO, Maria Angélica. Verticalidades e horizontalidades no estudo da rede urbana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – São Paulo. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 25, p. e25, 2021. DOI: 10.5902/2236499447478.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.

FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 2

FIOCRUZ. **Recomendações para os Consultórios Na Rua e a rede de serviços que atuam junto com a População em Situação de Rua**. FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%bade-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%A3o-para-os-consult%C3%B3rios-na-rua-e-a-rede-de-servi%C3%A7os-que-atuam-junto-com-a-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. Cartografias do Trabalho e Cuidado em Saúde. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, p. 151–163, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18569/tempus.v6i2.1120>.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012.

IBGE Cidades. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (SETEMBRO DE 2012 A MARÇO DE 2020)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Acesso em: 24 jun. 2022.

LANZA, Fabio; ROCHA, Marco Antonio Da; MIANI, Rozinaldo Antonio. **RELATÓRIO FINAL PESQUISA POP RUA LONDRINA - 2018**. Londrina. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/dpse/centro-pop/36734-relatoriofinalondrinapesquisapoprua/file>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LIMA, Fátima; MERHY, Emerson Elias. Produção de conhecimento, ciência nômade e máquinas de guerra: devires ambulantes em uma investigação no campo da saúde coletiva. *Em*: MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; JÚNIOR, Helvo Slomp; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1.

LIRA, Cindy Damaris Gomes; JUSTINO, Jéssica Micaele Rebouças; PAIVA, Irismar Karla Sarmiento De; MIRANDA, Moêmia Gomes de Oliveira; SARAIVA, Ana Karine de Moura. IS THE ACCESS OF THE STREET POPULATION A DENIED RIGHT? **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, v. 23, 2019. DOI: 10.5935/1415-2762.20190004.

LONDRINA. **PERFIL DE LONDRINA 2021: ANO BASE 2020**. Londrina: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-planejamento/gpi/perfil-de-londrina-2021/43851-perfil-2021-1/file>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LONDRINA. **Caderno 2 - Perímetros Urbanos Áreas de Expansão Urbana**: Cadernos Técnicos da Lei do Perímetro Urbano. Londrina: IPPUL - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/ippul/plano-diretor-2018-2028-1/49131-caderno-tecnico-2-per-v3-1/file>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MAGALHÃES, Ana Maria Müller De; TREVILATO, Denilse Damasceno; PAI, Daiane Dal; BARBOSA, Amanda da Silveira; MEDEIROS, Natascha Monteiro; SEEGER, Victória Gabeck; OLIVEIRA, João Lucas Campos De. Professional burnout of nursing team working to fight the new coronavirus pandemic. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. suppl 1, 2022. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0498.

MARICATO, Erminia. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 7–22, 2011. DOI: 10.1590/S0103-40142011000100002.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. 2. ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2005.

MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staeve; SEIXAS, Clarissa Terenzi; JÚNIOR, Helvo Slomp; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. a. v. 1

MERHY, Emerson Elias; GOMES, Maria Paula Cerqueira; SILVA, Erminia; SANTOS, Maria de Fátima Lima; CRUZ, Kathleen Tereza Da; FRANCO, Túlio Batista. Redes vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. *Em: Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. b. v. 1p. 31–42.

MOEBUS, Ricardo Narciso; MERHY, Emerson Elias; SILVA, Erminia. O Usuário-cidadão como guia. Como pode a onda elevar-se acima da montanha? *Em: MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staeve; SEIXAS, Clarissa Terenzi; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva; SLOMP, Helvo (org.). Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes*. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1p. 43–53.

NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. A espacialização dos vazios urbanos em Londrina (PR). **Confins**, n. 28, 2016. DOI: 10.4000/confins.11088. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11088>. Acesso em: 18 dez. 2022.

NATALINO, Marco. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (2012-2022)**. [s.l.] : Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=11058/11604>. Acesso em: 5 jan. 2023.

NEVES-SILVA, Priscila; MARTINS, Giselle Isabele; HELLER, Léo. “A gente tem acesso de favores, né?”. A percepção de pessoas em situação de rua sobre os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, 2018. DOI: 10.1590/0102-311x00024017.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; CINACCHI, Giovanna; RAMOS, Tania; RODRIGUEZ, Andrea. **População em situação de rua em tempos de pandemia da Covid-19 [recurso eletrônico]**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **População em Situação de Rua no Brasil. Totais por Região, Estado e Município. Série Histórica 2012-2021**. 2023. Disponível em: <https://obpoprua.direito.ufmg.br/metadados.html>. Acesso em: 8 jan. 2023.

OLIVEIRA, Micael Almeida De; BOSKA, Gabriella de Andrade; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira De; BARBOSA, Guilherme Correa. Access to health care for people experiencing homelessness on Avenida Paulista: barriers and perceptions. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 55, p. 1–7, 2021. DOI: 10.1590/S1980-220X2020033903744.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos; ALVES, Jolinda De Moraes; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. **Argumentum**, v. 7, n. 1, p. 167, 2015. DOI: 10.18315/argumentum.v7i1.8637.

PASSOS, Eduardo; REGINA BENEVIDES DE, Barros. Pista 1 A CARTOGRAFIA COMO MÉTODO DE PESQUISA-INTERVENÇÃO. *Em: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana Da (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015. v. 1p. 17–31.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL : Observatorio Social de América Latina**, v. 6, n. 16, 2005.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida De; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994.

SLOMP JUNIOR, Helvo; MERHY, Emerson Elias; ROCHA, Monica Moreira; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; BORTOLETTO, Maira Sayuri Sakay; CRUZ, Kathleen Tereza Da. Contribuições para uma política de escritura em saúde: o diário cartográfico como ferramenta de pesquisa. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, v. 20, n. 3, 2020. DOI: 10.5565/rev/athenea.2617. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v20-3-slomp>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS (SMDH). **DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES DOS DIREITOS À VIDA E À SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**. Passo Fundo: Saluz, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5637637. Disponível em: www.eabeditora.com.br.

TEIXEIRA, Carmen Fontes de Souza; SOARES, Catharina Matos; SOUZA, Ednir Assis; LISBOA, Erick Soares; PINTO, Isabela Cardoso de Matos; ANDRADE, Laíse Rezende De; ESPIRIDIANO, Monique Azevedo. A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3465–3474, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020259.19562020.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAHA, Beatriz Francisco. Health of those who are in homeless situation: (in)visibilities in access to the unified health system. **Physis**, v. 30, n. 2, p. 1–21, 2020. DOI: 10.1590/S0103-73312020300226.

7. EPICENTRO: MÁQUINAS DE MORAR

7.1. CIDADES PELO AVESSE

Um rosto nobre surgiu na telinha, em cores vívidas. Logo em seguida, uma voz falhada saiu da trombeta, meio fora de sincronia e no meio de um discurso:

— ... que duas cidades sejam tão próximas e, ao mesmo tempo, tão distantes; os donos de tudo vivendo acima de nós, os desapossados, vivendo abaixo e no entremeio, vivendo às margens

(“Lugar Nenhum” GAIMAN, 2016, p. 86).

O trecho acima é retirado da obra *Lugar Nenhum*, de Neil Gaiman. No romance, que tem como fundo uma fantasia urbana, Richard Mayhew, ao contrariar sua noiva e ajudar uma mulher com estado deteriorado de saúde, de nome Door, que encontram em uma calçada, acaba sendo tragado com a recém-conhecida para a “Londres de Baixo”. Um subterrâneo de Londres, um avesso, que funciona à sua maneira, com suas regras, habitantes e aglomerações. A partir do momento que ingressa nesta profundidade, ele se torna invisível na Londres que até então conhecia. Assim, além de sua fuga com Door, devido a esta se encontrar em perigo, ele também quer recuperar sua vida na “Londres de cima”.

Posto que tal obra se trata de um recurso literário de fantasia urbana, as relações entre invisíveis, ou ignorados, numa cidade da superfície parecem ter um lastro factível na realidade, especialmente quando lidamos com a multidão dos viventes da rua. São sujeitos que, na medida que vão entrando neste avesso da cidade, podem até serem percebidos nas “cidades-de-cima”, mas são fadados a uma existência no subterrâneo. Muitas vezes um subterrâneo literalmente físico, não somente em municípios com estruturas conhecidas de túneis e subterrâneos como os apresentados já nos anos 1990 em Nova Iorque ou mais recentemente em Las Vegas (O’BRIEN, 2009; TOTH, 1993; VOETEN, 2010).

O próprio subterrâneo literal também habita catacumbas brasileiras. Longe da fantasia, mas não tanto de *Lugar Nenhum*, o subterrâneo não é longe. Durante as vivências com o CnaR, pude compreender como este avesso opera na relação de dobra articulando com a superfície da cidade. Se, em muitos momentos, dirigíamos pelas ruas e pontos de referência do CnaR, num outro, não muito distante, já me via entrando embaixo de pontes, viadutos, linhas de trem. O

subterrâneo é uma perspectiva, é o subterrâneo de 3 metros de altura em relação a uma rua, mas que está abaixo dos altos viadutos, ou o subterrâneo tubular, onde viventes da rua dormem no grande tubo de concreto no despejo de um córrego quando este está vazio.

Tal presença é percebida, mas é uma presença fantasmática, um assombro de que algo está ali, que esteve ou logo estará, algo mesmo inumano. Uma paisagem homogeneizada por categorias degradantes. São os “mendigos que poluem a praça”, as pessoas que dormem na frente de lojas e restaurantes que precisam sair do local para não espantar clientes, é o acionamento das forças de segurança para lidar com pessoas que estão em situação de rua e trazem a “sensação de insegurança” a moradores e casas locais. Não se sabe direito o que são, são como fumaças, vapores, que precisam ser dissipadas para que a visão do local seja mais a mais limpa possível. A cidade superfície precisa se construir como as várias modificações de um ser uno, e não uma multiplicidade de acoplamentos singulares.

Em suma, são pessoas que não possuem lugar na cidade de cima e acabam por habitarem a cidade de baixo, no caso, a *avecidade*²⁰. Na superfície, não há como esta ser produzida sem o seu inverso, mas como foi ressaltado, não é um processo findável, sempre um retornará no outro, cada um tentando retomar e obter espaço na topologia, uma constante disputa em articulação (DELEUZE, 2009).

Deste modo, neste corpo topológico que se forma, os sujeitos são agenciados pela própria produção da megamáquina. Ocorre tanto na sujeição de considerar o outro indivíduo como um aspecto de limpeza urbana, ou na produção de subjetividades dos próprios viventes da rua que, em muitos casos, têm em seu discurso uma culpabilização e repressão de si por acreditarem não possuírem um mérito ou “força de vontade” suficiente para saírem da situação de rua (MEDEIROS et al., 2020).

Tanto a veracidade, quanto a *avecidade* produzem uma à outra. Na relação atual no Estado capitalista, de crise em crise com o elo fixado junto a vida íntima do indivíduo, o paradoxo inerente da impotência do mesmo estado perante questões como direcionamentos tecnológicos, ecológicos e demográficos, por exemplo, recaem sobre o aumento da população em situação de

²⁰ Os neologismos utilizados aqui funcionam como palavras esotéricas disjuntivas (palavras-valise), impossíveis de se determinar de forma imediata e completa, buscando articular sentidos entre séries de acontecimentos coexistentes operando numa ramificação infinita (DELEUZE, 2009).

rua e piora das condições de moradia, enquanto a superfície busca se manter, na utopia maquínica total, mas agora impotente (GUATTARI, 2022).

E se a cidade, como apresentada até aqui, possui direcionamentos e estriamentos axiomáticos que pretendem agenciar os sujeitos para manutenção dos fluxos de desejo em prol do capital, a casa parece não se excetuar de tal processo. Na verdade, ela atua como um importante dispositivo para produzir constrangimentos do corpo e agenciamentos.

Nesta cidade, que é produzida e têm em seu avesso outra cidade coexistente, a qual é ignorada, ou invisibilizada, na busca de manter a própria enunciação que o capital busca produzir, emerge um paradoxo. Na medida que, cada vez há mais circulação de signos, músicas, trânsito, informações, etc., cada vez mais há uma tendência a petrificação, ou seja, estar num espaço padronizado no qual individualmente se estabelece relações com outros locais, seja na internet, ou mesmo nas viagens e trajetos padronizados (GUATTARI, 2012).

A cidade se torna equivalente. Não somente na vivência ao longo do tempo do CnaR, mas no próprio processo pelo doutorado, acabava viajando pelo estado e, na medida que eu viajava, visitava a cidade dos meus pais, passava por cidades onde morei, e morava em Londrina, lentamente tudo parecia uma repetição. O mesmo lugar por mais longe que fosse. Isto não é um contraste em si com parte da minha vida, a qual é um intenso exercício de deixar rotina, criar outras, buscar outros lugares, mas tudo muito bem-planejado e estruturado, é o que está presente nos cortes do autismo, ao menos nos meus. É uma compreensão de que há todo um mundo ao redor para se viver, mas que a rotina é meu mundo naquele momento, não podendo sair dela.

Mesmo tendo tal apego a rotinas e mantendo dificuldade em relações sociais, esta sensação de estar com todo o mundo “disponível” na medida que a subjetividade encontra redes sociais ou outras produções na internet, não se refletia na cidade. Gradualmente, percebi que tal angústia era de certa forma compartilhada, pessoas próximas também relataram sobre muitos estabelecimentos, muitos lugares para ir comer, muitos prédios, muitos conjuntos residenciais, muitas ruas, muitas praças, e mesmo assim, minha rotina não conseguia conceber elementos fora dela. Esta concepção ia se entrelaçando com as vivências no serviço e produzindo novas autoanálises.

Esta sensação constante, parece parte da característica que Guattari (2012) anunciou como um nomadismo generalizado, ou seja, se nas cidades há esta intensa comunicação entre

elas mesmas e o mundo, é porque a desterritorialização do indivíduo acontece constantemente. Na equivalência paradoxal, as relações com a própria vida vão, também, perdendo território. Não há mais lugares, a não ser os mesmos de sempre, independentemente de onde estejam. Por isto, Guattari fala em restaurar uma “cidade subjetiva”, ressingularizá-la. Sair da cidade-superfície e conseguir se afetar pela *avacidade*, a cidade que ainda não foi estriada, que está nas linhas de fuga, sempre numa máquina de guerra contra o aparelho de captura.

Tal afetação parte do início de minha vivência no CnaR, visto que, minha concepção inicial estava pautada em uma imagem de viventes da rua. Apesar de não ser tão estereotipada, visto a minha vivência em saúde coletiva, ainda era pautada numa percepção de que aqueles que vivem na rua estão ausentes de moradia, ou seja, uma concepção negativa do habitar, onde o sujeito tinha em si a ausência de uma característica que o definiria como um morador daquele local, já que ele, não "moraria" em local algum. Tal visão estava presente na maioria da minha concepção anterior ao CnaR.

Na medida que as vivências foram se desenrolando, algumas concepções foram se tornando mais claras e outras, mais confusas. Os conceitos, falas e termos ouvidos, lidos e encontrados ao longo do tempo, advinham de falas corriqueiras e coloquiais, iam e vinham de conversas, mudavam a cada encontro, sem uma insistência dos profissionais para que tal situação ou condição fossem chamadas “disso” ou “aquilo”. Todavia, tratamos aqui de abalos, e é de um sismo que pretendo colocar minhas questões a seguir.

Dentre a grande lista de viventes que a equipe do CnaR assiste, há aqueles que a equipe realiza o atendimento, e logo segue para outra cidade, os que recusam o atendimento, uns esporádicos que aparecem vez ou outra, mas também há aqueles que sua história se emaranha com a própria existência do CnaR. Não são poucos viventes, muitos deles em situação de rua por variadas razões e circunstâncias, que possuem no CnaR um serviço que direta ou indiretamente os assiste. Uma destas viventes, conheci em um atendimento em 2018 para tentarmos levá-la a uma consulta com um ortopedista no hospital estadual local.

Pela manhã, chegamos a uma rua de mão dupla, com um cemitério próximo, alguns estabelecimentos comerciais, uma linha de trem e uma ponte sobre ela. Carros passando velozmente e pessoas atravessando a ponte. A psicóloga do serviço me guia, ela vai informando antes de chegarmos no local que a usuária está ali embaixo da ponte. O motivo do atendimento tinha um objetivo claro, levá-la a uma consulta ortopédica devido à cirurgia na perna realizada

há alguns meses, a qual precisava retornar para acompanhamento dos fixadores internos que ainda estavam no membro. Apesar disso, a ida à consulta médica era difícil, por haver problemas quanto às distâncias das datas agendadas, ou situações em que a usuária não conseguia se organizar para comparecer no horário do atendimento, em outra região do. Seja pela distância ou mesmo o uso de drogas na noite anterior que a fazia perder o horário, algo que se torna corriqueiro nos atendimentos do CnaR, a necessidade de auxiliar os viventes na organização de sua entrada na rede de atenção à saúde.

Ao chegarmos embaixo da ponte onde ela habitava, minha visão correu o ambiente, pois meu corpo não acompanhava o movimento rápido dos olhos que buscava captar os elementos no forte contraste que os raios de sol produziam naquele lugar escuro. Vi um colchão, vi estátuas de santas católicas, vi um gato, vi objetos de uso pessoal organizados ao lado do colchão. Tudo ali exalava subjetividade, com as coisas organizadas de certo modo que imprimiam uma existência que falava por si só: “aqui vive uma pessoa”, pessoa que preferiu por seu gosto deixar as coisas deste modo do que de outro jeito, houve um desejo de deixá-las assim, uma própria contingência do uso daquele do espaço, o qual existia para alguém, quando poderia somente não existir.

Naquele dia, porém, ela não estava. Finalizo o dia e retorno para minha casa, fazendo minhas anotações em áudio, me coloquei a pensar e falar sobre aquilo que ocorreu. No que conseguia expressar no momento, era uma confusão, já que onde visitamos não era uma casa, não era um abrigo, não era um domicílio, não era nenhuma destas “coisas” para as definições tradicionais das políticas públicas, e antes disso, não era nenhuma das concepções tradicionais que eu mesmo tinha em minha constituição. A relação casa/lar para mim era muito forte, um lar seria constituído exatamente na figura de casa, que, por sua vez, era constituída no *socius* onde se vivia.

Existe certo modo de se pensar uma casa e seus sinônimos ou equivalentes, e se por algum motivo eles não caibam em tal conceito, são realocados em outras definições que não englobam uma casa. Digo isto, porque, não iríamos contraditar alguém que assumisse que toda mansão é uma casa, mas poderíamos contraditar com uma necessidade de esclarecimento do sujeito quando dizemos que todo abrigo é uma casa, pois em alguns momentos são sinônimos (na frase “finalmente cheguei em minha casa, meu abrigo”, *e.g.*), e em outros não (“precisei montar um abrigo para ficar alguns dias, enquanto não estou em casa”, *e.g.*). Essa possibilidade de qualificarmos tal elemento, para mim, começou a fazer mais sentido, quando percebi estar

indo, já munido de conceitos sobre o que é uma casa, o que é um abrigo, o que é domicílio, etc., para os encontros com os usuários. Ao encontrar um lar, debaixo da ponte, me fez pisar um pouco fora do território casa-racional e começar, por meio de uma própria autoanálise, o que isso queria dizer.

É deste sismo que tal ruptura é fomentada, um exercício de compreender se havia alguma relação coerente com aquilo que já tinha em minha concepção. Na medida que as visitas avançavam, ia percebendo que cada definição procurada, estudada ou tratada em muitas referências e políticas públicas, não conseguia abarcar aquela singularidade, nem ao menos deixá-la em alguma categoria universal. Desta maneira, vou me dando conta de que aquela onda teve seu epicentro nesta visita inicial em 2018, enquanto realizava outros atendimentos, aquelas ondas sísmicas continuaram reverberando no meu corpo. Se todos os lugares que antes visitava, em várias cidades, pareciam o mesmo, talvez fosse algo, que não acabaria por se sustentar em tais encontros. Se havia a produção do mesmo, necessariamente haveria linhas de fuga destes lugares “universais”.

Casa, domicílio, abrigo, residência, casebre, casarão, casita, mansão, casinhola, moradia, habitação, casaréu, vivenda, morada, barraca, cabana, choça, tugúrio. Cada palavra dessas designa uma qualidade de modos de viver em um determinado espaço, muitas podem ser sinônimos ou não, dependendo da região do país. Além deste encontro já vivido com a língua portuguesa, há muitas palavras de outras línguas que não são traduzíveis que também podem designar tal espaço.

Diante destes variados modos de se referir ao modo de morar, ou viver, em determinados espaços, podemos escolher entre um ou outro, de modo que até mesmo surja uma discussão se a casa que me refiro é entendida como um abrigo ou como uma morada, se ela é um lar ou não, ou mesmo, o que poderia caracterizar a mesma como tal? Seria ter uma propriedade? Formar uma família? Ou apenas a estrutura mínima de paredes e teto podem abranger tal interpretação?

A compreensão deste modo de viver em uma casa, nos leva de encontro às elaborações de Deleuze e Guattari sobre o próprio Estado moderno capitalista e seu estabelecimento. Podemos compreender em seu livro, *O Anti-Édipo* (2011a), os funcionamentos maquínicos de uma sociedade, maquínicos porque produzem, produzem subjetividades, códigos, materialidades. Nesta produção de axiomas, também há uma relação necessária da produção familiar para manutenção e investimento de desejo no próprio sistema, daí que irá vir a relação

edipiana como própria do capitalismo. Se antes tínhamos máquinas pré-capitalistas que codificam os fluxos de desejo de modo inerente a estas, no capitalismo estes fluxos que antes eram o próprio desejo no *socius*, agora são descodificados e substituídos por códigos intrínsecos numa axiomática ali produzida, agenciados pela própria família, uma relação edipiana que investe as figuras parentais na produção social, como a cura, até então, almejada pela psicanálise da época.

A casa aparece como um importante modo de organização da vida sob o capital. Se esta aparece de uma maneira mais latente na Europa, ao voltarmos os olhos para outros modos de viver não pautados em etnocentrismos, podemos nos deparar com a exposição de Deleuze e Guattari. Utilizando o exemplo da articulação entre etnocídio indígena do povo ndembu, na África Central, apresentado por Robert Jaulin, trazem como a pessoalização da casa, se insere pelos colonizadores introduzindo uma edipianização do povo originário para que a produção familiar convirja e invista no novo modo de produção capitalista, como colocam:

[...] na casa coletiva, o recanto familiar e a intimidade pessoal estavam fundadas numa relação com o vizinho definido como aliado, de modo que as relações interfamiliares eram coextensivas ao campo social. Ao contrário disso, produz-se na nova situação “uma fermentação abusiva dos elementos do casal sobre si próprios” e sobre as crianças, de tal modo que a família restrita se fecha num microcosmo expressivo em que cada um reflete sua própria linhagem, ao mesmo tempo que o dever social e produtivo lhe escapa cada vez mais. É que Édipo não é somente um processo ideológico, mas o resultado de uma destruição do meio ambiente, do habitat etc (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 225).

Esta discussão semântica, estética ou mesmo política, pode se desdobrar em inúmeros modos de se compreender tais perspectivas, mas não pode fugir de um, do materialismo. É da vivência, da própria existência, que discutimos tais modos de compreender este espaço, mas também nos provoca a pensar sobre própria negação deste: E aqueles que, nas máquinas capitalistas atuais, não vivem em uma casa?

É naturalizado imaginarmos toda uma vida estruturada, regrada e coordenada nos ambientes de trabalho, lazer, estudo e principalmente em um ambiente onde vivemos, dormimos, nos alimentamos, divertimos, etc. É o que será chamado aqui, por conveniência, de casa.

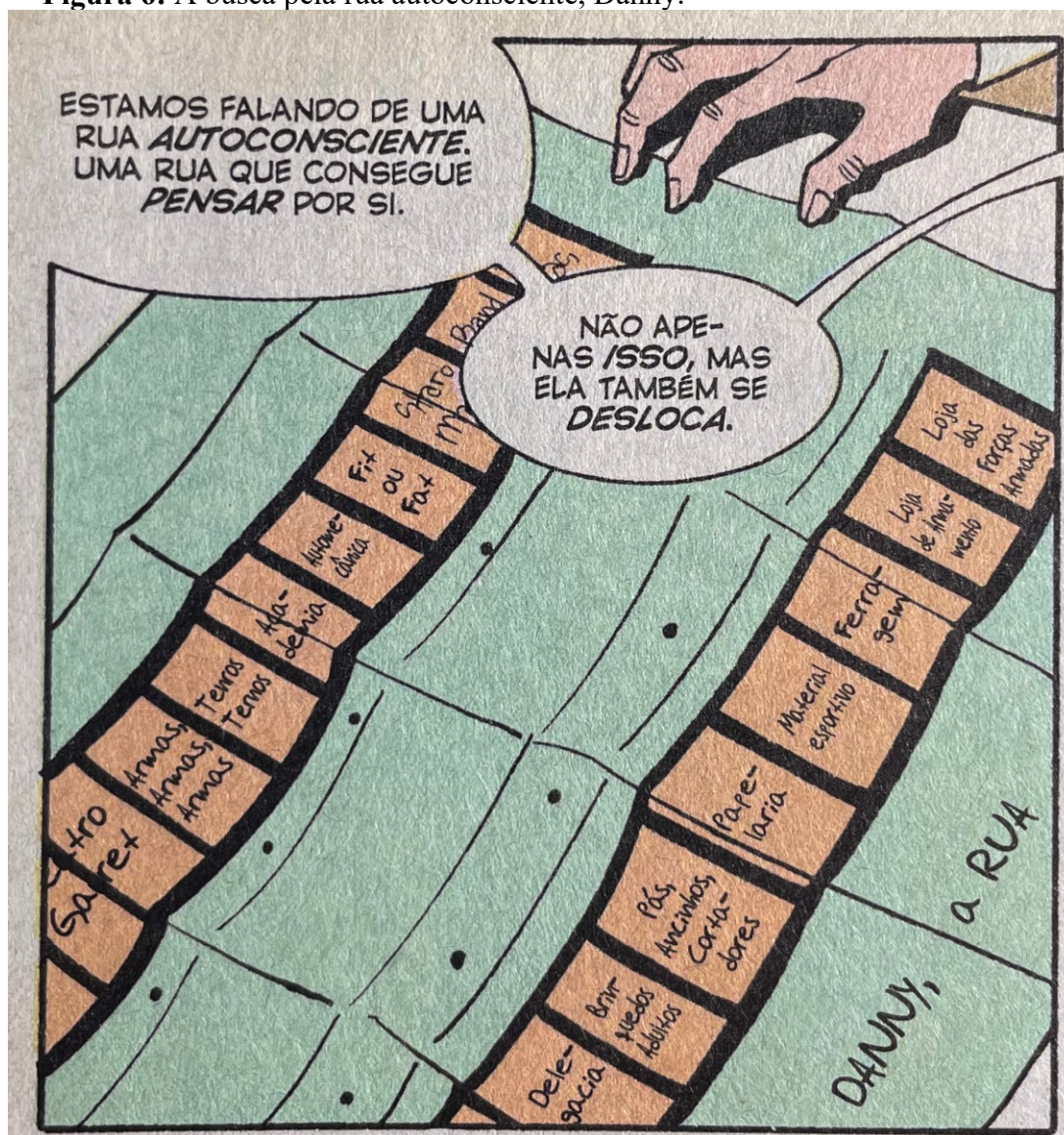
Nesta forma de auto indagar sobre tais conceitos, faz-se necessário investigar outras questões, que acabam atingindo a noção de casa no Estado moderno capitalista em uma cidade megamáquina. Assim, neste autoquestionamento as questões surgiram: É possível chamar aquele espaço que vivenciei de casa? E de lar? Se sim, como tal espaço é reconhecido pelas

políticas públicas? E se alguma política pública o reconhece, por que outras não? Se não é reconhecido, quais são os elementos que constituem um espaço reconhecido para diferenciar o que não é reconhecido? E por fim, há modos de se compreender tal problema que produza novos modos de encará-lo?

Destas questões, é possível separá-las em dois grupos para um aprofundamento, o primeiro grupo sobre como o Estado moderno capitalista encara e produz o que reconhecemos como casa, e o outro diz respeito às políticas públicas e o reconhecimento destes viventes da rua por estas. Ambas permitem inúmeros modos de aprofundamento e discussões, contudo, proponho aqui duas reflexões sobre o tema, a partir do mapeamento. A primeira, contempla a proposta do Artigo 2, com uma cartografia sobre a tais vivências e modos de habitar, e a seguinte, pela discussão pontual sobre uma investigação genealógica do CnaR que transversa elementos da condição daqueles que vivem da rua e a relação de forças com as políticas públicas, abordando assim, também como estas lidam com a noção de domicílio, ou casa.

Quanto às políticas públicas e sua relação com o local onde as pessoas habitam, podemos compreender que dado a um grande número existente de políticas e vários direcionamentos, podemos focar, primeiramente, sobre as principais bases de cálculos para planejamento das políticas em si. O censo demográfico brasileiro é uma das ferramentas metodológicas essenciais para obter dados sobre a população brasileira, é a partir dele que são planejadas e executadas muitas das políticas públicas de ordem tanto nacional, quanto regional ou local.

7.1.1. Propagação de ondas: Danny, a rua

Figura 6: A busca pela rua autoconsciente, Danny.

Fonte: MORRISON; CASE, 2016, p. 24.

Tal veracidade e averacidade se relacionam por um estriamento e *alisamento* contínuos. Os estriamentos, já apontados até o momento, atuam nesta regulação dos modos de viver. Desta regulação, a própria vivência do pesquisador não está dissociada, é impossível a tentativa de clamar por uma neutralidade, quando se está *in-mundo* de territórios.

Nesta impossível separação entre o imanente e aquilo que é próprio do plano organizativo, os cortes na megamáquina, agenciaram o pesquisador outro modo de conceber e analisar certos encontros que ocorriam. Se a megamáquina nos propõe um fluxo determinado de idas e vindas espaço-temporais, os cortes propiciaram encontros no avesso, os quais traziam elementos sem-fins de possíveis digressões.

De tais encontros, viventes que cortavam as linhas já desenhadas da cidade, sobrevivendo e vivendo por tais caminhos. Pessoas em matas, mocós, viadutos, casa abandonadas, meio fios, gramados, e mais um sem-número de lugares possíveis de acoplarem. Os próprios reconhecimentos das identidades também eram vistos em sua multiplicidade. Das relações escravagistas e patriarcais que o Brasil vive, o próprio levantamento realizado em Londrina (LANZA; ROCHA; MIANI, 2019), deixa isto evidente, mas nestas intersecções são várias relações possíveis, sejam pessoas pretas, brancas, cisgêneros, trans ou travestis, por exemplo.

Quando fazemos um dimensionamento populacional, mesmo da população em situação de rua, compreendemos haver um predomínio numérico de umas sobre outras, por exemplo, há mais homens que mulheres nas ruas. Entretanto, isto não diminui o impacto nos modos de vida de quem é vivente de rua e é transgênero, ou, por exemplo, mulher negra. Ocorre que tais relações de identidade, fazem com que eles se tornem parte de um componente minoritário da sociedade. Não lidamos aqui com minorias e majorias numéricas, mas sim na concepção de Deleuze e Guattari, de devires minoritários, pois não estamos nos relacionando com aspectos quantitativos, mas sim com estados de dominação de maioria política sobre minorias políticas, no caso, minoritárias.

Devires minoritários, atuam em segmentaridades que não possuem legitimação das relações de poder vigentes no plano organizativo. Assim, é um campo estético de concepção do mundo, um modo de viver, que segue devires próprios da imanência, e, portanto, irão ser políticos. Um exemplo colocado, se dispõe sobre as relações que tomamos como padrão, na própria produção de categorias dominantes, o homem-branco, que é majoritário, apesar de não ser numericamente maior no planeta, em comparação a insetos, por exemplo (DELEUZE; GUATTARI, 2012c).

Tentemos dizer as coisas de outro modo: não há devir-homem, porque o homem é a entidade molar por excelência, enquanto que os devires são moleculares. [...] E o homem se constitui assim como uma gigantesca memória, com a posição do ponto central, sua frequência, visto ser ele necessariamente reproduzido por cada ponto dominante, sua ressonância, dão que o conjunto dos pontos remete a ele (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 94).

O homem, como arborescência, pouco interessou ao pesquisador. Arborescência não é devir, apenas produção de máquina dual neste caso. Um ideal a ser atingido em todos os pontos dominantes. O que moveu o pesquisador foram tais rizomas, os devires minoritários dos viventes da rua. Mulheres, que por sua condição de mulher no mundo, já têm sobre si a agência

de uma relação de poder de subjugação da majoritariedade do homem. Os pretos, com sua questão minoritária própria do racismo que não reconhecem suas partículas (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Outros gêneros que não cis, que acabam nos contando história sobre como esta condição, por não estar traçada como padrão, é relegada à violência e à exclusão. E tantos outros, mesmo “homens brancos” em situação de rua, não deixem de ser minoritários, visto que, pela sua própria condição, não são homens-brancos como padrão da máquina dual, que produz o rosto de um homem branco cisgênero dotado de certas condições morais e financeiras.

É deste devir minoritário que este corte está inserido. Isto, pois, durante a vivência, e com o contato com inúmeras situações e cenas, uma vivente acabou fazendo parte de grande parte de meu mapeamento neste estudo, porém, não há como negar que tais mapeamentos não estão dissociados do território amalgamado formado ao longo deste período.

Danny, será o nome que chamarei tal vivente. Apesar de ela ser mulher, cis, preta, entre outras possíveis rostidades, ela também apresenta muitos dos devires vivenciados em encontros com outros viventes, como transgêneros, travestis, homens, jovens, idosos, entre outros. Assim, Danny aparece aqui, não só como a vivente que trouxe à cena para elaborar o mapa, mas também por, muitas vezes, trazer situações e ecos que vivenciei junto o atendimento a outras pessoas ao longo do período.

E por que Danny? Bom, Danny é uma rua. Mas não é uma rua vinda de um estriamento capturado pelo aparelho estatal. É uma rua consciente, que pensa por si. Como é dito, “se infiltra em outras cidades e elas se remexem para abrir espaço. Geralmente faz isso de noite, quando ninguém vê” (MORRISON; CASE, 2016, p. 24).

A rua é uma personagem de Doom Patrol (Patrulha do Destino, no Brasil) (Figura 6). Nas histórias em quadrinhos de Grant Morrison e Richard Case, Danny aparece como uma rua perseguida pelos Homens de N.E.N.H.U.R.E.S (*men of N.O.W.H.E.R.E.*, no original)²¹, os quais são agentes da normalidade, visando um “*quirk-free world*”, onde “gente decente saiba o que vem pela frente e possa planejar-se para o futuro” (Figura 7) (MORRISON; CASE, 2016, p. 23), livres de ruas travestis que pensam.

²¹ O nome, ou sigla, *N.O.W.H.E.R.E* (N.E.N.H.U.R.E.S), não possui um significado, visto que tais agentes só falam pela enunciação da sigla, por exemplo, “*Nenhuma Excentricidade, Nenhum Haverá Ultrapassar Recursos Em Sufocar*” (MORRISON; CASE, 2016, p. 23).

Figura 7: Danny, a rua, cumprimenta Sara, a qual retribui.



Fonte: GRANT; CASE, 2016, p. 2.

Figura 8: Conversa sobre Danny entre homens de N.E.N.H.U.R.E.S e seu criador.



Fonte: MORRISON; CASE, 2016, p. 21.

Danny exerce a própria relação lisa contra o estriado da cidade. Quanto mais a cidade tem em vista racionalizar, com seus agentes de normalidade, seus homens de N.E.N.H.U.R.E.S, buscam extinguir toda a possibilidade da imprevisibilidade, toda a vida possível de existir em linhas de fuga, por isto Danny é uma ameaça (Figura 8). Tanto a rua consciente, como a vivente da rua acompanhada durante a vivência, aparece como este rompante liso, esta linha de fuga no estriamento. Um viaduto que a princípio é morto, estriado, segmentarizado pelos cortes fixos da cidade, em seu avesso possui a produção de vida de Danny, a qual vive ali.

Figura 9: Criador dos homens de N.E.N.H.U.R.E.S explica-lhes sobre Danny, a rua.



Fonte: MORRISON; CASE, 2016, p. 24.

Deste modo, Danny apresentada aqui, além de se referir como a vivente de rua acompanhada, funciona como este operador da articulação entre o avesso e o direito, entre a linha dura e a linha de fuga, este embate que é travado, constantemente, nas cidades.

7.2. CASAVESSE

Durante o período de visitas enquanto estava no mestrado, acompanhei Danny por alguns momentos, em alguns conseguimos seu atendimento com o ortopedista no hospital, mas infelizmente com poucas soluções a curto prazo. Situações corriqueiras com a eCR. No caso, ela não poderia retirar ou fazer alguma alteração em seus fixadores devido a uma infecção e à condição do membro. Para ela, mais uma negativa, numa visita que ela mesma já estava com

pouca esperança, para nós, mais uma decepção. A visita terminava, algumas horas após o horário de funcionamento do CnaR, pois como o atendimento fora na UPA, era necessário aguardar um tempo considerável para o atendimento, e sem o CnaR a usuária não permaneceria lá.

Foi um atendimento confuso, acabei entrando junto na consulta, explicava algumas coisas que sabia da situação dela, tentava “traduzir” algumas falas do profissional para a usuária, por mais solícito que fosse. Todavia, no fim, acabamos voltando e a deixando em seu local de moradia, o viaduto do lado do cemitério. Após este tempo de vivência do mestrado, acabei não retornando a ter contato com ela, até o retorno para a vivência do doutorado.

No início das vivências do doutorado, Danny já estava sendo acompanhada mais “de perto” pela equipe. Não que antes não fosse, mas pelo tamanho limitado do CnaR, as prioridades eram estabelecidas conforme a demanda, e no momento, parecia que, infelizmente, ela estava na lista de prioridades. Isto, porque, apesar de viver no mesmo local, sua situação não havia melhorado muito desde aquele período. Agora, ainda com os fixadores em suas pernas, também estava sofrendo de crises epiléticas, com episódios de violência de seu companheiro e quedas do barranco onde residia embaixo do trilho.

Sua condição estava fragilizada, especialmente por condições de saúde que surgiam recorrentemente, como infecções ou aquelas decorrentes dos traumas derivados de agressões, ou crises. Este era o quadro geral que fiquei sabendo pela equipe, antes de retornar lá, pois quando retornei, novamente com a psicóloga, me recordei que Danny não era suas condições de saúde. Suas doenças ou morbidades, ao encontrá-la, pareciam uma parte muito reduzida de sua vida. Residia no mesmo local, porém produzia toda uma rede na região para se alimentar com ajuda de comerciantes, realizava bicos de limpeza no cemitério para conseguir dinheiro, fazia pinturas, colecionava objetos que encontrava por seu caminho, construía relações com várias pessoas de seu entorno. Não é possível também deixar de lado, sua companheira de longa data, “Menina”, uma cã que a acompanha e vive com ela. É claro que as mazelas também não deixavam de existir. Ela mantinha um uso constante de álcool, principalmente, o que a prejudicava com o uso de medicações.

Danny vive na cidade do avesso. Ninguém que passasse de carro, ou mesmo caminhando pela ponte, saberia que no seu contrário estava alguém ali vivendo. Esta vida, não era apenas um local onde a vivente se alojava, aguardando o dia passar, toda uma construção e

modificação do ambiente era feita para que ele tivesse sua “cara”. Sua apresentação para o mundo.

Ao chegar na ponte e ir seguindo o caminho para a entrada, era possível notar toda uma variedade de santos católicos, pretos-velhos ou outras figuras e estátuas que ela encontrava e que a remetiam a uma imagem sagrada, independente de religião. Ela conhecia, claro, mas não ficava receosa de enfeitar o caminho com tais imagens. Especialmente pela história do nome de sua mãe, já que ele tinha como “Santa” parte no nome próprio.

Assim, já na entrada daquele lugar, o que me anunciava, era o que me atingia. Diferente das imagens homogêneas que recorrentemente via em reportagens, fotos e vídeos, de aglomerados de pessoas em situação de rua, com suas barracas, colchões, e pequenas bolsas de itens pessoais, os quais parecem criar uma massa de pessoas que independentemente da sua condição, parece não ter individualidade. Uma condição construída na própria superfície da megamáquina, a anulação da diferença na própria paisagem.

Acontece que tais modos de organização, fazem parte do próprio estriamento da cidade, aquilo que muitas vezes permanece visível aos que estão na cidade-superfície, é aquilo que a máquina produz da subjetividade. A homogeneização das linhas duras, o estriamento para mostrar que as pessoas nestas condições estão ausentes de subjetividades, aguardando alguma ação moral, seja do Estado ou de outrem. Contudo, ao entrar em contato com as linhas de fuga da cidade-avesso, o que rompe são estas situações que, na medida que as linhas de fuga vão produzindo liberações de linhas maleáveis, as possibilidades e produzir habitações numa tentativa de organizar o território de acordo com seus desejos, ganha possibilidade de liberações destes fluxos.

Ao adentrar em sua habitação, é possível perceber que Danny, além de estabelecer uma rotina para com o espaço que habita, estipulando lugares, pontos ou fixando objetos, ela também busca aproximar aquele espaço com o que deseja. Inclui brinquedos e lembranças que encontra, ou ganha, em lugares na parede, escreve em quadros, coloca imagens em “grutas” entre as pedras da ponte. É toda uma construção que parte de um modo de distribuir aquilo que possui relação com ela, para que naquele território ela sinta um pertencimento, que naquele espaço, ela possa se construir junto a ele. Danny vive na casavesso. Um modo de relação com o espaço de habitar que máquina no ambiente que já uma própria linha de fuga do território estriado do espaço. Ora, se o espaço estriado da cidade produz a ponte, é desta produção de tal

espaço que ela encontrou um lugar para produzir sua moradia, visto que outras produções de moradias ofertadas pelo próprio Estado não a acolheram.

Fotografia 1: Estátuas do sagrado que enfeitam a entrada da moradia.



Fonte: do autor.

Fotografia 2: Estátuas realocadas após mudanças na habitação.



Fonte: do autor.

Fotografia 3: Estátua de santa católica alojada em uma árvore sinalizando a entrada do viaduto.



Fonte: do autor.

Fotografia 4: Estátuas de santos católicos alojadas em uma árvore próximo à entrada da ponte.



Fonte: do autor.

Destas relações que Danny ia produzindo, ela também construiu uma rede com o CnaR, que durante este tempo funcionou como um apoio para ela em muitas situações. Em muitos momentos, ela sentia-se à vontade com a equipe do serviço, especialmente com a psicóloga, que criou um vínculo forte de longa data. Parte disto pode ser visto na multiplicidade de Danny, ela costuma ter situações de rompantes de raiva e agressividade, associados com uso de drogas, mas também de demonstrações de carinho e afeto, seja com sua equipe, com sua cachorra, ou com sua rede viva que teceu ao longo dos anos. Ela é animada por dar presentes a quem dedica seu tempo a fazer uma visita, onde eu mesmo ganhei alguns, brinquedos e lembranças que ela recolhe e que os deixa organizados onde reside.

Talvez a maior expressão de sua vinculação com a funcionária do serviço, foi quando presenciei ela a presentear com um quadro que pintou. Encontrou a tela e decidiu colocar as cores que lhes achavam boas em sua superfície. Após, quando chegamos, escreveu o nome da psicóloga para que soubéssemos o lado correto, pintou um coração e fez questão de que tivéssemos uma foto. Deste acontecimento, dificilmente não há outro dia que não me recorde dele, em especial, pois, quando ela foi me abraçar, em um momento de euforia, sujou o jaleco que usava no momento com um traço de tinta azul, que sempre acaba sendo pescado pelo meu olhar quando vou vesti-lo, e lembro daquele dia, daquele acontecimento.

Fotografias 5 a 8: Presentes dados pela vivente ao pesquisador durante as visitas.



Fonte: do autor.

Nota: Fotografia 5: Presente recebido pelo pesquisador caracterizado por uma figura plástica de um cão. Fotografia 6: Presente recebido pelo pesquisador. Miniatura de um tatu-bola de plástico. Fotografia 7: Presente recebido pelo pesquisador que remete a um cão da mesma figura plástica da fotografia 1. Com grande sujidade. Fotografia 8: Miniatura de gesso de um bebê loiro segurando uma mamadeira, com grande sujidade.

Fotografia 9: Quadro pintado pela vivente entregue a psicóloga.



Fonte: do autor.

Nota: o centro do quadro foi editado para proteger o anonimato da funcionária.

Estas vivências, atingiram o pesquisador, de modo que ao ir seguindo a autoanálise e os processamentos, parecia cada vez mais incômoda a ideia de que as noções que construímos e investimos de casa, idealizada, são aquelas que fazem uma casa ser uma casa, e todos que não estão dentro desta padronização estão ausentes de racionalidade e, portanto, não merecem tais condições até se elevarem a tal ponto, por isso, precisam “aprender” a viver em tais condições.

Diante disto, a questão levantada inicialmente, parece ganhar fôlego quando passamos a compreender como casa aquilo que investimos socialmente na produção subjetiva da megamáquina. É esta produção que apresento no Artigo 2, discutindo os mapas decorrentes deste abalo sísmico.

7.2.1. Apontamentos sobre as políticas públicas

Juntamente às afetações discutidas anteriormente, outras mantinham-se insistindo em meu corpo, especialmente quando estamos referindo às políticas públicas. Num primeiro momento tal debate pode parecer irrelevante e de uma questão meramente teórica, visto que uma nomenclatura pode ser alterada e reorganizada conforme a vontade e direcionamento político, bem como, no momento, a intencionalidade de resolver a questão daquele que está em situação de rua impera diante da possível disputa linguística.

Mesmo assim, isto continuava incomodando, em parte, pois sempre uma discussão aparecia no CnaR: Quem é o usuário alvo do serviço? Ou seja, quem é a pessoa em situação de rua que a política fala? E talvez, nos casos em que havia maiores debates, quem não é?

Apesar de pragmaticamente o serviço tentar fazer uma certa distinção e trabalhar tais questões com a rede, a visão daquele que deve ser atendido pelo serviço era muito cristalizada pelo serviço, o que, muitas vezes, exclui o acesso do usuário às UBS's convencionais, por exemplo. Mesmo com as legislações e portarias que orientam as políticas públicas em saúde direcionarem à definição daqueles que estão em situação de rua, cabe ressaltar outros pontos antes de aprofundá-la. Talvez um ponto que represente a questão da cidade-superfície e quem são aqueles vistos, os cidadãos.

O censo é o diagnóstico sociodemográfico do país, uma ferramenta essencial para pautar inúmeras políticas públicas e projetos de planejamento tanto na esfera federal, estadual e municipal. É pelo censo que são dados quantos habitantes há em determinados locais. Não

obstante, o censo é domicílio-centrado, ou seja, os entrevistadores seguem suas atividades, procuram realizar as entrevistas tendo como base os domicílios, por aquilo que o IBGE considera como tal. Deste modo, todo o contingente de pessoas que não está na conceituação de domicílio, não está contabilizada como “habitante”, e logo, também não tem suas condições sociodemográficas atingidas pelo censo.

A definição do IBGE de domicílio traz:

Local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência se entende quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Só caracteriza-se corretamente domicílio quando forem atendidos simultaneamente os critérios de separação e independência (IBGE, 2010).

Esta definição, quando analisada em si, parece ser de grande abrangência, onde temos a definição do local por habitação, finalidade e independência, mas que se caracteriza somente como tal ao se cumprir os critérios de separação e independência. Tal definição já apresenta uma negação em si do que pode não ser um domicílio. Bem verdade que os censos demográficos são abrangentes o suficiente para poderem também pesquisar sobre certas moradias consideradas rústicas, ou não contemplam o que é um domicílio, mas que possuem famílias morando ali. De tudo isto, para um censo num país com uma população estimada de 213.317.639 habitantes, em 2021, é uma definição abrangente, mas que não deixa de agir pelo norte do domicílio. Assim, aqueles que serão incluídos no censo precisam se encaixar na axiomática domicílio/família, caso contrário não serão incluídos. Nesta exclusão como premissa, se enquadram, por exemplo, os viventes da rua, que não se encontram em um “domicílio permanente” requisitado pelo IBGE.

Outra política elaborada especificamente para a própria população em situação de rua coloca como característica desta a “inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. Assim, àqueles que parecem não serem enquadrados nas condições para serem censeados, são colocados à margem da elaboração das políticas de modo que a

definição necessita caminhar por elementos não discutidos na definição dos norteadores do censo.

O que estes contrastes de divisões refletem são as próprias axiomáticas discutidas anteriormente. Se termos por um lado uma definição que regula e coordena a produção de dados estatísticos de uma população, em outras palavras, racionaliza através da técnica quem é a população do país, àqueles que não estão em tal definição são reconhecidos (ou não) de outra forma pelo Estado moderno capitalista. O que se busca com a definição e produção de dados estatísticos é a racionalização de um elemento, que seja possível de ser quantificado e então avaliado pela estatística. Desse modo, o domicílio do IBGE nada mais é que a casa racionalizada.

O que foi descrito até aqui é para de uma maneira introdutória situar a problemática que será abordada, não buscando um apanhado histórico do que poderia ou não ser uma casa, mas sim, situá-la de como esta é produzida na própria máquina capitalista civilizada contemporânea. Para um maior desenvolvimento, a discussão a seguir parte da vivência Consultório na Rua, partindo das dos abalos e rupturas enfrentadas, buscando mapear as linhas de desejo que iam produzindo afecções no corpo do cartógrafo.

A discussão segue numa autoanálise daquilo elaborado por Deleuze e Guattari, pautando-se em como os sujeitos podem se relacionar com um território, de modo que na cidade, se torna necessário considerar as relações maquinicas envolvidas. Assim, os pensamentos e concepções daquilo que seria uma casa, ou não, irá ser regulado por tais modos de produção e antiprodução. Em outras palavras, o que é uma casa, moradia, domicílio, tem reconhecimento na medida que se adequa às axiomáticas capitalistas.

Está axiomática no capitalismo é a máquina social em si, que irá organizar tais fluxos descodificados, mesmo, como citam Deleuze e Guattari, os técnicos e científicos, que em última análise estão contribuindo para a própria extração de mais valor do sistema, sendo sempre monitorados pelos mecanismos de antiprodução que buscam manter estes condicionamentos. Reconhecendo que o próprio pesquisador está neste modo de produção e partindo deste meio.

Assim, se temos na *avacidade* linhas de fuga, na busca de manter sua produção subjetiva seguindo as linhas de desejo, tais acoplamentos e produções também são máquinas, mas na megamáquina apresentam-se como máquinas de morar. Se tais máquinas de morar, foram pensadas pelos modernistas, especialmente por Le Corbusier, como a mecanização do viver de

segundo a utilidade, as máquinas de morar da cidade-avesso demonstram que o viver máquina, mas de outra forma, que não modernista, mas conforme Guattari expõe, nas linhas de fuga, se digladiando com o estriamento da superficialidade. Tais elaborações serão desenvolvidas, a seguir, na forma de um artigo.

7.3. ARTIGO: MÁQUINAS DE MORAR: EXPRESSÕES E CONTRADIÇÕES DA MORADIA NA
CIDADE CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE UMA CARTOGRAFIA EM UM CONSULTÓRIO NA
RUA

Máquinas de morar: expressões e contradições da moradia na cidade contemporânea a partir de uma cartografia em um Consultório na Rua

Living machines: expressions and contradictions of housing in the contemporary city based on cartography in a Street Clinic.

Resumo

Este artigo, a partir das propostas de Deleuze e Guattari, elaborou um mapeamento cartográfico por meio da experiência em um consultório na rua (CnaR) em um município de grande porte do sul do país. O cartógrafo reconhece a cidade como uma máquina de produção de subjetividades, com racionalidade que direciona seu funcionamento para o acúmulo de capital, um estriamento da malha urbana onde tudo deve ser produzido de acordo com as capturas capitalísticas vigentes. A casa, nesta produção maquinica da cidade, funciona como um lugar privilegiado para axiomatizar modos de viver e subjetividade. Aqueles que não se enquadram neste ideal racional de moradia, os viventes da rua, tendem a não ser considerados dignos de exercer outras formas de vida, a não ser aqueles que são representados como aqueles que não estão aptos à cidade. No mapeamento foi possível encontrar linhas de fuga desta própria cidade, onde uma cidade no avesso da própria cidade racionalizada, existe com os seus sofrimentos produzidos em decorrência da própria cidade régia, mas também com seus modos de habitar que escapam aqueles esquadrihados pela cidade. Se a máxima do arquiteto modernista Le Corbusier é que a casa é uma máquina de morar, a máxima dos viventes desta cidade do avesso é que a Máquina de morar pode ser uma casa.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Consultório na Rua; SUS; Moradia; Cartografia.

Abstract

This article, based on Deleuze and Guattari's proposals, created a cartographic mapping through experience in a clinic at the street (CnaR) in a large municipality in the south of the country. The cartographer recognizes the city as a machine for the production of subjectivities, with rationality that directs its functioning towards the accumulation of capital, a striation of the urban fabric where everything must be produced in accordance with the current capitalistic captures. The house, in this machinic production of the city, functions as a privileged place to

axiomatize ways of living and subjectivity. Those who do not fit into this rational ideal of housing, those living on the streets, tend not to be considered worthy of exercising other forms of life, except those who are represented as those who are not fit for the city. In the mapping it was possible to find lines of escape from this city itself, where a city on the opposite side of the rationalized city itself, exists with its sufferings produced as a result of the royal city itself, but also with its ways of living that escape those scrutinized by the city. If the maxim of the modernist architect Le Corbusier is that the house is a machine for living, the maxim of the people of this upside-down city is that the Machine for living can be a house.

Keywords: Homeless persons; Clinic at the Street; SUS; Housing; Cartograph.

Resumen

Este artículo, a partir de las propuestas de Deleuze y Guattari, creó un mapeo cartográfico a través de la experiencia en una clínica en la calle (CnaR) en un gran municipio del sur del país. El cartógrafo reconoce la ciudad como una máquina de producción de subjetividades, con una racionalidad que orienta su funcionamiento hacia la acumulación de capital, una estriación del tejido urbano donde todo debe producirse de acuerdo con las capturas capitalistas actuales. La casa, en esta producción maquina de la ciudad, funciona como un lugar privilegiado para axiomatizar modos de habitar y subjetividad. Quienes no encajan en este ideal racional de vivienda, los que viven en la calle, no suelen ser considerados dignos de ejercer otras formas de vida, excepto aquellos que son representados como no aptos para la ciudad. En el mapeo fue posible encontrar líneas de escape de esta ciudad misma, donde existe una ciudad en el lado opuesto de la ciudad racionalizada, con sus sufrimientos producidos como resultado de la propia ciudad real, pero también con sus formas de vida. que escapan a los escrutados por la ciudad. Si la máxima del arquitecto modernista Le Corbusier es que la casa es una máquina para vivir, la máxima de la gente de esta ciudad al revés es que la máquina para vivir puede ser una casa.

Palabras clave: Personas en situación de calle; Consultório en la Calle; SUS; Vivienda; Cartografía.

Incursões cartográficas iniciais

Trata-se de uma produção de conhecimento que tem na cartografia sua proposta metodológica para produção de conhecimento. O artigo apresentado é produto de uma tese de doutorado.

Construiu-se um processo cartográfico partindo das elaborações realizadas por Deleuze e Guattari da cartografia como um mapeamento da própria produção do real, descrevendo a configuração das linhas de segmentaridades que percorrem as relações da vida, em especial, as linhas de fuga, que rompem com a disputa organizativa das linhas molares e intensivas das linhas moleculares constrangidas no próprio processo de produção social.

Para realizar um mapa, deste processo imanente e ininterrupto, considera-se como método o encontro, ou seja, a cartografia somente se assume como método na medida que reconhece a necessidade de abandonar os *a priori* da ciência hipotética teleológica tradicional e adentrar na abertura amorosa para os encontros, para que então, a partir deles, elabore um mapa não representativo, mas intensivo, daquilo que foi vivenciado.

A cartografia, busca produzir um mapa a partir das vivências do pesquisador, de maneira a sua produção não pode ser concebida sem o próprio pesquisador estar emaranhado com aquilo que ele pretende mapear. A dissolução do pesquisador e seus objetos como coisas diferentes e fragmentadas é, portanto, impossível da perspectiva cartográfica.

O mapa que a cartografia propõe a produzir, é um mapa vivo que só pode ser feito a partir de uma proposta materialista onde os encontros do pesquisador produzem afetações no corpo deste, partir destas afetações que linhas de segmentaridades vão sendo mapeadas, numa própria autoanálise implicada na liberação destes fluxos desejantes que percorrem uma fuga das relações representativas das macropolíticas, sendo assim, uma ciência intensiva, das micropolíticas.

Para o desenvolvimento da pesquisa e construção do mapa, foram considerados aqui, conforme colocado por Moebus, Merhy e Silva (2016), a concepção de Deleuze (2008) de teoria como uma caixa de ferramentas, assumindo que esta, necessariamente, possui um componente pragmático. Como cita, ela precisa que sirva, funcione, ou seja, sua validade está condicionada a seu uso por alguém. Deleuze e Guattari trazem que “a demarcação não depende aqui de

análises teóricas que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjuntos de intensidades” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 33).

As ferramentas utilizadas não funcionam desagregadas de suas combinações e acoplamentos entre elas mesmas. Elas, como um conceito, precisam servir para que a cartografia não se limite a um processo enrijecido. Deste modo, nesta caixa de ferramentas, os pesquisadores equiparam-se, ao longo da pesquisa, com aquelas que mais servissem em determinadas propostas e situações. Como ferramentas equipadas tivemos o trabalhador-guia, diário cartográfico e o processamento da vivência (CRUZ et al., 2016; MOEBUS; MERHY; SILVA, 2016; SLOMP JUNIOR et al., 2020).

A produção do mapa ocorreu durante uma vivência em um Consultório na Rua (CnaR) em um município de grande porte no sul do país, durante o período de agosto de 2021 a janeiro de 2022, tendo seu início após o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAEE 97495718.6.0000.5231). Cabe ressaltar que o pesquisador já havia entrado em contato com o campo durante outro período de vivência no segundo semestre de 2019 realizado para pesquisa de mestrado.

O serviço de saúde realizado a vivência, caracterizava-se na época por ser o único CnaR no município, o qual possuía mais de 500 mil habitantes. Ele estava alocado junto à Atenção Básica (AB) da autarquia de saúde municipal e sua área de atuação estava delimitada a toda área urbana. Ele estava caracterizado na Modalidade II do serviço pelo Ministério da Saúde (MS), com três profissionais de nível superior (psicóloga, assistente social e enfermeira) e 3 profissionais de nível médio (duas técnicas de enfermagem e uma educadora social), o médico que atendia fazia parte da residência médica em medicina da família e comunidade do município.

A vivência permitiu que as afecções fossem processadas nos grupos e discutidas de modo que os mapas, na medida que dá forma a discussão micropolítica, também entrelaça necessariamente reflexões macropolíticas. Para esta apresentação dos que foi mapeado, foram utilizados intercessores com obras de quadrinhos e literatura de ficção científica, de maneira que provoquem um tensionamento na escrita e permitam, por meio da fabulação, uma forma de expressar as análises dos encontros vividos (DELEUZE, 2013; GREINER, 2017).

Um encontro com uma rua

Durante o período de vivência que o pesquisador esteve no CnaR, o deslocamento pela cidade, devido à própria característica do serviço, ocorreu intensamente. Eram quilômetros percorridos durante o turno de trabalho, no qual eram alcançados pontos longínquos da periferia da cidade para que, logo depois, a equipe do Consultório na Rua (eCR) já estivesse na região central realizando atendimentos.

A rua, no próprio nome do serviço em questão, dá o tom, o *topos*, por onde grande parte das vivências do pesquisador se desenrolaram. Não há como não partir da rua, sua abolição seria o próprio terror da cidade contemporânea, tal como o mangaká Junji Ito (2023) traz em seu conto “Cidade sem Ruas”, 道のない街 no original, onde a banimento das ruas aparece num ininterrupto muramento virulento e inexplicado ao redor da cidade, com os caminhos devendo serem criados dentro e por entre as casas. Com a abolição inesperada da rua tradicional, a cidade contemporânea produz horror ao colocar as ruas ignoradas para dentro das casas.

O pesquisador, na medida que os encontros aconteciam, encontrava-se com a multiplicidade própria da multidão de viventes que se encontrava na rua. Havia aqueles que seguiam para outro município logo após o atendimento da eCR, os que recusavam o atendimento, aqueles que esporadicamente acessavam o serviço e aqueles que suas histórias se emaranhavam com a própria existência do CnaR.

Durante as visitas, o cartógrafo encontrou uma das viventes que tinha sua história de existência entrelaçada com o CnaR. Danny, será o nome que chamaremos tal vivente. Mulher preta, ela também apresenta muitos dos devires vivenciados em encontros com outros viventes, como transgêneros, travestis, homens, jovens, idosos, entre outros. Assim, Danny aparece aqui, não só como a vivente que trouxe à cena para elaborar o mapa, mas também por, muitas vezes, trazer situações e ecos vivenciados no atendimento a outras pessoas em situação de rua ao longo do período de vivência.

E por que Danny? Bom, Danny é uma rua. Mas não é uma rua vinda de um estriamento capturado pelo aparelho estatal. É uma rua consciente, que pensa por si. Como é dito, “se infiltra em outras cidades e elas se remexem para abrir espaço. Geralmente faz isso de noite, quando ninguém vê” (MORRISON; CASE, 2016, p. 24) A rua, é uma personagem de *Doom Patrol* (Patrulha do Destino, no Brasil). Nas histórias em quadrinhos de Grant Morrison e Richard Case, Danny aparece como uma rua perseguida pelos Homens de N.E.N.H.U.R.E.S. (*men of*

N.O.W.H.E.R.E., no original)²², que são agentes da normalidade, visando um “*quirk-free world*”, onde “gente decente saiba o que vem pela frente e possa planejar-se para o futuro”, livres de ruas travestis que pensam (MORRISON; CASE, 2016, p. 23).

O primeiro contato ocorreu numa manhã de 2019, quando o pesquisador, com a eCr, chegaram a uma rua de mão dupla que formava, uma ponte sobre uma linha férrea, localizada próxima a um cemitério e alguns estabelecimentos comerciais. Carros passam velozmente e pessoas atravessam a ponte. A psicóloga do serviço guia o pesquisador, explicando o motivo do atendimento, que, naquele momento, tinha como objetivo principal levar a usuária a uma consulta ortopédica, visto que, devido à cirurgia na perna realizada há alguns meses, era necessário retornar para acompanhar os fixadores internos que ainda estavam no membro. Mesmo assim, era difícil ir à consulta médica porque havia problemas, como a distância das datas marcadas ou quando Danny não conseguia se organizar para ir ao horário marcado em outra região da cidade.

Ao chegar embaixo da ponte onde ela habitava, a visão do pesquisador correu o ambiente, com o corpo não acompanhando o movimento rápido dos olhos, que buscavam captar os elementos no forte contraste que os raios de sol produziam naquele lugar escuro. Via-se um colchão, estátuas de santas católicas, um gato e objetos de uso pessoal organizados ao lado do colchão. Tudo ali exalava subjetividade, com as coisas organizadas de certo modo que imprimiam na percepção a consideração: “aqui vive uma pessoa!”. Houve um desejo de organizar sua morada daquela maneira, uma própria contingência do uso daquele do espaço, o qual existia para alguém, quando poderia somente não existir.

No início das vivências do doutorado, Danny já estava sendo acompanhada mais “de perto” pela equipe. Apesar de o CnaR ser reduzido, as prioridades eram estabelecidas de conforme a demanda, e, no momento, ela estava na lista de prioridades. Isto porque, apesar de viver no mesmo local, sua situação não havia melhorado muito desde aquele período. Agora, ainda com os fixadores em suas pernas, também estava sofrendo de crises epiléticas, com episódios de violência de seu companheiro e quedas do barranco onde residia embaixo do viaduto.

²² O nome, ou sigla, *N.O.W.H.E.R.E* (N.E.N.H.U.R.E.S), não possui um significado, visto que tais agentes só falam pela enunciação da sigla, por exemplo, “*Nenhuma Excentricidade, Nenhum Haverá Ultrapassar Recursos Em Sufocar*” (MORRISON; CASE, 2016, p. 23).

Sua condição estava fragilizada, sobretudo devido a problemas de saúde que surgiam com frequência, como infecções, traumas resultantes de agressões, ou crises de ordem psiquiátrica. Este era o quadro geral que fiquei sabendo pela equipe, antes de retornar lá, pois quando retornei, novamente com a psicóloga, me recordei que Danny não eram suas condições. Ao encontrá-la, percebemos que suas doenças ou morbidades eram apenas uma das diversas dimensões de sua existência. Residia no mesmo local, mas criava toda uma rede na região para se alimentar com a ajuda de comerciantes. Fazia bicos de limpeza no cemitério para obter dinheiro, pintava, colecionava objetos que encontrava pelo caminho e criava relações com várias pessoas próximas, que permitiam ser cuidada na região. Além disso, é imperativo mencionar sua companheira de longa data, “cã”, uma mulher que a acompanha e vive com ela. É claro que as mazelas também não deixavam de existir. As mazelas também não deixavam de existir, ela usava álcool, principalmente, o que a prejudicava com o uso de medicações.

Nestes encontros com Danny, as afetações que surgiram deslocavam o pesquisador por inúmeros territórios. Um destes territórios que estava muito bem estabelecido no cartógrafo era a relação casa-lar. Um lar seria constituído exatamente na figura da casa, que, por sua vez, era constituída de consoante o local onde se vive. Contudo, a tensão que ocorrera ao encontrar com a moradia de Danny que ao mesmo suscitava a subjetividade de um lar enquanto existia em locais que a cidade não espera que surjam lares, mantinham esta inquietação no corpo do pesquisador.

Na busca da expressão destes acontecimentos, foi perceptível que existia certo modo de se pensar uma casa e seus sinônimos ou equivalentes que percorriam tanto o pesquisador, quanto a própria eCR, nas conversas e reuniões vivenciadas. Este armamento conceitual idealista que o pesquisador já estava munido antes mesmo do encontro, teve seu território rompido e deslocado pelas próprias vivências no CnaR.

A casa, que foi desterritorializada a partir do encontro com Danny, não poderia ser abordada sem antes compreender o território que produz e idealiza esta casa, ou seja, como o Estado moderno capitalista produz a moradia na cidade. Para tal concepção, será desenvolvida uma discussão que permita compreender, como tal produção de casas racionalizadas se dão, e como a questão pode ser compreendida a partir de um olhar micropolítico da questão.

Máquinas por todo lugar

Trantor... No começo do décimo terceiro milênio, essa tendência atingiu seu clímax. Como centro do governo imperial por centenas de gerações ininterruptas e localizado nas regiões centrais da Galáxia, entre os mundos mais densamente habitados e industrialmente avançados do sistema, dificilmente ele poderia deixar de ser o agrupamento mais denso e rico de humanidade que a Raça jamais vira.

Sua urbanização, que progredira a passos firmes, havia finalmente chegado à sua forma definitiva. Toda a superfície terrestre de Trantor, 194 milhões de quilômetros quadrados de extensão, era uma única cidade. A população, no seu ápice, passava dos quarenta bilhões. [...]

(ASIMOV, 2009, p. 19)

A cidade de Trantor, da ficção científica escrita por Isaac Asimov, consegue criar uma imagem do imenso estriamento desejado pelo aparelho de captura do Estado, isto, pois, para Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2012a) o estriamento do espaço ocorre numa disputa com o espaço liso, o qual é nômade, portanto, busca fugir sempre do sedentarismo próprio do estriamento. É uma relação constante, assimétrica, que se forma conforme as relações estabelecidas. Ora, Trantor é a sede administrativa do Império Galático, há algo mais estriado que um planeta inteiramente administrativo, sem um palmo de espaço que não seja cidade? Todos os fluxos, agenciamentos, organizações, horários, dia e noite, regulados por um tempo e espaço coordenados, para que nada possa escapar do impulso burocrático do aparelho de captura.

A despeito da passagem comentada não se situar na realidade mundana, a imagem da cidade de Trantor parece causar mais similaridade do que espanto. Um espaço inteiramente estriado, mas que na própria obra de Asimov traz seus problemas que se desenrolam ao longo da história. Esta cidade traz um elemento construído pela própria axiomática do capital, o desejo pelo espaço de uma cidade inteiramente estriada, sem espaço para fugas ou contratemplos, conforme citado na própria obra:

Gaal não tinha certeza se o sol brilhava, e nem, para dizer a verdade, se era dia ou noite. Teve vergonha de perguntar. O planeta inteiro parecia viver sob metal. A refeição que havia acabado de consumir havia sido rotulada como almoço, mas havia muitos planetas que viviam uma escala de tempo padrão que não considerava a alternância, talvez inconveniente, entre dia e noite (ASIMOV, 2009, p. 20).

Uma verdadeira máquina (literalmente de metal), condicionando fluxos, seja de espaço ou de tempo, para nada ocorrer fora do esperado. O que acontece, além desta imagem, é que apesar da enunciação capitalística procurar produzir este desejo, a cidade, mesmo sendo uma exemplificação do espaço estriado, não é em si somente este esquadrinhamento. O estriamento não se dá completamente, sem em algum momento retornar a um alisamento, numa maquinação constante, destruindo e criando fluxos de entradas e saídas (FRICHOT; GABRIELSSON; METZGER, 2016).

Dado seu tamanho, suas conexões e acoplamentos capazes de produzirem subjetividades, tanto do indivíduo quanto da coletividade, Guattari (2012) utiliza o conceito de *megamáquinas* para se referir às cidades. O conceito, aqui, é ressignificado a partir do uso inicial de Lewis Mumford (1895–1990), quando publica o texto “*The First Megamachine*” em 1966 para se referir às máquinas humanas que permitiram realizar trabalhos de décadas em apenas uma geração, com o exemplo da construção da pirâmide de *Keops*, a qual só foi construída devido a este mecanismo maquínico (MUMFORD, 1984).

Para Mumford (1984), há uma forte consideração dos elementos mecânicos da realização e efetivação do trabalho pela máquina humana. Tal afirmação se dá pelo reconhecimento destes como partes funcionais de músculos, nervos e agrupamentos, atravessados por uma transmissão burocrática e guiados por um déspota divino, que permitiu, na antiguidade, a construção da primeira megamáquina, a máquina humana que construiu as pirâmides. Desta maneira, se a máquina era constituída por inúmeras partes, tais partes só tinham um funcionamento tão potente na medida que havia um ponto de atração que as mantivessem coesas nas tarefas. Para isto, eram necessários dois elementos essenciais: a organização dos conhecimentos e a burocracia das ordens.

Esta visão de Mumford como uma megamáquina produzida pela civilização, é trazida por Deleuze e Guattari no *Anti-Édipo* na medida que concordam que a máquina social é uma máquina, sem recorrer a metáforas, trazendo o conceito para discutir, tanto as máquinas territoriais primitivas, máquinas despóticas bárbaras, ou capitalista civilizada (DELEUZE; GUATTARI, 2011b). Tal conceito irá voltar no *Mil Platôs*, onde retomam o aparelho de captura do Estado, com este produzindo uma *servidão maquínica* e indo além, colocando o Estado moderno como o provedor de um triunfo das máquinas, por uma sujeição que antes era pela técnica e que agora passa a ser social (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

Guattari sustenta, como Mumford, que as megamáquinas continuam a existir atualmente. Ele afirma a persistência destas como cidades contemporâneas que, no lugar de trabalhadores treinados sob a burocracia, executavam mecanismos servis para o déspota, há o território urbano que produz a subjetividade. Para ele, a cidade funciona como uma máquina onde a produção não irá gerar, necessariamente, acoplamentos de valores bons ou maus, mas sim que tais maquinações podem ser realizadas de outros tipos, que não aqueles pautados na acumulação de capital (GENOSKO, 2015).

Nos encontros com Danny, tal maquinação capitalística da cidade aflora por meio de sua relação com o território que construiu. Ao seu redor tudo funciona por fluxos estriados da vida urbana. Sejam os caminhos estabelecidos, os comércios da região ou mesmo o contraste do cemitério e as casas separados pela linha de trem. Essa maquinação das cidades, organiza a vida ao ponto daqueles que, como Danny, não consigam se inserir neste meio racionalizado na cidade, pois a própria maquinaria social não os considera como pontos de atenção necessários para seu funcionamento. Daí o paradoxo, sujeitos numa cidade que, ao mesmo tempo, os produz e os repele.

Pensando num urbanismo futuro, Guattari (2012), expõe que a questão está pautada na inseparabilidade do processo de subjetivação e as máquinas. Assim, como coloca Genosko (2015), o ponto inicial para tal discussão está na compreensão de subjetividades polifônicas de modo coletivo, e não individual. É uma ecologia maquinica, onde é necessário reconhecer os processos de subjetivação, bem como eles estão relacionados com tecnologias, informações, biológicas que dão suporte à existência humana.

É a força dos agenciamentos exercidos por esta megamáquina, que irá produzir subjetividades, a ponto de que tais máquinas obliteram pontos singulares na medida que homogeneizam e buscam promover faltas desterritorializações. Espaços que fogem ao que se espera da cidade, são linhas de fuga e desterritorializações de produção coletiva, as quais são contidas ou cooptadas ao ponto de deixarem de ser uma proposta coletiva e passarem ao âmbito individual. É por tal questão que a cidade é a problemática central ecológica de Guattari, como ele expõe:

Desta forma, os urbanistas não poderão mais se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade. Esse fenômeno urbano mudou de natureza. Não é mais um problema dentre outros; e o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A cidade produz o destino da humanidade:

suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites, o futuro da inovação social, da criação em todos os domínios. Constata-se muito frequentemente um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade (GUATTARI, 2012, p. 173).

Com esta colocação, Guattari (2012), aponta que, se temos megamáquinas, produzindo subjetividades, e que, se ela continuar nessa progressão, a própria humanidade estará em risco. Será por meio de novos modos de vida poderão agenciar intervenções singulares que provoquem rupturas, abalos sísmicos na própria megamáquina, fazendo pontos de ruptura na servidão maquínica, é uma reinvenção do devir urbano, que necessariamente deva ser multidisciplinar, a consideração da produção coletiva em prol de uma cidade que não tenha seu destino voltado para o suicídio desta megamáquina.

Se as cidades são imensas máquinas, seja para Guattari ou Asimov, é porque produzem subjetividades. Mesmo em Trantor na sua busca racionalizante total do ambiente, não há controle suficiente que não surja em linhas de fuga, ou seja, mesmo no urbanismo da megamáquina total há vida urbana não estriada. Partindo destas concepções, é possível compreender a cidade como uma megamáquina produtora de subjetividades, na qual o estriamento é a sua condição elementar, mas também há de reconhecer que tais funcionamentos maquínicos possuem pontos de singularidade, produções lisas que fogem ao estriamento que a cidade contemporânea visa produzir.

Na produção maquínica da cidade, o CnaR, aparece como um serviço que necessariamente precisa estar atento a tais pontos singulares, pois se apenas lidar com o estriamento rígido que a cidade tradicionalmente propõe, a produção de cuidado fica estagnada nas estrias agenciadas pela máquina racionalizante.

Nas vivências com o CnaR, o que surge é uma relação que se dá entre uma cidade de avessos e direitos do espaço urbano, na qual o avesso subterrâneo opera na relação de dobra articulando com a superfície da cidade. Se, em muitos momentos, dirigíamos pelas ruas e pontos de referência do CnaR, num outro, não muito distante, entrava-se embaixo de pontes, viadutos e linhas de trem. O subterrâneo é uma perspectiva, é o subterrâneo de 3 metros de altura em relação a uma rua, mas que está abaixo dos altos viadutos, ou o subterrâneo tubular, onde viventes da rua dormem no grande tubo de concreto no despejo de um córrego quando este está vazio.

Em suma, são pessoas que não possuem lugar na cidade de cima e acabam por habitar a cidade de baixo, no caso, a *avecidade*²³. Na superficialidade, não há como esta ser produzida sem o seu inverso, mas como foi ressaltado, não é um processo findável, sempre um retornará no outro, cada um tentando retomar e obter espaço na topologia, uma constante disputa em articulação (DELEUZE, 2009).

Neste corpo topológico que se forma, os sujeitos são agenciados pela própria produção da megamáquina. Ocorre tanto na sujeição de considerar o um indivíduo e sua exclusão espacial como um aspecto de limpeza urbana, ou na produção de subjetividades dos próprios viventes da rua que, em muitos casos, têm em seu discurso uma culpabilização e repressão de si por acreditarem não possuírem um mérito ou “força de vontade” suficiente para saírem da situação de rua (MEDEIROS et al., 2020).

Tanto a *avecidade*, quanto a superficialidade produzem uma à outra. Na relação atual no Estado capitalista, de crise em crise, a população em situação de rua aumenta, as condições de moradia pioram, enquanto a superfície busca se manter, na utopia maquínica total (ROLNIK R, 2019). Nesta cidade, que é produzida e têm em seu avesso outra cidade coexistente, que é ignorada, ou invisibilizada, na busca de manter a própria enunciação que o capital busca produzir, emerge um paradoxo. Na medida que, cada vez há mais circulação de signos, músicas, trânsito e informações, cada vez mais há uma tendência a petrificação, ou seja, estar num espaço padronizado no qual individualmente se estabelece relações com outros locais, seja na internet, ou mesmo nas viagens e trajetos padronizados (GUATTARI, 2012).

Considerando que Guattari (2012) fala em restaurar uma “cidade subjetiva”, ressingularizá-la, é necessário sair da superficialidade e conseguir se afetar pela *avecidade*, a cidade que ainda não foi estriada, que está nas linhas de fuga, sempre numa máquina de guerra contra o aparelho de captura.

Se a cidade, como apresentada até aqui, possui direcionamentos e estriamentos que pretendem agenciar os sujeitos para manutenção dos fluxos de desejo em prol do capital, a casa parece não se excetuar de tal processo. Na verdade, ela atua como um importante dispositivo para produzir constrangimentos e agenciamentos do corpo.

²³ Os neologismos utilizados aqui funcionam como palavras esotéricas disjuntivas (palavras-valise), impossíveis de se determinar de forma imediata e completa, buscando articular sentidos entre séries de acontecimentos coexistentes operando numa ramificação infinita (DELEUZE, 2009).

Máquinas de morar

Casa, domicílio, abrigo, residência, casebre, casarão, casita, mansão, casinhola, moradia, habitação, casaréu, vivenda, morada, barraca, cabana, choça, tugúrio. Cada palavra dessas designa uma qualidade de modos de viver em um determinado espaço, muitas podem ser sinônimos ou não, dependendo da região do país. Além deste encontro já vivido com a língua portuguesa, há muitas palavras de outras línguas que não são traduzíveis e que também podem designar tal espaço.

Diante destes variados modos de se referir ao modo de morar, muitas vezes surgem falas e discussões sobre aqueles lugares não serem casas ou mesmo moralmente degradantes. Muitas vezes, nestas falas surgiam a concepção de se a casa que nos referimos é entendida como um abrigo ou como uma morada, se é um lar ou não, ou mesmo, o que poderia caracterizar a mesma como tal, e mesmo se estaria numa referência a propriedade, formação familiar ou mesmo numa estrutura mínima de paredes e teto.

Se a megamáquina nos propõe um fluxo determinado de idas e vindas espaço-temporais, os cortes propiciaram encontros no avesso, especialmente com Danny. De tais encontros é que o pesquisador presencia viventes, em matas, mocós, viadutos, construções abandonadas, meio fios, gramados, e mais um sem-número de lugares possíveis, cortando as linhas já desenhadas da cidade, sobrevivendo e vivendo por tais caminhos.

Os próprios reconhecimentos das identidades também eram vistos em sua multiplicidade. Das relações escravagistas e patriarcais que o Brasil vive, o levantamento realizado em Londrina (LANZA; ROCHA; MIANI, 2019), deixa isto evidente, mas nestas intersecções são várias relações possíveis, sejam pessoas pretas, brancas, cisgêneros, trans ou travestis, por exemplo.

Quando fazemos um dimensionamento populacional, mesmo da população em situação de rua, compreendemos haver um predomínio numérico de umas sobre outras, por exemplo, há mais homens que mulheres nas ruas (NATALINO, 2022). Entretanto, isto não diminui o impacto nos modos de vida de quem é vivente da rua e é transgênero, ou, por exemplo, mulher negra. Ocorre que tais relações de identidade, fazem com que eles se tornem parte de um componente minoritário da sociedade. Não lidamos aqui com minorias e majorias numéricas, mas sim na concepção de Deleuze e Guattari, de devires minoritários, pois não estamos nos

relacionando com aspectos quantitativos, mas sim com estados de dominação de maioria política sobre minorias políticas, no caso, minoritárias.

Devires minoritários atuam em segmentaridades que não possuem legitimação das relações de poder vigentes no plano organizativo. É um campo estético de concepção do mundo, um modo de viver, que segue devires próprios da imanência, e, portanto, irão ser políticos. Um exemplo colocado, se dispõe sobre as relações que tomamos como padrão, na própria produção de categorias dominantes, o homem-branco, que é majoritário, apesar de não ser numericamente maior no planeta, em comparação a insetos, por exemplo (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 94):

Tentemos dizer as coisas de outro modo: não há devir-homem, porque o homem é a entidade molar por excelência, enquanto que os devires são moleculares. [...] E o homem se constitui assim como uma gigantesca memória, com a posição do ponto central, sua frequência, visto ser ele necessariamente reproduzido por cada ponto dominante, sua ressonância, dão que o conjunto dos pontos remete a ele.

O homem, como arborescência, pouco interessou ao pesquisador. Arborescência não é devir, apenas produção de máquina dual, neste caso biunívoca, ou seja, elas, contidas em si mesmas, apenas podem se referir uma à outra sem possibilidade do reconhecimento de elementos exteriores ou produções de terceiros, quartos, quintos, e assim por diante. Um ideal a ser atingido em todos os pontos dominantes.

O que moveu o pesquisador, foram rizomas, os devires minoritários dos viventes da rua. Mulheres, que por sua condição de mulher no mundo, já têm sobre si a agência de uma relação de poder de subjugação da majoritariedade do homem. Os pretos, com sua questão minoritária própria do racismo que não reconhece suas partículas (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Outros gêneros que não cis, que acabam nos contando história sobre como esta condição, por não estar traçada como padrão, é relegada à violência e exclusão. E tantos outros, mesmo “homens brancos” em situação de rua, não deixam de ser minoritários, visto que, pela sua própria condição, não são homens-brancos padronizado da máquina dual do Estado capitalista, que produz o rosto de um homem branco cisgênero dotado de certas condições morais e financeiras como o idealizado, e, portanto, que é a categoria dotada de direitos (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2008).

Danny vive pelo avesso. Ninguém que passasse de carro, ou mesmo caminhando pela ponte, saberia que no seu contrário estava alguém ali vivendo. Esta vida, não era apenas um

local onde a vivente se alojava, aguardando o dia passar, toda uma construção e modificação do ambiente era feita para que ele tivesse sua “cara”. Sua apresentação para o mundo.

Ao chegar na ponte e ir seguindo o caminho para a entrada, era possível notar toda uma variedade de santos católicos, pretos-velhos ou outras figuras e estátuas que ela encontrava e que a remetiam a uma imagem sagrada, independente de religião, não ficando receosa de enfeitar o caminho com tais imagens. Especialmente pela história do nome de sua mãe, já que ele tinha como “Santa” parte no nome próprio.

Já na entrada daquele lugar o que anunciava ao pesquisador era que o atingia. Diferente das imagens homogêneas que recorrentemente se via em reportagens, fotos e vídeos, com aglomerados de pessoas em situação de rua, com suas barracas, colchões, e pequenas bolsas de itens pessoais, os quais parecem criar uma massa de pessoas que independentemente da sua condição, suscita uma aparente ausência de individualidade. Uma condição construída na própria superfície da megamáquina, a anulação da diferença na própria paisagem.

Acontece que tais modos de organização, fazem parte do estriamento da cidade. Aquilo que muitas vezes permanece visível aos que estão na superficialidade, é aquilo que a máquina produz da subjetividade. A homogeneização das linhas duras, o estriamento para mostrar que as pessoas nestas condições estão ausentes de subjetividades, aguardando alguma ação moral, seja do Estado ou de outrem. Contudo, ao entrar em contato com as linhas de fuga da avessidade, o que rompe são estas situações que, na medida que as linhas de fuga vão produzindo liberações de linhas maleáveis, as possibilidades de produzir habitações numa tentativa de organizar o território de acordo com seus desejos, ganha possibilidade.

A compreensão deste modo de viver em uma casa, nos leva de encontro às elaborações de Deleuze e Guattari sobre o próprio Estado moderno capitalista e seu estabelecimento. Podemos compreender em seu livro, *O Anti-Édipo* (2011b), os funcionamentos maquínicos de uma sociedade. Maquínicos porque produzem, produzem subjetividades, códigos, materialidades. Uma produção necessária para o Estado moderno capitalista é a produção familiar para manutenção e investimento de desejo no próprio sistema, daí que irá vir a relação edipiana como própria do capitalismo.

A casa também aparece como um importante modo de organização da vida sob o capital. Se esta aparece de uma maneira mais latente na Europa, ao voltarmos os olhos para outros modos de viver não pautados em etnocentrismos, podemos nos deparar com a exposição

de Deleuze e Guattari, que utilizando o exemplo da articulação entre etnocídio indígena do povo ndembu, na África Central, apresentado por Robert Jaulin, eles trazem como a pessoalização da casa se insere pelos colonizadores na introdução de uma edipianização do povo originário para que a produção familiar convirja e invista no novo modo de produção capitalista, como colocam:

[...] na casa coletiva, o recanto familiar e a intimidade pessoal estavam fundadas numa relação com o vizinho definido como aliado, de modo que as relações interfamiliares eram coextensivas ao campo social. Ao contrário disso, produz-se na nova situação “uma fermentação abusiva dos elementos do casal sobre si próprios” e sobre as crianças, de tal modo que a família restrita se fecha num microcosmo expressivo em que cada um reflete sua própria linhagem, ao mesmo tempo que o devir social e produtivo lhe escapa cada vez mais. É que Édipo não é somente um processo ideológico, mas o resultado de uma destruição do meio ambiente, do habitat etc (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 225).

É da vivência, da própria existência, que discutimos tais modos de compreender este espaço, mas também nos provoca a pensar sobre própria negação deste: E aqueles que, nas máquinas capitalistas atuais, não vivem em uma casa?

Ao adentrar em sua habitação, é possível perceber que Danny, além de estabelecer uma rotina para com o espaço que habita, estipulando lugares, pontos, fixando objetos, também busca aproximar aquele espaço com o que deseja. Inclui brinquedos e lembranças que encontra, ou ganha, em lugares na parede, escreve em quadros, coloca imagens em “grutas” entre as pedras da ponte. É toda uma construção que parte de um modo de distribuir aquilo que possui relação com ela, para que naquele território ela sinta um pertencimento, que naquele espaço, ela possa se construir junto a ele. Danny vive na casavesso. Um modo de relação com o espaço de habitar que máquina no ambiente que já uma própria linha de fuga do território estriado do espaço. Ora, se o espaço estriado da cidade produz a ponte, é desta produção de tal espaço que ela encontrou um lugar para produzir sua moradia, visto que outras produções de moradias ofertadas pelo próprio Estado não a acolheram.

Estas relações que Danny ia produzindo, ela também construiu uma rede com o CnaR, que durante este tempo funcionou como um apoio para ela em muitas situações. Em muitos momentos, ela sentia-se à vontade com a equipe do serviço, especialmente com a psicóloga, que criou um vínculo forte de longa data. Parte disto pode ser visto na multiplicidade de Danny, ela costuma ter situações de rompantes de raiva e agressividade, associados com uso de drogas,

mas também de demonstrações de carinho e afeto, seja com equipe, com sua cachorra, ou com sua rede viva que teceu ao longo dos anos. Ela é animada para dar presentes a quem dedica seu tempo a fazer uma visita, onde o cartógrafo também foi agraciado, são brinquedos e lembranças que ela recolhe e os deixa organizados onde reside.

Talvez a maior expressão de sua vinculação com a psicóloga do serviço, foi quando presenciei ela a presentear com um quadro que pintou. Encontrou a tela e decidiu colocar as cores que lhes achavam boas em sua superfície. Após, quando chegamos, escreveu o nome da psicóloga para que soubéssemos o lado correto, pintou um coração e fez questão que tivéssemos uma foto. Deste acontecimento, dificilmente não há outro dia que não traga data específica ao pesquisador, em especial, pois, quando ela foi me abraçar, em um momento de euforia, sujou o jaleco que usava no momento com um traço de tinta azul, que sempre acaba sendo pescado pelo meu olhar quando vou vesti-lo, e lembro daquele dia, daquele acontecimento.

Estes encontros, atingiram o pesquisador, de modo que a autoanálise e os processamentos, pareciam cada vez mais trazer o incômodo da ideia sobre as noções que estão agenciadas e investidas de casa, com está sendo um exercício da racionalidade praticada numa subjetividade produzida pelo Estado moderno capitalista, como exposto por Baudrillard (2009). Com a casa sendo produzida por este regramento, aqueles que não estão dentro desta padronização estão absentes de racionalidade e, portanto, não merecem tais condições até se elevarem a tal ponto, por isso, precisam “aprender” a viver em tais condições.

Esta verdadeira máquina de morar racionalizada pode ser encontrada na elaboração teórica de Le Corbusier, exercida em sua arquitetura modernista. O modernismo operou não somente como movimento artístico, mas também como um modo de estriar o espaço, instaurando uma racionalização direcionada as perspectivas positivistas. Em Corbusier, o modernismo seguia preceitos que se desenrolaram na sociedade após a revolução industrial do século XIX, com características cubistas, pautado em princípios de otimização de tempo e espaço, buscando uma funcionalidade daquela obra, almejando uma solução que fosse simultaneamente simples e racional (NOVAKOSKI, 2019).

O direcionamento de Le Corbusier com a funcionalidade operada pela técnica e guiada pela racionalidade, o fez imaginar que a casa seria uma máquina de morar. Como ele traz, o espaço urbano estava sendo desperdiçado em sua época por não ser racional. Sua solução estava na consideração de que a natureza é inteiramente organizada e, por isto, haveria de se

compreender o urbanismo numa dimensão corporal e espiritual do homem, para compreender a natureza. Contudo, para ele, o homem havia se afastado do ponto de vista humano, onde as máquinas exerceram, de certo modo, maus tratos com o humano (como cita, “produto, talvez supremo da Natureza”) (LE CORBUSIER, 2000a, p. 48).

Para recuperar a natureza do homem, sua proposta era de uma revolução arquitetônica na sociedade daquele período, uma revolução estética moderna, tratando o urbanismo como uma biologia, uma arquitetura viva, sempre pautada na organização racional da natureza. De tal modo, todas as ferramentas do urbanismo haveriam de ter funções que correspondam às tarefas biológicas. Assim, as coisas teriam uma “razão de ser”, ou seja, elas estariam imbuídas de um componente essencial *a priori* que seria revelado por uma natureza viva do urbanismo.

Com o desenvolvimento de tais ferramentas do urbanismo, ele cita (LE CORBUSIER, 2000a, p. 65):

Essas ferramentas têm por objeto facilitar as condições de existência, realizar a saúde moral e física dos habitantes, favorecer a perpetuação da espécie oferecendo equipamentos necessários a uma perfeita educação, proporcionar a alegria de viver e fazer aparecer e se desenvolverem sentimentos sociais capazes de levar ao civismo.

O que atuaria como um ponto de atração necessário para o homem e a natureza seria sua morada, deste modo, para ele, esta haveria de estar adequada às funções estabelecidas do homem. A casa seria então uma máquina, que diferente das casas antigas que não utilizavam seu espaço de modo completo e funcional, uma verdadeira “máquina de morar”, pensada racionalmente para funcionar como um espaço que seja inteiramente funcional para o ser avesso humano e, portanto, útil, ou seja, a forma segue a função. (LE CORBUSIER, 2000b).

A máquina de morar de Le Corbusier se trata de um conceito que tem seu rastro nas próprias emergências das disputas de forças da época do início do século XX com suas expressões daquilo que é nomeado de modernismo, não se excetuando de visão de dominação da natureza pelo homem, enquanto o modo de viver do ser humano se transformava. Contudo, a máquina de morar de Danny pouco respeita a máquina de Le Corbusier. Provoca uma torção na racionalidade do estriamento da cidade. Se há uma máquina que existe na cidade do avesso, esta é a de morar, ou melhor, uma das possíveis máquinas. É uma máquina de morar na cidade subjetiva, que faz de si acoplamentos maquínicos que operam linhas de fuga num subterrâneo que percorre extensos terrenos esquadrihados do urbanismo contemporâneo.

Se a máxima do arquiteto modernista Le Corbusier é que a casa é uma máquina de morar, a máxima dos viventes desta avecidade é que a máquina de morar pode ser uma casa. Isto, pois, dada a violência com que estes viventes ficam submetidos por serem ignorados e excluídos da cidade estriada, da rigidez de tais linhas de segmentaridade, as linhas de fuga decorrentes de sua sobrevivência neste território negado, acabam por produzir máquinas que conjugam e produzem modos de proteção mútua, sobrevivência, mas também podem conter nelas conexões que insistem em demonstrar que ali há vida.

A máquina de morar existe e é esquizofrênica, não cabendo em funções estabelecidas *a priori* de um ser, ela segue fluxos desejanter que rompem com a lógica urbana, deixando liso aquele território que preza pela higiene e regulação. Se Danny existe e acopla inúmeros elementos em sua máquina de morar, é porque a máquina racionalizante urbana falhou em constringer seu corpo ao ponto de neurotizá-la e inibir seu desejo de se expressar em sua morada.

Considerações finais

A cidade, como megamáquina, insiste em produzir territórios que seja estriados, esquadrihados, medidos e controlados, num modo de funcionar que, em última análise invista e produza investimentos, em prol do capital. Esta cidade acaba por produzir simultaneamente outras cidades em seu avesso, visto que, na medida que estria, outros pontos acabam por serem lisificados. Neste mapeamento, Danny mostrou uma destas lisificações. Uma linha de fuga na própria cidade, onde para viver construiu sua máquina de morar, com ela mesma suplantando o conceito de Le Corbusier com seu modo de viver.

Para que o CnaR como serviço de saúde, consiga produzir cuidado para a mais variada multidão de minorias com que lidam, é necessário reconhecer que a cidade estriada neoliberal é ela em si produtora desta cidade do avesso que tem em si violência, exclusão e morte. Nesta avecidade, contudo, também ocorre produção de vida, onde muitas vezes, apenas aqueles que se permitem afetar por tais viventes poderão reconhecê-la.

Distante de fazer um elogio à tais condições urbanas de pobreza, miséria e violência, o que este mapeamento mostra é que mesmo com todas estas afetações que violentam os corpos

daqueles que estão em situação de rua, é necessário reconhecê-los como sujeitos que também produzem e constroem subjetividade, por mais que o tecido social racionalizado os negue isto.

Não há como excluir todas as condições e sofrimentos que acompanham a existência de Danny, mas também não é possível encontrá-la sem reconhecer os abalos sísmicos que produz nos territórios, especialmente naqueles territórios já estriados do pesquisador. Disto, a proposta é que a máquina de morar de Corbusier seja abandonada em detrimento da máquina de morar que é produzida pelos fluxos de desejo que escapam às linhas rígidas do Estado moderno capitalista.

REFERÊNCIAS

ASIMOV, Isaac. **Fundação**. São Paulo: Aleph, 2009.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia Do. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 2, p. 89–102, 2008. DOI: 10.1590/S0103-56652008000200007.

CRUZ, Kathleen Tereza Da et al. Na cozinha da pesquisa: conversações sobre os encontros do trabalho e o trabalho dos encontros. *Em*: FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 2p. 252–269.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos textos e entrevistas (1953-1974)**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 2**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011. a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012. a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012. b.

FRICHOT, Hélène; GABRIELSSON, Catharina; METZGER, Jonathan (org.). **Deleuze and the city**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

GENOSKO, Gary. Megamachines: From Mumford to Guattari. **Explorations in Media Ecology**, v. 14, n. 1, p. 7–20, 2015. DOI: 10.1386/eme.14.1-2.7_1.

GREINER, Christine. **Fabulações do corpo japonês: e seus microativismos**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012.

ITO, Junji. Cidade sem Ruas. *Em: O beco*. São Paulo: Pipoca & Nanquim, 2023. p. 257–326.

LANZA, Fabio; ROCHA, Marco Antonio Da; MIANI, Rozinaldo Antonio. **RELATÓRIO FINAL PESQUISA POP RUA LONDRINA - 2018**. Londrina. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/dpse/centro-pop/36734-relatoriofinalondrinapesquisapoprua/file>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. a.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. 6a edição ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. b.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti De; MATOS, Anna Carolina Vidal; PAGNUSSAT, Esequiel; OLIVEIRA, Isabel Maria Farias Fernandes. ENTRE A BENESSE E O DIREITO: AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA AMÉRICA LATINA. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020. DOI: 10.4025/psicoestud.v25i0.45025. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/45025>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MOEBUS, Ricardo Narciso; MERHY, Emerson Elias; SILVA, Erminia. O Usuário-cidadão como guia. Como pode a onda elevar-se acima da montanha? *Em: MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva; SLOMP, Helvo (org.). Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes*. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1p. 43–53.

MORRISON, Grant; CASE, Richard. **Patrulha do destino : rua paraíso abaixo**. Barueri, SP: Panini Comics, 2016.

MUMFORD, Lewis. A primeira megamáquina. **Diógenes**, n. 6, p. 5–18, 1984.

NATALINO, Marco. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (2012-2022)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=11058/11604>. Acesso em: 5 jan. 2023.

NOVAKOSKI, Rogério. A ARQUITETURA DAS PRIMEIRAS CASAS MODERNISTAS DE SÃO PAULO. **Revista do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCB**, n. 10, 2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/cau/article/view/11167>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2a edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

SLOMP JUNIOR, Helvo; MERHY, Emerson Elias; ROCHA, Monica Moreira; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; BORTOLETTO, Maira Sayuri Sakay; CRUZ, Kathleen Tereza Da. Contribuições para uma política de escritura em saúde: o diário cartográfico como ferramenta de pesquisa. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, v. 20, n. 3, 2020. DOI: 10.5565/rev/athenea.2617. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v20-3-slomp>. Acesso em: 20 dez. 2022.

8. EPICENTRO: INVESTIGAÇÕES GENEALÓGICAS SOBRE UM CONSULTÓRIO NA RUA

Algumas abordagens para o tema da investigação das relações de forças que emergem quando se encontra com um vivente da rua, podem parecer já estabelecidas e muito difundidas no senso comum quando este tema é trazido à tona, como a questão da violência com estas pessoas, dificuldade de acesso a direitos, vínculos familiares frágeis, uso de drogas, lícitas ou ilícitas, entre outros. Temas já abordados, tanto em estudos acadêmicos, e muitas vezes divulgados na mídia. Também há termos e códigos difundidos que caminham em pontos contrários a tais sentidos, como vagabundagem, violência com os “cidadãos de bem”, poluição visual do espaço urbano, associação com sujeira, entre outros. Apesar disso, não é este ponto que me interessou desde o início.

O que chama atenção, e aquilo que operou como abalos sísmicos no corpo do pesquisador, foram linhas de ruptura, que no encontro com muitos destes viventes, fizeram estes bons sentidos e sentidos comuns, serem esmagados e forçosamente destruídos, ao menos por segundos, ou minutos. Encontros onde o indizível imperou. Faltavam palavras. Eram viventes que, pela própria equipe, eram designados no paradoxo constante, num jogo e confusão de valores que insistia em toda vivência no campo.

Aquele vivente de rua que acabaríamos de realizar um atendimento, que fora tão solícita, comunicativa, aberta ao diálogo, era aquele ser de má índole, receoso, descuidado de si que outras línguas ressonantes da sociedade alardeavam? Ou era apenas um farsante, uma pessoa que finge tão bem diante do serviço de saúde, que parecia ter, mesmo a meu contragosto a essências e determinismo, nascido para ser um ator fabuloso?

Isto rondava minha mente, ia e voltava, constantemente, desde o início das entrevistas, das leituras de reportagens e textos, continuando durante as vivências. Por que tanta contradição? Por que tanta dificuldade ao longo dos anos de se reconhecer tais pessoas pelo Estado a ponto de criarem políticas públicas? Seriam eles os vadios que estariam fadados à marginalidade ou seriam eles as pessoas que mereciam outras oportunidades?

Muitas perguntas, todas voltando, se repetindo. Muitas vezes, do mesmo trabalhador da saúde, ouvia que determinado vivente era difícil de lidar, mas que devíamos continuar mantendo contato, pois “merecia”, portanto, era seu direito, ao mesmo passo que outros

viventes, em maus encontros com as equipes de saúde, ganhavam um valor de “mau” sujeito, assim, o atendimento seria feito, caso surgisse a oportunidade, talvez.

Isto permaneceu, até o momento que iniciei o aprofundamento pela história da criação das políticas públicas para POP RUA no Brasil, mas também da própria relação da saúde com estas pessoas. Se o que parecia certo de que estas pessoas passaram a ser sujeitos de direitos em determinada época, tais direitos só podem ser afirmados quando eles, nas relações micropolíticas, também são efetivados. E neste ponto, a valoração impera. O resultado da gênese valorativa frente aos viventes da rua que inscreve os corpos daqueles que, tanto produzem o cuidado diretamente ao vivente, quanto daqueles que pensaram e implementaram tais políticas, também parecia estar em disputa, mesmo durante a implantação do serviço.

Pode-se afirmar que, a partir de tais questionamentos, que a análise de investigar algumas pistas genealógicas possíveis para o CnaR apareceu. Isto, porque, se há tal funcionamento, se há um conjunto de modos que se estabeleceram para que o CnaR funcionasse, seja como equipe, ou como parte integrante da Rede de Atenção à Saúde (RAS), é porque houve uma composição possível, que foi composta numa série de disputas, relações e práticas.

Como Deleuze (1988) coloca, na operação realizada por Foucault em vigiar e punir, ele parte de um funcionalismo de tais relações de poder, não atuando numa negação das lutas de classes, mas sim, numa compreensão destes pontos de relação como singularidades. Não há como pensar o CnaR, sem compreender a sua multiplicidade, pois para ele se instituir e realizar sua manutenção, é necessário um conjunto de modos, tecnologias, instituições e organizações, que não percorrem somente ele, mas que nele, acabam por emergir e manter e viabilizar seu funcionamento.

Se há singularidades e multiplicidades, necessariamente haverá contradições. E é como elas se articulam e combinam num mapa, que possibilita sua análise quanto genealogia de tais relações de poder.

Ainda sobre a obra de Foucault supracitada, Deleuze traz haver uma questão que ele trabalha transversalmente, a qual é da forma. Se a forma pode tanto organizar ou formar matérias, também pode, em outro sentido, formar e finalizar funções (daí que o cuidar, por exemplo, é uma função formalizada). É nesta correspondência entre as formas, hospital se relacionando com cuidar, por exemplo, mas que, no panoptismo, apresentado por Foucault,

aparece como a ligação entre duas variáveis de forma inseparáveis. Tal modo de realizar estas ligações entre funções e matérias informes, ignorando tanto forma e conteúdo, foi chamado por Foucault de diagrama, mas que Deleuze também apresenta como um mapa, apresentando as relações de forças que constituem o poder (DELEUZE, 1988).

Nesta diagramação das relações de poder, há causas imanentes. É uma atualização constante dos efeitos ali produzidos de agenciamentos concretos²⁴, que, quando alcançam o plano organizativo, aparecerão pelo dualismo na sociedade, e é neste entre, o imanente e organizativo que as relações de poder vão se efetuando no diagrama.

Desta maneira, na vivência do CnaR, houve a mobilização para pensar estas questões, que se relacionam diretamente com relações de poder, mas que ainda assim, não estão alheias à produção cartográfica, elas ocorrem nesta. E com tais contradições e relações entre formas e enunciação, o CnaR e seu estabelecimento, passou por disputas e processos, que não dizem respeito apenas a criação de categorias históricas, mas sim, que se relacionam com discursos, saberes, produções de verdade, que percorram o diagrama, e maquinaram o funcionamento de tal serviço, onde muitas vezes, elementos contraditórios operam quase que simultaneamente.

Disto, fez-se o exercício de produção de um manuscrito no formato de artigo científico, que visou realizar uma investigação genealógica a partir do mapa vivenciado pelo pesquisador. De tais questões, as relações de poder, discursos e formas vivenciadas, apontaram para pistas que irão remeter ao próprio processo de eugenia-higienismo brasileiro do início do século XX, seu entrelaçamento com o urbanismo, culminando na constituição de 1988 que operou a criação de uma nova população no país, que até então era ignorada, formalmente, como cidadã.

²⁴ Deleuze irá utilizar o termo “agenciamentos concretos”, neste texto, para se referir ao que Foucault denominou “dispositivo”.

8.1. ARTIGO: PISTAS GENEALÓGICAS DE UM CONSULTÓRIO NA RUA NA REGIÃO SUL DO BRASIL²⁵

Pistas genealógicas de um Consultório na Rua: criminalização e assimilação

Genealogical clues from a Clinic at the Street: criminalization and assimilation

Pistas genealógicas de um Consultorio em la Calle: criminalización y asimilación

RESUMO

Este artigo, por meio de aproximação genealógica, buscou investigar o que chamaremos de pistas genealógicas do equipamento Consultório na Rua (CnaR) em município de médio porte no sul do país. Para o percurso da pesquisa, junto com uma vivência em um CnaR em um município de médio porte do sul do Brasil, foram realizados entrevistas e levantamentos de documentos. Na investigação foi possível encontrar pistas que apontam para uma produção de criminalização e assimilação histórica dos viventes da rua pelo Estado brasileiro, de maneira que estes pontos necessitam serem discutidos e problematizados para que tais regimes de verdade não sejam norteadores das políticas públicas para tais pessoas.

Palavras-chave: Genealogia, Pessoa em situação de rua, Consultório na rua, Políticas de Saúde, Atenção Básica à Saúde.

ABSTRACT

This article, employing a genealogical approach, aimed to examine the genealogical traces of the Clinic at the Street (CnaR) equipment in a large city located in the southern region of the country. For the path of the research, along with a experience in a CnaR in a large city of the south of the Brazil, interviews and document surveys were conducted. In the investigation it was possible to find elements of production of criminalization and historical assimilation by the Brazilian State that need to be discussed and problematized so that such regimes of truth are not guiding the production of health care for homeless.

²⁵ Artigo submetido para a Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis). A formatação e normas deste artigo seguem as solicitadas pelo periódico.

Keywords: Genealogy, Homelessness, Clinic at the Street, Health Policies, Primary Health Care.

RESUMEN

Este artículo, a través de un abordaje genealógico, buscó investigar pistas que contribuyan a la discusión sobre las disputas de los campos de fuerza que colaboraron en la formación de ciertos regímenes de verdad en el surgimiento de un Consultorio en la Calle (CnaR). Para el transcurso de la investigación, junto con una experiencia en un CnaR en un municipio de tamaño medio en el sur de Brasil, se realizaron entrevistas y encuestas documentales. En la investigación, fue posible encontrar pistas que apuntan a una producción de criminalización y asimilación por parte del Estado brasileño de las personas en situación de calle, por lo que estos puntos necesitan ser discutidos y problematizados para que tales regímenes de verdad no guíen políticas públicas para dicha población.

Palabras clave: Genealogía, Personas en Situación de Calle, Consultorio en la Calle, Políticas de Salud, Asistencia Primaria de Salud.

1. Introdução

Em 2009 foi implementada a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) que além de definir quem são as pessoas consideradas pela política, buscou estabelecer formas de assegurar o acesso aos cuidados à saúde, aos serviços de assistência, ao de albergamento, entre outros direitos, no entanto, o grande desafio posto para essa política foi, e ainda é sua implantação como uma política intersetorial (assistência, saúde, habitação e trabalho) (BRASIL, 2009). A complexidade do cuidado às pessoas que vivem na rua somado ao ineditismo na articulação dessas políticas foi um grande desafio para o atendimento às demandas das pessoas que vivem na rua.

Após três anos da publicação da PNPSR, na política de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) se instituiu o Consultório na Rua (CnaR), pela portaria da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e pelas portarias 122 e 123 de 2011 e 2012, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011, 2012a, 2012b). Este equipamento da saúde é abarcado pela Atenção Básica (AB), na busca de garantir o cuidado às populações que vivem na rua pela rede do SUS. Cada equipe é composta por profissionais de diversas áreas e apresentam, em sua maioria, uma forma de trabalho no modo itinerante, compartilhando suas ações de cuidado com outros serviços da rede de atenção à saúde do território (BRASIL, 2021). Vale destacar que antes do CnaR as ações direcionadas à população em situação de rua, ou não eram ofertadas, ou tinham dificuldades de serem implementadas pelo SUS.

Muitos foram os avanços obtidos para o cuidado às pessoas que vivem nas ruas, no entanto, a superação da articulação dos diversos setores relacionados a esse cuidado complexo, bem como a presença de preconceitos se tornam desafios na construção do cuidado. Seja no espaço relacional do cuidado quanto na disputa para efetivação da política na realidade dos serviços de saúde (ANDRADE et al., 2022; SILVA; CRUZ; VARGAS, 2015).

Desta maneira pode-se afirmar que ocorreram avanços no acesso ao cuidado dessa população, no entanto, ainda muito há de se caminhar na compreensão social e histórica dos fatores que interferem diretamente nas práticas de cuidado como no avanço das ações que façam com que essas pessoas deixem de ser esquecidas ou invisibilizadas.

Na busca de compreender, dar visibilidade às forças operantes ao cuidado com as pessoas que vivem na rua, este estudo qualitativo buscou investigar o que chamaremos de pistas genealógicas do equipamento Consultório na Rua em município de médio porte no sul do país.

2. Escolha pelas estratégias no caminho das pistas genealógicas

Este artigo é parte de um estudo que inserido em um projeto mais abrangente intitulado “Análise dos novos movimentos sociais e a produção de saúde na periferia da região metropolitana de Londrina (PR)” e vinculado ao grupo de pesquisa “Trabalho e o Cuidado em Saúde”. Decorrente disto, ao longo do período de pesquisa, empregaram-se diversas estratégias na busca por pistas genealógicas, visando possibilitar uma análise substancial e uma discussão aprofundada sobre o tema em questão.

Para tal proposta de produção de conhecimento, utilizou-se como fio condutor o desenvolvimento da genealogia desenvolvida por Nietzsche (2009) no final do século XIX. Em um questionamento ao modelo científico hegemônico da época, ele direcionou seu questionamento a fim de refletir sobre como as relações de emergência de determinados valores estão encharcadas de disputas entre forças que não se refletem no valor da crença final, e que mesmo assim fazem parte da emergência destes. Assim, não se vislumbra a história como algo dotado de sentido prévio já destinada à determinada finalidade, mas sim, se almeja a busca por marcação de singularidades dos acontecimentos, onde se pensa o passado somente após pensar o presente, não excluindo a posição do pesquisador frente ao que é investigado.

Além de Nietzsche, outro autor que se debruçou sobre a genealogia foi Michel Foucault (2014, 2021), o qual reconhecia esta investigação como uma busca para compreender as produções de regimes de verdades, entendendo que por meio de uma disputa entre campos de forças valorativos que determinadas verdades são construídas e outras desaparecem. É neste processo que ocorre a construção de verdades e registro destas nos corpos, de modo que como resultado destas disputas entre os campos de forças haja uma sobreposição às instituições valorativas que até então estavam estabelecidas. Esta compreensão de genealogia, que considera a posição do próprio investigador, se conecta com o conceito de pesquisador *in-mundo*, o qual não está aí como um sujeito neutro perante o objeto investigado, mas sim, sempre se “sujando” em meio aos encontros, partindo de um *a priori* que considera a sua interferência e afetação pelo próprio processo da pesquisa. Nesse caminhar o pesquisador, que aqui chamamos de investigador *in-mundo*, vai sendo borrado com a realidade que se insere, emaranhando-se, misturando-se e se afetando (ABRAHÃO et al., 2013).

Para o investigador é necessário utilizar caixa de ferramentas que possibilite dar visibilidade e aproximação a forças que operaram/operam no consultório de rua. Nesta caixa de ferramentas para que a investigação se desenrolasse, foram empregadas várias

estratégias de aproximação com a genealogia do CnaR. Tal caixa de ferramentas, é entendida aqui pela interpretação de usos metodológicos, epistemológicos e conceituais que “sirvam” na pesquisa, na medida que o pesquisador reconhece sua interferência e opera numa montagem e desmontagem de métodos disponíveis de acordo com sua proposta (MOEBUS; MERHY; SILVA, 2016).

Antes de descrever as estratégias, gostaríamos de reforçar que o caminhar da pesquisa só se iniciou após o parecer positivo do Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 97495718.6.0000.5231) iniciando em novembro de 2018, tendo duração da vivência de campo até novembro de 2019.

Para o levantamento das pistas genealógicas, o caminhar da pesquisa teve início com uma investigação documental. Esse momento da investigação se deu por um levantamento de artigos científicos, notícias, portarias, atas de reuniões e documentos produzidos nos conselhos de saúde, sejam municipais, estaduais ou nacional, sobre o CnaR, sua implantação e como este era mencionado em outros períodos, levantando assim informações que dessem subsídios para compreender por que caminhos e documentos legitimadores tal discussão foi conduzida, além de se obter um ponto de apoio comparativo, que se deu nas reportagens, matérias de jornais, impressos ou audiovisuais, que abordassem tal questão.

Neste processo investigativo, houve a busca para estabelecer os regimes de verdade operantes sobre o consultório de rua à medida que essa trajetória permitia ir se aprofundando no conhecimento sobre o CnaR. Foi necessária a realização de levantamento de documentos, publicações oficiais do Estado, relatórios, reportagens, publicações em periódicos sobre o CnaR no município em questão, de modo que o caminhar realizado foi similar ao de outro estudo genealógico (GONÇALVES, 2016).

Somando ao processo supracitado, outra estratégia para a identificação dos campos de forças foram as narrativas de pessoas que estiveram implicadas com a implementação do CnaR. Realizou-se então entrevistas com sujeitos que vivenciaram o processo inicial de implementação do CnaR. A identificação inicial das pessoas a serem entrevistadas se deu pelo reconhecimento de nomes nos documentos oficiais das secretarias de assistência social e saúde. A partir destas identificações, foram realizadas entrevistas com os atores que mais estiveram envolvidos com o processo de implantação e funcionamento do CnaR no município. Aceitaram em realizar entrevista quatro pessoas identificadas e após, as entrevistas foram transcritas na íntegra e todo o material gravado foi destruído após sua transcrição.

Outra estratégia que pediu passagem no desenrolar do estudo foi um dos pesquisadores realizar vivência com o CnaR do município produzindo registros em um diário

cartográfico que entraram como elementos no processamento do campo com o grupo de pesquisa (SLOMP JUNIOR et al., 2020). A medida que a vivência no campo foi se desenvolvendo e as pessoas percebendo o interesse dos pesquisadores no conhecimento do CnaR, o pesquisador em campo foi convidado a participar do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê POP RUA), e após essa inserção acompanhando as reuniões pode vivenciar em ato algumas tensões antes só percebidas como um campo de tensão nos documentos e que, na verdade estavam/ muito ativas entre os atores envolvidos no cuidado a tal população.

A partir dos afetamentos e das interferências de certos fluxos e disputas que foram sendo vivenciadas nesse caminhar da pesquisa buscou-se desemaranhar os fios dos campos de forças percebidos e a estratégia utilizada pelo grupo para dar voz e sistematização deles foi o de processamento no grupo de pesquisa, na busca de evidenciar os regimes de verdade e campos de forças passíveis de serem aprofundados.

Esta multiplicidade de ferramentas adotadas foi se fazendo necessária à medida que os corpos pesquisadores foram sendo agenciados no transcorrer dessa aposta na investigação genealógica, Land (2016) cita que em tal investigação não se está buscando uma análise da história já contada, nem mesmo os nexos causais, mas sim, na busca pelos elementos de disputas de poder que se emaranharam ao longo do tempo e emergem em um encadeamento de cenas que não pode ser explicado por elementos ontológicos.

No caso do presente artigo, a procura das pistas genealógicas em elementos históricos auxiliaram na compreensão da produção de regimes de verdade percebidos nas outras formas de vivência no campo (entrevista, pesquisa participante e diário cartográfico). Assim, a discussão se desenrolará por um percurso que expõe os regimes percebidos e vivenciados.

3. Os “vadios” como regime de verdade: seu surgimento em uma nova razão de governo na república

Conforme as investigações e vivências se desenvolviam, o confronto com inúmeros pontos de vista, ideias e práticas tornou-se inevitável. Isso abriu caminhos para inúmeras possibilidades de análise e aprofundamentos, mas também mostrava um potencial de embrumar a visão do próprio pesquisador inserido nesta busca. A pesquisa seguiu a rotina do CnaR, acompanhando atendimentos, conversas e visitas a serviços. Percebeu-se que, em alguns casos, questões críticas surgiam, envolvendo complexidades como guarda de crianças, judicializações e recusas de atendimentos em serviços públicos.

Tais situações, não somente produziram desconfortos, mas também instigaram a problematização sobre como tais forças circulavam na produção social, especialmente para pessoas que em situação de rua, e questionamentos a respeito das relações de forças emaranhadas que produziram as condições de possibilidade da emergência deste serviço. A escolha do caminho se deu na investigação a partir de um fio condutor *in-mundo* pelas afetações do pesquisador, buscando desanuviar esta nuvem de valores e regimes de verdade. Desse modo, optou-se por uma discussão das principais pistas genealógicas investigadas, para então apresentar a emergência do CnaR.

O caminho adotado requer uma localização conceitual de alguns termos abordados, o Estado entendido aqui não está compreendido como um ente monolítico transcendente com universais pressupostos, mas sim, conforme a elaboração de Foucault de que “o Estado só existe como os Estados, no plural” (FOUCAULT, 2008, p. 7), ou seja, ele uma esta invenção com especificidades, descontinuidades e como citado, pluralidades. Nessa condição de um Estado não ontológico, o que se interroga é como as racionalizações das práticas de governo agiram e agem na produção e limitação do próprio Estado, visto que estas racionalizações do governo criam conjuntos de práticas que produzem modos de viver que emergem decorrente de disputas de regimes de verdade.

Outro conceito importante para a discussão está no entendimento de população que será discutido ao longo do manuscrito. Conforme trazido por Foucault (2019), o problema da população emerge com a ciência do governo e o deslocamento da economia que até então no século XVII, era centrado na família. É a introdução do conceito de população que permite centralizar a economia em outra coisa que não seja a família, além de permitir que a estatística saia do funcionamento interiorizado no modelo de governo do soberano e apresente problemas justificados pelo conceito de população, tais como as epidemias, mortalidade e natalidade.

A partir deste período que a família passa a ser entendida como interior a uma população, se tornando um instrumento privilegiado (onde se pode analisar comportamentos, consumo, demografia) para o governo desta. Além disso, a população se tornará o objetivo final do governo, onde se visa, por exemplo, aumentar riqueza, expectativa de vida, condições de saúde ou diminuir mortalidade. É em torno desse objeto chamado população que o governo pôde liberar fluxos de modo que se produzisse uma economia política, bem como a valorização da disciplina para gerir esta população (FOUCAULT, 2019).

Essas elaborações de Foucault remetem a uma história ocidental e europeia das produções de teorias e governos, mas é importante ressaltar que o Brasil só deixaria de ser

colônia de Portugal no século XIX, e que estes problemas que se debruçavam sobre uma população com as discussões do Estado que discutia sobre seus limites, não caminhava aqui aos mesmos passos que caminhou no círculo europeu. Diante disso, a instauração da primeira república do Brasil emerge como uma singularidade no país porque, apesar de haver o surgimento de algumas preocupações com o objeto população com a chegada da coroa portuguesa em 1808, tais como criação de uma polícia e início de censos, até a instauração da república em 1889 o país mantinha sua economia fortemente ligada ao modelo colonial.

Na esfera do trabalho, que era todo pautado na escravidão até 1888, este produzia em outra a exclusão daqueles chamados de livres, que contemplava negros libertos, brancos, indígenas e grupos produzidos dessas miscigenações, que em suma, eram todos os que não estavam na lógica senhorial-escravocrata e seriam chamados de “vadios” (KOWARICK, 2009). Contudo, no século XIX o país irá reorganizar suas exportações devido a uma necessidade do próprio mercado internacional e iniciará de fato o processo de implantação do capitalismo no Brasil, inviabilizando economicamente o trabalho escravo. Nesta situação de transição, mesmo com o aumento de pessoas que eram consideradas trabalhadores livres, estes não eram consideradas pelos senhores para se inserirem no novo regime de trabalho assalariado, visto que os senhores justificavam que os livres não passaram pela “escola do trabalho”, gerando assim, um processo colonial escravocrata duplamente excludente, tanto para o escravo em sua senzala quanto para aqueles que livres e libertos que eram marginalizados por serem “vadios” (KOWARICK; GLEZER, 2019).

Essa tendência, durante a crise no trabalho escravo que vai se desenvolvendo ao longo do século XIX, buscava a não utilização a mão de obra que já havia no país, iniciando um movimento de incentivo a imigração para o Brasil mirando na população empobrecida da Europa, oferecendo um regime de trabalho que visava uma espoliação através de uma parceria de endividamento que produzia uma superexploração destes imigrantes. Deste modo que se iniciou a transição no país para um regime de trabalho assalariado, em um processo do próprio endividamento do trabalhador dentro da propriedade, com um processo que acentuou a marginalização dos “vadios”, que se tornava um contingente de pessoas chamadas de “nacionais”, que tinham associada a elas a noção de que eram imprestáveis para o trabalho disciplinado (KOWARICK; GLEZER, 2019).

Há de se compreender que estes livres, muitas vezes chamados de “vadios”, não eram uma massa única reconhecida pelo Estado por suas características culturais ou etnográficas semelhantes, mas sim pessoas que em comum compartilhavam a condição de se estar fora do sistema de produção colonial-escravista, contemplando escravos libertos, os quais tiveram o próprio processo de apagamento de sua cultura após virem da África, indígenas que

sofreram um genocídio diante da invasão portuguesa, brancos que não eram senhores, pessoas que eram filhos de decorrentes miscigenações, enfim, não se tratavam de um grupo que se reconhecia como tal, mas sim, pessoas que compartilhavam de uma mesma condição. Naquele momento, não eram uma população.

Na primeira república, a partir de 1889, é que uma nova governamentalidade do Estado brasileiro começa a emergir, buscando efetivar uma alteração da economia, estabelecer um governo e de consolidar uma população que tenha uma “identidade nacional”. A constituição de 1891 refletiu esta disputa, visto que durante a criação desse novo governo estava em pauta o distanciamento do antigo regime monárquico. Duas propostas das elites ganharam espaço nesta disputa sendo uma liderada pelos liberais, formados por uma oligarquia rural sem uma preocupação com a industrialização que se desenhava no mundo, o que pode ser visto no próprio Manifesto Republicano de 1870 que não discute o problema da escravidão por exemplo, e outra com ideais opostos, os positivistas, que tinham suas ideias ecoadas nas figuras de militares e intelectuais do país, os quais acreditavam em uma “Ditadura Republicana” para solucionar os problemas sociais e políticos (ARRUDA, 2007; BOSI, 2004; BRESCIANI, 1993). É neste campo que o regime de verdade centrado no soberano sob um governo do território, começa a dar lugar para racionalizações do Estado e um surgimento do objeto população.

Com efeito, neste ponto de atração que foi a criação da República, compreende-se que a busca de uma razão de Estado com interesses voltados para a formação do país, também buscava se alinhar com as mudanças econômicas que estavam ocorrendo no mundo, pensando sobre os próprios limites do Estado e em como se dariam suas regulações e sua inserção na economia política do mundo. É por meio destas disputas que emergem dispositivos que delimitariam certos regimes de verdade, entendidos aqui como uma série de práticas que podem fazer com que o que não existe, como loucura e sexualidade nos exemplos de Foucault, venha a se tornar uma coisa (FOUCAULT, 2008).

A participação do povo praticamente era inexistente, a cidadania democrática não existia de fato, o que se tinha era um modelo oligárquico-liberal que não excluía influências positivistas em seus campos de disputa, enquanto militares também ocupavam o governo. Apesar destas mudanças, se mantinha a rígida estrutura social na sociedade, que continuava a ser reproduzida nas práticas do governo. As cidades começam a ser reorganizadas a partir deste momento, especialmente na região centro-sul, tendo os territórios remodelados ao passo do crescimento industrial, mesmo que este fosse ainda tímido em relação a outros países. Tal crescimento além de envolver o inchaço que estes locais sofreram também produziram outros movimentos que contornaram as cidades como são hoje, em suas

hierarquizações e divisões físicas cada vez mais intensas, se relacionando diretamente com a necessidade de modificá-las com ideias e noções do que seria considerado “moderno” para o país, as quais foram importadas diretamente de países como França, Inglaterra e Estados Unidos da América, sem deixar de lado a busca da construção de uma “identidade nacional” própria (MOTA; LOPEZ; SILVA, 2016).

4. A busca por uma população civilizada

Durante o final do século XIX e início do XX, a população mais pobre da cidade sem condições para moradia, ou se agrupavam na periferia, ou iriam viver da rua. Neste território a figura do vadio começa a ser inscrita por outros fluxos, já que neste período aquele que era chamado de “vadio” começava a se concentrar em um espaço urbano, em um território mediado pela propriedade privada onde os que não detinham propriedade e habitavam as ruas necessitavam ser controlados por táticas policiais, visto que eram considerados uma ameaça à ordem social. Apesar de estarem no território, viverem nas cidades, participarem das práticas e culturas do país, tais pessoas não tinham espaço nesta nova governamentalidade, não sendo consideradas cidadãs.

Pela centralidade na venda do seu trabalho e pelo consumo que esta nova governamentalidade capitalista procurou estabelecer, é válido trazer a elaboração de Mehry (2012) quando cita os viventes da rua como anormais do desejo. O que começa a aparecer em tal período é a racionalização de determinados modos de vida dentro do Estado, em um desejo que é produzido na sociedade que acabava por refletir a necessidade de consumo e enquadramento que o Estado precisaria estabelecer a partir daquele período. Contudo, quando este desejo não opera nestes fluxos estabelecidos, o vadio passa a ser um anormal do desejo quando visto pelo Estado, alguém que não é pego dentro da racionalização e que por isto as próprias ferramentas e dispositivos do Estado possuem dificuldade para produzir assimilação a estas pessoas.

É a partir deste período que, com a dificuldade de enquadramento destes “anormais” do desejo, as políticas que foram direcionadas aos vadios, mendigos e vagabundos se intensificaram na sua relação com a polícia, pautando-se na criminalização destas pessoas. Isto pode ser visto no que ocorreu no Rio de Janeiro, onde a capital era vista como um exemplo a ser dado para o país e, portanto, endureceu às práticas de controle a estes vadios, seja por encarcerarem estes pela contravenção de vadiagem, ou por internações compulsórias sob a justificativa de serem doentes mentais. Isso decorria de um medo por parte do Estado de que os escravos libertos formassem uma grande massa de vadios que, devido ao ócio, viriam a

desestabilizar a ordem social que era idealizada para o Brasil vindouro. A vadiagem ganha força no discurso como um comportamento a ser corrigido pela coerção policial, a fim de prevenir o ócio destas pessoas, somando-se a isto os próprios processos de imigração no início do século XX, de modo que o imigrante vinha para o país e exercia grandes jornadas de trabalho, no mesmo passo que eram padronizados como o ideal de trabalhador, marginalizando aquelas pessoas que já estavam no país, como os escravos que agora eram livres, que eram chamados de “nacionais” (KOWARICK, 2009; RODRIGUES, 2006).

Junto com a criminalização, também havia a uma busca de diferenciação. Era uma divisão entre aqueles que estavam na rua e os que não tinham condições que as impedissem do trabalho idealizado e aqueles que estavam mendigando, mas não tinham as condições para trabalhar, como pessoas com deficiências físicas, doenças, ou transtornos mentais. Para estes o que restava era uma forma de assistência, prestada na forma de caridade, como pode ser visto no estudo de Fraga Filho (1994) que encontrou esta diferenciação moral entre mendigos “válidos” (os quais eram presos) e os “inválidos” (os quais eram remetidos aos hospitais na Bahia do século XIX). Este discurso, como demonstra Lopes (2003), apesar de haver uma adoção de outros nomes para designar estas pessoas ou condições, também se dava numa interferência do Estado sob a medicalização destas pessoas “inválidas” para serem internadas em hospícios.

Apesar destas pessoas serem objeto das práticas de criminalização e controle pelo governo, como a inclusão dos vadios e capoeiras como alvos de contravenção do código penal de 1890, a produção de dados sobre elas é escassa, mesmo quando consideramos o principal instrumento de levantamento demográfico existente desde aquele período, o censo demográfico, que é realizado no país desde o império em 1872, onde na primeira república fora realizado em 1890, seguido de 1900 e 1920. Estes censos buscavam compreender, como cita o Decreto n.º 2.768, de 27 de dezembro de 1897 que readequou a Diretoria Geral de Estatística colocava, entre outros aspectos, a demografia através de características da população. Contudo, esta população tinha casa, ou melhor, domicílio. Eram modos de produzir dados que buscavam conhecer a demografia orientada pelas chaves família/domicílio, excluindo da contagem as pessoas que não se enquadrassem nesses quesitos, assim tal população de vadios, andarilhos, entre outros adjetivos, não estavam na demografia a ser considerada pelo governo (CUORE; CATANANTE, 2016; OLIVEIRA; SIMÕES, 2005).

Para o próprio Estado brasileiro, a população era aquela que estavam sob a égide da vivência da casa e família, já os vadios, mendigos, andarilhos e aqueles que estavam fora da racionalização da casa, ameaçavam a ordem social desejada e, portanto, deveriam ser

punidos como contraventores numa busca de obrigá-los a trabalhar. Mesmo com a escassez de dados, é possível observar, por exemplo, no estudo de Rodrigues (2006) sobre o perfil das pessoas detidas na Casa de Detenção por vadiagem entre os anos de 1886 e 1906 no Rio de Janeiro, a qual constituiu o principal motivo de detenção, tanto em homens quanto mulheres, impulsionada pelo fim da escravidão que levou a um maior número de negros livres nas ruas, e por conseguinte, de repressão policial. Os chamados vadios pelo Estado republicano eram marginalizados tanto pela reestruturação econômica que o país passava, pela mudança das cidades e pelos intelectuais através de uma ciência que pregava uma higienização dos locais e iniciava os estudos de como a eugenia poderia se aplicar no país. É importante ressaltar que durante a Era Vargas o censo passa a ser realizado pelo IBGE, criado em 1932, contudo os dados levantados ainda partiam da centralidade do domicílio e da família, além disso a criminalização dos vadios ainda se mantinha, vista pela própria manutenção desta contravenção no código penal de 1940 (BRASIL, 1940).

A ausência de dados e informações, demonstra algo trabalhado por Foucault (2019), onde a estatística, é utilizada pelo Estado numa lógica de controle da vida na forma de uma biopolítica. Contudo, quando nos voltamos para países colonizados como o Brasil, de acordo com o que Mbembe (2016) traz, este fluxo se expressa numa forma de necropolítica onde durante o período colonial a soberania na colônia decidia quem era descartável (matável), e isto tem continuidade mesmo após a criação da república, visto que os vadios não eram alvos de interesse do Estado para considerá-las como um grupo a serem relevados pela ciência demográfica. Outro ponto importante está na própria constituição de 1937 que destacava expressamente a mendicância como condição que impossibilitaria o voto, de modo que a pessoas que existiam nesse território eram encaradas como uma ameaça a “ordem” social do país que não mereciam serem levados em conta nem na demografia, nem na participação cívica, sendo os descartáveis. Disto, a valoração dos considerados vadios sob uma criminalização ganhava força tanto na repressão policial e mudanças nas cidades quanto nas representações de identidade nacional ideal para aquela jovem república, onde estes anormais do desejo e sua “raça” não teriam lugar.

No século XX adentro, estas forças mantiveram uma manutenção de seus fluxos. Isso aconteceu num momento onde o país não gozou de estabilidade econômica e política, visto que após a primeira república, com a entrada nos anos 30, no governo Vargas o país enfrentou as consequências da crise de 1929, especialmente no mundo do trabalho com a falência do modelo agroexportador, de tal modo que o país aos poucos inicia efetivamente sua industrialização que vai promover a chegada definitiva da cidade industrial ao país, com suas homogeneizações, desterritorializações, provocando imigrações e migrações para

centros urbanos (MOTA; LOPEZ; SILVA, 2016; ROLNIK, 1995). Junto com a cidade industrial, uma busca mais intensa pela “identidade nacional” acompanhava os movimentos que ocorriam em inúmeras partes do mundo, em um enaltecimento de uma identidade ou raça ideal, tendo apoio no Brasil de representantes da saúde e do congresso de modo que os fluxos eugênicos se reforçaram pela aprovação medidas eugênicas de controle de imigração e casamento e sanitárias para prevenir os chamados “vícios de raça”. Era um estado com sua eugenia latino-americana nas leis, que demonstrava a intencionalidade de controle da “miscigenação” para um aprimoramento da população através da reprodução dos “bons”, e nisto os vadios, mendigos, andarilhos, entre outros, não tinham espaço no futuro do país que se vislumbrava (STEPAN, 2005).

Após a Era Vargas o país seguiu por um republicanismo que teve marcas de um impulso no crescimento urbano assumindo uma postura desenvolvimentista e, especialmente entre as décadas de 50 e 60, uma forte marca do êxodo rural e interiorização que também viriam a culminaram na nova capital Brasília como grande referência destas marcas (BOTEGA, 2007). A construção da nova capital reflete que ao menos uma força governante desta razão de Estado ainda buscava uma “modernização” do país . Este crescimento da cidade industrial, o inchaço destas, o êxodo provocado pelo modelo de economia voltada ao centro-sul, ocorreram juntamente aliados ao período da ditadura militar, que se instalou em 1964 reforçando o nacionalismo, busca de inimigos internos e “moralização” da sociedade brasileira (RISÉRIO, 2012). Há de se perceber que tais regimes de verdade citados anteriormente, como a criminalização dos “vadios”, não deixaram de valorar as práticas de governo, visto que os viventes da rua ainda tinham na criminalização como a ação principal do Estado para com estas pessoas.

A redemocratização do país só iria chegar década de 1980, sem a presença de dados, informações ou mesmo reconhecimento de quem era este contingente de pessoas citadas e criminalizadas ao longo do século. A necessidade criada em criminalizar e invisibilizar estes viventes, caminhou por grande parte do tempo junto com a construção do cidadão brasileiro ideal, demonstrado no contraste interno no crescimento e inchaço das cidades onde houve uma homogeneização da “população” do Estado sobre a racionalidade da moradia, ao mesmo tempo que as práticas governamentais voltadas para os viventes da rua se pautavam em ações de criminalização e controle destes anormais do desejo, de modo que a biopolítica sob esta visão se distancia do controle sobre a vida, e se aproxima da elaboração da necropolítica, pois o Estado de exceção já se apresentava em relação a estes viventes pela produção destes como inimigos (Mbembe, 2016).

5. Da eugenia à necessidade da assimilação

As práticas do governo para com aqueles considerados vadios, com “vícios de raça” e potencialmente perigosos para a ordem social, no início do século XX, tinham um direcionamento das forças táticas do Estado para a repressão e criminalização. Tais práticas se desenrolavam em um território que estava sendo alterado pela industrialização do país, onde novas cidades se conformavam, alteravam terrenos, inchavam e produziam segregações físicas. Junto com este movimento outra situação que começa a surgir no país irá produzir novos regimes de verdade que atuarão na emergência do que viria a ser o CnaR.

Ao longo do que foi exposto nas disputas que estavam presentes na primeira república, a força eugênica se insere na ciência da época propondo ações, disputando espaços, com congressistas e igreja católica, por exemplo, no modo de como os corpos deveriam ser controlados pelo governo. Há de se ater que a eugenia naquele início do século era uma ciência discutida em congressos e círculos científicos pelo mundo, se apresentando de diferentes modos. Como Stepan (2005) coloca, no Brasil, junto com a América Latina, ela teve outras definições, sentidos e práticas, onde a ciência brasileira da época, que no início do século tinha fortes influências francesas e se apresentava ainda lamarckiana, compreendia que fatores ambientais poderiam determinar alterações na hereditariedade. Tal concepção da eugenia iria em outro sentido do que se desenhava em países como Estados Unidos e Alemanha, que pautavam a atuação eugênica, tanto científica quanto como movimento social, numa visão mendeliana da hereditariedade, onde a linhagem em si determinava o caráter, excluindo as interferências causadas pela vida social.

No Brasil, apesar da teoria lamarckiana estar defasada em outras partes do mundo, ela perdurou em círculos acadêmicos até o final dos anos 1940, se relacionando intrinsecamente com o campo da saúde. Havia uma busca de qualificação e instauração desse novo governo que surgira, aliados a busca por identidade nacional, raça ideal, sem vadios, pautado em uma ordem e progresso. Stepan (2005, p. 117) traz que “por causa da eugenia, gênero e raça ficaram ligados a política de identidade nacional”, isto porque muitas das práticas realizadas pelo governo atingiam ideais eugenistas promovidos no país na época, seja direta ou indiretamente. As próprias políticas sanitárias higiênicas propostas no início do século XX no Brasil, estavam pautadas em um ambientalismo sanitarista onde tal “limpeza” das cidades atuava como uma própria atualização de ações como as de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, de maneira que “a eugenia tornara-se uma metáfora para a própria saúde” (STEPAN, 2005, p. 99).

Ao unir eugenia e ambientalismo, muitas ações médico-sanitárias se pautavam naqueles elementos que poderiam a vir “enfraquecer” a raça do brasileiro, e por conseguinte a identidade nacional e a ordem que se almejava. O que seria combatido eram os “venenos raciais” que incluíam as más condições de vida, fadiga do trabalho e alcoolismo (STEPAN, 2005). Diante das várias questões que esta força eugênica buscava controlar para atingir o objetivo da melhora da raça brasileira, as campanhas antialcoólicas protagonizaram pontos centrais nesse pensamento, visto que os eugenistas consideravam o consumo de álcool contínuo como potencial provocador de defeitos na hereditariedade, contando com o apoio, por exemplo, da Liga Brasileira de Higiene Mental, que havia colocado os efeitos do álcool na hereditariedade como ponto central das suas preocupações. Assim, o controle das drogas sob uma ação eugênica-sanitária ganha espaço na produção de regimes de verdade, atingindo não somente as práticas, mas também a valoração sob o consumo dessa droga.

É importante ressaltar que a criminalização das drogas no país, tem um longo caminho que não contempla somente este ponto de atração da emergência eugênica no tema, contudo, aqui se destaca este ponto, visto que ele parece inaugurar na prática do governo uma junção entre o sanitarismo-eugenismo com táticas de criminalização e controle, atribuindo a ação do campo da saúde no valor moral através de fluxos de culpabilização dos mais pobres pela decadência da ordem e da raça ideal que se buscava atingir. Mesmo que necessariamente não tenha se mantido sob estes termos, as ações governamentais direcionadas aos usuários de drogas, que na visão do Estado, ameaçavam a ordem e identidade nacional seguem ao longo do século XX no Brasil com a tática de aliança entre o sanitarismo, eugenismo, repressão e controle sobre o usuário.

Como apontado por Prestes (2017) o uso de drogas no Brasil vai confluir no governo do sexo quando a partir dos anos 1980 as ações de redução de danos, relacionadas ao controle da disseminação do HIV que ocorria na época, também passam a serem direcionadas ao governo do uso de drogas, assim, além da criminalização, outra tática se fortalece, a da assimilação. A nova prática que se inicia irá se desenvolver pela invenção da “população de risco” referente aos usuários de drogas, como um fluxo derivativo do governo do sexo que surgiu com o HIV, para onde a redução de danos fora originalmente pensada, assim inicia-se a produção de uma nova disputa nos regimes de verdade onde ao se estabelecer a tal população se introduz uma abordagem biopolítica de relação entre taxa de natalidade de usuários de drogas, o sexo, com o governo do uso destas, o uso da substância.

A assimilação que se têm início com os viventes da rua é um processo próprio do Estado-moderno onde há uma separação entre aquele entendido como *self*, que é rígido e dotado de uma racionalidade para garantir a cidadania homogênea, e o Outro que é uma

ameaça a este modo de viver, sendo o desconhecido que precisa ser racionalizado, seja por viver da rua sem a casa, advir como imigrante de outro país ou ser usuário de drogas. Este processo de diferenciação irá produzir também uma prática que busca incluir estes viventes anormais do desejo sob tal razão dominante, mas sem contaminar o ideal homogêneo buscado pela razão de Estado, de tal modo que a assimilação aparece como a outra via que tem potencial de eliminar as diferenças destas pessoas para incluí-las na racionalidade padronizada. Neste processo, a punição destes viventes ao serem incluídos no Estado se faz presente, pois para serem cidadãos melhores e que não possuam lapsos morais, aqueles que vão para abrigos ou outros equipamentos das políticas públicas precisam seguir certos modos de viver para serem valorados como cidadãos e então serem assimilados, em contraponto àqueles que mantêm-se na rua que continuaram a serem valorados como ameaças a homogeneidade cidadã ideal e serão atingidos pela razão de Estado pela via da criminalização (ARNOLD, 2004).

6. Estabelecimento de uma população e o Consultório na Rua

O fluxo assimilatório trazido até então fica evidenciado no Brasil com a saída da ditadura militar e a criação da constituição de 1988. Isto, pois, é quando o país se vê diante de pessoas que anteriormente não faziam parte da população, e que a partir daquele momento se tonam cidadãs. Onde antes tinha-se somente como resposta a tática da criminalização para os não cidadãos, a partir de então as táticas de assimilação começam ganhar espaço. Assim, com a necessidade criada pela constituição cidadã e a emergência dessa “população de risco” pelas grandes cidades, o Estado começa a operar nestas, numa busca de delimitar e enquadrá-las. Esse movimento aparece como uma tentativa de desenvolver uma prática governamental que estabeleça uma política pública para tais pessoas, que até então tinham como condição partilhada em relação ao Estado era a ausência deste, salvo quando eram atingidas pela criminalização.

A tentativa de estabelecimento de uma população direcionada aos viventes da rua irá ocorrer com a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR pelo Decreto n.º 7.053 em 23 de dezembro de 2009, onde a definição considera população em situação de rua

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Esta própria definição atribuída pelo Estado reconhece o desafio da ação homogeneizante sobre tais viventes, onde parte disto se dá no próprio processo emergencial da tal população, visto que até então não havia a necessidade de governo sobre estas pessoas além da criminalização. Tal questão pode ser exemplificada quando se verifica que o uso da ciência estatística e demografia não atingia estes viventes, já que os censos eram direcionados a partir da chave domicílio/família. Considerando tal originalidade da constituição de políticas públicas que precisavam atingir tais pessoas sob outros aspectos que não o da criminalização, não havia aporte tático ou técnico que sustentasse tal objeto de população.

Com o estabelecimento da PNPR, outros setores do governo iniciaram a elaboração de propostas de ação para a “população heterogênea”. No campo da saúde tal grupo vai ser incorporado pelas ações advindas da redução de danos, num fluxo de assimilação. A importância da redução de danos para a emergência do CnaR está na criação do chamado Consultório de Rua. Este surgiu no final dos anos 1990 por um projeto do professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Nery Filho, como uma proposta de atendimento aos viventes da rua direcionando as práticas para uma redução de danos, sendo reconhecido pelo próprio Ministério da Saúde onde cita “a pertinência deste dispositivo como alternativa para a abordagem e atendimento aos usuários de drogas em situação de grave vulnerabilidade social, e com maior dificuldade de aderir ao modelo tradicional dos serviços da rede” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 9). Em 2009 o Consultório de Rua foi considerado como parte das estratégias do Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde (PEAD) proposto pelo Ministério da Saúde.

Apesar do processo do Ministério da Saúde estar se orientando para políticas relacionadas ao uso de drogas, quando a portaria do CnaR é publicada em 2011, este equipamento emerge vinculado à AB, e não como parte da rede de atenção psicossocial. Isto não ocorreu sem disputas, visto que a portaria ministerial advém de uma disputa de poderes e visões de como o atendimento em saúde para as consideradas pessoas em situação de rua deveria ocorrer. Como demonstrado por Borysow (2018), houve uma disputa na passagem de uma proposta que vinha caminhando dentro da pasta da saúde mental do Ministério da Saúde, a do Consultório de Rua, para uma proposta aliada a AB com a mudança de nome para Consultório na Rua, que foi então publicada em 2011 na portaria da PNAB com o CnaR como sendo efetivado como parte da AB, e com suas diretrizes definidas pela Portaria nº 122 do Ministério da Saúde no mesmo ano, iniciando formalmente a fomentação e financiamento para a implantação do equipamento pelo país (BRASIL, 2011, 2012a).

Juntamente a criação do CnaR na PNAB, não é possível desconsiderar outras forças que atuaram para que ele fosse efetivado como parte de uma política pública na saúde. Entre tais forças, uma que tomou forma de movimento social, foi o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), de modo que, participando de reuniões e comitês técnicos, estabeleceram uma luta para a inclusão do então novo serviço, como parte integrante da AB. Inclusive, até o texto final, mantiveram propostas e demandas, como a defesa da obrigatoriedade do agente social, que atuava na redução de danos no Consultório de Rua, nas equipes do CnaR, que não foram incluídas na PNAB (BORYSOW 2018).

O CnaR vivenciado nesta pesquisa foi criado na condição de possibilidade de sua criação, os campos de disputa relatados aqui. Ele se estabelece com uma carga valorativa que caminha com o processo da história das disputas brasileiras dos regimes de verdade sobre os viventes da rua. Isto evidencia-se pelo próprio histórico colhido no município, onde o atendimento aos viventes da rua no início dos 2000 era realizado pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com um carro que ia até aqueles que estavam em condições mais graves de uso de drogas nas ruas para realizar tal abordagem. Este modelo de atendimento é encerrado em 2004 após a implantação do SAMU, que ficou responsável por tais atendimentos, contudo inicia-se debates entre profissionais e gestores de que um serviço de emergência não seria válido para atender tais pessoas, o que acabou gerando recusas de atendimento pela própria equipe do serviço móvel.

[...] se chamava o SAMU: “[...] isso é uma queixa social, não é uma questão do SAMU, o SAMU não vai fazer abordagem, a assistência que tem que fazer”. [...] Então isso vinha sempre de muita discussão, quem que vai abordar? (Entrevistade).

Diante disto, um “vácuo” de atendimento surgiu. Com o não reconhecimento do SAMU como equipamento para atendimento de tais pessoas, junto com a necessidade de expansão das ações dos CAPS e Unidades Básicas de Saúde, ao mesmo tempo que havia um crescimento do número de pessoas em situação de rua no município, tal questão começa a permear as discussões nos profissionais e gestores de saúde. Buscaram-se estratégias para a criação de um grupo que pensaria a implantação de um serviço nos moldes do Consultório de Rua, com atendimento direcionado àqueles que utilizavam drogas e que estaria vinculado diretamente à autarquia de saúde como um serviço de atenção psicossocial.

As discussões estavam avançando, contudo em 2011 a PNAB é publicada e age como ponto de atração na emergência do CnaR no município, efetivando a sua formação, mas considerando-o como parte da AB, como visto na ata da Conselho Municipal de Saúde (CMS) do município (CMS, 2012, l. 1059–1062).

a intenção era a de se conduzir um consultório de rua por iniciativa Municipal, mas como houve a publicação em março, com esta possibilidade de cadastramos o serviço e passarmos a receber o valor da modalidade 2 no valor treze mil, esta sendo submetido a aprovação do conselho para que seja dado segmento ao processo de cadastramento [grifo nosso].

A criação do CnaR no município emerge numa disputa de regimes de verdade e táticas de Estado onde não havia estudos ou produção de práticas de ações para lidar com tal "população". Quando se se criou o equipamento, o município estava diante do aumento de pessoas em situação da rua e inchaço urbano. A criação de uma população, e o necessário estabelecimento de um serviço para esta, gerou um movimento onde o CnaR ao ser criado, apesar de seu ineditismo, acabava por não possuir fluxos, protocolos, ou outros instrumentos bem estabelecidos para lidar com tais viventes, nem mesmo definições que delimitassem quem iria ser atendido ou não por aquele equipamento, ficando sob responsabilidade dos próprios profissionais criar o fluxo de trabalho.

Embora tal potencial inventivo deste modo de serviço, há de se reconhecer que este equipamento não está imune as pistas genealógicas de criminalização e assimilação que permearam os regimes de verdade em relação aos viventes da rua ao longo da história do país. Isto foi evidenciado na insistência do tema como uma questão de saúde mental, refletida tanto nas atas do CMS quanto em entrevistas e vivências.

Nestas relações de forças, foi percebido que identidade atribuída aos viventes da rua na forma de uma população, não elimina as condições que historicamente os designaram como uma "não-população". Isto apareceu neste estudo no não reconhecimento de serviços públicos, recaindo sobre estes o peso moral estabelecido da assimilação e criminalização histórica.

O peso que acompanha um vivente da rua aparece no ato da própria abordagem de um serviço. Isso é exemplificado tanto por falas das entrevistas quanto nas vivências, evidenciando uma discussão recorrente sobre qual profissional ou serviço seria "responsável" por abordar e atender essa população que surgira.

Então isso vinha sempre de muita discussão, "quem que vai abordar? quem que vai abordar?", na época não tinha nem projeto do ministério da saúde, não tinha a questão do recurso, não tinha saúde aquela portaria lá [...] (Entrevistade).

Deste modo, a criação do CnaR não pode ser reduzida a uma publicação de uma portaria ou contratação de profissionais, mas sim, compreendida como uma investigação constante das relações de força e regimes de verdade que atuaram e atuam na concepção do equipamento e como elas podem influenciar na produção de cuidado.

7. Considerações sobre a produção de diferença

As disputas de regimes de verdade que pautaram a emergência de táticas de Estado para com os viventes da rua tiveram uma forte valoração produzida em estratégias derivadas de criminalizações e ideais higiênico-eugenistas, nas quais aqueles que vivem da rua são colocados como uma ameaça a racionalidade daqueles que possuem moradia e estão dentro uma identidade nacional homogênea e estática, mesmo que idealizada.

Somente a partir da carta magna de 1988 que estas pessoas são reconhecidas como sujeitos de direitos, mesmo que a partir daí se inicie uma busca de assimilação para que estas façam “jus” à condição de cidadão. Apesar da importância inegável de tais movimentos históricos de afirmação de direitos, há de se investigar os valores que estiveram e estão envolvidos na emergência e estabelecimento de uma política, no caso de saúde, e como elas se efetivam como ação na realidade.

Na multiplicidade de relações e forças que culminaram na criação do CnaR, ficou demarcado que ocorreu a influência de regimes de verdade estabelecidos sob a égide da criminalização ou da assimilação pelo Estado, sendo importante a compreensão e explicitação dos mesmos para que deste modo que este não reproduza valores e táticas normatizadoras da necropolítica do Estado moderno capitalista no cotidiano.

Diante disso, considerando que não é possível contemplar todas as disputas e campos de força que ali habitavam, mas sim contribuir para a produção de conhecimento e perspectivas deste tema, compreendemos que esta pesquisa, apesar de demonstrar e discorrer sobre algumas pistas genealógicas levantadas, não esgota a discussão sobre regimes de verdade que permeiam tanto os viventes da rua quanto às práticas dos diferentes equipamentos de saúde, bem como não abrange todos os campos possíveis de investigações. Portanto, recomenda-se o desenvolvimento de estudos que permitam investigar e aprofundar discussões a respeito de como os regimes de verdade foram, e são, estabelecidos dentro das políticas públicas no SUS, para então discutir sobre práticas de produção de saúde que consigam transvalorar estas próprias verdades cristalizadas, ressaltando que o caminho traçado na investigação de tais pistas é singular.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Ana Lúcia; MERHY, Emerson Elias; GOMES, Maria Paula Cerqueira; TALLEMBERG, Cláudia; CHAGAS, Magda de Sousa; ROCHA, Monica; SANTOS, Nereida Lucia Palko Dos; SILVA, Erminia; VIANNA, Leila. O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. **Lugar comum**, n. 39, p. 133–144, 2013.
- ANDRADE, Rebeca De; COSTA, Alane Andréa Souza; SOUSA, Elyana Teixeira; ROCON, Pablo Cardozo. O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, p. 227–239, 2022. DOI: 10.1590/0103-1104202213216.
- ARNOLD, Kathleen R. **Homelessness, citizenship, and identity: the uncanniness of late modernity**. Albany: State University of New York Press, 2004.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930). **ponto-e-vírgula**, v. 1, p. 161–188, 2007.
- BORYSOW, Igor Da Costa. **O Consultório na Rua e a atenção básica à população em situação de rua**. 2018. Doutorado em Medicina Preventiva - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI: 10.11606/T.5.2018.tde-12062018-132859. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-12062018-132859/>. Acesso em: 28 maio. 2023.
- BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. *Em: Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, v. 17, p. 65–72, 2007.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. 31 dez. 1940, Seção 1, p. Página 23911. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2009.
- BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2011.

BRASIL. Portaria nº 122, de 25 de Janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2012 a.

BRASIL. Portaria nº 123, de 25 de Janeiro de 2012. Define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua (eCR) por Município. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2012 b.

BRASIL. Portaria nº 1.255, de 18 de Junho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua e os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua, por município e Distrito Federal, por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2021.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República - Liberalismo versus positivismo Brasil: 1870 - 1900. **Revista USP**, v. 0, n. 17, p. 122, 1993. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i17p122-135.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Ata da 224ª de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Londrina. 2012.

CUORE, Raul Enrique; CATANANTE, Bartolina Ramalho. A metodologia dos censos demográficos no Brasil: desigualdades educacionais da população negra. **Revista Magistro**, v. 1, n. 13, 2016.

FILHO, Walter Fraga. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. 1994. Dissertação de Mestrado. Mestrado em História - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica : Curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GONÇALVES, Juliana Garcia. **A Lei nº. 12.732 de 22 de Novembro de 2012 e seu efeito no Cuidado aos Pacientes Oncológicos**. 2016. Tese - UFRJ/ Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000853043>.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio; GLEZER, Raquel. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2019.

LAND, Marcelo Gerardin Poirot. Genealogia: uma investigação criminal aparentemente equivocada: uma conversa com o texto “Nietzsche, a genealogia e a história” de Michel Foucault. *Em*: MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staeve; SEIXAS, Clarissa Terenzi; JÚNIOR, Helvo Slomp; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1p. 423–427.

LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926**. 2003. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, v. 32, p. 123–151, 2016.

MERHY, Emerson. Anormais do desejo: os novos não humanos? Os sinais que vêm da vida cotidiana e da rua. *Em*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (ed.). **Drogas e Cidadania: em debate**. Brasília: CFP, 2012. p. 9–18. Disponível em: <https://www.circonteudo.com/wp-content/uploads/2012/01/emerson-merhy-anormais-drogas-e-cidadania-conselho-f.psicologia.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Consultório de Rua do Sus. Material de trabalho para a II Oficina Nacional de Consultórios de Rua do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde/EPJN-FIOCRUZ, 2010.

MOEBUS, Ricardo Narciso; MERHY, Emerson Elias; SILVA, Erminia. O Usuário-cidadão como guia. Como pode a onda elevar-se acima da montanha? *Em*: MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staeve; SEIXAS, Clarissa Terenzi; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva; SLOMP, Helvo (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1p. 43–53.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana; SILVA, Alberto da Costa E. **História do Brasil: uma interpretação**. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto De; SIMÕES, Celso Cardoso Da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**v. 22, n. 2, p. 291–302, 2005. DOI: 10.1590/S0102-30982005000200007.

PRESTES, Túlio Kércio Arruda. **A história do homo psicoativus: uma análise arqueogenealógica da redução de danos**. 2017. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. 1. ed. São Paulo, SP, Brasil: Editora 34, 2012.

RODRIGUES, Cristiane. **A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906)**. 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade?** 1. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1995.

SILVA, Carolina Cruz Da; CRUZ, Marly Marques Da; VARGAS, Eliane Portes. Práticas de cuidado e população em situação de rua: o caso do Consultório na Rua. **Saúde em Debate**, v. 39, n. spe, p. 246–256, 2015. DOI: 10.5935/0103-1104.2015S005270.

SLOMP JUNIOR, Helvo; MERHY, Emerson Elias; ROCHA, Monica Moreira; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; BORTOLETTO, Maira Sayuri Sakay; CRUZ, Kathleen Tereza Da. Contribuições para uma política de escritura em saúde: o diário cartográfico como ferramenta de pesquisa. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, v. 20, n. 3, 2020. DOI: 10.5565/rev/athenea.2617. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v20-3-slomp>. Acesso em: 20 dez. 2022.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

9. TSUNAMI: CONSIDERAÇÕES SEQUENCIAIS

Durante a produção cartográfica realizada nesta pesquisa, a perspectiva sismográfica acabou funcionando como um modo de pensar e organizar os direcionamentos para a produção de mapas. Tais abalos sísmicos, por serem significantes, necessariamente precisam advir de um encontro que produza algum corte perceptível nos afetos, que permita uma mudança na potência de vida, para então, a partir desta imanência, seguir para a produção de mapas.

Os abalos, apesar de funcionarem de modo, muitas vezes, independente ao logo do manuscrito, se entrelaçam de uma maneira que passam a ganhar sentido numa perspectiva de mapa. Deste modo, quando voltamos o olhar para tais linhas, alguns pontos analíticos podem ser pensados.

Se tais abalos podem ocasionar terremotos na superfície, agindo diretamente sobre a terra, muitos também podem se dar no mar, produzindo tsunamis. De etimologia japonesa, Tsunami, 津波 (tsunami), derivado de 津 (tsu) (porto, ancoradouro) e 波 (nami) (onda, mar), é um acontecimento posterior os abalos sísmicos que ocorrem no fundo do mar. Num movimento que pode viajar por continentes inteiros, as ondas produzidas vão atingir os litorais conforma sua intensidade e proximidade.

Não somente um processo derivativo, mas um acontecimento em si, que não ocorre sem a disputa incessante dos movimentos internos do planeta, mas não só destes. Também escancaram a disputa constante entre a terra e o mar. Como Deleuze (2008) traz, nesta disputa, estes elementos se detestam, um horror que não é tranquilizador quando nos deparamos com ele.

O que a produção cartográfica visou trazer com os mapas apresentados, está ancorado tanto em sismos terrestres da terra, quanto aqueles do mar. Se os da terra foram perceptíveis, muitas vezes, no momento de produção da tese, há ainda, um porvir dos maremotos e tsunamis que irão bater contra as docas e, talvez, produzir outros acontecimentos.

Com o apresentado nos epicentros ao longo da tese, alguns pontos são pinçados para ser possível estabelecer uma reflexão sobre o próprio processo de finalização.

Primeiramente, coloco que o funcionamento do Estado moderno capitalista, atuando por capturas através da produção de axiomas, tem na cidade um espaço que, ao longo do tempo, foi se configurando conforme as organizações do corpo do capital. Um estriamento tencionado

constantemente, na fundação de condomínios, asfaltos, praças e casas, relegando a própria vegetação e florestas a uma paisagem que necessita de uma cidade para contrastar. Esta concepção da cidade que visa organizar a vida, voltando a mesma para produção de capital, não deixa espaço para outros modos de viver surjam das linhas de fuga. Ou eles são assimilados, ou são ignorados e reprimidos pelo aparelho estatal.

O CnaR é o serviço que anda por esta cidade estriada, mas que, ao longo das vivências, viu-se que o mesmo também, em muitos momentos, consegue se deslocar pelos territórios lisos. Vielhas, becos, mocós, viadutos, terrenos baldios, ocupações, matas, entre tantos locais que não estão previstos em uma cidade racionalizada. É nesta potencialidade de outros deslocamentos que o serviço consegue se aproximar das redes vivas que os viventes da rua produzem diariamente.

Outro ponto que surgiu como importante na produção dos mapas é que, com a cidade e seu território megamaquínico, a pandemia de COVID-19 apareceu como um ponto de atração, uma singularidade que direcionou as desterritorializações e reterritorializações que o capital poderia exercer. Foi verificado que o CnaR é um serviço que, mesmo com a potencialidade de produzir o cuidado nestas multiplicidades, também acaba por sofrer reveses e despotencializações, como a limitação da equipe, falta de apoio em muitos momentos, seja do sistema de saúde ou mesmo de outras políticas públicas e questões materiais, como carro adequado, por exemplo. Tudo isto, confluíu na crise pandêmica, nos atendimentos aos viventes e nas campanhas de vacinação, as quais só conseguiram ser efetivadas devido à vinculação que a eCR possui com os viventes da rua, não sendo pautada no tradicional funcionamento assimilativo, apesar deste ainda disputar na maioria dos modos de funcionar do serviço.

As visitas realizadas junto à eCR também promoveram encontros que funcionaram como linhas de ruptura que cortavam as situações. Disto, a apresentação dos encontros vividos com Danny, pôs em disputa a própria noção de domicílio, compreendida pelo pesquisador. Se tomarmos o modo de funcionar da cidade com seus estriamentos, a casa também não está ausente de tais axiomas, mas ao contrário, conforme exposto n'O Anti-Édipo, é a própria organização da casa, que já atua num modo de produção de familismo, e por consequente, neurose, fazendo a pessoa investir tal relação familiar socialmente, e então, ter seu desejo, sua subjetividade produzida em prol do capital. Ocorre que, ao se encontrar uma linha de fuga, um modo de viver, no centro do estriamento da megamáquina, é perceptível que as buscas para inclusão do vivente da rua, nas assimilações da casa racional pelos aparelhos de captura do

Estado, não irão funcionar, pois tais segmentaridades dos viventes sempre estarão atuando, e, enquanto tais subjetividades não foram contempladas, e suas singularidades reconhecidas, a máquina de morar modernista de Le Corbusier continuará vigente, enquanto a máquina de morar produtiva será suplantada.

Por fim, dado a diagramação que fora se formando ao longo da vivência do pesquisador, propôs-se produzir uma investigação genealógica, através das próprias contradições vividas ao longo das vivências, mas também dos questionamentos quanto as emergência e manutenção de certos regimes de verdade e modos de funcionamento do CnaR. Assim, de tal investigação, foi possível verificar que o CnaR emerge, em um dos seus sentidos, como parte de uma resposta a um surgimento de uma população que até a constituição federal de 1988 não existia. Dado o momento que a pessoa que está em situação de rua também é considerada cidadã, mecanismos de controle e disciplina que até então eram direcionados a tais pessoas, exercidos por ideias que tinham tinturas de higienismo e eugenia em seus funcionamentos, acabaram por terem sua atenção dividida com outros braços do Estado, para com tais pessoas. Assim, pessoas que historicamente já passaram no país com negação de direitos, violência e genocídio, como negros, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, se estão em situação de rua, acabam, muitas vezes, acessados pelo aparelho estatal por uma destas mãos, ou a da assimilação, ou a da força.

O CnaR neste movimento, emerge nesta disputa de relações, visto que acaba por presenciar grande parte dos funcionamentos morais que se mantiveram de movimentos eugenistas e higienistas, especialmente na sua formulação original, voltado apenas para redução de danos. Quando ele ganha uma formulação dentro da PNAB, seu direcionamento ganha potência, na medida que pode agir numa produção de cuidado, vinculado à rede de atenção básica. Não obstante, vale ressaltar, que no próprio levantamento da implementação do CnaR em Londrina, este acabou por passar por uma “crise de identidade”, entre equipamento da “saúde mental” ou da “atenção básica”, que pode ser relacionado a tais regimes de verdade que ainda imperam em muitas discussões, sobre qual o modo de ação que o aparelho estatal está disposto a direcionar aos viventes da rua.

Deste modo, considerando tais abalos, este terremoto provocado pela produção cartográfica apresentada, traz, além das potencialidades descritas, uma fissura na qual há um abismo, que deverá ser encarado pelos viventes do território, sejam gestores, profissionais ou usuários. Distante de observar até o abismo voltar os olhos contra nós, ignorar esta ferida aberta

não deixará tempo de atenção suficiente para que, com os cuidados necessários, um dia ela cicatrize, mas, ao contrário, ao não olharmos para tal ferida, arriscamos ficar no aguardo do tsunami e suas assombrações. Como Chico Science colocava, “quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça”²⁶, ou seja, é a manutenção de uma necropolítica, no aguardo da produção de morte e sofrimento para manutenção das cidades ausentes de multiplicidades.

É uma questão recorrente junto que me cortava sempre quando estava com o CnaR, queremos a cidade para quê? E para quem?

²⁶ Parte da letra da música “Da Lama Ao Caos” de Chico Science & Nação Zumbi (CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994).

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Ana Lúcia; MERHY, Emerson Elias; GOMES, Maria Paula Cerqueira; TALLEMBERG, Claudia; CHAGAS, Magda de Sousa; ROCHA, Monica; SANTOS, Nereida Lucia Palko Dos; SILVA, Erminia; VIANNA, Leila. O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. **LUGAR COMUM**, n. 39, p. 133–144, 2013.
- ABRAHÃO, Ana Lúcia; MERHY, Emerson Elias; GOMES, Maria Paula Cerqueira; TALLEMBERG, Claudia; CHAGAS, Magda de Sousa; ROCHA, Monica; SANTOS, Nereida Lucia Palko Dos; SILVA, Erminia; VIANNA, Leila. O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. *Em*: MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; JÚNIOR, Helvo Slomp; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1p. 22–30.
- ALCANTARA, Sarah Bernadete de Carvalho. O que pode um corpo? Espinosa e Deleuze, o desejo como produção. **Profanações**, v. 6, p. 220–237, 2019. DOI: 10.24302/prof.v6i0.2437.
- ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva E; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, n. 2, p. 80–88, 2011.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico e transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDRADE, Edson Peixoto. A filosofia do acontecimento em Deleuze. **O Manguezal (Sergipe)**, v. 1, n. 2, p. 6–18, 2018.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930). **Ponto-e-Vírgula. Revista de Ciências Sociais**, v. 1, p. 161–188, 2013.
- ASIMOV, Isaac. **Fundação**. São Paulo: Aleph, 2009.
- Audiência Pública - Pessoas em situação de rua em Londrina - 24/10/2022**. Londrina, 24 out. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OF3zNei2zIA>. Acesso em: 8 fev. 2023.
- BARBOSA, Jéssica Cássia. **Involução criadora: o maior e o menor na obra de Gilles Deleuze**. 2014. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19708>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- BARROSO, Maria Do Sameiro. Sismógrafo. **Faces de Eva**. p. 177–180, dez. 2016.
- BATTISTELLI, Bruna Moraes. **Carta-grafias : entre cuidado, pesquisa e acolhimento**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169461>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Tradução: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BERGOC, Gilson Jacob; AYOUB, Thamine de Almeida Ayoub; ZARA, Olivia Orquiza de Carvalho; ZANON, Elisa Roberta. Acumulação pela urbanização e déficit habitacional: disputas e conflitos. *Em*: CADERNOS DE ESTUDOS URBANOS 2022, São Paulo. **Anais [...].** *Em*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTUDOS URBANOS E INTERDISCIPLINARIDADE. São Paulo: Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, 2022. p. 51–70. Disponível em: https://www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Artigos/Informes/Caderno%20de%20Estudos%20Urbanos%20-%20Volume%205.pdf#page=52. Acesso em: 18 dez. 2022.

BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias; COELHO, Karla Santa Cruz; SANTOS, Mara Lisiane de Moraes Dos; ROSA, Nathália Silva Fontana (org.). **O Cer que precisa ser: os desafios de ser rede viva com o outro**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2022. a. DOI: 10.18310/9786587180991. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/project/o-cer-que-precisa-ser-os-desafios-de-ser-rede-viva-com-o-outro/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias; COELHO, Karla Santa Cruz; SANTOS, Mara Lisiane de Moraes Dos; ROSA, Nathália Silva Fontana (org.). **O Cer que precisa ser: os desafios perante as vidas insurgentes**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2022. b. v. 2 DOI: 10.18310/9788554329396. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/project/o-cer-que-precisa-ser-os-desafios-perante-asvidas-insurgentes/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BIALER, Marina; VOLTOLINI, Rinaldo. AUTISMO: HISTÓRIA DE UM QUADRO E O QUADRO DE UMA HISTÓRIA. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e45865, 2022. DOI: 10.4025/psicoestud.v27i0.45865.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. São Paulo: Editora Globo, 2000. v. Volume II – (1952-1972)

BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. *Em*: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). **Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BRAIDOTTI, Rosi. **The posthuman**. Cambridge, UK ; Malden, MA, USA: Polity Press, 2013.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República - Liberalismo versus positivismo Brasil: 1870 - 1900. **Revista USP**, v. 0, n. 17, p. 122, 1993. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i17p122-135.

BURGOS, Rafael; OLIVEIRA, Luma Santos De. O BOLSONARISMO FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19: Pulsão suicidária e repressão do luto. **Revista Ciências Humanas**, v. 15, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2022.v15.n1.a851>. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/851>. Acesso em: 25 dez. 2022.

CAMUS, Albert. **A Peste**. 23. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

CAMUS, Albert. **Estado de Sítio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

CAVALCANTI, Marina de Oliveira. **Deleuze, Foucault e a genealogia: desdobramentos críticos em Nietzsche**. 2017. Dissertação - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.pgfi.uff.br/wp-content/uploads/2016/03/2017_Marina_Cavalcanti.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

CECAD 2.0. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. 2022. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=35&nome_estado=SP+-+S%C3%A3o+Paulo&p_ibge=3550308&nome_municipio=S%C3%A3o+Paulo&id=44. Acesso em: 7 jan. 2023.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Da lama ao caos**. Rio de Janeiro: streaming

CHRISTOPHERSON, Robert W.; BIRKELAND, Ginger H. **Geossistemas : uma introdução à geografia física [recurso eletrônico]**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE - CNES. **CnesWeb - Cadastro de Estabelecimentos de Saúde**. Disponível em: <https://cnes2.datasus.gov.br/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS. **RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009**. Brasília, DF. 11 nov. 2009.

COSTA, Luciano; AMORIM, Alexandre Sobral Loureiro. **UMA INTRODUÇÃO À TEORIA DAS LINHAS PARA A CARTOGRAFIA**. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 14, n. 3, p. 912, 2019. DOI: 10.7867/1809-0354.2019v14n3p912-933.

CRUZ, Kathleen Tereza Da et al. Na cozinha da pesquisa: conversações sobre os encontros do trabalho e o trabalho dos encontros. *Em*: FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 2p. 252–269.

CRUZ, Kathleen T. **Agires militantes, produção de territórios e modos de governar. Conversações sobre o governo de si e dos outros**. 1. ed. [s.l.] : Editora Rede UNIDA, 2016. DOI: 10.18310/9788566659528. Disponível em: <http://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/agires-militantes-producao-de-territorios-e-modos-de-governar-conversacoes-sobre-o-governo-de-si-e-dos-outros-pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2023.

CULP, Andrew. **Dark Deleuze: pela morte desse mundo**. São Paulo: GLAC Edições, 2020.

CUNHA, Antônio Geraldo Da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

DAVID-MÉNARD, Monique. Repetir e inventar segundo Deleuze e segundo Freud. **Discurso**, n. 36, p. 19–36, 2007. DOI: 10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38071.

DAVIDSON, Martina. **VEGANISMO ENQUANTO IMPORTAÇÃO COLONIAL: UM FENÔMENO DE CONSUMO DO CAPITALISMO**. *Revista Estudos Libertários*, v. 4, n. 9, p. 30–60, 2022.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins; Tradução: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? *Em: O Mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996. p. 83–96.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: Filosofia Prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos textos e entrevistas (1953-1974)**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. 5. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011. b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 2**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011. c.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012. a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012. b.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles.; UHLMANN, Anthony. The Exhausted. **SubStance**, v. 24, n. 3, p. 3, 1995.

DELIGNY, Fernand. **O Aracniano e outros textos**. Tradução: Lara De Malimpensa. São Paulo: n-1 edições, 2015.

DIAS, André Luiz. **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Plataforma de Atenção em Direitos Humanos, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-Incontaveis-2021.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

DIAS, Sandra. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 18, p. 307–313, 2015. DOI: 10.1590/1415-4714.2015v18n2p307.9.

ENES, Eliene Nery Santana; BICALHO, Maria Gabriela Parenti. Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de Educação Especial no contexto da educação inclusiva. **Educação em Revista**, v. 30, n. 1, p. 189–214, 2014. DOI: 10.1590/S0102-46982014000100008.

ENTER SHIKARI. **Giant Pacific Octopus (i don't know you anymore)** : A Kiss for the Whole World. United Kingdom. SO Recordings, 21 abr. 2023.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v. 31, p. e200027, 2020. DOI: 10.1590/0103-6564e200027.

FERREIRA, António Gomes. **Dicionário de Latim-Português**. Porto: Porto Editor, 1991.

FERREIRA, Jean Pierre Gomes. A EXTERIORIDADE DA MÁQUINA DE GUERRA EM MIL PLATÔS: UMA QUESTÃO DE MÉTODO. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 11, n. 28, p. 133–151, 2019. DOI: 10.36311/1984-8900.2019.v11.n28.09.p133.

FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 2

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. 2. ed. São Paulo (SP): UNESP, 2011.

FIGUEIREDO, Euridice. A peste de Camus em diálogo: epidemias do passado, pandemia do presente. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 31, n. 2, p. 183–201, 2021. DOI: 10.35699/2317-2096.2021.26043.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRICHOT, Hélène; GABRIELSSON, Catharina; METZGER, Jonathan. What a City Can Do. *Em: Deleuze and the city*. Deleuze connections Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. p. 1–13.

GAIMAN, Neil. **Lugar nenhum**. São Paulo: Conrad, 2007.

GENOSKO, Gary. Megamachines: From Mumford to Guattari. **Explorations in Media Ecology**, v. 14, n. 1, p. 7–20, 2015. DOI: 10.1386/eme.14.1-2.7_1.

GOMES, Maria Paula Cerqueira; MERHY, Emerson Elias (org.). **Pesquisadores In-Mundo: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2014.

GOMES, Pedro Henrique. Brasil tem de deixar de ser “país de maricas” e enfrentar pandemia “de peito aberto”, diz Bolsonaro. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 25 dez. 2022.

GONÇALVES, Juliana Garcia. **A Lei nº. 12.732 de 22 de Novembro de 2012 e seu efeito no Cuidado aos Pacientes Oncológicos**. 2016. Tese - UFRJ/ Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000853043>.

GREINER, Christine. **Fabulações do corpo japonês: e seus microativismos**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

GREINER, Christine. **Corpos crip: Instaurar estranhezas para existir**. n-1 edições, 2023.

GUATTARI, Félix. Máquina e estrutura (1969). *Em: Psicanálise e Transversalidade: Ensaio de Análise Institucional*. 1. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2004. p. 309–319.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012.

GUATTARI, Félix. **Desejo e Revolução**. São Paulo, SP: sobinfluncia edições, 2022.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUÉRON, Rodrigo. A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari. De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 29, n. 46, p. 257, 2017. DOI: 10.7213/1980-5934.29.046.DS14.

GUÉRON, Rodrigo. **Capitalismo, Desejo E Política. Deleuze E Guattari Leem Marx**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.

HAVSKOV, J.; ALGUACIL, Gerardo. **Instrumentation in earthquake seismology**. Dordrecht [Netherlands]: Springer, 2004.

HENZ, Alexandre. Uma política do esgotamento entre Beckett e Deleuze. **Cadernos de Subjetividade**, n. 12, p. 79–85, 2010. DOI: <https://doi.org/10.2354/cs.v0i12.38447>.

HUR, Domenico Uhng. Desejo e política em Deleuze: máquinas codificadora, neoliberal, neofascista e esquizodramática. **Poliética**, v. 8, n. 2, p. 173–202, 2020. DOI: 10.23925/poliética.v8i2.50130.

IBGE Cidades. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. Agenciamentos ecológicos: entre máquinas técnicas e máquinas desejantes. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 6, p. 10–30, 2021. DOI: 10.34024/revbea.2021.v16.11654.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Guia do censo**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/conceituacao.html>. Acesso em: 18 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação | IBGE**. Canal do poder executivo federal. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 17 jan. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **CADERNO ESTATÍSTICO : MUNICÍPIO DE LONDRINA**. [s.l.] : IPARDES, 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86000&btOk=ok>. Acesso em: 21 dez. 2022.

JÚNIOR, Antonio R. Guerreiro. HECKENBERGER, Michael J. *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*, New York and London, Routledge, 2005, 404 pp. **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 2, p. 756–762, 2008. DOI: 10.1590/S0034-77012008000200014.

JÚNIOR, José Carlos Ugeda. PLANEJAMENTO DA PAISAGEM E PLANEJAMENTO URBANO: REFLEXÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA. **Revista Matogrossense de Geografia**, v. 17, n. 01, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/764>. Acesso em: 2 jan. 2023.

KOKUBUN, Koichiro. How to read Deleuze—neurosis, schizophrenia and autism. *Em*: 2018, Seoul National University, Graduate Comparative Literature Program, Seoul National University, Shinyang Humanities Hall 302. **Anais [...]. Em: DELEUZE WORKSHOP IN SEOUL**. Seoul National University, Graduate Comparative Literature Program, Seoul National University, Shinyang Humanities Hall 302 Disponível em: https://researchmap.jp/koichirokokubun/presentations/20245552/attachment_file.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio; GLEZER, Raquel. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2019.

KUMAR, Dhananjay; AHMED, Imtiaz. Seismic Noise. *Em*: GUPTA, Harsh K. (org.). **Encyclopedia of Solid Earth Geophysics**. Encyclopedia of Earth Sciences Series Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 1442–1447. DOI: 10.1007/978-3-030-58631-7_146. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-58631-7_146. Acesso em: 26 out. 2023.

LAND, Nick. **Fanged Noumena: Collected Writings 1987-2007**. 2. ed. United Kingdom: Urbanomic / Sequence Press, 2012.

LANZA, Fabio; ROCHA, Marco Antonio Da; MIANI, Rozinaldo Antonio. **RELATÓRIO FINAL PESQUISA POP RUA LONDRINA - 2018**. Londrina. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/dpse/centro-pop/36734-relatoriofinalondrinapesquisapoprua/file>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LENZI, Letícia. LEWIS MUMFORD: UMA VOZ DE RESISTÊNCIA À CIVILIZAÇÃO TECNOCRÁTICA. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 6, n. 12, p. 25–36, 2016. DOI: 10.26694/cadpetfil.v6i12.4836.

LIMA, Filipe Antunes; GUIMARÃES, Raul Borges. IDENTIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM LONDRINA-PR. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 14, n. 30, p. 41–52, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/Hygeia143004>.

LIMA, Fátima; MERHY, Emerson Elias. Produção de conhecimento, ciência nômade e máquinas de guerra: devires ambulantes em uma investigação no campo da saúde coletiva. *Em*: MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staevic; SEIXAS, Clarissa Terenzi; JÚNIOR, Helvo Slomp; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1.

LINS, Daniel. O PENSAMENTO NÔMADE. Nietzsche: Vida Nômade ou Estadia Sem Lugar. **Revista Lampejo**, v. 6, n. 12, p. 271–286, 2017.

LONDRINA. Decreto nº 1385, de 31 de outubro de 2014 - Institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial, e dá outras providências. **Jornal Oficial do Município de Londrina**. 31 out. 2014, p. 2–5.

LONDRINA. **Relatório anual de gestão da secretaria municipal de saúde 2020**. Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina, 2020. Disponível em: https://saude.londrina.pr.gov.br/images/relatorio_gestao/RAG_2020_1.pdf. Acesso em: 7 fev. 2023.

LONDRINA. **PERFIL DE LONDRINA 2021: ANO BASE 2020**. Londrina: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA, 2021a. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-planejamento/gpi/perfil-de-londrina-2021/43851-perfil-2021-1/file>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LONDRINA. **Perfil Público Atendido pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop e pelo Serviço Especializado em Abordagem Social**. Londrina: DIRETORIA DE GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2021b. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/estrutura-1/dados-socioassistenciais/43933-perfil-psr-final-1/file>. Acesso em: 19 dez. 2022.

LONDRINA. **Caderno 2 - Perímetros Urbanos Áreas de Expansão Urbana**: Cadernos Técnicos da Lei do Perímetro Urbano. Londrina: IPPUL - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA, 2022a. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/ippul/plano-diretor-2018-2028-1/49131-caderno-tecnico-2-per-v3-1/file>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LONDRINA. **DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL 2021: Demandas e Ofertas Territoriais**. Londrina: Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, 2022b. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/diretoria-de-gestao-do-sistema-municipal-de-assistencia-social/gerencia-de-gestao-de>

informacao/processos-e-produtos/47026-diagnostico-socioterritorial-2021-versao-final-1/file>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LOPES, Bruna Alves. Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos Anos 1970 a 2008. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 511–526, 2020. DOI: 10.1590/1980-54702020v26e0169.

MAÇÃO, Izabel Rizzi; ALVIN, Davis Moreira. Genealogia em Gilles Deleuze e Michel Foucault: por uma ciência nômade. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 6, p. 62–78, 2019. DOI: 10.31560/2595-3206.2019.6.9952.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2009.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. **Estilos da Clínica**, v. 19, n. 2, p. 244, 2014. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262.

MARICATO, Erminia. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 7–22, 2011. DOI: 10.1590/S0103-40142011000100002.

MARTINES, Wânia Regina Veiga; MACHADO, Ana Lúcia; COLVERO, Luciana de Almeida. A cartografia como inovação metodológica na pesquisa em saúde. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. ág. 203-211, 2013. DOI: 10.18569/tempus.v7i2.1354.

MARTINS, André. Filosofia e saúde: métodos genealógico e filosófico-conceitual. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 4, p. 950–958, 2004. DOI: 10.1590/S0102-311X2004000400009.

MAS, Natalie Andrade. **Transtorno do espectro autista - história da construção de um diagnóstico**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI: 10.11606/D.47.2018.tde-26102018-191739. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-26102018-191739/>. Acesso em: 26 out. 2023.

MATHIEU, Edouard et al. Coronavirus Pandemic (COVID-19). **Our World in Data**, 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso em: 25 dez. 2022.

MATOS, Ralfo. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. **Revista Geografias**, v. 7, n. 2, p. 40–55, 2011. DOI: 10.35699/2237-549X..13319.

MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. **Revista Geografias**, v. 8, n. 1, p. 7–23, 2012. DOI: 10.35699/2237-549X..13326.

MATTOS, Ruben Araujo De. CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA E DA GENEALOGIA À ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE SAÚDE. *Em: Caminhos para Análise das Políticas de Saúde*. 1. ed. [s.l.] : Editora Rede UNIDA, 2015. p. 347–399. DOI: 10.18310/9788566659399. Disponível em: <https://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-interlocucoes-praticas-experiencias-e-pesquisas-em-saude/caminhos-para-analise-das-politicas-de-saude-pdf/view>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MCRUER, Robert. **Crip theory: cultural signs of queerness and disability**. New York: New York University Press, 2006.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti De; MATOS, Anna Carolina Vidal; PAGNUSSAT, Esequiel; OLIVEIRA, Isabel Maria Farias Fernandes. ENTRE A BENESSE E O DIREITO: AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA AMÉRICA LATINA. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020. DOI: 10.4025/psicoestud.v25i0.45025. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/45025>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MENEZES, Rodrigo Carqueja De. Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze. **COMUM (FACHA)**, v. 11, n. 26, p. 66–85, 2006.

MERHY, Emerson Elias. O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde. *Em*: BRASIL (ed.). **Ver-SUS Brasil: caderno de textos**. Série B. Textos básicos de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 108–137.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo em ato**. 2. ed. São Paulo (SP): Editora Hucitec, 2005.

MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; JÚNIOR, Helvo Slomp; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - MPPR. **Mortes em confrontos com policiais no Paraná cresceram 9,74% em 2021**. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - MPPR, 2022. a. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/Mortes-em-confrontos-com-policiais-no-Parana-cresceram-974-em-2021>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - MPPR. **Instituições propõem medidas para reduzir mortes em ações policiais**. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - MPPR, 2022. b. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/Instituicoes-propoe-medidas-para-reduzir-mortes-em-acoes-policiais>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MOEBUS, Ricardo Narciso; MERHY, Emerson Elias; SILVA, Erminia. O Usuário-cidadão como guia. Como pode a onda elevar-se acima da montanha? *Em*: MERHY, Emerson Elias; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; ALMEIDA, Daniel Emilio da Silva; SLOMP, Helvo (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1p. 43–53.

MORRISON, Grant; CASE, Richard. **Patrulha do destino : rua paraíso abaixo**. Barueri, SP: Panini Comics, 2016.

MORUZZI, Andrea Braga; ABRAMOWICZ, Anete. Pressupostos teórico-metodológicos da genealogia: composições para um debate na educação. **Filosofia e Educação**, v. 2, n. 2, p. 168–181, 2010. DOI: 10.20396/rfe.v2i2.8635498.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana; SILVA, Alberto da Costa E. **História do Brasil: uma interpretação**. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

MUKEKA DI RATO. **Máquina de fazer**. Vitória: Urubuz Records, 2004.streaming

MUMFORD, Lewis. A primeira megamáquina. *Diógenes*, n. 6, p. 5–18, 1984

NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. A espacialização dos vazios urbanos em Londrina (PR). *Confins*, n. 28, 2016. DOI: 10.4000/confins.11088. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11088>. Acesso em: 18 dez. 2022.

NATALINO, Marco. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (2012-2022)**. [s.l.] : Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=11058/11604>. Acesso em: 5 jan. 2023.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O'BRIEN, Matthew. **Beneath the neon: life and death in the tunnels of Las Vegas**. Las Vegas, NV: Huntington Press, 2009.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **População em Situação de Rua no Brasil. Totais por Região, Estado e Município. Série Histórica 2012-2021**. 2023. Disponível em: <https://obpoprua.direito.ufmg.br/metadados.html>. Acesso em: 8 jan. 2023.

OLIC, Mauricio Bacic. "De quebrada para quebrada": por uma nova cartografia dos skatistas na metrópole. *Ponto Urbe*, n. 3, 2008. DOI: 10.4000/pontourbe.1802. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1802>. Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA, Rui Jorge Braga De. **Risco Sísmico**. 2010. Dissertação - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti; FREIRE, Leonardo Q. B.; SOUSA, Débora da Silva; LOURENÇO, José Maxuel. A ORDEM ANTES DO PROGRESSO: O DISCURSO MÉDICO – HIGIENISTA E A EDUCAÇÃO DOS CORPOS NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 1, p. 1–15, 2012.

OLIVER, Mike. THE INDIVIDUAL AND SOCIAL MODELS OF DISABILITY. *Em*: 1990, London. *Anais [...]. Em: JOINT WORKSHOP OF THE LIVING OPTIONS GROUP AND THE RESEARCH UNIT OF THE ROYAL COLLEGE OF PHYSICIANS*. London p. 1–7.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 67–77, 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000100012.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos; ALVES, Jolinda De Moraes; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. *Argumentum*, v. 7, n. 1, p. 167, 2015. DOI: 10.18315/argumentum.v7i1.8637.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana Da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015. v. 1

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (org.). **Pistas do método da cartografia : a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre [Brasil]: Editora Sulina, 2014. v. 2

POMEROL, Charles; LAGABRIELLE, Yves; RENARD, Maurice; GUILLOT S, Stéphane. **Princípios de Geologia**. 14. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, p. 45–59, 2013.

REGO, Renato Leão; DESTEFANI, Wilian da Silva; CRISTO, Joice Ellen De. Entre os pioneiros do urbanismo do Paraná. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 5, n. 2, p. 5–19, 2013. DOI: 10.20396/urbana.v5i2.8635073.

REIS, Yara Felicidade de Souza. Herança arquitetônica da Belém Pombalina (século XVIII). **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 17, n. 1, p. 99–114, 2009. DOI: 10.20396/resgate.v17i1.8645673.

RIBEIRO, Matheus R. Brasil, 200 mil mortes por Covid: 200 frases de Bolsonaro minimizando a pandemia. **Yahoo!Notícias**, 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/200-frases-de-bolsonaro-minimizando-a-pandemia-do-coronavirus-203647435.html>. Acesso em: 24 dez. 2022.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. 1. ed. São Paulo, SP, Brasil: Editora 34, 2012.

ROCHA, Monica; VIANNA, Leila; SANTOS, Nereida; GOMES, Maria Paula Cerqueira; MERHY, Emerson Elias; SILVA, Maria Alice Bastos; COSTA, Mariana Sant ‘Anna; GONÇALVES E SILVA, Letícia Amadeu; PRADO, Juliana Kaminski Do. O usuário-guia nos movimentos de uma Rede de Atenção Psicossocial em um Município do Rio de Janeiro. *Em*: GOMES, Maria Paula Cerqueira; MERHY, Emerson Elias (org.). **Pesquisadores In-Mundo: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental**. Coleção Micropolítica do trabalho e o cuidado em saúde 1ª edição ed. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2014. p. 105–134.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade?** 1. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SAFATLE, Vladimir. Estado suicidário, fascismo e problemas no uso político do conceito de pulsão de morte. *Em*: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thias; IACONELLI, Vera (org.). **Tempo**. Coleção Parentalidade & psicanálise Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2021. p. 137–154.

SALES, Alessandro Carvalho. Do Sentido como Produção de Sentido em Deleuze. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**, v. 8, n. 2, p. 33–53, 2015.

SANTOS, Ismael Andrade. Linguagem e poder: contribuições de Deleuze e Fairclough. **Griot : Revista de Filosofia**, v. 10, n. 2, p. 84–105, 2014. DOI: 10.31977/grirfi.v10i2.618.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena nazista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVA, Cintia Vieira Da. **O conceito de desejo na filosofia de Gilles Deleuze**. 2000. Mestre em Filosofia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2000.198680. Disponível em: http://acervus.unicamp.br/index.asp?codigo_sophia=198680. Acesso em: 15 jan. 2023.

SILVA, Marcelo Penna Da. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 8, n. 1, p. 47, 2018. DOI: 10.18468/estcien.2018v8n1.p47-56.

SILVA, Mônica Sampaio Da; SOUSA, José Renato de Araújo. A filosofia na perspectiva de Gilles Deleuze. **Cadernos do NEFI**, v. 2, n. 1, p. 58–74, 2020.

SILVA, Selma Sueli. **Camaleônicos - A Vida de Adultos Autistas**. Belo Horizonte: Manduruvá Edições Especiais, 2019.

SILVINO, Alexandre Magno Dias. Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 276–289, 2007. DOI: 10.1590/S1414-98932007000200009.

SLOMP JUNIOR, Helvo; MERHY, Emerson Elias; ROCHA, Monica Moreira; BADUY, Rossana Staevie; SEIXAS, Clarissa Terenzi; BORTOLETTO, Maira Sayuri Sakay; CRUZ, Kathleen Tereza Da. Contribuições para uma política de escritura em saúde: o diário cartográfico como ferramenta de pesquisa. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigação social**, v. 20, n. 3, 2020. DOI: 10.5565/rev/athenea.2617. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v20-3-slomp>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOARES, Leonardo Barros; MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividades: o que significa? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 0–0, 2009.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *Em: História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo, Brazil: Editora Contexto : Editora Unesp Fundação, 2004.

SOUTO ALLEMAND, Débora; HOFFMANN, Carmen Anita. POR AÍ, POR AÍ...: DA CORPOGRAFIA URBANA AO MAPA-TEXTO. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 21, p. 168–177, 2022. DOI: 10.15210/PIXO.V6I21.22323.

TABNET. **TabNet Win32 3.0: CNES - Equipes de Saúde - Paraná**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/equipepr.def>. Acesso em: 7 fev. 2023.

TOTH, Jennifer. **The Mole People**. S.I.: Chicago Review Press, 1995.

VASCONCELLOS, Jorge. A filosofia e seus intercessores: Deleuze e a não-filosofia. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1217–1227, 2005. DOI: 10.1590/S0101-73302005000400007.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 201–218, 2014. DOI: 10.20396/temáticas.v22i44.10977.

VILLANUEVA, Roger; NORMAN, Mark. Biology Of The Planktonic Stages Of Benthic Octopuses. *Em: GIBSON, R.; ATKINSON, R.; GORDON, J. (org.). Oceanography and Marine Biology*. Oceanography and Marine Biology - An Annual Review[s.l.] : CRC Press,

2008. v. 20081322p. 105–202. DOI: 10.1201/9781420065756.ch4. Disponível em: <http://www.crcnetbase.com/doi/abs/10.1201/9781420065756.ch4>. Acesso em: 10 jan. 2024.

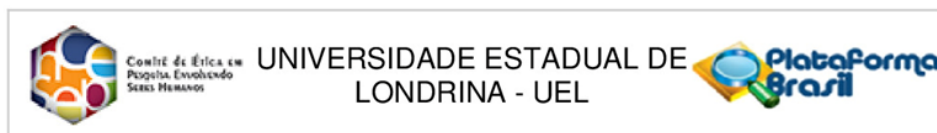
VOETEN, Teun. **Tunnel people**. Rev. ed ed. Oakland: PM Press, 2010.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 16–22, 2006. DOI: 10.1590/S0102-71822006000300003.

ZANAGA, Fernando Pisoni. As práticas higienistas no Rio de Janeiro do início do século XX através das crônicas de Lima Barreto. **Olho d'água**, v. 12, n. 2, 2021. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/740>. Acesso em: 31 dez. 2022.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UEL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS VOLTADAS À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM LONDRINA-PR: UM ENSAIO GENEALÓGICO

Pesquisador: Luiz Gustavo Duarte

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97495718.6.0000.5231

Instituição Proponente: CCS - Programa de Mestrado em Saúde Coletiva

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.953.350

Apresentação do Projeto:

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o intuito de realizar uma análise genealógica da política do Consultório na Rua (CnaR) em Londrina – PR. A coleta de dados se dará em duas abordagens específicas. A primeira será a coleta documental e sequencialmente a abordagem a informantes chaves sobre a política. Esta segunda etapa será realizada junto a equipe CnaR do município de Londrina -PR. Para se desenvolver a proposta genealógica apresentada aqui, este estudo irá realizar sua construção através de investigação documental entre publicações oficiais do Estado, relatórios, reportagens, publicações em periódicos sobre os consultórios na rua. Nesta investigação busca-se a identificação dos campos de força que atuaram e atuam através da análise dos valores contidos neles e como estes foram construídos nas publicações. Esta análise será complementada pelas narrativas de pessoas que estejam e estiveram implicados com a implementação e atual ação do CnaR em Londrina, para possibilitar identificar as forças que operaram e operam na ação do consultório de rua. As narrativas serão construídas a partir de entrevistas com atores estratégicos que se disponibilizarem a participar da investigação, podendo ser representantes do serviço, do poder legislativo, judiciário, executivo e sociedade civil.

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

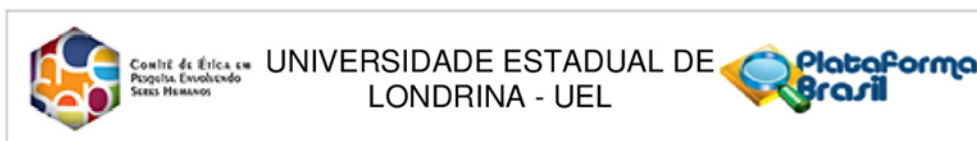
UF: PR

Telefone: (43)3371-5455

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.953.350

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Realizar uma análise genealógica da política do consultório de rua em Londrina (PR).

Objetivo Secundário:

Compreender a historicidade da implantação do consultório de rua em Londrina (PR). Identificar os campos de força que operaram na implantação no transcorrer da implementação do consultório de rua na cidade de Londrina - PR. Construir uma análise da conjuntura histórica da política do consultório de rua em Londrina (PR).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Dada a natureza da pesquisa, os riscos desta são mínimos, caracterizando-se pela possibilidade de constrangimento da pessoa ao ser entrevistada, desconforto, estresse, quebra de sigilo e quebra de anonimato. Devido a estes riscos, medidas de precaução serão adotadas, tais como: garantia de que as respostas serão confidenciais; o participante não será identificado pelo nome para que seja mantido o anonimato; os indivíduos receberão esclarecimento prévio sobre a pesquisa; a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento; leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será realizada previamente e haverá esclarecimento a qualquer momento quando necessário; e a privacidade será garantida para realização da entrevista. Assim, todas as ações e etapas da pesquisa visam cumprir os requisitos presentes na resolução 466/2012.

Benefícios:

Ao verificar os campos de força através de uma análise genealógica do CnaR em Londrina, se vislumbra através deste estudo uma maior visibilidade no meio acadêmico sobre como as políticas para pessoas em situação de rua são geradas e implementadas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância científica e social devidamente documentada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Todos os documentos apresentados atendem às recomendações do Conselho Nacional de Saúde
- Folha de rosto e declaração da Secretaria Municipal de saúde devidamente assinados
- Termo de consentimento livre e esclarecido de acordo com às recomendações do Conselho

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

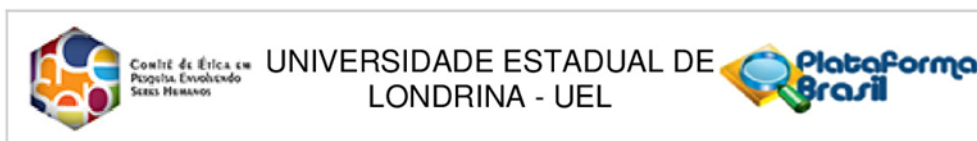
UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.953.350

Nacional de Saúde

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador (a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade imprimi-lo para apresentação aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1207671.pdf	28/09/2018 16:59:53		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pre_CEP.docx	28/09/2018 16:10:15	Luiz Gustavo Duarte	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/09/2018 16:10:02	Luiz Gustavo Duarte	Aceito
Outros	declaracaonaoinicioleta.pdf	28/09/2018 16:09:30	Luiz Gustavo Duarte	Aceito
Folha de Rosto	FolhoderostoLuiz.pdf	29/08/2018 14:35:19	Luiz Gustavo Duarte	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaosecretariasaude.pdf	27/08/2018 09:54:58	Luiz Gustavo Duarte	Aceito

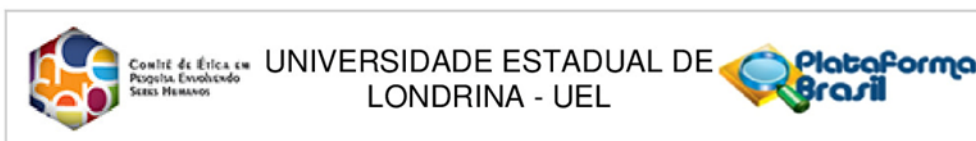
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário
UF: PR **Município:** LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455 **CEP:** 86.057-970
E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.953.350

LONDRINA, 09 de Outubro de 2018

Assinado por:
Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli
(Coordenador(a))

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DEFINITIVA DA PESQUISA EMITIDA PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA - PR EM 2018

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

C.D.018/2018
CEEPC/GPQS/DGTES/AMS/PML

Informamos para fins de realização da pesquisa: "POLÍTICAS VOLTADAS À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM LONDRINA – PR: UM ENSAIO GENEALÓGICO ", na Autarquia Municipal de Saúde da Prefeitura de Londrina, pelo aluno do curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina, Luiz Gustavo Duarte, sob a orientação da Profª Drª Maira Sayuri Sakay Bortoletto, docente da mesma Universidade.

Desta forma, sua execução nesta Autarquia está autorizada, mediante parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina - UEL, nº 2.953.350, datado de 09/10/2018.

Solicitamos que é imprescindível ao término desta pesquisa, nos seja enviado uma cópia através de mídia eletrônica, para ser divulgada na Autarquia Municipal de Saúde de Londrina.

Londrina, 03 de dezembro de 2018.

Eliane Sandra Vieira

GESTÃO DE PLANEJAMENTO E QUALIFICAÇÃO
DE SERVIDORES
DGTES/AMS/PML

Sueli Inocente
ENFERMEIRA

CEEPC/GPQS/DGTES/AMS/PML

**ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DEFINITIVA DA PESQUISA EMITIDA PELA AUTARQUIA MUNICIPAL
DE SAÚDE DE LONDRINA - PR EM 2021.**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE - DGTES
Avenida Theodoro Victorelli, 103 - Jardim Helena - CEP 86027-750 - Londrina - PR
Telefone (43) 3372-9822 / e-mail: oficina@saude.londrina.pr.gov.br

AUTORIZAÇÃO DEFINITIVA DE PESQUISA


C. D. 20/2021 - GPQS/DGTES/AMS/PML

Informamos que está autorizada a pesquisa: **“POLÍTICAS VOLTADAS À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM LONDRINA-PR: UM ENSAIO GENEALÓGICO”**, do pesquisador Luiz Gustavo Duarte, da Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade Estadual de Londrina, orientada pela professora Prof.^a Dr.^a Maira Sayuri Sakay Bortoletto, docente da mesma instituição, de acordo com o parecer nº 2.953.350, do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina - UEL, de 09/10/2018.

Informamos ainda ser imprescindível que ao término desta pesquisa, nos seja enviado uma cópia através de mídia eletrônica, para ser divulgada na Autarquia Municipal de Saúde de Londrina.

Londrina, 13 de julho de 2021.


Maria Aparecida da Costa Perini
Gerente de Planejamento
e Qualificação de Servidores
DGTES/AMS/PML


Evelynsa Aparecida Sanches
Técnica de Gestão Pública
GPQS/DGTES/AMS/PML

**ANEXO D – COMUNICAÇÃO DE ACEITE DO ARTIGO “ENTRE AS RUAS PANDÊMICAS:
CARTOGRAFIA DE UM CONSULTÓRIO NA RUA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19”**

Notificações

×

[Reciis] Decisão editorial

04-11-2023 16:28

Prezados autores Luiz Gustavo Duarte, Clarissa Terenzi Seixas, Helvo Slomp Junior, Maira Sayuri Sakay Bortoletto,

Foi tomada uma decisão sobre o artigo submetido à revista Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde,

"Entre territórios pandêmicos: cartografia de um Consultório na Rua durante a pandemia de Covid-19".

A decisão é: **aceito para publicação.**

Após serem realizadas as alterações sugeridas pelos revisores e adequado às normas, o artigo foi aceito para ser publicado no dossiê. Agradecemos todo empenho dos autores e parabenizamos pela pesquisa realizada.

O texto seguirá agora para etapa de edição na qual passará por revisão de língua e norma. Um vez finalizada essa etapa, os autores serão contactados por e-mail para aprovação da versão final do texto.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a equipe editorial em: reciis@icict.fiocruz.br

Maria Lívia Roriz

Se você precisar de ajuda adicional, ou em caso de dúvidas sobre nossas políticas e diretrizes, poderá enviar um e-mail ou telefonar para a Reciis.

Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde
<http://www.reciis.icict.fiocruz.br>

Tel: +55 21 3865-3209 | Sala 142